

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 09, Nº 21 | Janeiro/Abril 2021

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2019-2021)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Leonardo Damasceno de Sá, UFCE
Lorena Cândido Fleury, UFRGS
Marcelo Alario Ennes, UFS
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Conselho Fiscal
Cristiano Fonseca Monteiro, UFF
Josimar Jorge Ventura de Morais, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Lorena Cândido Fleury, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rodrigo da Rosa Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Editos Assistente
Richard Miskolci, Universidade Federal de São Paulo

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes
Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) – Sergipe: SBS, 2013.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.
IISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)
1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

7 **Editorial**

SEÇÃO ESPECIAL: Reflexões sobre a Covid-19

10 **Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso**
Crisis at an accelerated age and the world out of step
José Miguel Rasia

25 **Pandemia e efeito-território: a desigualdade social como catalisadora da Covid-19**
Pandemic and neighborhood effects: social inequality as a catalyst for Covid-19
Maria Tarcisa Silva Bega e Marcelo Nogueira de Souza

55 **A resposta da política científica e tecnológica à pandemia da COVID-19**
Science and technology policy in the COVID-19 crisis
Fabrício Monteiro Neves e Fernanda Sobral

78 **O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo**
The political use of chloroquine: COVID-19, denialism and neoliberalism
Renan William dos Santos

103 **Quando e como uma doença desaparece. A varíola e sua erradicação no Brasil, 1966/1973**
When and how a disease disappears. Smallpox and its eradication in Brazil, 1966/1973
Gilberto Hochman

ARTIGOS

132 **Reconhecimento social e seu contrário no Brasil**
Social recognition and its opposed in Brazil
Luiz Gustavo da Cunha de Souza

152 **Sociologia política do exílio: ativismo transnacional, redes militantes e perfis de exilados**
Political sociology of exile: transnational activism, networks, and exile profiles
Breno Bringel e Teresa Marques

181 **Imagens de estudantes na publicidade do ensino superior privado: marcadores sociais da diferença em articulação**
Student images in private higher education advertising: social markers of the difference in articulation
Renata Mourão Macedo

206 **Technology as enabler of the automation of work? Current societal challenges for a future perspective of work**
A tecnologia como facilitadora da automação do trabalho? Desafios sociais atuais para uma visão do futuro do trabalho
Bettina-Johanna Krings, António B. Moniz e Philipp Frey

SOCIOLOGIES IN DIALOGUE

233 **Re-esclarecimento**
Re-Enlightenment
Gudmund Hernes

FUTUROS PASSADOS

251 **As aventuras do conhecimento: Notas sobre o desencantamento do mundo nas ciências sociais**
The adventures of knowledge: Notes on the disenchantment of the world in the social sciences
Antônio Luiz Paixão

260 **A Sociologia como afirmação**
Sociology as assertion
Florestan Fernandes

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SEÇÃO ESPECIAL:

Reflexões sobre a Covid-19

Editorial

Com a publicação de seu volume 9, número 21, a *Revista Brasileira de Sociologia* implementa um plano de desenvolvimento editorial ambicionando se projetar e singularizar como o periódico de excelência da Sociedade Brasileira de Sociologia. Desse modo, a RBS pretende alçar-se ao mesmo prestígio da associação que ela representa, no circuito de veiculação da produção científica de ponta da sociologia no Brasil e no mundo. As ações em curso têm por objetivos consolidar uma gestão editorial profissionalizada, promover uma efetiva internacionalização, bem como aumentar a circulação e o impacto do periódico por meio da indexação em bases conceituadas – o recente ingresso na Redalyc constitui já importante passo nessa direção.

Consignando nosso reconhecimento ao esforço imprescindível iniciado por Adelia Miglievich e Soraya Côrtes à frente da RBS, na esteira do trabalho empreendido, anteriormente, por Renan Springer de Freitas e Rogério Proença Leite, a renovação implementada parte de uma reflexão coletiva da equipe editorial da revista e da diretoria da SBS sobre as condições do processo – desigual, mas combinado – de produção do conhecimento sociológico no Brasil em suas diferentes etapas – da captação de artigos, passando por sua avaliação e revisão, até a publicação, divulgação e citação/impacto. Mas também sobre os desafios constantes do trabalho propriamente intelectual envolvido na atividade editorial e o protagonismo que os periódicos podem e devem desempenhar não apenas na difusão e comunicação pública de resultados de pesquisa, mas na sua própria concepção, recepção e na indução de sua produção – isto é, em toda a cadeia produtiva do conhecimento científico, sempre atravessada por assimetrias na geopolítica acadêmica global.

Assim, neste volume, a revista estabelece duas novas seções. "*Sociologies in dialogue*" recebe o mesmo nome do periódico em inglês publicado

até 2019 pela SBS, agora incorporado como uma seção da RBS que visa estimular diálogos transnacionais e disseminar estudos que contenham análises empíricas e teóricas inovadoras pertinentes para o debate acadêmico internacional. Inaugura a seção o quase-manifesto por um "Re-esclarecimento" de Gudmund Hernes, sociólogo e intelectual público norueguês que atua com igual êxito nos mundos acadêmico e da política pública. O texto inédito – que conta com breve apresentação da professora Elisa Reis (UFRJ) – conclama a um diálogo integrativo entre as ciências sociais e naturais e foi escrito justamente durante a reunião conjunta do International Council for Science (ICSU) e do International Social Science Council (ISSC) em Taipei, em 25 e 26 de outubro de 2017, onde se decidiu fundi-los no International Science Council em 2018.

Já a nova seção "Futuros Passados" se propõe a apresentar contribuições clássicas, contemporâneas e sobre temas emergentes, que ensejem um amplo entendimento da história, tendências e futuros da Sociologia. Evoca, assim, via Koselleck, o tempo não como dado natural, mas como construção cultural que, em cada momento histórico, implica um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas. A seção é inaugurada neste número com dois textos: "As aventuras do conhecimento: notas sobre o desencantamento do mundo nas ciências sociais", escrito em 1981 como apontamentos de aula por Antônio Luiz Paixão, então professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, e aqui apresentado por Luciana Teixeira de Andrade (PUC-MG).

Soma-se a esse precioso documento a publicação do discurso presidencial de Florestan Fernandes, "A sociologia como afirmação", proferido por ocasião da abertura do II Congresso Brasileiro de Sociologia, em 12 de março de 1962, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, e que conta com apresentação do atual presidente da SBS Jacob Carlos Lima (UFSCar). O título e o texto ganham nova força simbólica no contexto presente de negacionismo científico em que nos encontramos. E as palavras de Florestan soam triste e poderosamente atuais, se não urgentes, neste momento político de restrição ao trabalho de nossa comunidade acadêmica e de ataques diretos e sistemáticos contra a ciência e o desenvolvimento tecnológico: "[o sociólogo] terá de compreender que a sociologia não pode medrar onde a ciência é repelida, como forma de explicação das coisas, do

homem e da vida; e que a ciência só pode expandir-se, efetivamente, entre os povos cuja civilização liberte a inteligência e a consciência do jugo do obscurantismo. Com isso, o que passa a ser essencial, numa certa fase de suas obrigações perante a ciência e a sociedade, vem a ser a conquista e a defesa de condições materiais e morais do trabalho científico. O combate ao atraso cultural inscreve-se entre seus papéis intelectuais, como e enquanto cientista (e não simplesmente como e enquanto cidadão".

Além dos artigos de fluxo contínuo, o número traz ainda uma seção especial editada por José Miguel Rasia (UFPR) com quatro artigos sobre a pandemia de Covid-19 que discutem a escala da doença, os impasses da política científica e tecnológica, o uso da cloroquina e suas injunções políticas, as condições exigidas para o final de uma pandemia que ocorre num tempo acelerado e o significado das medidas de isolamento e distância social num mundo também acelerado. Discussões, portanto, presentes na ordem do dia, e para as quais a Sociologia, ao cumprir sua missão de refletir sobre as questões cruciais de sua época, acrescenta ao debate público a partir de seu fazer acadêmico.

Desejamos a todas e todos ótima leitura!

http://doi.org/10.20336/rbs.800

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso: apresentação da seção especial sobre a Covid-19

Crisis at an accelerated age and the world out of step: presentation of the special section on Covid-19

José Miguel Rasia*

RESUMO

Os quatro artigos que compõem esta Seção Especial da RBS sobre a Pandemia de Covid-19 compreendem a discussão sobre a escala da doença, a política cientifica e tecnológica, o uso da cloroquina e suas injunções políticas e as condições exigidas para o final de uma pandemia. Na busca pela articulação entre os artigos, esta apresentação aborda as questões relacionadas ao tempo acelerado em que ela ocorre e as medidas de isolamento e distância social num mundo também acelerado.

Palavras-chave: pandemia, tempo, aceleração, crise.

ABSTRACT

This Special Section of RBS about the Covid-19 Pandemic comprises four articles that discuss the scale of the disease, the scientific and technological policy surrounding it, the use of chloroquine and its political injunctions, as well as the conditions required for the end of a pandemic. Seeking an articulation between the articles, this presentation reflects on the issues related to the accelerated time in which the pandemic occurs and the measures of isolation and social distance in a world that is also accelerated.

Keywords: pandemic, time, acceleration, crisis.

* Professor Titular em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, e líder do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde UFPR/CNPq.

Introdução: as questões em debate

As epidemias sempre foram objeto de preocupação da sociedade humana, para as quais se buscou as mais diversas explicações. Da antiguidade grega aos dias atuais, sua ocorrência foi motivo de preocupação das diferentes formas de pensamento. Do mito à religião e do senso comum à ciência, as epidemias sempre foram um desafio para a produção de narrativas que as tornassem compreensíveis. Origens, formas de disseminação e efeitos estiveram no centro dessas preocupações com a doença que surge de forma inesperada e atinge grandes conjuntos humanos num curto espaço de tempo. Foi assim com a Peste Negra, com a Gripe Espanhola e assim está sendo com a Covid-19 e tantas outras epidemias.

Os efeitos de uma doença em grande escala, e para a qual não se tem conhecimento que permita cura ou prevenção, produzem uma corrida na busca de meios que contribuam para a compreensão do fenômeno e para mitigar seus efeitos, quando não para debelar o agente patógeno. A gravidade de uma epidemia pode ser medida pela extensão territorial que assume e pelo número de vítimas, mas não só. Seus efeitos também se fazem sentir pela dimensão econômica que assume e que pode ser calculada pelo investimento em busca de conhecimentos, sob a forma de medicamentos, vacinas etc., pelo custo do tratamento e pela desaceleração da atividade econômica. Esses efeitos podem ser observados nas grandes epidemias da história, como a Peste Negra (Sanches, & Rasia, 2020) e a Gripe Espanhola (Schwarcz, & Starling, 2020) que, embora tenham ocorrido em momentos distintos, tiveram como resultado um alto custo em vidas humanas e devastação econômica.

No caso da COVID-19, o quadro que se desenha não é diferente, dada a velocidade de disseminação do Novo Coronavírus, a produção de novas infecções e o número de mortes, acompanhados pela queda do PIB e a paralização da economia dos países atingidos. Neste momento, qualquer dado que se utilize aqui, para dar a dimensão da epidemia e seus efeitos, seria rapidamente obsoleto. Não há como sustentar qualquer tendência que não seja a de agravamento da situação, enquanto não for possível controlar o poder de infecção pelo vírus.

Em que pese o caráter pandêmico da Peste Medieval e da Gripe Espanhola, o Novo Coronavírus teve o contexto da globalização e a circulação intensa

de pessoas como um dos fatores responsáveis por sua rápida disseminação. Poderíamos afirmar que a pandemia atual segue o ritmo acelerado da contemporaneidade e das interações. Dessa forma, o tempo de disseminação da doença coincide com tempo dos processos sociais e isto se agrava porque o tempo de resposta que a ciência pode oferecer para uma doença desconhecida é maior do que o tempo de sua multiplicação. A relação entre as medidas de isolamento, distanciamento social e uso de máscaras – eficazes contra a disseminação do vírus – resultam na desaceleração do tempo e das atividades no mundo contemporâneo. Ou seja, como conciliar o mundo acelerado (Rosa, 2019) com a desaceleração produzida pelas medidas de contenção da pandemia?

As observações apresentadas nessa abertura visam contribuir para a discussão do que significa o tempo de prolongado isolamento e distanciamento social que estamos vivendo para um mundo em tudo diferente do mundo da Peste Negra e da Gripe Espanhola. Primeiro, porque pensar o tempo como categoria sociológica à luz de eventos sociais nos permite compreender a duração do evento e seus efeitos objetivos e subjetivos sobre o indivíduo e a sociedade; segundo, porque a emergência do Novo Coronavírus e a pandemia de Covid-19, é um desses eventos cuja duração e efeitos produziram mudanças em nossas rotinas, facilmente observáveis; terceiro, porque vivemos num mundo e num tempo acelerados (Rosa, 2019) em que tudo acontece muito rapidamente, numa velocidade nunca antes experimentada; e quarto, porque, somada à velocidade, experimentamos a simultaneidade no tempo e no espaço de processos e eventos numa dimensão jamais imaginada pela sociedade humana.

O que mais ouvimos são as pessoas dizerem que o tempo é curto para as tarefas que precisam realizar, sejam elas simples ou complexas. A qualidade de uma tarefa não se mede pela natureza das operações que compreendem, nem pela quantidade de tempo que precisamos dispor para sua execução, mas pelo significado que atribuímos a ela e pelas disposições exigidas para sua realização. Assim, a classificação está em estreita relação com a subjetividade de cada um. Diante dessa afirmação, identifico uma inquietação que somente aqueles que vivem no século XXI experimentam. Em que ponto do tempo situamos eventos como a pandemia, que marcam a vida dos indivíduos e da sociedade?

É essa associação que permite manejar tempo e movimento, evento e efeito, como se fossem uma só coisa, ou talvez uma unidade. Isso vale não só para o passado e o presente, mas também para o futuro: "o pico da epidemia no Brasil será em junho e julho... A expectativa de que o país volte à normalidade será setembro..." Todas as referências à temporalidade até aqui mencionadas podem ser redutíveis às medidas que o calendário e o relógio nos oferecem.

Datar um evento é estabelecer uma referência temporal aos movimentos, naturais ou não, que afetam a sociedade, e nos permite situá-lo não só em relação a outros eventos, mas fixando um ponto numa linha imaginária de duração infinita e que compreende a história de todos os eventos que afetam a humanidade, ou então localizá-lo num intervalo dessa mesma linha. A Peste Negra, a Gripe Espanhola e a Covid-19 são exemplos de intervalos duradouros, nessa linha imaginária. Já o nascimento e a morte de um indivíduo são exemplos de intervalos nessa mesma linha, mas cujos efeitos, em geral, pertencem à vida privada de um grupo restrito e só raramente têm interesse social. No caso da Pandemia, a morte individual não perde seu sentido, mas este se transforma, quando consideramos que a Covid-19 tem produzido a morte em massa, principalmente entre os grupos vulneráveis. A esse respeito, o texto "Pandemia e Efeito Território: a desigualdade social como catalizadora da Covid-19", é exemplo significativo do que afirmamos: a morte individual se inscreve, neste caso, na dimensão da morte coletiva. O estudo de Maria Tarcisa Silva Bega e Marcelo Nogueira de Souza, nesta edição, analisa a disseminação do Novo Coronavírus em três regiões metropolitanas do país: São Paulo, Fortaleza e Manaus, e nos dá a dimensão da Pandemia de 2020 e de como seus efeitos se fazem sentir entre a população pobre dessas regiões. Assim, nos três casos analisados, pobreza, adoecimento e morte são efeitos que se potencializam em curto espaço de tempo.

Quando falamos que a morte, na Pandemia, transcende o caráter individual e assume a dimensão coletiva, é porque a experiência biográfica é sempre o encontro de dois tempos, o individual e o histórico; no caso, o tempo do indivíduo encontra-se com o tempo da Pandemia. A memória e a história pessoal se enlaçam à história e à memória coletiva. Não há vida humana fora desse enlace. O cruzamento dos eventos de uma vida particular com os eventos históricos nos permite pensar que o pressuposto do tempo é sempre histórico, engendrado pela experiência social (Thompson, 1998). A

experiência humana do tempo não pode ocorrer se este não for desnaturalizado. Experiências de vida individual só podem ser compreendidas como parte da experiência humana, porque o indivíduo humano transcende o movimento da natureza. A significação dos movimentos da natureza só pode ser compreendida se for tomada de forma relacional com a experiência humana do tempo (Elias, 1998), ou seja, é movimento que pode ser significado de fora – pela consciência – e só então ser compreendido em sua duração. A temporalidade de um vírus e seu movimento natural podem ser apreendidos no texto de Gilberto Hochman para esta seção especial, "*Quando e como uma doença desaparece*. A varíola e sua erradicação no Brasil (1966-1973)", que nos aponta o que representa um marcador temporal de um evento. Ele nos diz claramente que o marcador temporal do fim da varíola cruza vários fatores como políticas científicas e sanitárias; que o movimento natural de um vírus não se esgota por si mesmo e que as doenças e as epidemias não são fenômenos estritamente biológicos.

Marcadores temporais só fazem sentido porque podem se referir, ao mesmo tempo, a eventos que afetaram a vida individual e a vida coletiva. A desnaturalização do tempo não pode ser confundida com a criação de artefatos de medida, mas é sim tarefa da ciência e da razão. O poder, por vezes, pode negar a ciência e suas descobertas, mesmo no contexto da modernidade atual. O texto, nesta edição, "O uso político da cloroquina: Covid-19, negacionismo e neoliberalismo", de Sandra Caponi, Fabíola S. Brzozowski, Fernando Hellmann e Silvia Bittencourt, analisa a relação entre o uso da cloroquina e o contexto neoliberal autoritário vivido pelo Brasil neste momento. O embate entre a ciência e o populismo plutocrático e autoritário (Sluga, 2017) serve para direcionar as medidas que, na modernidade, podem fazer frente a situações como a instaurada pelas doenças emergentes que afetam, como dissemos, grandes conjuntos humanos.

Pensar a política científica na conjuntura atual é o objeto do segundo texto desta seção especial da RBS, "A resposta da política científica e tecnológica à pandemia de Covid-19", de Fabricio Monteiro Neves e Fernanda Sobral. O texto faz uma análise comparando o que se tem feito no Brasil com o que se faz em outros países, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de Estado para a ciência e a tecnologia, tendo em vista o combate à Pandemia. Assim, o que é comum e subjaz aos quatro textos que compõem esta seção sobre a Pandemia de 2020 são a temporalidade e a duração da epidemia, a

velocidade de disseminação do vírus e o papel da ciência e do Estado na formulação de políticas que sejam capazes de conter o avanço da doença e seus efeitos perversos no contexto da modernidade neoliberal.

Se a modernidade é o momento da história em que ciência e tempo se encontram, devemos considerar as tensões desse encontro. Substrato fundamental para a compreensão da experiência humana ameaçada por uma doença ainda desconhecida. Nesse sentido, valeria a pena buscar reconstituir a história desse encontro.

Tempo e movimento na pandemia de 2020: o vírus e a doença do natural ao social

No filme *2001, Uma Odisseia no Espaço*, o pedaço de osso usado pelo macaco na cena de abertura aponta para a metáfora da forma e da função. O macaco, no limite de sua inteligência, vê o osso tomado de empréstimo à natureza como instrumento que pode ser usado para quebrar cocos, agredir, se defender etc. Pois bem, como se vê, o macaco consegue usar o osso imprimindo à forma encontrada uma função. Seu manejo do osso se esgota aí, não cria formas nem artefatos, usa o que a natureza oferece e limita-se apenas a encontrar uma funcionalidade à forma encontrada. Aqui se esgota, também, a participação dos macacos no filme. Imaginar um tempo de supercomputadores e naves espaciais só é possível para quem já inventou o calendário para contar os dias, o relógio etc., já inventou as "máquinas que podem controlar o tempo. Deve estar claro, portanto, que o tempo é criação humana, assim como objetos, forma e função.

Quando penso no filme *2001, Uma Odisseia no Espaço*, é impossível não vir à mente outra *Odisseia*, a de Homero (2014), narrando o retorno de Ulisses a Ítaca, após a Guerra de Troia. O que há de comum entre a viagem no espaço e a viagem de Ulisses pelos mares da Grécia? Nas duas, o tempo é personagem, é no tempo que as peripécias acontecem e se organizam. Sem o tempo, as duas narrativas seriam inviáveis.

Na *Odisseia*, Homero narra os feitos de Ulisses no tempo da antiguidade grega, cuja compreensão exige que se preste atenção a dois fatos de sua narrativa: o crescimento de Telêmaco e a espera de Penélope, sua esposa. Quando Ulisses parte para a guerra, vinte anos antes, Telêmaco é menino

e Penélope está ocupada em tecer um tapete. As vicissitudes por que passa Ulisses duram o tempo de Telêmaco transformar-se em homem. Enquanto isso, Penélope, considerada viúva de guerra, recebe propostas de casamento, sobre as quais decidirá quando o tapete estiver pronto. Aqui temos o tempo que se cumpre pelos desdobramentos dos movimentos da natureza de Telêmaco em relação à idade adulta e em Penélope na atividade de tecer. Se Penélope adia a resposta aos pretendes, desfazendo à noite o que teceu de dia, a natureza, em Telêmaco, não espera e cumpre seus movimentos. Não há como controlar esses movimentos e impedir a constatação de que o tempo passou e Telêmaco é agora um homem feito.

Tecer o tapete obedece ao ritmo determinado por Penélope, a destreza de suas mãos podem acelerar, diminuir, desmanchar ou cessar completamente o movimento. A descoberta dessa possibilidade por Penélope, faz com que ela a transforme em estratégia para adiar o encontro com seus pretendentes. Tecer de dia e desmanchar à noite, tecer-desmanchar-tecer, só não se configura como um movimento eterno, como no mito de Sísifo, porque Penélope tem a paciência exigida pela espera. Assim, podemos tomar Penélope como aquela que sabe que o tempo pode ser controlado e medido em sua duração. De forma oposta, em Telêmaco, a natureza realiza involuntariamente e sem nenhum controle seu movimento.

Este exemplo pode nos ajudar a pensar o controle do tempo como necessidade e desafio para a civilização. Penélope usa a razão para determinar o tempo da resposta aos pretendentes, manipulando a duração de sua atividade. Não sabemos quantos tapetes Penélope poderia ter tecido nos 20 anos que Ulisses esteve perdido no mar, mas o poema nos diz que o tempo pode ser infinito e, ao mesmo tempo, controlado, interrompido. O retorno de Ulisses não tem dia e nem hora, mas vai acontecer. É esta certeza que motiva a espera de Penélope, que alimenta e mantém vivo seu amor por Ulisses.

O tempo da espera e a certeza do desfecho subjazem às condições de fim de uma epidemia. Assim foi com a Peste Negra e a varíola, assim será com a Pandemia de 2020, embora o desfecho não seja efeito do movimento natural do vírus. O texto de Gilberto Hochman aponta as condições para o fim de uma epidemia, tomando o caso da varíola, e nos dá pistas para pensar o fim da epidemia atual.

Se, na antiguidade, se acreditava no tempo da natureza, foi necessário Heráclito retificar essa ideia, mostrando que na natureza não há tempo, só movimento, pois o tempo é produto da consciência e na natureza não há consciência, nem intenção.

O controle dos movimentos da natureza é relativamente tardio na história da civilização e só foi possível com a ciência moderna. Marcar ritmo, velocidade e duração dos eventos e controlar o tempo só nos é possível porque temos a ciência como aliada, o que não foi possível durante as epidemias da antiguidade e a Peste Negra. Num mundo em que o controle do tempo escapava à cogitação pela razão humana, Penélope nos ensinou, com sua estratégia rudimentar, uma maneira de controlar o tempo. Tecer de dia e desmanchar à noite possibilita a ela que o tapete esteja sempre sendo tecido, e com isto, o futuro nunca se transformará em presente ou o presente é sempre futuro? O futuro de uma Pandemia não pode depender simplesmente do movimento da natureza, nem de uma estratégia simples como a de Penélope, mas sim das condições sociais e do tempo da ciência, da atividade no laboratório, cuja duração, muitas vezes, exige conhecimento do tempo do agente patógeno e do experimento voltado para a descoberta de uma substância eficaz.

Fica claro na narrativa de Homero que o tapete interminável é uma atividade necessária à narrativa, porque, no contexto do poema, expressa o tempo da espera. Penélope, usa mãos e dedos como artefatos de controle do tempo. Em algum nó dos fios do tapete, o retorno de Ulisses será anunciado. No outro lado da trama, Ulisses e o filho não se reconhecem, a natureza tornou o menino um homem e envelheceu o pai. O que a natureza tece pode causar estranhamento, mesmo com a regularidade da trama marcada pela repetição de um movimento. Este é o sentido do que afirmei, ao dizer que o menino se transformou em homem e que esta operação se dá num momento no qual os antigos não tinham como intervir. Hoje, a ciência consegue operar sobre a natureza, acelerando ou retardando seus movimentos. Assim, ciência e política podem ser aliadas no contexto de uma pandemia causada por um novo vírus. A atitude negacionista do governo Bolsonaro, no Brasil, e de Trump, nos EUA, retardam esse movimento. Isto é o que nos mostra o artigo sobre o uso político da cloroquina, em que interesses econômicos se sobrepõem à busca de uma solução biomédica para a doença. Na mesma direção caminha o texto de Fabricio M. Neves e Fernanda Sobral,

ao discutirem o papel do Estado como responsável pelo desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia para o combate à Covid-19.

Se situo, na narrativa de Homero, a durabilidade do tempo da espera controlado por Penélope e, com Telêmaco, o movimento que não pode esperar, pois não é fruto da ação humana, posso pensar que esses personagens representam os limites entre civilização e natureza. É neste limite que a consciência da história se dá. No mundo acelerado e de práticas rotinizadas, trata-se de fazer, fazer, fazer mais e não desmanchar nunca. Não há tempo de desmanchar, não há tempo para postergar. Aliás, o tempo é só futuro – passado e presente se apagam num devir que está sempre por chegar. A atividade rotinizada faz desaparecer as diferenças possíveis entre ontem, hoje e o amanhã, não há mais Ulisses para chegar. Assim, a civilização se defronta com a angústia do tempo infinito da repetição, o tempo que nos agrega se faz de dia e de noite, e nos torna contemporâneos de nossa modernidade, transforma nossa existência individual em existência coletiva rotinizada e angustiada, de forma que perdemos o controle sobre ela. Repetir é o que nos reserva a vida. O tempo de um *automaton* nos governa de algum lugar muito escondido, mandando-nos sempre tecer, tecer, tecer...

Se, como vimos, é o tempo cronológico que medimos com os artefatos que criamos, os artefatos nos permitem saber a duração de um evento, numa escala na qual estão compreendidos o hoje, o ontem, o amanhã. É da escala temporal da pandemia que nos fala o texto de Maria Tarcisa Silva Bega e Marcelo N. de Souza, de sua duração, extensão e intensidade. O objeto da discussão compreende o período de tempo decorrido entre a primeira morte pelo vírus, em março de 2020, no Brasil, e oito de agosto, quando atingimos 100.000 óbitos. De lá para cá, os óbitos mais do que dobraram e os casos de infecção já são mais de oito milhões. A duração de um evento no tempo é referida ao momento imediato de seu início e ao ponto na linha em que atinge seu fim. No caso da Covid-19, no Brasil, com início em março de 2020, o fim ainda está em aberto.

Na narrativa de Homero, esses pontos são a partida de Ulisses para a guerra e sua volta para Ítaca. Diferentemente da narrativa grega, na Pandemia, a associação não se dá entre tempo e as vicissitudes do herói nos mares da Grécia, mas entre o tempo e os doentes e os mortos. Há sempre um ponto de início de um evento a ser marcado na linha imaginária de que falamos. Esta linha não pode ser ilustrada por uma régua. A régua pode servir para tomar

medidas de tamanho e espessura da matéria inerte, mas não serve para o tempo, porque o tempo não é matéria, nem é inércia. A linha imaginária pode ser ilustrada, talvez, pela duração do barulho do tiro que marca o início numa corrida de atletas olímpicos e dizemos que queimou ao corredor que se antecipou ou se atrasou ao som do tiro. Na Pandemia, o início é marcado pelo diagnóstico que confirma o primeiro caso, e na corrida, pelo som. Isso talvez seja válido também para as notas musicais, cuja escrita representa a duração de cada som e a intensidade a ser produzida pelo instrumento, portanto, a duração.

Pensando dessa forma, podemos admitir que os avanços na medição do tempo podem dispensar artefatos que possuem massa e volume – o relógio, a ampulheta, o cronometro etc. Não podemos, porém, negar que avançamos muito em relação à antiguidade que usava o som do sino, da corneta, o canto dos pássaros, para localizar um ponto em nossa linha imaginária. Lá, a duração do tempo e sua medida exigiam familiaridade com o abstrato do som, com a intensidade da luz solar e a sombra projetada. Assim, o crescimento de Telêmaco e o tapete de Penélope possuem a materialidade que o som do sino, do canto do pássaro, do barulho da queda d'água ou da corneta não possuem. Se Telêmaco e Penélope nos interessam para pensar o movimento da natureza e o tempo cronológico e suas formas, servem também para pensarmos a possibilidade ou não de seu controle pelo homem. Os exemplos da nota musical, do som ou da luz solar projetando sombras fugazes nos mostram que não precisamos da materialidade dos instrumentos para perceber que o tempo passa e é como movimento que ele se projeta sobre nós, empurrando-nos para o passado, marcando o presente ou apontando o futuro. Só assim é possível saber que toda a referência de tempo é um ponto marcado na linha imaginária: ontem, hoje, vinte anos atrás...

Na pandemia, o que chama atenção é como lidamos com essa linha imaginária, enquanto expressão da duração no tempo, sob a ameaça da doença grave e da morte. Essa preocupação está presente nos textos desta seção especial. A Pandemia é uma questão que cabe à ciência responder, se as biociências podem responder sobre o movimento do vírus, a nós sociólogos, antropólogos e historiadores cabe pensar as condições sociais que possibilitam esse movimento. A desigualdade social, a pobreza, o emprego, a escolaridade, a informação e as política científicas e de saúde pública são parte da explicação do evento pandêmico. No contexto de

incertezas sobre o futuro da pandemia e na falta de meios terapêuticos eficazes contra a ação do vírus, restam as medidas de proteção individual. Devemos lembrar aqui: a pandemia é um evento que atinge a sociedade e, como tal, de responsabilidade pública; portanto, seu controle é também uma atribuição pública, dos governos e do Estado. Cabe aos governos e ao Estado, ouvindo a ciência, encaminhar uma solução. Transferir a responsabilidade para o âmbito do indivíduo é transformá-la em um problema moral.

Isolar, distanciar, acelerar: o velho no tempo novo

A quarentena e o distanciamento social não são recursos novos – foram utilizados em epidemias passadas, principalmente durante a Peste Medieval, que assolou a Europa Medieval do século XIV ao XVI, e na Gripe Espanhola, no século XX. Se lermos *Um Diário do Ano da Peste* (Defoe, 2002) e *Decameron* (Boccacio, 1956) encontraremos em Defoe e Bocaccio relatos do que foi a tragédia medieval que dizimou dois terços da população da Europa. Qual a diferença da quarentena medieval para a quarentena imposta pela Pandemia de 2020? O que era o mundo no tempo da Peste e o que é o mundo no tempo da Covid-19?

Estou falando de dois eventos históricos que afetaram profundamente a civilização e cada indivíduo em particular, de formas distintas: o afastamento do convívio social, ao adoecimento e à morte.

Retomando a pergunta sobre a quarentena: o que ela tem de novo em relação à quarentena dos tempos da Peste Negra ou da Gripe Espanhola? Como nos sentimos diante dela? Por que tantos relutam em aceitá-la? Quais seus efeitos para a vida coletiva fundada na rotinização das tarefas e na racionalização do tempo, na modernidade? O que sabemos sobre a racionalização do tempo, a quarentena e a atividade humana em tempos de Pandemia em pleno século XXI?

A quarentena atual ocorre num momento da história e da civilização com o mundo desencantado, moderno. A física, a astrofísica e a biologia transformaram o mundo centrado no sagrado e no mito em objeto da investigação científica, da razão. A biologia, a física e a química transformaram o homem em massa, volume, sistemas e células. A criação divina cedeu lugar para a evolução e o que nossos sentidos veem, tocam e

sentem se transformou em objeto da investigação e da explicação científica. O mistério acabou. Não existe nada que não esteja ao alcance da curiosidade e da investigação científicas. Os artefatos de medida e a aferição de tempo e do movimento comportam não só relógios, ampulhetas ou máquinas, mas também sistemas que executam a tarefa de medir o tempo com muita precisão. Falo aqui da incorporação dos recursos atômicos, absolutamente modernos e complexos, mas por vezes de manuseio simples, dado que estão incorporados em muitos instrumentos do dia a dia, mesmo que muitos de nós não saibamos. A passagem dos instrumentos mecânicos aos instrumentos movidos à energia solar são exemplos do que estou falando. Pode não haver nada aparente e nem mesmo físico que os conecte, no entanto, funcionam como se incorporassem, em seu interior, escondido de nossos olhos, um dispositivo mágico que lhes transmite energia de forma remota. Fazem parte desse grupo todos os instrumentos movidos a radioatividade e ondas eletromagnéticas e que parecem funcionar por si mesmos. Sem isso, não teríamos o que conhecemos hoje por mundo acelerado, produto dessas inovações, herdeiras dos primeiros artefatos criados para medir, acelerar e controlar o tempo, todos filhos da mesma mãe – a razão humana (Thompson, 1998; Elias, 1998).

Quando o tempo, progressivamente, se torna objeto de conquista da razão, seu uso é organizado em função de sua maximização. No mundo neoliberal e do mercado, os ganhos são diretamente proporcionais ao controle racional do tempo e o uso deste último é incorporado à organização das condições de produção da vida. Isso não é novo, está na base da discussão sobre a produção do capital, formulada por Marx e, do século XIX até hoje, só se assentou. Administramos a vida e os afetos, as relações com o outro, como se fôssemos a matéria-prima em uma linha de montagem.

A Pandemia nos obrigou a diminuir a velocidade da "esteira" e gerou a incerteza, por não sabermos como voltar a ela, e nem mesmo se voltaremos; assim como não nos ensinou como enfrentar esse tempo de desaceleração. Diz-se que há um novo normal (Borowy, 2020) em gestação, porém que bebê encantador ou que monstro poderá surgir disso, não sabemos. Desacelerados pela natureza, mas mantida a simultaneidade através da rede mundial de computadores, que nos coloca em contato com tudo e todos, em que lugar e em que tempo estamos? O que temos a dizer sobre nossa interação com esse outro tão distante e tão próximo, tão estranho e familiar ao mesmo tempo?

Talvez, o que possamos dizer é que nos encontramos num mesmo ponto da linha imaginária e que ainda somos indivíduos situados. Imaginária ou real, essa linha é ainda expressão da nossa condição humana e do desenvolvimento da razão, da ciência e da técnica, em suma, da civilização. Essa linha seria, então, o suporte representacional sobre o qual poderíamos ancorar a simultaneidade do tempo presente, embora ele negue as interações face-a-face? O tempo na modernidade atual tem dado conta de nos ajudar a entender essa possibilidade de estarmos aqui e ao mesmo tempo em outro lugar? Quantos espaços pode ocupar um corpo num mesmo tempo? Há que se refazer o princípio de Newton?

A simultaneidade da presença não coloca somente as perguntas sobre os mecanismos da transmissão de uma imagem em tempo real, mas coloca também a pergunta sobre o envolvimento que podemos sentir nessa condição. Assim, tempo virtual e tempo real se confundem, porque o tempo virtual e a simultaneidade que ele inaugura neutralizam o efeito do espaço enquanto distância entre dois pontos: tudo pode ser aqui e agora, embora só seja agora. Desde o momento em que se usou a tecnologia de comunicação via satélite, nossa casa é o mundo, tudo pode ser lá e aqui, aqui e lá, sem nenhum deslocamento no espaço. A Pandemia é aqui e lá, mas é a simultaneidade inaugurada pela rede mundial que a unifica em sua singularidade quando comparada a outras pandemias, e não a distância geográfica ou as fronteiras entre os países. É este sentido que precisamos agregar ao conceito, se quisermos tratar a Pandemia como fato social total. Se a racionalidade foi o ponto de inflexão da modernidade que permitiu a ampliação do controle sobre o tempo, os satélites de comunicação e a rede mundial de computadores nos permitiram elevar o grau desse controle incomensuravelmente, neutralizando a noção de espaço, borrando limites e acelerando sem deslocar, juntando o distante ao aqui. O longe não existe mais. A questão é saber os efeitos dessa operação para a socialização e a subjetividade das gerações que nascem na simultaneidade do tempo. Se não há mais o aqui e o lá, não há mais fronteiras. Embora, não seja isto o que as restrições à circulação impostas pela pandemia nos dizem.

Tomando o novo coronavírus como evento mundial, isolamento e distanciamento sociais representam a tentativa de aprisionamento do tempo e do mundo acelerado e a recriação das fronteiras e suas restrições. É o movimento natural do vírus, e não a razão, que determina a velocidade, o

deslocamento e a aceleração, e mesmo os espaços intranacionais. A morte, aqui, age em seu sentido mais verdadeiro, imobilizando a civilização. Desde a Peste Negra e a Gripe Espanhola não se tinha notícia de um efeito tão devastador e tão rápido. Os efeitos, imaginários e reais, do adoecimento pelo novo coronavírus e a incapacidade da ciência em responder no tempo da infecção, a falta de uma profilaxia eficaz para conter o vírus, recuperaram uma prática profilática do mundo medieval. O que nos assusta é que o presente encontra o passado e o passado determina nossos movimentos no presente e nossa expectativa de futuro. O isolamento e a desaceleração do mundo e do tempo escancaram os limites da razão moderna no enfrentamento dos grandes eventos da natureza, as catástrofes. A mesma razão que desencanta e acelera o mundo e o tempo, borrando as estruturas da cronologia em favor da simultaneidade, ordena agora que o mundo desacelere. Nunca foi tão verdadeiro o dito popular, "parem o mundo, que eu quero descer!". Se pudéssemos, desceríamos todos, mas, como no poema de Drummond, "Minas não há mais, e agora José?". A metáfora acionada aqui transforma o mundo em um não lugar, para utilizar uma expressão da moda. O mundo como lugar que conhecíamos não há mais.

O movimento da natureza se impôs sobre o mundo e o tempo racionalizados. Faliram as engrenagens de um e de outro e mergulhamos todos na angústia de Penélope à espera de Ulisses. Até quando? Sabemos que Ulisses retorna, é do mito e do herói cumprir um destino, mas não sabemos a duração da espera. Se a angústia de Penélope comporta ausência e espera, diferentemente dela, não temos um tapete para tecer e desmanchar. Não há o que nos distraia.

As ameaças do vírus, o medo de adoecer e morrer, a vulnerabilidade da vida urbana instauram a angústia da convivência restrita e de um tempo que se apresenta interminável, uma espera sem fim. Quantos de nós tivemos que voltar a desenvolver atividades que já tínhamos esquecido ou que nunca nos foram ensinadas? Todos tivemos que compactuar com a desaceleração e desmanchar todos os tapetes da casa. Nem todos, porém, conseguiremos refazê-los, até porque poucos sabem tecer. Nossa subjetividade por demais marcada pela aceleração do tempo e do mundo, agora se ajusta a um repouso que cansa, e como cansa!

Referências

Boccaccio, Giovanni. (1956). *O Decamerão*. São Paulo: Martins Fontes.

Borowy, Iris. (2020). Covid 19: o que é o novo normal? Ou o que deveria ser. In Dominichi Miranda de Sá, Gisele Sanglard, Gilberto Hochman, Kaori Kodama (orgs.) *Diário da Pandemia* (p. 185-200). São Paulo: Hucitec.

Defoe, Daniel. (2002). *Um diário do ano da Peste*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Elias, Norbert. (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Homero. (2014). *Odisseia*. São Paulo: Cosac Naify.

Rosa, Hartmut. (2019). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: UNESP.

Sanches, Leide da C., & Rasia, José Miguel. (2020). *As Representações Sociais das Epidemias*. Curitiba: Editora CRV.

Schwarcz, Lilia M., & Starling, Eloisa M. (2020). *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sluga, Hans. (2017). *Donald Trump: between populist rhetoric and plutocratic rule*. A talk delivered at a Workshop of the Program in Critical Theory at UC Berkeley, March 2017.

Thompson, Edward P. (1998). *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

Submetido em 6 de janeiro de 2021.
Aprovado em 18 de janeiro de 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.775

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Pandemia e efeito-território: a desigualdade social como catalisadora da Covid-19

Pandemic and neighborhood effects: social inequality as a catalyst for Covid-19

Maria Tarcisa Silva Bega[*]
Marcelo Nogueira de Souza[**]

RESUMO

Analisa-se o processo de disseminação da pandemia do novo coronavírus no Brasil, em Manaus, Fortaleza e São Paulo demonstrando sua ocorrência em áreas de alta vulnerabilidade social. Parte-se da discussão sobre a pobreza, analisam-se os dados quantitativos, presentes nos Boletins Epidemiológicos da pandemia e sua dimensão no Brasil. O eixo analítico é a potência explicativa da discussão do efeito-território para a compreensão de uma faceta da desigualdade social. Discute-se a velocidade da disseminação do vírus, os alertas dos especialistas e cientistas e os equívocos e descasos do governo brasileiro. O resultante são 100.000 mortos até oito de agosto de 2020. É neste quadro de precarização geral da vida que ficam evidentes escolhas políticas e localização geográfica da pandemia.

Palavras-chave: coronavírus, efeito território, pobreza.

* Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail : tarcisa.silva@gmail.com

** Pós-doutorando Bolsista CAPES/PNPB no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: 666noma@gmail.com

ABSTRACT

The dissemination process of the pandemic of the new coronavirus in Brazil, in Manaus, Fortaleza and São Paulo is analyzed, demonstrating its occurrence in areas of high social vulnerability. It starts from the discussion on social inequality, analyzing the quantitative data, present in the Epidemiological Bulletins of the pandemic and its dimension in Brazil. The analytical axis is the explanatory power of the discussion of the territory-effect to understand a facet of social inequality. The speed of the spread of the virus, the alerts of experts and scientists and the misunderstandings and mismatches of the Brazilian government are discussed. The result is 100,000 deaths by August 8, 2020. It is in this context of general precariousness of life that political choices and the geographic location of the pandemic become evident.

Keywords: coronavirus, territory effect, poverty.

No dia 31 de dezembro de 2019, autoridades chinesas emitiram o primeiro alerta à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre uma série de casos de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan. Em 23 de janeiro de 2020, a OMS reconhece a emergência na China, mas considera muito cedo para falar em "emergência de saúde pública de alcance internacional". Em 27 de janeiro, a organização corrige a avaliação de risco diante do novo coronavírus (Sars-Cov-2), de "moderado" para "alto". Já com casos confirmados em diversos países, no dia 30 de janeiro, é declarada emergência internacional de saúde pública devido ao novo coronavírus, demandando esforços internacionais para combater a, até então denominada epidemia, que só é alçada ao "*status*" de pandemia em 11 de março de 2020. Quatro dias depois, o Brasil confirma a primeira morte em decorrência da doença.

De acordo com a OMS, a definição de pandemia não depende de um número específico de casos, nem tampouco de um novo pacote de diretrizes. Considera-se que uma doença infecciosa atingiu esse patamar quando afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo, servindo como um alerta para que todos os países, sem exceção, adotem ações para conter a disseminação do vírus e para cuidar dos pacientes adequadamente.

"*Preparem-se, detectem, protejam, tratem, reduzam o ciclo de transmissão, inovem e aprendam*", recomendou o diretor da OMS, Tedros Adhanom[1].

Este é um breve panorama do surgimento de um vírus potencialmente mortal que desacelerou o mundo, penetrou o cotidiano e é responsável por um dos maiores abalos que o neoliberalismo já viveu, maior que a crise de 2008, tendo feito, até o dia oito de agosto de 2020, de acordo com os dados oficiais, 100.000 vítimas fatais em território brasileiro. É neste quadro de morte, desemprego, desalento e precarização geral da vida que refletimos, em meio à pandemia. O marco temporal inicia em fevereiro e segue até oito de agosto, quando se tem cem mil mortos. Portanto, é uma análise de conjuntura, datada e com os possíveis vieses interpretativos do "calor da hora". Se, seguramente, podemos afirmar que o Estado brasileiro não cumpriu as recomendações da OMS – o que se confirma pelo descaso do governante máximo com a pandemia, seu desprezo pela ciência e suas teses negacionistas sobre o vírus, além do desrespeito ao pacto federativo e à Constituição Federal quanto aos direitos sociais – o que nós, cientistas sociais, aprendemos até agora?

Entre crises e incertezas, buscamos analisar a evolução do novo coronavírus nas três primeiras regiões impactadas pela pandemia – São Paulo, na Região Sudeste, Fortaleza, no Nordeste, e Manaus, da Região Norte, cidades que apresentaram um elevado índice de infecção, proporcional à forte desigualdade social que as caracteriza.

Argumentamos que essa conexão – rapidez e letalidade – deve-se à forte desigualdade social e descompromisso do Estado brasileiro com a crise sanitária. Pressupomos que o desmonte do Estado social, vigente sob a forma de sistemas únicos e universais de seguridade social, já colocava a sociedade brasileira em condições de vulnerabilidade, atingindo pelo menos 50% da população (World Bank, 2020). Ou seja, se a pandemia afeta a todos os brasileiros, não os afeta da mesma maneira. Como bem explanado em editorial da Revista Radis, em parceria com a Fiocruz e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a expansão da pandemia de Covid-19 escancarou a perversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais (Rocha, 2020, 3).

Para melhor caracterizar essa desigualdade, tomamos como base o *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* (PNUD,

[1] Disponível em: https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/

IPEA, & FJP, 2014), e, principalmente, o indicador denominado "Índice de Desenvolvimento Humano Municipal" (IDHM), que é uma adaptação do IDH aos indicadores regionais brasileiros. De acordo com a nota técnica divulgada no dia 27 de maio de 2020 pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), o IDHM parece ser um fator relevante para o desfecho dos pacientes com Covid-19.

Os três municípios aqui analisados vão de um extremo ao outro. Enquanto São Paulo ocupa o topo da lista das 16 Regiões Metropolitanas[2], com um IDHM de 0,794, Fortaleza apresentou um IDHM de 0,732, ocupando a antepenúltima colocação e Manaus, com 0,720 de IDHM, ocupando o final da lista. Se todas as cidades apresentam IDHM alto quando considerados os diversos indicadores, níveis significativos de desigualdade intraurbana se destacam, os quais estão diretamente associados à evolução da doença nos três municípios analisados.

A desigualdade dentro dos municípios ainda é um fator marcante. Os resultados do presente estudo corroboram os achados da pesquisa do NOIS (Batista *et al.*, 2020), uma vez que as regiões/bairros periféricos (com alto índice de vulnerabilidade social) das três cidades apresentaram, durante a evolução da doença, uma proporção maior de óbitos quando comparados com os bairros das regiões centrais (com baixo índice de vulnerabilidade social). Os dados disponíveis sobre a transmissibilidade do vírus e os riscos de adoecimento e morte permitem afirmar que a pandemia se agrava pela vulnerabilidade socioeconômica e acentua as inúmeras formas de desigualdades sociais.

Para dar conta da relação entre desigualdade social, pandemia e seus efeitos no território urbano brasileiro, organizamos este artigo em quatro seções. Na primeira, abordamos a discussão sobre pobreza e sua manifestação no território, que cria um padrão que utilizamos para descrever o "efeito-território". Em seguida, apresentamos algumas vozes dos especialistas – cientistas sociais e organismos de pesquisa –, cotejando os alertas sobre os efeitos catastróficos que a omissão política e a desqualificação da ciência poderiam provocar. Na terceira seção, apontamos como a pandemia não impacta nem territorial nem socialmente, de forma homogênea, grupos

[2] As 16 regiões metropolitanas no estudo são: Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória.

sociais distintos. O que se quer é indicar a potência dos estudos quantitativos e manifestação da pandemia no território, a partir das três capitais que são sedes de aeroportos internacionais de fluxo de pessoas de diversas partes do mundo. Concluímos com breves reflexões sobre a distribuição desigual da pandemia por territórios da desigualdade, com prevalência nas áreas de pobreza.

Pobreza e efeito-território

O novo, aqui, é a situação de pandemia que pegou de surpresa a comunidade científica. A desigualdade social, ao contrário, é objeto recorrente. A sociologia, com longa tradição nos estudos sobre desigualdade social, e autores brasileiros como Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017), Scalon e Santos (2010), Arretche (2015), entre outros, apresentaram análises importantes sobre o tema. Sem entrar nas diferentes vertentes analíticas, destacamos que é consenso o entendimento de que a desigualdade social brasileira não pode ser tomada somente a partir dos indicadores de renda, uma vez que ela é multidimensional e geograficamente heterogênea, atinge de forma distinta mulheres, pobres e pretos, impacta grupos sociais tradicionais como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com maior ou menor nível de escolaridade e renda (Ribeiro, & Carvalhaes, 2020)[3].

Mas a discussão sobre desigualdade social traz derivações em outros conceitos conexos como exclusão social e pobreza. Castel (1998) utilizará a denominação de desfiliado e Paugam (1999) a de desqualificado, para indicarem situações de elevação do desemprego, da precarização do trabalho e arrefecimento da proteção social que marcaram a experiência europeia desde o pós-segunda guerra até o final do século XX. Isso significa que a exclusão é resultado da experiência da perda, do ponto de vista econômico, de uma situação anterior de vinculação ao mundo laboral. Pode também incluir as dimensões do direito ao reconhecimento, particularmente, para negros, homossexuais, pessoas com deficiência, além dos favelados, da população em situação de rua, catadores de recicláveis, entre outros.

[3] Um balanço importante sobre a produção brasileira pode ser encontrado em Ribeiro e Carvalhaes (2020).

Já a noção de pobreza estabelece com mais clareza as condições de vida da população brasileira: grande contingente que sempre esteve à margem da sociedade, em processos que atravessaram várias gerações, sem acesso ao emprego formal, vinculando-se ao mundo do trabalho de forma autônoma ou como empregados precários, vivendo em habitações inadequadas, à margem da proteção social. E mais: reduzidos, do ponto de vista da cidadania, à condição de classes perigosas, vitimizados pela ação repressiva do Estado ou a subcidadãos, como diz Kowarick (2009), sintetizando o viver em risco dessas maiorias urbanas, permanentemente vulneráveis. Optamos, neste ensaio, pela dimensão da pobreza.

Na última década, com a publicação do *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros* (IPEA, 2015), já se destacava a necessidade de um esforço para ampliar o entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada, complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda. De acordo com o estudo, trata-se de noções, antes de tudo, políticas, que introduzem novos recursos interpretativos para os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante dessa "nova" conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos (IPEA, 2015).

Atualmente, a sociologia analisa diferentes formas de segregação socioespacial que caracterizam as grandes cidades brasileiras. Num plano macro – nos termos de Marques, Scalon e Oliveira (2008) – observa-se a manutenção do padrão centro-periferia, que concentra nas periferias a maioria dos pobres e, nas áreas centrais, os grupos de média e alta rendas. Nesse sentido, as três capitais podem ser analisadas de acordo com esse padrão, em que a segregação é medida em grande escala (centro e periferia). Esse é um tipo de segregação que promove o isolamento das populações residentes nas periferias e se dá em vários aspectos, desde a distância física que separa essas regiões das áreas que concentram os postos de trabalho e serviços – em geral localizados nos bairros da região central – até o distanciamento em relação ao convívio com outros grupos sociais. A

distância social, naturalizada pela distância física, acaba por legitimar o lugar de cada grupo, minimizando, dessa forma, o conflito.

Assim, o termo "efeito-território[4]" investiga, sob diferentes perspectivas, as formas de sociabilidade e as relações institucionais que se desenvolvem em um determinado espaço e suas possíveis relações causais. Além disso, pode ser entendido como os benefícios ou prejuízos socioeconômicos que acometem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades. A hipótese sociológica a respeito do efeito-território não pressupõe uma ação determinista do espaço sobre as relações sociais, mas investiga as inter-relações entre as características dos espaços, como infraestrutura urbana, vizinhança, oferta de serviços e as características dos grupos sociais (Andrade, & Silveira, 2013).

Trata-se de um conceito que ajuda a exemplificar como o território é uma variável importante nos estudos sobre a produção e reprodução das desigualdades. Como se procura demonstrar, a pobreza, como uma das dimensões da desigualdade social, é um fator fundamental na disseminação da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

A associação entre doenças e pobreza já é um tema clássico dos estudos sobre desigualdade. Muitos são os estudos que buscam identificar padrões de correlação entre as mesmas, dentre os quais podemos citar os trabalhos de Bastos e Szwarcwald (2000), Freitas e Cunha (2014), Benício e Monteiro (2000), que têm em comum a ênfase na vulnerabilidade dos territórios como uma variável explicativa de diversas enfermidades (pauperização da doença). De acordo com Lima (2016), a vulnerabilidade, nessa perspectiva, pode ser entendida como um contexto em que uma sociedade, grupo social ou população está inserida. Situação que a fragiliza diante de um risco, definindo sua capacidade ou não de enfrentar tal risco.

Diferentemente de outras doenças infecciosas e endêmicas associadas à pobreza, a Covid-19 se apresentou, inicialmente, como doença da elite, por ocorrer num contexto de sociedade e mercado globalizado e hiperconectado. A entrada simultânea do vírus em diferentes pontos do território com intenso tráfego internacional de pessoas permitiu sua rápida disseminação

[4] De acordo com Andrade e Silveira (2013), de origem norte-americana, os *neighborhood effects* (Ellen, & Turner, 1997) também passaram a ser objeto de pesquisa em outros países, como o *efecto vicindário* no Uruguai (Kaztman, & Filgueira, 2006), *effets territoire* na França (Bidou-Zachariasen, 1996) e no Brasil, efeito-vizinhança ou efeito-território (Sant'Anna, 2009; Ribeiro, 2008).

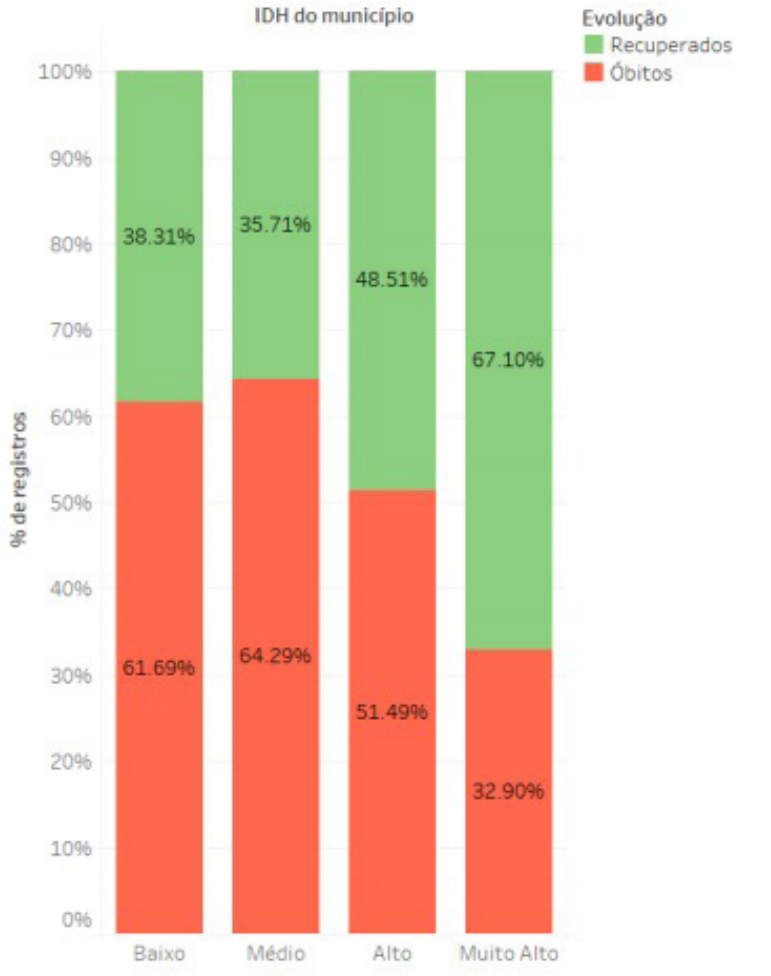
pelo país, o que se agravou por uma condição estrutural de baixo grau de informação à população, associada à alta densidade habitacional, mormente nos bairros mais pobres. Somam-se a isso, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde, o sucateamento do SUS (embora tenha sido por meio de suas ações capilarizadas que o surto não foi maior), a falta de infraestrutura urbana (rede de água e esgoto e habitação decente) e ausência de política de mobilidade urbana que garantisse o transporte sem aglomerações humanas.

Para melhor caracterizar esta desigualdade, tomamos como base o *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* (PNUD, IPEA, & FJP, 2014), cujo banco de dados digital traz 121 indicadores, desagregados por bairros ou regiões ainda menores – Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs[5]) – relativos a áreas como educação, renda, saúde, habitação, população e saneamento, além do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma adaptação do IDH aos indicadores regionais brasileiros. Este índice é composto por três indicadores principais de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda), variando de 0 a 1, sendo 0 pior e 1 melhor. Considerando a infecção por Covid-19, a chance de morte num munícipio com baixo ou médio IDH é quase o dobro do que num munícipio com IDHM muito alto, como demonstrado na Figura 1.

Se as três cidades vão, em termos de IDHM, de um extremo ao outro, a desigualdade dentro dos municípios ainda é um fator marcante. Os resultados do presente estudo corroboram com os achados da pesquisa do NOIS (Batista *et al.*, 2020), uma vez que as regiões/bairros periféricos das três cidades aqui analisadas apresentaram, durante a evolução da doença, uma proporção maior de óbitos quando comparados com os bairros das regiões centrais. Ou seja, os dados disponíveis sobre a transmissibilidade do vírus e os riscos de adoecimento e morte permitem afirmar que a pandemia se agrava pela vulnerabilidade socioeconômica.

[5] A unidade espacial mínima adotada para o cálculo do IDH-M é a UDH. Essas unidades são áreas espaciais resultantes de agregações de setores censitários (definido pelo IBGE como a menor unidade espacial composta por 300 domicílios) onde as diferenças intramunicipais são mais bem identificadas e somadas, e compõem as zonas, macrorregiões, já estabelecidas no município.

Figura 1 - Proporção de óbitos ou recuperados por faixa de IDHM



Fonte: Batista *et al.*, 2020

O giro da roda: de zero a cem mil mortos

No final de 2019, a imprensa chinesa noticia a presença de uma nova doença respiratória; no início de fevereiro de 2020, com a cidade de Wuhan em quarentena, o governo brasileiro rompe o silêncio e, sob forte pressão,

retira os brasileiros da cidade chinesa. No dia 26 de fevereiro, é confirmado o primeiro caso em São Paulo[6].

Janeiro e fevereiro são meses fundamentais para se preparar a estratégia de enfrentamento da doença no Brasil, quer na modelagem do atendimento de saúde, quer na definição dos mecanismos para informação da população. Os cientistas e pesquisadores entram em ação na busca de medicações, consórcios internacionais são estabelecidos para produção de vacinas, há uma guerra na compra de EPIs, cuja produção está centralizada na China. Instala-se o pânico.

O pouco que se fez como ação do governo federal, aconteceu até abril. Depois disso, houve um "lavar as mãos" através do repasse financeiro e de responsabilidade gerencial para os governos estaduais e municipais. Independentemente das divergências e polêmicas envolvendo o comando do Ministério da Saúde, o governo federal ignorou, desde o princípio, a seletividade das medidas não farmacológicas: "a higienização das mãos, a etiqueta respiratória, o distanciamento social seletivo ou ampliado e até mesmo o bloqueio total (*lockdown*)" (Brasil, 2020, p. 3).

Isso foi demonstrado por Motta e Feltran (2020, p.1), ao apontarem os alertas da comunidade científica:

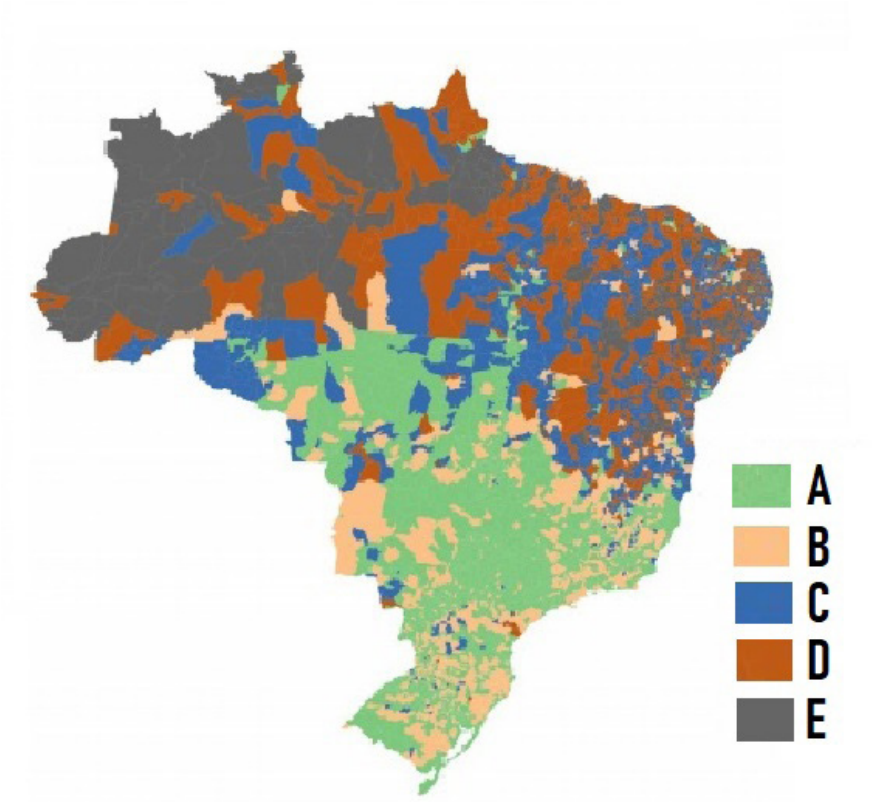
> As preocupações iam desde a ausência de pesquisas sobre o comportamento do vírus em ambientes como as favelas, ou a falta de modelos estatísticos e epidemiológicos para prever como a pandemia poderia se desenvolver nesses territórios, até o silêncio dos governos sobre planos e estratégias específicos para essas tenha se concentrado em territórios e sujeitos mais ricos, já sabíamos que seus efeitos, com o desenrolar da pandemia, seriam mais intensos e letais entre os mais pobres; que a desigualdade inicial do alastrar do vírus se inverteria.

A Fiocruz, referência nas pesquisas epidemiológicas brasileiras, já alertava sobre o risco de disseminação da Covid 19, após realizar um mapeamento das áreas de alta vulnerabilidade social e com maior proporção de população idosa e transmissão sustentada, em sete centros urbanos: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Manaus. O estudo conclui que "a combinação de um alto risco de introdução com alta vulnerabilidade constitui em situação de alerta máximo" (FIOCRUZ,

[6] Tratava-se de um homem de 61 anos que deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, na terça-feira (25/2), com histórico de viagem para Itália, região da Lombardia.

2020, p.1). Considerando o risco de contaminação, os municípios foram classificados de A (menos vulnerável) a D-E (mais vulnerável). O que esse estudo não mostra é a correlação entre risco e densidade habitacional, que afeta principalmente grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza.

Mapa 1 - Classificação dos municípios em vulnerabilidade social



Fonte: Fiocruz (2020).

Ainda em março, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar) (Cimini *et al.*, 2020) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Moraes, 2020) apresentam os dois primeiros trabalhos indicando os óbices e inações do governo brasileiro para enfrentar a pandemia, cujo percurso fica cada dia mais extenso: entra pelas cidades com aeroportos internacionais de maior fluxo – São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Manaus – é trazida por viajantes de classes alta e média, fixando-se inicialmente em

bairros de maior renda nas capitais. Até então, é descrita como "doença dos ricos".

O Ministério da Saúde divulgou os primeiros boletins epidemiológicos em abril, com os números disponíveis, com interpretação da situação epidemiológica e reflexão sobre as evidências e limitações de cada processo. Apresentou análise mais detalhada sobre o perfil da transmissão no Brasil por Unidade da Federação e Região de Saúde, destacando a construção de "uma nova história na saúde pública", por se tratar de uma síndrome respiratória que apresentava uma série de questões que ainda não tinham resposta pela ciência, e enfatizando a capacidade de resposta do SUS (Brasil, 2020, p. 2-3).

Da combinação entre o potencial contaminante e uma estrutura social altamente desigual, o Brasil chega rapidamente aos primeiros lugares entre os países, nas taxas de infecção e no número de mortes. Em seis meses, o Brasil apresenta mais de 100 mil mortos, mais de 3 milhões de casos confirmados e, pelo menos, duas a três vezes mais casos de subnotificação. Só perde para os Estados Unidos em número de mortos. Não foi falta de alerta e nem de empenho dos cientistas. Inação pública, pobreza e alta densidade habitacional são fatores que, combinados, fazem da Covid-19 uma doença da pobreza, provocando mortes em massa. Combinar pobreza e território qualifica as formas da desigualdade, os grupos atingidos num território e, ao mesmo tempo, permite localizá-los em relação à distribuição da riqueza e do acesso aos direitos sociais.

Os casos: Manaus, Fortaleza e São Paulo

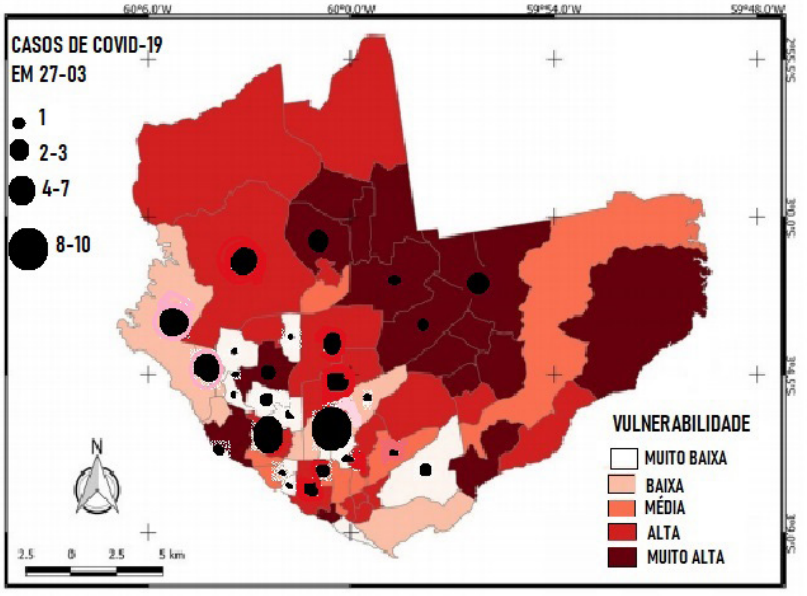
Escrevemos em plena espiral ascendente de infecções e mortes no Brasil, que figura entre os dez mais ricos do planeta e carrega um dos maiores índices de desigualdade social, que apresenta diferenças regionais seculares e enfrenta a pandemia em meio a uma crise econômica e reformas do Estado que geraram mais de 13 milhões de desempregados. Os dados disponíveis sobre a transmissibilidade do vírus e os riscos de adoecimento e morte permitem afirmar que a pandemia se agrava pela vulnerabilidade socioeconômica e pelo descaso do Estado e acentua as inúmeras formas de desigualdade social. Apresentamos, a seguir, as informações disponíveis para os casos selecionados.

Manaus

O primeiro caso confirmado na cidade de Manaus ocorreu em 13 de março. Segundo a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), no dia 27 de março, Manaus contabilizava 2.738 casos de Covid-19 e 256 óbitos: ou seja, em duas semanas, a crise sanitária estava instalada. O governo do estado, por meio de Nota Técnica nº 6, assim explicava os dados e isso pode ser visualizado no Mapa 2:

> […] os casos confirmados de COVID-19 ocorreram em 56 bairros de Manaus, com percentual de abrangência de 88% em relação ao total de 63 bairros da cidade. Segundo a FVS/AM (2020) 'o bairro de Adrianópolis, apresentou o maior número de notificações com 39 casos. Seguido dos bairros, Parque 10 de Novembro (25) e Ponta Negra (23)'. Os bairros Adrianópolis e Parque 10 localizam-se na zona Centro-Sul e o bairro Ponta Negra na zona Oeste. Ambos possuem moradias com elevado padrão construtivo, população com elevado nível de renda em parte das áreas e disponibilidade de acesso a serviços de infraestrutura e saneamento (Aleixo, Silva Neto, Almeida, & Pereira, 2020, p. 4).

Mapa 2 - Casos confirmados na cidade de Manaus (13/03 a 27/03/2020).



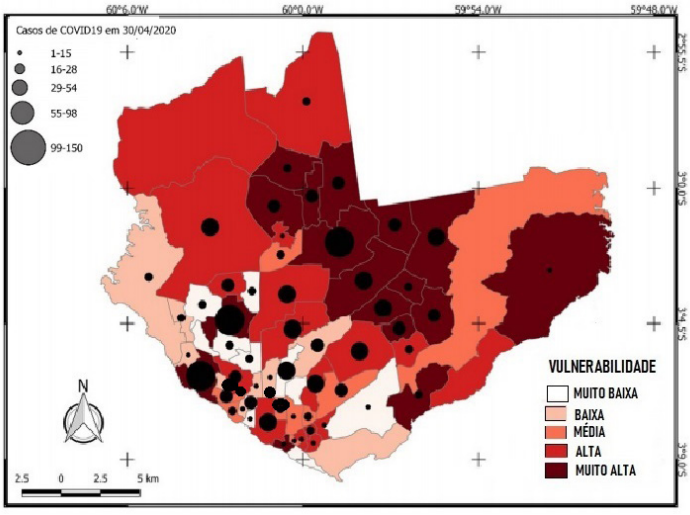
Fonte: Aleixo *et al.* (2020) (adaptado pelos autores).

Ou seja, o governo estadual reconhece a importância do mapeamento da vulnerabilidade social como forma de contenção da doença no município de Manaus.

Um mês depois (30/04), conforme Mapa 3, a doença já se espalhara para todos os bairros da cidade de Manaus, que contabilizava, 3.273 casos confirmados e 312 óbitos (FVS). Chama a atenção o Mapa 4, que apresenta a distribuição dos casos graves da Covid 19 em Manaus e que desenvolveram a forma grave da doença, necessitando de internação hospitalar. Segundo a Nota Técnica, os bairros com elevada quantidade de casos graves da doença são também de vulnerabilidade social muito alta.

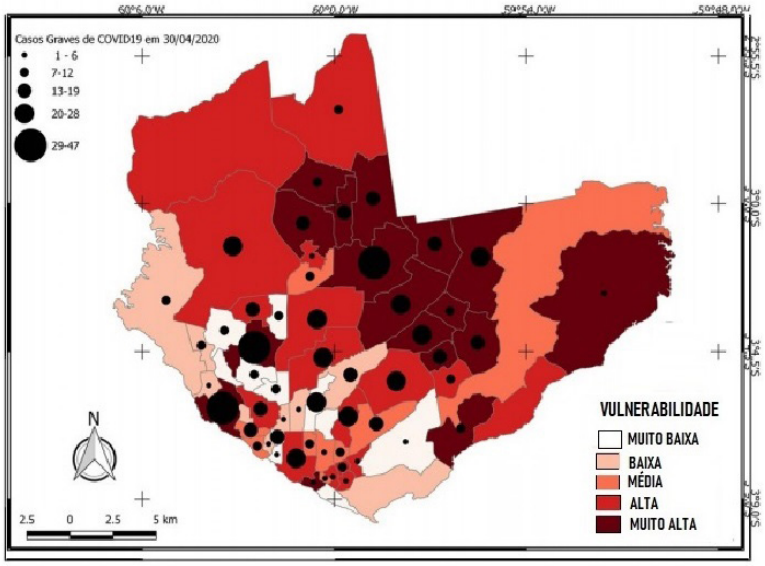
> Comparando os períodos analisados pode-se evidenciar que as condições de vulnerabilidade social distinta estão espacialmente associadas a gravidade dos casos da COVID-19, sendo que o total de casos confirmados é elevado no bairro Parque 10 e Cidade Nova, que são bairros populosos e com elevada densidade demográfica. O parque 10 também representa elevada quantidade de população idosa. Entretanto, os casos mais graves da COVID-19 demonstram as contradições na produção e reprodução capitalista do espaço urbano, com condições de fragmentação e desigualdades marcantes que acometem a população mais vulnerável, com menor condição para prevenção e tratamento da doença (Aleixo *et al.*, 2020, p. 6).

Mapa 3 - Casos confirmados na cidade de Manaus (13/03 a 30/04/2020)



Fonte: Aleixo et al. (2020) (adaptado pelos autores).

Mapa 4 - Casos graves (13/03 a 30/04/2020) e vulnerabilidade social.



Fonte: Aleixo *et al.* (2020) (adaptado pelos autores).

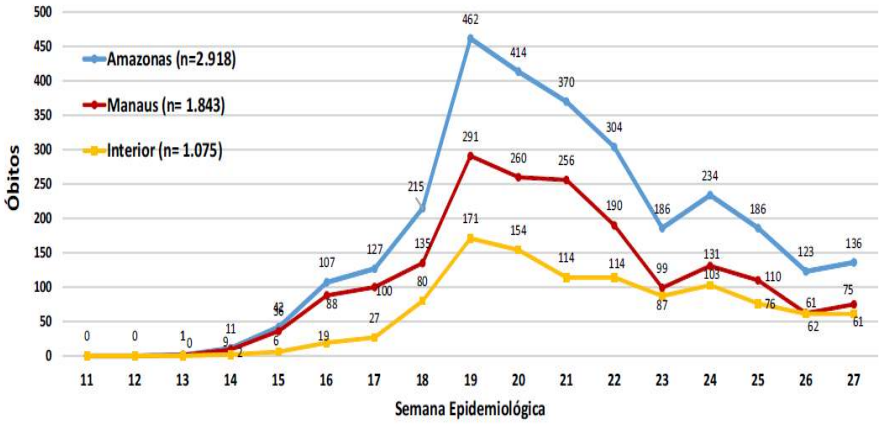
A divulgação desses dados coincide com o colapso do sistema de saúde de Manaus. Em 27 de abril, fazia uma semana que o município contabilizava uma média de 100 sepultamentos por dia. Um dia antes, o município teve o recorde de 140 óbitos em 24 horas. O cemitério Nossa Senhora Aparecida, no bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus, tornou-se emblemático e símbolo desta tragédia por concentrar a maioria dos sepultamentos desse período, com instalação de contêineres frigoríficos para armazenar corpos e abrir valas comuns para suprir a demanda de enterros.

Manaus é ilustrativa dos níveis significativos de desigualdade intrametropolitana, como destaca o *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* (PNUD, IPEA, & FJP, 2014), os quais estão diretamente associados à evolução da doença no município. A região com maior IDH-M da capital amazonense (que apresentava um IDHM de 0,720), comporta os bairros nobres de Nossa Senhora das Graças – Vieirópolis / Adrianópolis – onde a pandemia teve início – que, em 2000, apresentavam IDHM de 0,943, semelhante ao da Noruega (0,942, o maior do mundo na época). Já a Zona Oeste comporta os bairros periféricos Colônia, Terra Nova, Monte das Oliveiras, Santa Etelvina, Jorge Teixeira, e o bairro Tarumã, com IDH-M de 0,658, menor que o do Vietnã (0,688) e pouco maior que o da Bolívia (0,653).

Alheio aos acontecimentos, o prefeito da cidade, Arthur Virgílio (PSDB), em entrevista ao Globo News[7], no dia 3 de maio, descartou adotar o *lockdown*, pois, segundo ele: "daria um quebra-quebra brutal. É uma determinação que ultrapassaria as minhas prerrogativas". No dia 19 de maio de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou levantamento que explica a relação entre desigualdade social e a explosão do número de casos: Manaus possui 53,3% dos domicílios localizados em aglomerados subnormais (favelas, invasões, palafitas e loteamentos), sendo, ainda, a capital com a maior proporção de domicílios nessas condições entre todas as capitais do país (IBGE, 2020). Para essa parcela da população, as medidas de prevenção não farmacológicas, defendidas pelas autoridades sanitárias do país, são incompatíveis com sua realidade de pobreza.

Manaus, assim como o estado do Amazonas, começa a ter declínio nos casos e óbitos a partir da semana epidemiológica 19 (03 a 9/5) – como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1- Óbitos pela Covid-19, por semana epidemiológica do óbito. Amazonas, 2020, até SE 27.

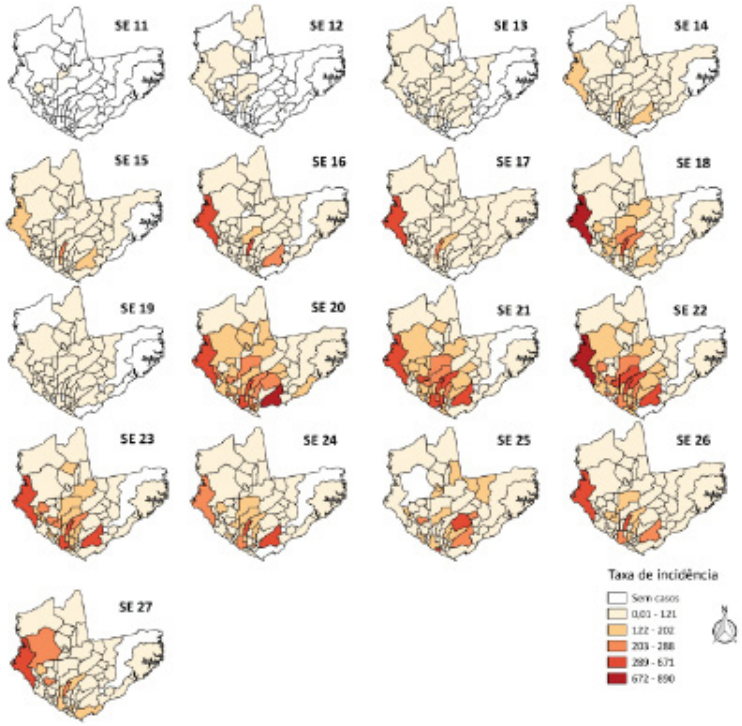


Fonte: SIVEP-GRIPE/ASTEC-SASS/FVS-AM.

Entretanto, apesar da diminuição, novos casos seguiam se concentrando nos bairros mais vulneráveis (Figura 2). De acordo com a FVS, na semana epidemiológica 27 (28/06 a 04/07), o bairro Ponta Negra (363 casos/100 mil hab.) e Tarumã (270 casos/100 mil hab.) tiveram a maior taxa de incidência de novos casos.

[7] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/03/prefeito-manaus-saude-coronavirus-calamitosa-confinamento-lockdown.htm

Figura 2 - Distribuição espacial da taxa de incidência (casos/100 mil hab.) de casos novos de Covid-19 por bairro de residência no município de Manaus. Amazonas, 2020, até SE 27



Fonte: SIVEP-GRIPE/ASTEC-SASS/FVS-AM.

No dia oito de agosto de 2020, Manaus registrava um total de 37.267 casos confirmados e 2.050 óbitos. Ou seja, enquanto detém 1,04 % da população brasileira, a letalidade da pandemia representava 2,04% dos óbitos do Brasil.

Fortaleza

Em Fortaleza os primeiros casos, ocorreram em 15 de março. De acordo com boletim da Secretaria da Saúde do Ceará, tratava-se de três pessoas que viajaram para o exterior e tiveram a doença confirmada na volta ao Brasil. Este fato contribui para se entender como se deu a formação de "cadeias" de contágio em Fortaleza, que é a capital do Nordeste que mais recebe voos internacionais. Foram quase 50 casos no início de março, pouco depois do registro dos primeiros casos.

Em 19 de março, o município publicou o primeiro decreto de quarentena, influenciado pelo fato de a equipe de vigilância epidemiológica ter verificado um aumento de casos decorrentes de eventos sociais. Tal como verificado em Manaus, na fase inicial da transmissão, predominaram casos importados e seus contatos, com concentração de mortes em bairros de alto e muito alto IDH, para, em seguida ocorrer a dispersão do vírus para as regiões mais vulneráveis.

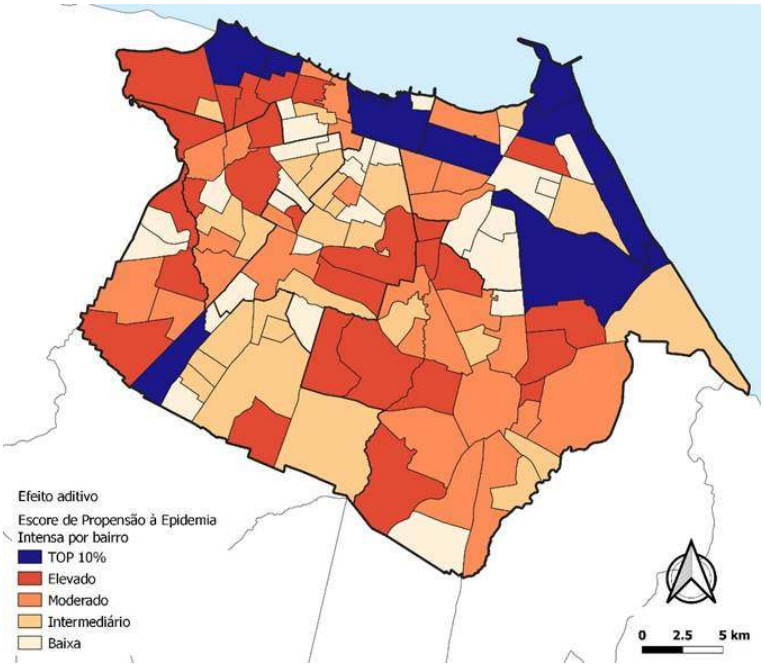
Para conhecer melhor a relação entre desigualdade social e a transmissibilidade do coronavírus em Fortaleza, a pesquisa "Propensão à epidemia grave de COVID-19 da população residente em bairros do município de Fortaleza" (Braga *et al.*, 2020)[8] buscou identificar os bairros potencialmente mais atingidos pela epidemia. Todas as informações aqui apresentadas se assentam nesses resultados. A pesquisa foi baseada na análise de três indicadores: carga de infectividade (casos notificados à Secretaria Municipal de Saúde até o dia 12 de março); carga de infecção (medida a partir da combinação da carga de infectividade e da mobilidade populacional entre os bairros da capital) e índice de vulnerabilidade epidêmica populacional (estabelecido a partir de indicadores sociodemográficos como proporção de população analfabeta, pessoas em extrema pobreza, domicílios sem água e banheiro, proporção de desempregados). O Mapa 5 apresenta os resultados da pesquisa.

Como se pode notar no Mapa 6, da distribuição espacial dos 376 óbitos nas primeiras cinco semanas epidemiológicas, esses casos ocorreram em bairros de alto e muito alto IDH, mas já se observa o início da dispersão do vírus para bairros mais vulneráveis, destacados no mapa anterior.

A partir de então, há um aglomerado contínuo de alta intensidade e com concentração nas regionais mais vulneráveis, a Oeste, e dispersão em bairros centrais. No período de 26/04 a 30/05, Fortaleza se tornou, de acordo com dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, a região do país com maior mortalidade pela doença. A macrorregião de saúde atingiu um coeficiente de mortalidade de 564,9 pessoas para cada um milhão de habitantes, superando os países que até então apresentavam os maiores índices de mortalidade, como o Reino Unido (com 536,1 mortes a cada milhão de pessoas) e a Itália (com 539,4).

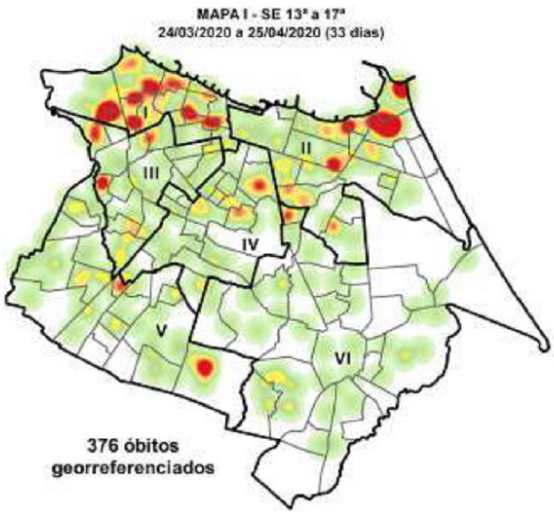
[8] A análise, coordenada pela UERJ, foi produzida por pesquisadores dos departamentos de Saúde Comunitária, de Engenharia de Transportes e de Geografia da UFC, juntamente com especialistas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Mapa 5 - Escore de propensão à epidemia de covid-19 por bairro de Fortaleza



Fonte: Braga et al (2020). Portal da UFC. Departamentos de Saúde Comunitária, de Engenharia de Transportes e de Geografia da UFC (2020).

Mapa 6 - Densidade espacial de óbitos, de 24/03 a 25/04, segundo bairro de residência do paciente.



Fonte: Fortaleza, SMS - Boletim Epidemiológico Covid-19 – Atualizado 07 de agosto de 2020.

De acordo com Dantas, Costa e Silva (2020, p. 10),

> As maiores taxas de mortalidade se concentram nos bairros mais vulneráveis e adensados. Os pontos sensíveis da cidade migram, do aeroporto aos terminais de ônibus e estações de metrô. Gera-se, assim, uma nova comoção nacional, resultante das dificuldades enfrentadas por seus usuários, trabalhadores provenientes dos bairros pobres e a trabalharem nas áreas contaminadas. O isolamento social empreendido no país, deixou espaço aberto ao desenvolvimento de serviços, muito valorizados dentre os habitantes das áreas nobres, a justificarem um contato direto e frequente com os infectados sintomáticos e assintomáticos (empregadas domésticas, diaristas, cuidadoras, porteiros, faxineiros etc.). Manteve-se o direito de acesso a um conjunto de serviçais, expondo-os, assim, a uma contaminação quase certa. São estes trabalhadores, usuários do transporte coletivo, os vetores de um processo de contaminação em trânsito, em deslocamento de seu lugar de habitação ao de trabalho (e vice-versa) e com direito a conexão nos terminais de ônibus municipais, intermunicipais e estações de metrô.

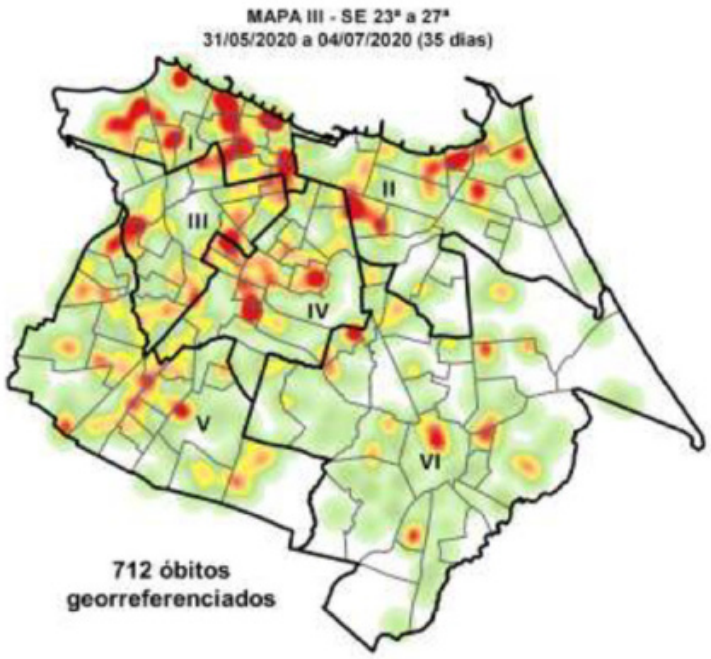
Níveis significativos de desigualdade intraurbana associados à evolução da Covid-19 também se fazem notar em Fortaleza (IDHM de 0,732), uma vez que os bairros de alto e muito alto IDHM – Meireles (I e II), Alphavillle, Eusébio, Praia de Iracema, Varjota, Parque Iracema – com IDHM variando entre 0,915 e 0,945, também foram os que apresentaram os primeiros casos. O número de casos e mortes, no entanto, se estabiliza e diminui nesses bairros e passa a avançar para bairros mais vulneráveis, como Barra do Ceará, Mondubim, Vila Velha e Bom Jardim, cujos IDHM variam entre 0,567 e 0,569.

Em cinco de maio, o governador do Ceará e o prefeito da capital decretam o *lockdown* na cidade por 14 dias, que foi prorrogado até 31 de maio. Como demonstrado no Mapa 7, a transmissão começa a diminuir drasticamente, a partir de então. De acordo com o Informe Semanal Covid-19 de Fortaleza, houve uma diminuição em 71% das mortes (pessoas com endereço georreferenciado) nas cinco semanas corridas (SE 23-27), em comparação ao período similar anterior, e os casos, antes concentrados, passam a se dispersar por diversas áreas da cidade.

De fato, como demonstrado no Gráfico 2, a primeira fase da epidemia dura até o fim de março, quando a média de casos nos últimos sete dias se aproximou de 150. Outra fase, de maior magnitude, cresce a partir do início

de abril até meados de maio, com média móvel de mais de 860 casos, no pico. A partir de então, inicia-se uma consistente tendência de redução do número diário de casos.

Mapa 7 - Densidade espacial de óbitos, de 31/05 a 04/07, segundo bairro de residência do paciente.



Fonte: Fortaleza, SMS - Boletim Epidemiológico Covid 19 – Atualizado 07 de agosto de 2020.

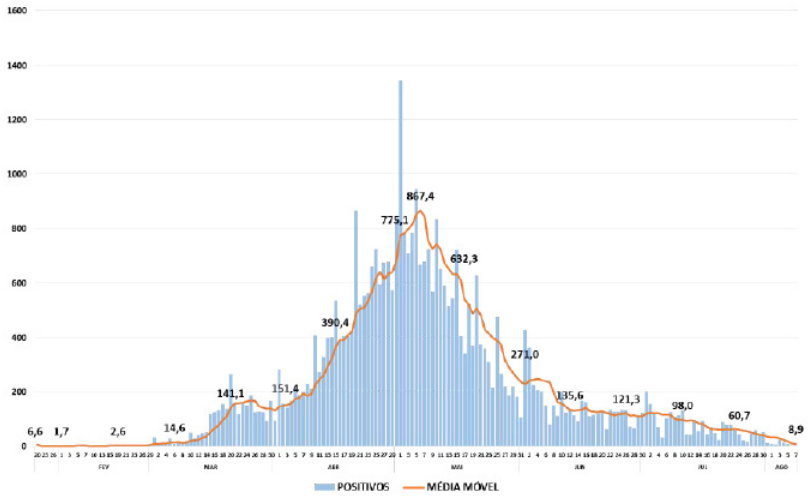
De acordo com o boletim, a evolução da doença no período de 05/07 a 03/08, foi o período de menor mortalidade. A distribuição espacial dos 166 óbitos ocorridos nesse período revelou a presença de aglomerados pontuais em diversos pontos da cidade.

No dia oito de agosto de 2020, Fortaleza registrava um total de 43.850 casos confirmados e 3.736 óbitos. No entanto, a média móvel[9] de novos óbitos em Fortaleza foi de duas mortes por dia. A capital cearense alcançou, por duas semanas seguidas, menos de 10 óbitos diários em decorrência da Covid-19. Contrário ao argumento do Governo Federal, o *lockdown*, que se

[9] Mede a evolução da doença mais próxima do real e corresponde à soma de todos os eventos ocorridos nos dias da semana divididos pelo número por sete (equivalente aos dias).

estendeu por todo o mês de maio, demonstrou sua efetividade, evitando mortes.

Gráfico 2 - Covid-19: Série temporal de casos confirmados e média móvel de sete dias. Fortaleza, 2020.



Fonte: Fortaleza, SMS - Boletim Epidemiológico Covid-19 – Atualizado 07 de agosto de 2020.

São Paulo

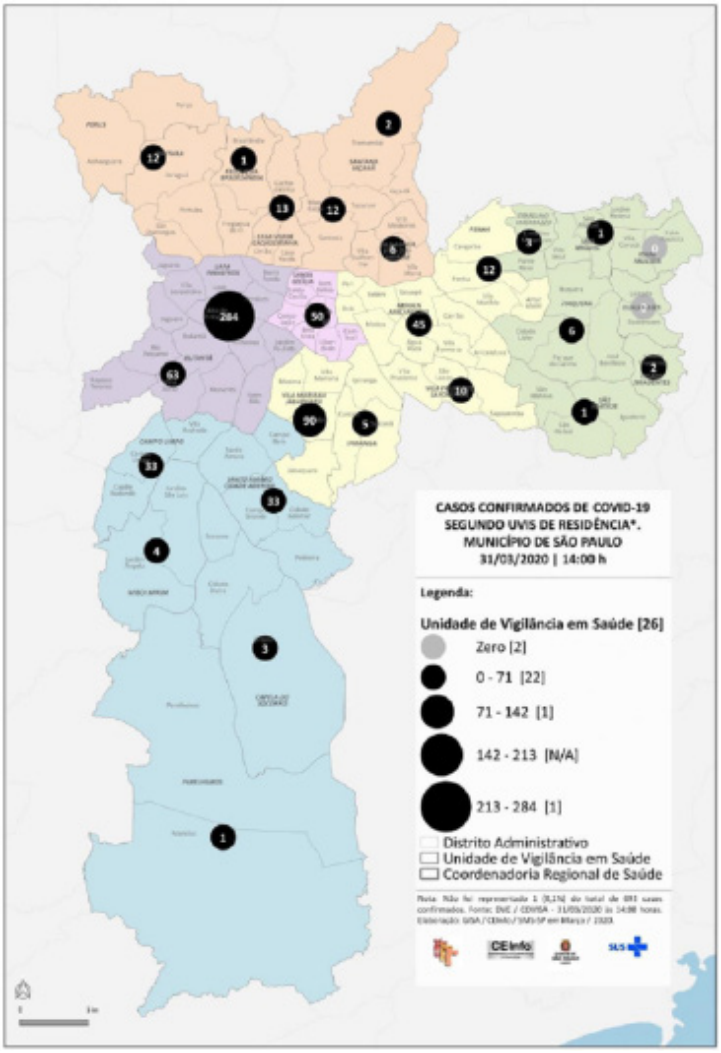
O primeiro caso do novo coronavírus no Brasil foi confirmado pelo Ministério da Saúde na quarta-feira, dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, capital. Em 12 de março de 2020, quando a transmissão se torna comunitária, havia 44 casos confirmados e, até o dia 31 de março, foram confirmados 1.438 casos, cuja localização está representada no Mapa 8.

A análise da distribuição regional dos casos mostra que a Unidade de Vigilância em Saúde Lapa/Pinheiros apresentou o maior número de casos, 284, seguida da Vila Mariana/Jabaquara, com 90. São regiões centrais com elevado padrão socioeconômico, sugerindo que esta incidência de casos estaria relacionada aos casos importados e seus comunicantes.

Ao longo dos meses seguintes, a doença avança para a periferia da cidade. No final de abril a região Sudeste era destaque por concentrar, em números absolutos, a maior quantidade de mortes por Covid-19 no país, embora o total de óbitos/milhão de habitantes fosse maior nas grandes regiões Nordeste e

Norte. A cidade de São Paulo era, nesse momento, o epicentro da doença no Brasil.

Mapa 8 - Casos confirmados segundo Unidade de Vigilância em Saúde (UVIS) de residência. Município de São Paulo, 2020



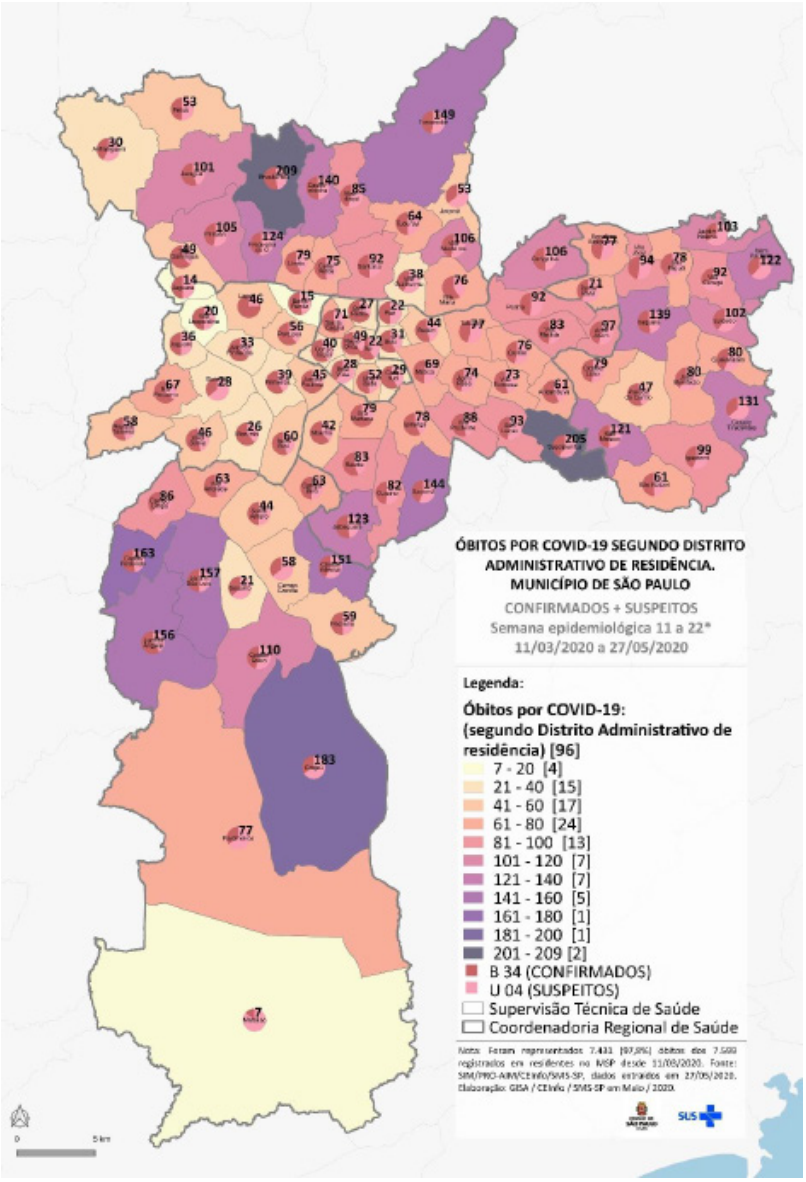
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (2020).

Em 26 de maio, o município apresentava 51.852 casos, com taxa de letalidade[10] de 7,16% (SIVEP-Gripe) e coeficiente de incidência de Covid-19

[10] A epidemiologia considera grave qualquer vírus com letalidade de 3% ou mais.

de 425/100.000 habitantes. É o momento em que ocorre a explosão do número de casos concentrados nas regiões periféricas da cidade. O mesmo ocorre com o número de óbitos, como se pode notar no Mapa 9.

Mapa 9 - Óbitos confirmados e suspeitos por Covid-19 segundo Distrito Administrativo (DA) de residência. Município de São Paulo 27/05/2020.



Fonte: São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde (2020).

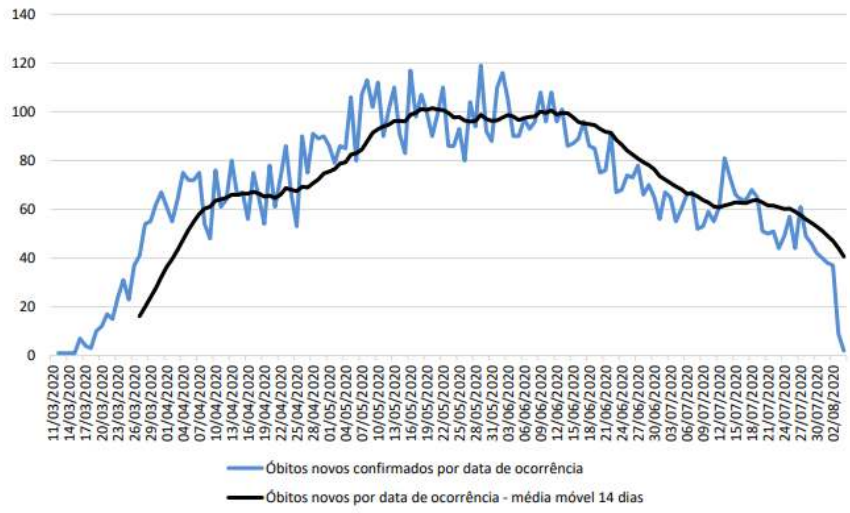
Os Distritos Administrativos de Brasilândia (CRS Norte) e Sapopemba (CRS Sudeste) apresentaram o maior número de óbitos até 27/05/2020, seguidos pelos Distritos Administrativos Grajaú, Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela (CRS Sul), com 183, 163, 157 e 156 óbitos, respectivamente.

Em 3 de junho, a capital apresentava média de 2.500 novos casos por dia. Após ter registrado uma queda repentina, a média móvel se manteve estável por cinco dias, entre 1.940 a 2.023 casos até o dia 13 de junho. A partir do dia 14, a cidade registra maior número de novos casos, sendo que no dia 16 a média móvel foi de 2.807 novos casos. As mortes mantiveram-se concentradas nos bairros periféricos: Sapopemba, Brasilândia e Grajaú registraram cerca de 400 óbitos cada um.

Assim como em Manaus e Fortaleza, São Paulo também apresenta níveis significativos de desigualdade intrametropolitana associados à evolução da doença. Na capital paulista (IDHM de 0,794), o Distrito Administrativo do Morumbi tinha um IDHM de 0,938; já os Distritos Administrativos Brasilândia (0,769) e Sapopemba (0,786) – da periferia – apresentaram os maiores números de óbitos no período analisado.

Conforme o Gráfico 3, apesar da instabilidade, a cidade passa a registrar leves quedas no número total de mortes por Covid-19.

Gráfico 3 - Óbitos novos confirmados de residentes, segundo data do óbito. De 11/03 a 04/08.



Fonte: São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde (2020).

No dia oito de agosto de 2020, a maior metrópole do país registrava um total de 246.650 casos confirmados e 10.172 óbitos.

Retrospectivamente, observa-se que, após ter decretado *lockdown* por três semanas, Fortaleza vê a curva cair. Manaus, por pressão popular, em função da rápida explosão de casos, faz quarentena restritiva e diminui os casos. Mas parece existirem outros fatores que explicam esta queda rápida. São Paulo, que teve uma política agressiva e de muita informação à população, sofreu os impactos dos discursos divisionistas, não logrando efeito nas tentativas de isolamento social. Maior município em termos de população e riqueza, seu comportamento impacta no do restante do país. O Brasil, ao não conseguir achatar a curva, chega a agosto com um grau de estabilidade alto, sem recuo na curva, derivado do comportamento das metrópoles. Estas, fundamentais para a dinâmica da economia regional e nacional, territorialmente muito adensadas, são espaços de segregação social, naturalizada pela distância social, expressão da convivência contraditória entre riqueza e pobreza.

Reflexões finais

A análise do efeito-território permitiu desnaturalizar a segregação socioespacial e entender que a maior proporção de casos e de mortes ocorre em municípios de alto PIB e IDH. Nesses municípios, há um padrão de desigualdade intraurbana – com uma grande diferença entre o maior e o menor índice dentro de um mesmo município – que, como procuramos demonstrar, fez e ainda faz com que a doença tenha maior incidência junto às regiões mais pobres.

Também, coloca em evidência que questões de infraestrutura urbana – como alta taxa de densidade habitacional, falta de água potável e produtos de higiene etc. – resultam nas bases materiais impeditivas do distanciamento social. Soma-se a isso o não reconhecimento imediato do trabalho acumulado pelos programas como Saúde da Família que, embora com quadros desfalcados de profissionais, é o braço operacional do SUS que chega mais rapidamente a esses territórios vulneráveis.

A recusa do governo federal em reconhecer a centralidade dos especialistas em saúde pública e epidemiologistas exigiu que governos estaduais e municipais criassem suas próprias estratégias, muitas vezes conflitantes entre si, a partir do momento em que a doença já se espalhava.

A epidemia, por último, mostra que todas as áreas de conhecimento foram e devem ser ainda mais mobilizadas para um enfrentamento multidisciplinar: se vivemos o momento dos epidemiologistas e virologistas, suas pesquisas precisam estar assentadas em bons diagnósticos socioeconômicos, que contemplem as diferenças de gênero, raça, espaço territorial e renda, entre outros.

Em crises humanitárias como esta, somente uma gestão coesa, articulada e forte do Estado nacional e seus entes federados, por meio da democratização de bens e serviços de saúde, assistência social e renda mínima, é que pode construir as condições para que os pobres urbanos e rurais consigam atravessar a crise com minimização de danos.

Sob a cartografia da desigualdade, reafirmada por organismos como o Banco Mundial, há que se agir rapidamente, no sentido de construção de agendas propositivas para diminuição da pobreza. Afinal, o que ocorre nas três cidades analisadas é apenas uma das facetas da pandemia "à brasileira": mitos como Norte pobre e Sul rico foram desmontados, e também se revelou a intransparência da divulgação das informações como mais um dos componentes do quadro da violação dos direitos fundamentais. O epicentro da pandemia e a forma como ela se dissemina no território, mostra uma das piores faces do binômio desigualdade social e pobreza: os territórios da morte, como uma atualização cruel daquilo que Kowarick (2009) denominava de vulnerabilidade socioeconômica e civil.

Referências

Aleixo, Natacha C.R., Silva Neto, João C.A.da, Almeida, Rayane B.de, & Pereira, Ulliane de A. (2020). *Vulnerabilidade social e Covid-19 na cidade de Manaus*-AM. Nota Técnica Covid-19 n° 006, de 20/05/2020. Manaus: Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Andrade, Luciana T., & Silveira, Leonardo S. (2013). Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas, 13* (2), 381-402. doi: 10.15448/1984-7289.2013.2.14295

Arretche, Marta. (2015). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp.

Bastos, Francisco I., & Szwarcwald, Célia L. (2000). AIDS e pauperização: principais conceitos e evidências empíricas. *Cad. Saúde Pública, 16* (1) [online], S65-S76. doi: 10.1590/S0102-311X2000000700006

Batista, Amanda *et al.* (2020). Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Nota Técnica 11. *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde* (NOIS). www.sites.google.com/view/nois-pucrio

Benicio, Maria H. D'A., & Monteiro, Carlos A. (2000). Tendência secular da doença diarréica na infância na cidade de São Paulo (1984-1996). *Revista de Saúde Pública, 34* (6) supl., 83-90. doi: 10.1590/S0034-89102000000700011

Braga, José U. *et al.* (2020). Propensity for Covid-19 severe epidemic among the populations of the neighborhoods of Fortaleza, Brazil, in 2020. *BMC Public Health, 20* (1), 1486, 2020. doi: 10.1186/s12889-020-09558-9

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2020) *Boletim Epidemiológico Especial COE-COVID-19*, n°14, de 26 de abril de 2020. Brasília: Ministério da Saúde.

Castel, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Cimini, Fernanda *et al.* (2020). *Análise das primeiras respostas políticas do Governo Brasileiro para o enfrentamento da COVID-19 disponíveis no Repositório Global Polimap*. Nota Técnica n. 1. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG. Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1242-nota-tecnica-analise-das-primeiras-respostas-politicas-do-governo-brasileiro-para-o-enfrentamento-da-covid-19-disponiveis-no-repositorio-global-polimap

Dantas, Eustogio Wanderley C., Costa, Maria Clelia L., & Silva, Carlos Lucas S. da (2020). Fortaleza, de uma contaminação derivada dos lugares turísticos à transformação dos espaços de moradia em territórios de adoecimento e de morte. *Confins - Revue franco-brésilienne de géographie, 45,* 2020. doi: 10.4000/confins.29971

Fernandes, Danielle C., Salata, André R., & Carvalhaes, Flavio. (2017). Desigualdades e estratificação: analisando sociedades em mudança. *Revista Brasileira de Sociologia, 5* (11), 86-112. doi: 10.20336/rbs.222

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). (2020). *Estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 nos estados brasileiros e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nos municípios*. Relatório

n. 3 preparado por Grupo de Métodos Analíticos de Vigilância Epidemiológica (MAVE) do PROCC/Fiocruz e EMap/FGV.

Freitas, Maria Isabel C., & Cunha, Lucio. (2014). Geotecnologias aplicadas na análise da vulnerabilidade social e ambiental: um estudo piloto em municípios do Estado de São Paulo. In Magda Lombardo, & Maria Isabel Freitas (eds.) *Riscos e vulnerabilidades: teoria e prática no contexto luso-brasileiro* (p. 109-129). São Paulo: Cultura Acadêmica.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2020). *Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19.* Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Editado por Marco Aurélio Costa, & Bárbara O. Marguti. Brasília: IPEA.

Kowarick, Lucio. (2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34.

Lima, Samuel do C. (2016) *Território e Promoção da Saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde*. Jundiaí: Paco Editorial.

Marques, Eduardo, Scalon, Celi, & Oliveira, Maria Aparecida. (2008). Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Dados, 51* (1), 215-38. doi: 10.1590/S0011-52582008000100007

Moraes, Rodrigo F. (2020) *COVID-19 e medidas legais de distanciamento social: descentralização das políticas, relação com o número de óbitos e análise do período de 27 de abril a 10 de maio de 2020*. Nota Técnica n. 19, maio de 2020. IPEA, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. Brasília: IPEA.

Motta, Luana; Feltran, Gabriel. (2020). Fazer morrer e deixar morrer: efeitos da Covid-19 e da estupidez nas periferias. *Sociologia na Pandemia 9#*. Publicações UFSCAR. Disponível em: http://www.ppgs.ufscar.br/sociologia-na-pandemia-9/

Paugam, Serge. (1999). Abordagem sociológica da exclusão. In Véras, Maura P. B. (ed.). *O debate com Serge Paugam. Por uma sociologia da exclusão social* (p. 50-62). São Paulo: EDUC.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), FJP (Fundação João Pinheiro). (2014). *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Brasília: PNUD Brasil, IPEA, FJP.

Ribeiro, Carlos Antonio C., & Carvalhaes, Flávio. (2020). Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. *BIB, 92*, 46 p.

Rocha, Rogério L. (2020) Editorial: Ficar em que casa? *Revisa Radis*, 212. 5 maio 2020. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis212_web.pdf

Scalon, Celi, & Santos, José Alcides F. (2010) Desigualdades, Classes e Estratificação Social. In Carlos Benedito Martins (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (Sociologia) (p. 77-105). São Paulo: Anpocs.

World Bank. (2020). Covid-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas. *The World Bank* (site), 10 jul. 2020. Disponível em: http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf

Boletins Epidemiológicos Consultados

Brasil. Ministério da Saúde. Boletins Epidemiológicos Covid-19. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos

Fortaleza. Secretaria Municipal de Saúde (SMS). (2020). Boletins Epidemiológicos Covid-19. Disponível em: https://coronavirus.fortaleza.ce.gov.br/boletim-epidemiologico.html

FVS (Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas). Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Boletins Epidemiológicos Covid-19. Disponível em: http://www.fvs.am.gov.br/publicacoes

São Paulo. Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Boletins Epidemiológicos Covid-19. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/index.php?p=295572

SIVEP Gripe – Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe. Disponível em: https://gitlab.procc.fiocruz.br/mave/repo/tree/master/Boletins%20do%20InfoGripe

Submetido em 6 de setembro de 2020.
Aprovado em 7 de dezembro de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.778

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A resposta da política científica e tecnológica à pandemia da COVID-19

Science and technology policy in the COVID-19 crisis

Fabrício Monteiro Neves*
Fernanda Sobral*

RESUMO

Este artigo busca mapear a resposta do Estado brasileiro à pandemia da Covid-19, instalada no país desde março de 2020, levando-se em conta suas instituições do sistema nacional de ciência e tecnologia. Para isso, em um primeiro momento, discutiremos as respostas dadas em outros países, com ênfase no sistema de fomento e no arcabouço institucionalizado de pesquisa. Discutimos, posteriormente, a resposta do governo brasileiro que, desde o início, pôs em questão a real gravidade da situação. Finalmente, mostramos como a capacidade previamente instalada do sistema científico e tecnológico no Brasil, mesmo em contexto governamental de evidente oposição, respondeu, ainda que precariamente, à pandemia. Com isso, o que se quer argumentar é que, a despeito de toda limitação orçamentária e falta de apoio governamental, a existência prévia de uma rede de instituições de ciência e tecnologia possibilitou uma resposta à pandemia.

Palavras-chave: Covid-19; política científica, tecnológica e de inovação; pandemia; Sociologia da ciência.

* Doutor em Sociologia. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Emails: fabriciomneves@gmail.com

** Doutora em Sociologia. Professora aposentada e colaboradora do Programa de Pós- graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.
Email: fernanda@unb.br

ABSTRACT

This article seeks to map the Brazilian state's response to the Covid-19 pandemic, set up in the country since March 2020, taking into account its institutions of the national science and technology system. To this end, we will first discuss the responses given in other countries, with focus on the funding system and the institutionalized research framework. We will then debate the response of the Brazilian government, which from the beginning questioned the real gravity of the situation. Finally, we show how the previously installed capacity of the scientific and technological system in Brazil, despite evident governmental opposition, responded, even precariously, to the pandemic. The argument is that despite of the budgetary constraints and lack of government support, the previous existence of a network of science and technology institutions enabled a response to the pandemic.

Keywords: Covid-19; scientific, technological and innovation policy; pandemic; Sociology of science.

Introdução

A pandemia da Covid-19 (Coronavirus Disease 2019) tornou-se um evento global sem precedentes, pelo escopo de contaminação em um tempo relativamente pequeno. Desde a identificação em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, até o momento atual, cerca de 25 milhões de pessoas foram infectadas, com um total provisório de cerca de 850 mil mortos em todo o mundo. A curva de contaminações e de mortes está, no momento da escrita deste artigo, em ascensão, a despeito de ter direcionado a atenção quase que exclusiva para sua contenção, mobilizando toda a estrutura da sociedade global disponível, promovendo intercâmbio de conhecimentos, pessoas, insumos hospitalares e equipamentos médicos.

Tal foi o impacto instantâneo da pandemia, que alguns autores chegaram a falar que o sistema da saúde tem se tornado a totalidade da sociedade desde a emergência da pandemia, e é a partir de suas demandas que todos os outros sistemas sociais se organizariam, incluindo a ciência e a política (Stichweh, 2020, p. 3). A pandemia é um evento de tal monta, que suas consequências se deixam registradas na estrutura da própria sociedade, movendo para caminhos incertos sistemas como a economia, a política, a saúde e a ciência, mas também alcançando e alterando profundamente

modos de sociabilidades entremeados em interações circunscritas à vida doméstica (Cadenas, 2020; Ponte, & Neves, 2020)[1]. Dessa forma, seus efeitos transcendem Estados nacionais para se tornarem globais, superam barreiras físicas para serem gerais e operam em meio a uma dinâmica societária não preparada para responder a ele e, mesmo a despeito desse caráter surpreendente da Covid-19, as respostas têm emergido, à sua maneira, a partir da estrutura societal previamente existente, organizada em torno de sistemas funcionais cujas ações têm alcance limitado.

Assim, a crise da pandemia, lida a partir da estrutura societária prévia, nos faz refletir sobre a lógica funcional dos diversos sistemas sociais nas "províncias" da sociedade mundial, hipercomplexa (Neves, 2006). Queremos dizer que, mesmo ocorrendo em escala global, as respostas são circunscritas aos limites operacionais dos sistemas em seus respectivos espaços nacionais, destoando umas das outras, em função também das expectativas generalizadas, consolidadas previamente, a respeito das funções de cada sistema social. No Brasil em quarentena, temos acompanhado uma hipertrofia da política e da economia contra todos os outros sistemas (Neves, 2020). Assim, sistemas como a saúde e a ciência estão experimentando, dia-a-dia, eventos degenerescentes, produzidos pela política e pela economia, seja na negativa das potencialidades letais do vírus, seja nos recorrentes cortes orçamentários e contingenciamentos à saúde e à ciência.

Este trabalho propõe mapear a resposta do Estado brasileiro à pandemia da Covid-19, instalada no país desde março de 2020, levando-se em conta suas instituições do sistema nacional de ciência e tecnologia, as quais, salvaguardando suas limitações inerentes, responderam à sua maneira aos desafios colocados, contra um pano de fundo político negacionista[2]. Como tem se dado a resposta a Covid-19 em um ambiente institucional com estas características por parte das instituições de ciência e tecnologia no Brasil? Quais políticas e quais arranjos se instituíram a partir dessa perturbação de

1 Dada a complexidade e amplitude do processo pandêmico em curso, a teoria social tem sido mobilizada em sua integralidade, embora abordagens sobre as incertezas e riscos, por óbvio, afigurem como marcos analíticos mais utilizados. Isso inclui temas como governança e exercício do poder (Nygren, & Ollofson, 2020) e rituais de interação cotidiana (Moore, 2020). Vale destacar o exaustivo trabalho de Brown (2020), que faz uma revisão das abordagens críticas das ciências sociais que se utilizam de conceitos de risco e incerteza para compreender a pandemia.

2 De acordo com estudo feito pelo Lowy Institute (2021), de Sydney, o Brasil foi o país que pior gerenciou a pandemia de Covid-19 no mundo. A resposta do sistema político estava entre os critérios analisados para tal conclusão.

saúde pública? Mostraremos como a capacidade previamente instalada do sistema científico e tecnológico no Brasil, decorrente de políticas de fomento anteriores, respondeu à incerteza e à complexidade da pandemia.

Argumenta-se pela existência de "autonomia relativa" do sistema de ciência e tecnologia no tempo, a qual se relaciona com eventos incertos e complexos, produzindo ordens emergentes de respostas. Assim, discute-se, aqui, certa "inércia institucional" da ciência, a despeito de toda limitação orçamentária e falta de apoio governamental. Tanto a autonomia quanto a inércia são propriedades de instituições científicas, que decorrem do tempo reivindicado pela ciência para produzir resultados e que, portanto, produzem escalas temporais mais alargadas que a de uma pandemia. A esses elementos teóricos, será acrescentada a discussão do princípio da continuidade (Mattedi, 2017), como se verá à frente, o que permite falar também de "continuidade institucional" como mecanismo inerente a sistemas democráticos.

O trabalho está dividido em quatro partes, incluindo esta primeira. Na segunda parte, traremos uma visão panorâmica das políticas de ciência e tecnologia em alguns países selecionados, enfatizando aquelas que direcionaram esforços para o combate à pandemia da Covid-19. Em seguida, traremos um mapeamento dessas políticas no Brasil, contextualizando suas ações em função do arcabouço institucional instalado previamente e das condições emergentes da pandemia. Concluiremos, então, com algumas observações finais.

Respostas da ciência e tecnologia pelo mundo: países selecionados

Tão logo o novo coronavírus (Covid-19) foi notificado pelas autoridades chinesas, uma série de iniciativas foram tomadas para conter sua expansão. Políticas de migração foram alteradas, uma rede de informação integrada foi criada, articulada ou não, para informar em tempo real a expansão ou contenção[3], sistemas de saúde direcionaram esforços para acolhimento de pacientes infectados e, claro, governos criaram programas e ações especiais de ciência e tecnologia para pesquisas que iam de estudos da natureza do

3 Empresas como Google oferecem estatísticas globais em tempo real a partir de dados informados pelos países (cf. https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-PT&gl=PT&ceid=PT%3Apt-150).

vírus a estudo de dinâmica de populações para compreender melhor a pandemia. Em tempo recorde, potenciais vacinas já estão em fase de teste, graças a esforços governamentais e privados, na esteira da expectativa de uma depressão econômica da ordem de -5 % do PIB global (Cornell University, INSEAD, & WIPO, 2020). No entanto, distribuição de vacinas e crise econômica, mesmo que sejam eventos globais, ainda estarão estruturados pelos contextos nacionais específicos.

> há várias maneiras de alcançar a coordenação das políticas de CTI (ciência, tecnologia e inovação), desde a coordenação estratégica mais descendente liderada por um gabinete (como é o caso no Japão) à coordenação a nível de agência (como na Noruega). Não existe uma abordagem única para essas estruturas de governança, e as atividades de coordenação de CTI para lidar com a Covid-19 devem ser adaptadas ao ambiente institucional específico de cada país (OECD, 2020b).

Assim, embora a sociedade atual seja uma sociedade mundial (Luhmann, 2006), seus processos constituintes são, em algum nível, estruturados pelos limites nacionais, principalmente estatais, "que respondem localmente a questões que exigiriam respostas globais" (Neves, 2020). A grande parte dos processos que a pandemia desencadeia são influenciados por sistemas sociais com dinâmicas específicas enraizadas em Estados nacionais que respondem diferentemente à pandemia, levando-se em conta seus próprios limites de se imporem contra uma ordem mundial globalizada. Nesse sentido, vemos que, em alguns países, o sistema de saúde e suas diretrizes têm assumido decisões generalizantes que antes cabiam à política. Da mesma forma, em outros contextos da sociedade mundial, é o sistema econômico que se impõe, contra as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). O dilema, em grande parte dos contextos, é achatar a curva de infectados (sistema de saúde) versus crescer a curva do PIB (economia).

Nenhum país passou incólume pela pandemia. Todos foram obrigados a encarar ações em praticamente todas as dimensões, da economia à vida doméstica. Em específico, praticamente todos os países mobilizaram suas instituições de ciência e tecnologia em ações vinculadas à pesquisa da Covid-19. Mas, como se alega acima, o fizeram de forma diferente, seja nas instituições mobilizadas, nas modalidades de incentivo ou nos valores econômicos dispendidos, levando em conta uma infinidade de fatores, dentre

os quais estão aqueles ligados à trajetória institucional da ciência e tecnologia nos respectivos contextos nacionais e o padrão recente de financiamento da área. Abaixo, são mostradas iniciativas, em países escolhidos, de uso de instituições de ciência e tecnologia para responder à crise. Usaremos o *STIP COVID-19 watch* como fonte de dados, uma iniciativa da Organização para uma iniciativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)[4].

Quadro 1 – Indicadores do STIP WATCH

Q1A. Quais arranjos, se houver, estão em vigor para garantir que os pareceres científicos informem a política nacional e a tomada de decisões em relação à Covid-19?
Q1B. De que forma, se há alguma, as respostas de CTI para a Covid-19 estão sendo coordenadas em nível internacional?
Q2. Há disposições específicas em vigor para comunicar orientação científica e para refutar informações enganosas ao público sobre a Covid-19?
Q3. Quais novas medidas de política de CTI, se houver, seu país está tomando para responder especificamente à crise da Covid-19?
Q4A. Em nível nacional, quais mecanismos estão sendo desenvolvidos ou aproveitados para reunir diferentes atores de CTI (pesquisadores, indústria, governo, setor de saúde, fundações, etc.) para colaborarem efetivamente nas respostas à Covid-19?
Q4B. Em nível internacional, quais mecanismos estão sendo desenvolvidos ou aproveitados para reunir diferentes atores de CTI (pesquisadores, indústria, governo, setor de saúde, fundações, etc.) para colaborarem efetivamente nas respostas à Covid-19?
Q5. Quais abordagens novas, se houver, seu país está usando para lidar com a crise do coronavírus (por exemplo, uso de aprendizado de máquina, iniciativas de ciência aberta que impulsionam o acesso e o compartilhamento de dados e resultados de pesquisa, desenvolvimento e uso de modelos de previsão etc.)?
Q6A. Que impacto sobre o sistema de CTI você prevê a curto, médio e longo prazos e que medidas estão sendo implementadas para lidar com isso?
Q6B. O apoio ao sistema CTI faz parte dos pacotes de estímulo planejados que visam apoiar a economia?
Q7. Há mais alguma coisa relacionada à resposta da política de CTI à Covid-19 em seu país que você gostaria de mencionar?

É importante ter em relevo o financiamento extraordinário a pesquisas sobre a Covid-19 pelo mundo. Até 30 de agosto, foram feitos investimentos totais da ordem de 151,4 bilhões de dólares, por meio de 663 anúncios

4 Cf. https://stip.oecd.org/Covid.html.

de programas de financiamento, não somente públicos (Cornish, 2020). É um recorde em termos de ação global contra uma pandemia e, claro, são recursos desigualmente distribuídos, seguindo a dinâmica de financiamento altamente concentrada de C, T & I pelo mundo. Nesse sentido, tanto as ações quanto os fundos disponíveis são desiguais, e parte dessa desigualdade deve ser remetida às diferenças que operam em contextos institucionais divergentes no plano dos Estados nacionais. A partir das respostas às questões da tabela acima, pode-se constatar esse elemento de desigualdade no que tange às respostas à Covid-19.

Alemanha

Tomando primeiramente a Alemanha e sua resposta ao desafio da Covid-19, deve-se ter em conta a postura diligente da chanceler Angela Merkel em tomar o sistema de saúde e o sistema científico como conselheiros de decisões governamentais. Em discurso, no dia 18 de março de 2020, a chanceler se referiu à pandemia como o maior desafio desde a segunda guerra mundial. E ressaltou reiteradamente o papel estratégico que o sistema da ciência, tecnologia e da saúde teriam neste momento. Assim, uma força-tarefa foi criada para orientar a resposta, liderada conjuntamente pelo Ministério Federal do Interior da Alemanha (BMI) e pelo Ministério Federal da Saúde da Alemanha (BMG). A força-tarefa se vale do aconselhamento do Instituto Robert Koch, o principal instituto de saúde pública na Alemanha, o qual monitora continuamente a situação, avaliando cientificamente informações disponíveis.

Com este arranjo de respostas cientificamente embasadas, a Alemanha faz uso extensivo de instrumentos de política científica, tecnológica e de inovação (PCTI) para responder à pandemia, seja internamente, seja unindo forças com países e entidades internacionais[5]. Para as ações específicas sobre C, T e I, o Comitê de Orçamento do Bundestag alemão alocou fundos adicionais para pesquisas relacionadas à Covid-19. Esses recursos foram divididos e alocados em diversas ações e em vários institutos de pesquisa. A lista a seguir oferece uma perspectiva a respeito das ações:

5 Por exemplo, para este caso, a Alemanha faz parte da política de P&D relacionada ao Coronavírus no contexto da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Colaboração de Pesquisa Global para Pesquisa de Doenças Infecciosas (GloPID-R) e da Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI).

- Financiamento para os institutos de pesquisa alemães, realizado via BMG, em torno de 9.574 milhões de euros (Instituto Robert Koch, Instituto Bernhard Nocht de Medicina Tropical, Centro de Pesquisa Borstel, Instituto Hasso Plattner)
- Aporte de recursos, em torno de 140 milhões de euros, em programas para acelerar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 dentro da estrutura internacional da Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI).
- Programa de desenvolvimento de medicamentos para o tratamento da Covid-19, para melhor compreender o vírus, com orçamento em torno de 45 milhões de euros, com base nas prioridades de pesquisa definidas no roteiro da OMS para Covid-19, estruturada em torno dos seguintes módulos:
    - Módulo 1 - Combate à Covid-19 por meio de estudos clínicos iniciais para a aplicação de abordagens terapêuticas já conhecidas para Sars-CoV-2;
    - Módulo 2 - Controle da Covid-19 por meio de novas abordagens de diagnóstico clínico e terapêutico;
    - Módulo 3 - Pesquisa que contribui para a compreensão do vírus e sua propagação;
    - Módulo 4 - Apoio a projetos de pesquisa já em andamento sobre coronavírus
- Chamada para propostas de pesquisa interdisciplinares sobre pandemias, com foco na prevenção, detecção precoce e contenção causas, consequências e manejo de epidemias e pandemias.
- Rede de pesquisa, *University Medicine Network,* com 150 milhões de euros para o intercâmbio de dados e pesquisas de medicina universitária alemã no contexto da atual crise pandêmica.

Japão

A trajetória da Covid-19 no Japão pode ser observada a partir da resistência do governo japonês em promover severo *lockdown*, não fechar suas fronteiras, como fez a grande maioria dos países, principalmente a viajantes vindos da China, e realizar testes massivos, seguindo às orientações

da OMS. O primeiro-ministro, Shinzo Abe, fala de um "modelo japonês" que, traduzido, seria um "estado de emergência não obrigatório", mais aberto que o de seus vizinhos, e que, de forma surpreendente, levou a um número relativamente baixo de casos e mortes. Muitas explicações estão em construção, desde culturais, distanciamento social como hábito arraigado, até imunológicas, com a hipótese de que um vírus da família Sars já circulasse antes e produzisse imunidade. Deve-se mencionar que, como a Alemanha, no entanto, o Japão não menosprezou o aconselhamento científico e, além de ter mobilizado um aparato de monitoramento e cuidado, direcionou sua política de C, T, e I, uma das mais bem-sucedidas do mundo, a responder ao desafio da Covid-19.

O governo japonês criou a Sede do Novo Controle de Doenças do Coronavírus, chefiada pelo primeiro-ministro, orientada a promover medidas governamentais contra a Covid-19. Na Sede, o governo reuniu especialistas para fornecer aconselhamento científico para tomada de decisões políticas, no sentido inclusive do direcionamento da PCTI. Grande parte das respostas da ciência e tecnologia japonesas é coordenada pela Agência Japonesa de Pesquisa e Desenvolvimento Médico (AMED), que direciona e concentra esforços de pesquisa no sentido de responder à pandemia. A lista a seguir oferece uma perspectiva desses esforços:

- Apoio a projetos de P&D em métodos diagnósticos, métodos de tratamento e vacinas para Covid-19, no valor de 1,44 bilhões de ienes.
- Desenvolvimento de uma plataforma de P&D para responder imediatamente a epidemias de doenças infecciosas emergentes, como a Covid -19, no valor de 2,5 bilhões de ienes.
- Apoio suplementar de um bilhão de ienes ao Health Labour Sciences Research Grant (HLSR) para pesquisas para confirmação dos efeitos terapêuticos dos medicamentos existentes e para a criação de *kits* de diagnóstico para Covid-19.
- *Grants-in-Aid* especial (de 50 milhões de ienes) para pesquisa científica básica, na busca de desenvolver agentes preventivos, diagnósticos e terapêuticos, incluindo a coleta e análise de informações e amostras Covid -19.
- 0,3 bilhões de ienes para o desenvolvimento de equipamento de teste imediato para novos coronavírus.

Nova Zelândia

A Nova Zelândia é indicada como um caso de sucesso no combate ao novo coronavírus, com baixíssimo número de casos e mortes. Este sucesso se relaciona com uma postura proativa de uso de informação científica para responder à pandemia, seguindo principalmente as recomendações da OMS. O primeiro elemento a se considerar é o uso de testagem em massa, programa que está entre os maiores do mundo, o que permitiu um conhecimento de focos e dinâmicas fundamentais para o enfrentamento, possibilitando confinamentos efetivos e delimitados. Os pronunciamentos da primeira-ministra neozelandesa, Jacinda Ardern, alertando para os riscos da pandemia começaram a ser feitos antes mesmo que o primeiro caso fosse notificado. Foi criado, ainda antes da primeira notificação, o Centro Nacional de Coordenação da Saúde, formado pelo Ministério da Saúde e pelo Departamento e Gabinete da Primeira Ministra, os quais emitiam notas técnica e decisões políticas baseadas em pareceres científicos nacionais e internacionais.

No caso das PCTI da Nova Zelândia, o Conselho de Pesquisa em Saúde e o Ministério da Saúde, foram as instituições do sistema de ciência e tecnologia que lançaram chamadas públicas para respostas à pandemia, as quais priorizavam áreas como saúde e ciências sociais. Tais políticas consistiram em:

- Convocatórias, no valor de 570 mil dólares, para pesquisas relacionadas à Covid-19, com foco em pesquisas que podem fornecer evidências acionáveis a curto prazo (dentro de 3 a 6 meses), para informar o Ministério da Saúde e/ou outras agências envolvidas na resposta ao novo Coronavírus.
- Convocatórias para pesquisas, no valor de 1,44 milhões de dólares, que podem fornecer evidências a curto e médio prazos, para projetos de 24 meses. O objetivo é financiar pesquisas relacionadas à Covid-19 que fortaleçam a capacidade de pesquisa da Nova Zelândia e a resposta às ameaças emergentes de doenças infecciosa

Argentina

Dados do dia 02 de agosto de 2020 mostram que, na comparação com outros países da América Latina, a Argentina tem um dos menores número de mortos por causa da Covid-19[6]. Algumas razões são elencadas para tal feito, indo inclusive na direção da Nova Zelândia, como o início da quarentena tão logo se identificou o primeiro caso, e a adesão às recomendações cientificamente embasadas do presidente Alberto Fernández, que se orienta pelo Comitê Especial que Assessoramento, formado por cientistas de variadas especialidades, criado para coletar e organizar informações científicas para orientar decisões políticas. Entre tais decisões, o uso massivo de máscaras se destacou como um dos elementos mais eficazes para evitar a expansão da pandemia[7].

O governo argentino realizou, então, uma convocatória extraordinária realizada pela *Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica*, no valor de 5 milhões de dólares, para projetos de investigação, desenvolvimento e inovação destinados a melhorar a capacidade nacional de resposta à pandemia, com foco em diagnóstico, controle, prevenção, tratamento, monitorização e/ou outros aspectos relacionados com a Covid-19.

A Tabela 1 abaixo traz outros programas pelo mundo com foco na resposta científica e tecnológica a COVID-19.

Pode-se dizer que grande parte desses esforços, que se relaciona com a dinâmica institucional relativa a cada país, incluindo a dinâmica dos governos da ocasião, foram direcionados pelo "Fórum global de pesquisa e inovação: em direção a um roteiro de pesquisa", organizado pela OMS entre 11 e 12 de fevereiro de 2020, que reuniu mais de 300 cientistas, de uma grande variedade de disciplinas, bem como importantes financiadores de pesquisas, para discutir um mapa de investigação para a Covid19 (WHO, 2020). Desse encontro, definiram-se prioridades de pesquisa, para não sobrepor esforços e recursos entre países e empresas. As áreas prioritárias identificadas foram: vírus – história natural, transmissão e diagnóstico; pesquisas animal e ambiental sobre a origem do vírus e medidas de manejo

6 Por exemplo, no início de novembro, o Chile, com cerca de 18 milhões de habitantes, registrava quase 15 mil mortes, o Peru, com 32 milhões de habitantes, registrava algo em torno de 36 mil mortes, e a Argentina, com 44 milhões de habitantes, registrava 32 mil mortes.

7 O maior número de casos (90% deles), está na região de Buenos Aires (AMBA), o que possibilitou confinamentos severos em um espaço restrito.

na interface homem-animal; estudos epidemiológicos; caracterização clínica e gestão; prevenção e controle de infecções, incluindo a proteção dos profissionais de saúde; P&D de candidato a terapias; P&D de candidato à vacina; considerações éticas para pesquisa; ciências sociais na resposta ao surto. Os participantes do Fórum se comprometeram com uma agenda abrangente de pesquisa colaborativa, que pode ser encontrada acima na política de alguns países.

Tabela 1 - Respostas de C, T & I à Covid-19, países selecionados

FRANÇA	Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR)	€ 3 milhões	OMS
	REACTing (Pesquisa e ação voltada para doenças infecciosas emergentes)	€1 milhão	não
ESTADOS UNIDOS	DOE – Departamento de Energia	Não disponível	não
	NIH - Institutos Nacionais de Saúde	Não disponível	OMS
CANADÁ	Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde	CAD$52,6 milhões	OMS e GloPID-R
REINO UNIDO	MRC - Conselho de Pesquisa Médica	£20 milhões	OMS, GloPID-R, CEPI, Wellcome e Comissão Europeia
	WELLCOME	£10 milhões	UK Departamento para Desenvolvimento Internacional (DFID)

Fonte: De Negri & Koeller (2020).

O que as informações acima nos mostram é que, mesmo diante de uma pandemia desta monta, ainda desconhecida em sua intensidade, dispersão, tempo e gravidade, os países tenderam a se apegar às instituições de ciência, tecnologia e inovação que tinham disponíveis. O vírus, para usar uma metáfora, "infectou" as instituições dos respectivos países, levando-as a responderem de forma seja mais global ou nacional, priorizando áreas ou generalizando o apoio, integrando-se mais ou menos com iniciativas privadas etc. Essas respostas estão sendo dadas a partir de contextos nacionais específicos, como se viu, mesmo que tais contextos possam se articular e formar respostas conjuntas – ainda assim, esse arranjo emergente é definido pelos limites dos Estados nacionais.

Ao se considerar a variável tempo, pode-se adaptar aqui o Princípio de Continuidade (Mattedi, 2017), usado para discutir catástrofes ambientais e levar em conta o período pré-pandemia de arranjo institucional para C, T & I.

O princípio estabelece que existe uma relação de persistência entre as fases pré, trans e pós-impacto, ou seja, que as condições sociais observadas nos períodos trans e pós-impacto seriam uma propriedade emergente, embora incorporando maior complexidade, das condições sociais existentes no período pré-impacto. Nesse sentido, as instituições de C, T & I, ao serem impactadas pela emergência de uma pandemia nova, respondem de acordo com o que as estruturaram previamente, produzindo uma inércia em termos de respostas, mesmo em contextos de grande complexidade, como aqueles de transformação social. Pode-se perceber tal tendência nos dados levantados acima, desde que se considere elementos novos que emergiram a partir do caso raro. Abaixo veremos como tal continuidade institucional se manifestou no caso do Brasil, país que até a presente data havia registrado o segundo maior número de infectados e mortos.

O caso brasileiro

A crise da Covid-19 no Brasil pode ser lida a partir da hipertrofia da política e da economia contra sistemas que supostamente estariam no centro da organização das respostas à pandemia, como o sistema da saúde e ciência (Neves, 2020). As manifestações do Presidente Jair Bolsonaro, mesmo com a expansão no número de casos, foram realizadas contra todas as recomendações da OMS e contra evidências científicas da gravidade da Covid-19. O Presidente Jair Bolsonaro tem sido uma voz intransigente contra a quarentena e aconselhamento científico, a despeito, e declaradamente em oposição, à política cientificamente embasada de governadores e prefeitos[8]. No dia 12 de abril de 2020, Bolsonaro disse: "é o que eu tenho dito desde o começo, há 40 dias. Temos dois problemas pela frente: o vírus e o desemprego. Quarenta dias depois, parece que está começando a ir embora a questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego". Cinco meses depois, a Covid-19 havia levado a óbito 126 mil pessoas no Brasil.

No entanto, contra a relutância do executivo federal em admitir a gravidade da pandemia, em 22 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS)

8 Pesquisa recentemente divulgada vai além e, ao analisar 3.049 normas federais relativas à Covid-19, indica "estratégia de propagação do vírus conduzida de forma sistemática pelo governo federal, e as tentativas de resistência dos demais Poderes, dos entes federativos, de instituições independentes e da sociedade" (Ventura & Reis, 2021).

emitiu a portaria Nº.188 11, que ativou o centro de operações de Emergência (COE), com nível de alerta 1 (já que, à época, não havia casos suspeitos identificados), coordenado pela Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS). O COE busca organizar ações coordenadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para responder à emergência de saúde pública, no caso, reconhecendo a gravidade da Covid-19. O COE "aconselharia os secretários de saúde dos estados e municípios e o governo federal, serviços públicos e privados de saúde, agências e empresas sobre planos de contingência e medidas de resposta que devam ser proporcionais e restritas aos riscos atuais" (Croda et al., 2020). No dia 27 de janeiro, quando se identificou o primeiro caso suspeito de coronavírus no Brasil, o alerta foi elevado para nível 2 (risco iminente) e, em 3 de fevereiro a epidemia foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

Essas ações, baseadas em aconselhamento científico, no entanto, serviram para a demissão do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que se pronunciou a favor das políticas de isolamento social e, desde então, entre ministros de curto mandato e o atual, interino, o MS continua à mercê do negacionismo científico do chefe do executivo, o que provavelmente impactou também no desenho das políticas de C,T & I apresentadas abaixo. Deve-se frisar, como sustentam Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata (2020), que "a liderança é uma ferramenta poderosa para influenciar o comportamento humano", e, portanto, a afetação elocutória de Bolsonaro contra a ciência tem impactado crenças e comportamentos, levando grupos de pessoas a abandonarem o aconselhamento científico e a experiência de políticas bem-sucedidas em outros países, para mobilizações contra evidências científicas, nas ruas e redes sociais[9]. Apesar disso, ações têm sido tomadas no plano da PCTI brasileira, como nos mostram as iniciativas abaixo.

- Criação de um Comitê de Especialistas, por iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), a REDE-VÍRUS, que usa centros de Pesquisa do MCTIC como Certificadores para produtores locais fabricarem materiais de combate à Covid-19;

9 Ajzenman et al. (2020) sustentam, em pesquisa para o caso brasileiro: "encontramos um forte efeito de persuasão do chefe de Estado sobre o comportamento nas localidades onde ele tem a maioria de apoiadores. Especificamente, documentamos uma diminuição significativa do distanciamento social nos municípios pró-governo, na sequência dos eventos mais visíveis do presidente contra o comportamento e políticas de autoisolamento".

- Liberação emergencial de cerca de 20 milhões de dólares – sendo 10 milhões de dólares para chamadas públicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para projetos (bolsas) no âmbito das prioridades definidas pela Rede Vírus-MCTIC, incluindo: desenvolvimento de kits de diagnóstico; desenvolvimento de vacinas; utilização de tecnologias avançadas para seleção rápida de possíveis medicamentos; sequenciamento em larga escala e monitoramento de mutações em amostras SARS-Cov 2 (Covid-19); estruturação de banco de amostras de vírus para estudos científicos de compreensão da doença;
- Lançamento de ação emergencial pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em resposta à Covid-19, realizada através de financiamento reembolsável (crédito), operado diretamente junto à Finep, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com ênfase nos seguintes produtos: Equipamento de Proteção Individual (EPIs), equipamentos médicos e demais produtos essenciais para enfrentamento da Covid-19 e desenvolvimento, otimização e escalonamento da produção de dispositivos de atenção à saúde utilizados em UTIs ou no tratamento da Covid-19, como forma de aumentar a oferta nacional desses produtos;
- Lançamento do Programa Estratégico Emergencial de Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias, com objetivo de apoiar projetos de pesquisa para o enfrentamento da Covid-19 e em temas relacionados a endemias e epidemias típicas do país, com concessão imediata de 1.151 bolsas de mestrado e doutorado. No âmbito da chamada, foram lançados três editais para projetos temáticos de pesquisadores nas áreas de Epidemias, Fármacos e Imunologia e Telemedicina e Análise de Dados Médicos.

Como afirmam De Negri e Koeller (2020), os editais indicados acima não fazem menção às prioridades estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, o que evidencia uma desarticulação com projetos e iniciativas conjuntos, principalmente com países com as dificuldades que o Brasil apresenta em seu sistema de ciência e tecnologia, como é o caso de países latino-americanos. Nota-se, também, uma desarticulação interna, posto não se identificarem políticas conjuntas entre as instituições que fazem parte

do sistema de ciência e tecnologia no Brasil, o que evidencia ausência de coordenação e dependência tecnológica.

> Do ponto de vista de política científica e tecnológica, é clara a falta de estratégia e de coordenação. O país tem lacunas tecnológicas que são visíveis na falta de respiradores, EPIs e testes para a doença. As tentativas de que se tem notícia para o desenvolvimento doméstico de alguns desses equipamentos estão totalmente descoordenadas, dificultando a resposta à crise e a consolidação de competências tecnológicas no país. Depender apenas de tecnologia produzida em outros países, nesse momento, é condenar o país a enfrentar a escassez de equipamentos médicos e insumos farmacêuticos críticos para salvar vidas (De Negri, & Koeller, 2020, p. 18).

Um caso notável de dificuldade de informação é a plataforma IdearumMCTIC, lançada pela Portaria MCTIC nº 5.992, de 31/10/2019, que visava conectar ideias e avaliar a maturidade das soluções tecnológicas frente a desafios emergentes, incluindo pandemias. A plataforma, até onde se pode constatar pelo site do MCTIC, não serviu para selecionar projetos das chamadas do CNPq ou da FINEP. Diz-se que já recebeu "111 propostas com grau de maturidade variadas, que vão da escala 1 até 9, sendo 50 iniciativas exclusivamente para soluções tecnológicas e produtivas para o enfrentamento ao Coronavírus" (Brasil, 2020), no entanto, sem identificar o que será feito com elas ou qual seria a fonte de recursos para concretizá-las.

Um outro elemento de dificuldades é a informação sobre as PCTI em resposta à Covid-19. No site da Casa Civil do governo, por exemplo, há atualizações constantes das ações em resposta ao novo coronavírus, no qual as ações que tratam de C, T & I são, no geral, notícias de seminários e encontros sobre a pandemia. Mais grave ainda, o site da REDE-VÍRUS traz informações desatualizadas e os projetos não estão visíveis (consulta no dia 06 de setembro de 2020), o que dificulta a soma de esforços e busca de sinergias entre pesquisadores.

As chamadas e resultados preliminares dos editais acima reproduzem ainda dois problemas recorrentes da PCTI no Brasil. O primeiro é a concentração de recursos em estados do sul e sudeste. Tomando os editais da CAPES, cerca de 93% dos projetos financiados nas três áreas indicadas são dessas regiões. Um outro problema é a exclusão das ciências humanas e sociais das chamadas. Aliás, deve-se lembrar, esta era uma das áreas prioritárias

indicadas no "Fórum global de pesquisa e inovação: em direção a um roteiro de pesquisa", organizado pela OMS. Sobre isso, houve manifestação política pedindo a reconsideração das áreas prioritárias nos editais[10].

Tais problemas são indicados na literatura sobre a PCTI no Brasil. Por exemplo, Mazzucato e Penna (2016), ao estudar o Sistema de C, T & I no Brasil, indicaram a ausência de uma agenda pública de longo prazo e a fragmentação dessa agenda entre os entes públicos envolvidos, "incluindo funções duplicadas em vários ministérios, competências pouco claras das agências, falta de sinergias" (Mazzucato, & Penna, 2016, p. 63). Além disso, a dificuldade de financiamento, também um problema recorrente, agravou-se nos últimos anos, com redução drástica de recursos para ciência e tecnologia, com o agravante dos contingenciamentos, que apontam para um colapso sistêmico iminente, na esteira da crise econômica inédita que já se manifesta em toda a sua intensidade.

Tais respostas por parte da PCTI no Brasil, como se indica acima, estão na contramão da mensagem chave que organismos internacionais têm emitido em relação à resposta à pandemia por parte da PCTI. Por exemplo, a OCDE indicou em relatório a necessidade de uma resposta doméstica efetiva à COVID-19, de coordenação adequada entre ministérios e agências, para dirimir o risco de duplicar esforços ou perder oportunidades. Observa, também, a necessidade de aconselhamento científico, e da busca pela adesão e mobilização da comunidade de C, T & I (OECD, 2020a). Outros elementos do relatório ainda vão de encontro à PCTI brasileira, como a centralização, plataformas integradas para troca de informações abertas e pesquisa colaborativa.

Dada essa situação, principalmente relacionada à falta de coordenação em nível nacional, a pandemia instalou uma crise federativa que culminou na criação do Comitê Científico do Consórcio Nordeste para a Covid-19, integrado por representantes de todos estados da região e assessorados por cientistas e médicos de outras regiões do país e do exterior. A missão do Comitê é reunir informações para orientar e articular as ações dos estados

10 Foi feito um requerimento de informação (RIC no 531, de 2020) pela bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 26/05/2020, ao então ministro da educação Abraham Weintraub, sobre os editais CAPES citados acima. A resposta do Ministério da Educação, ao qual a CAPES está vinculada, indica esta discrepância entre as áreas. Para o edital no 9 de 2020, das 545 bolsas concedidas, uma foi para a área de Sociologia e uma para Antropologia; para os editais no 11 e 12 de 2020, respectivamente, 260 e 155 bolsas, nenhuma foi concedida à área de ciências humanas e sociais.

e municípios para o combate à pandemia de Covid-19, monitorando seu impacto na saúde pública, mas também na economia e educação. Importante ressaltar que tal iniciativa é uma resposta à falta de coordenação federal e à incapacidade de organizar uma agenda comum de combate à pandemia.

Assim, retomando o ponto do argumento, o caso da resposta científica e tecnológica do Brasil à pandemia da Covid-19 reproduz dinâmicas já recorrentes de sua PCTI, como a descontinuidade, fragmentação, sobreposição e falta de articulação entre as instituições e entes federados, agravadas pela crise de financiamento. A este elemento de continuidade de um T1 (Mattedi, 2017), deve-se considerar outros que emergiram com a pandemia, aumentando a complexidade do sistema em T2 (durante a pandemia), a saber, governo federal negacionista, o pouco tempo para desenhar políticas, crise orçamentária aguda, conflito entre atores importantes.

No entanto, deve-se ter em conta, também, que a resposta que está em andamento se dá graças à rede de instituições de ciência e tecnologia que se enraizou há décadas no Brasil. Ou seja, a continuidade de dificuldades atávicas, e a emergência de novas, ocorre em paralelo com a existência de uma rede de instituições de ciência e tecnologia consolidadas. CNPq, CAPES e FINEP institucionalizaram processos e conhecimento, incluindo formas de resposta rápidas apropriadas a períodos de pandemia, como as chamadas emergenciais, que, mesmo diante de um quadro governamental abertamente negacionista, conseguem desenvolver alguma resposta. Isso inclui universidades e centros de pesquisa. Assim, é graças à continuidade ou inércia institucional que, diante de um acontecimento extraordinário como a pandemia da Covid-19, a resposta, por mais restrita e precária que seja, ocorre.

Comentários finais

Neste trabalho, realizamos um mapeamento de respostas internacionais e nacionais à pandemia da Covid-19, instalada desde dezembro de 2019, com identificação do primeiro caso no Brasil em março de 2020, focalizado na política científica e tecnológica. Para tanto, levaram-se em conta as instituições dos variados sistemas nacionais de ciência e tecnologia. Em específico, selecionaram-se os casos alemão, japonês, neozelandês e

argentino. Em um primeiro momento, com ênfase no sistema de fomento e no arcabouço institucionalizado de pesquisa, discutiram-se as respostas dadas em outros países. Após essa parte, discutiu-se a resposta do governo brasileiro que, desde o início, pôs em dúvida a real gravidade da situação. Com esse percurso, mostrou-se como a capacidade previamente instalada do sistema científico e tecnológico no Brasil, mesmo em contexto de aumento de incerteza e complexidade, respondeu, à pandemia, incorporando elementos emergentes como a crise orçamentária aguda e a falta de apoio governamental explícito.

Alguns comentários devem ser ainda incluídos. É certo que a crise de orçamento vai ter consequências no plano dos conflitos distributivos, o que, no caso do sistema de ciência e tecnologia, pode representar conflitos entre campos disciplinares. No entanto, a pandemia serviu para explicitar a importância da integração entre as ciências, levando em conta que tal ocorrência é tão natural quanto social. Se, por um lado, as ciências da saúde e biológicas estão na linha de frente dos diagnósticos e tratamentos, vemos também, por outro lado, áreas como matemática, computação e estatística, apoiando com projeções, modelos e dados, e as ciências humanas e sociais oferecendo contribuições no que se refere às causas do contágio e aos impactos sociais e econômicos. Apesar disso, e de diversos relatórios internacionais defendendo maior integração, no Brasil, as ciências humanas e sociais não foram devidamente contempladas nas chamadas dos financiamentos públicos.

Além disso, a crise da pandemia nos mostrou que o sistema de ciência e tecnologia no Brasil é fragmentado e concentrado, cabendo a algumas regiões, em especial sul e sudeste, estarem à frente das respostas científicas e, às outras, papel coadjuvante. Deve-se ter claro que tal estado de coisas é fruto de decisões políticas. Assim, fragmentação e concentração, como elementos recorrentes no passado do sistema de ciência e tecnologia no Brasil, tenderam a se reforçar ainda mais, devido à crise de financiamento público e aos contingenciamentos recentes, agravados pela pandemia.

Se compararmos os distintos sistemas de ciência e tecnologia aqui tratados, o fato notável é a inércia institucional que todos apresentaram. Isso pode ser consequência da complexidade e incerteza que momentos de crise aguda do sistema geram. Nesses momentos, tende-se a se apegar a elementos presentes que sinalizam para algo familiar, que diminuem a complexidade

do futuro que se abre completamente diante das crises. O movimento é de buscar alguma certeza diante da expansão das incertezas, agravadas pelo ineditismo da ocorrência e, para atualizar essa discussão, pela circulação em tempo real de informações pelos meios de comunicação de massa virtualizados, não poucas vezes com imagens instantâneas de familiares em hospitais se despedindo por meio de câmeras e queda ao vivo das bolsas de valores. Nesses momentos, o apego à instituição é uma forma de relativa estabilidade em contextos de instabilidade absoluta.

Por fim, em um contexto de instabilidade democrática, como a que ocorre no Brasil, deve-se ter claro que não é suficiente produzir representação política com base no sufrágio, pois, em uma democracia, precisa-se governar. Torna-se imperativo enfrentar, eficientemente, as crises e desafios apresentados pela sociedade, reduzindo-os a condições de governabilidade, repousando-os sobre as instituições vigentes, sem medidas extraordinárias e perturbadoras (Schmidt, & Zanotta, 2019).

Schmidt e Zanotta (2019) sintetizam que as propostas hoje universalmente aceitas como condições para a existência da democracia repousam, por exemplo, na presença efetiva de *funcionários eleitos* para a tomada de decisões, investidos constitucionalmente; liberdade de expressão de todos os cidadãos, sem o risco de punições, em questões políticas amplamente definidas, incluindo a possibilidade de crítica aos funcionários, ao governo, ao regime, à ordem socioeconômica e à ideologia prevalente; *fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações*, incluindo a possibilidade de criação de organizações independentes como partidos políticos e grupos de interesse; *cidadania inclusiva*, direito de votar, de ser votado, de participar de organizações independentes e de ter direitos a outras liberdades e oportunidades que sejam necessárias ao bom funcionamento das instituições políticas da democracia em grande escala (Schmidt, & Zanotta, 2019). Poderíamos acrescentar que uma boa resposta a Covid-19 seria consequência da satisfação das condições acima, acrescidas de um aconselhamento cientificamente embasado.

Referências

Ajzenman, Nicolás, Cavalcanti, Tiago, & Da Mata, Daniel. (2020). *More than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic*. Disponível em SSRN https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908

Bancada PSOL, Câmara dos Deputados. (2020) Requerimento de informação no 531 de 2020. Solicita ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, informações acerca dos editais nos 9, 11 e 12 de 2020 publicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6B9D2F17A2BE37A16002BB5D4A1BB8B6.proposicoesWebExterno1?codteor=1897938&filename=RIC+531/2020.

Brown, Patrick. (2020). Studying Covid-19 in light of critical approaches to risk and uncertainty: research pathways, conceptual tools, and some magic from Mary Douglas. *Health, Risk & Society, 22* (1), 1-14.

Cadenas, Hugo. (2020). El sistema de la pandemia: apuntes sociológicos. *Simbiótica, 7* (1), 11-20. https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/30979

Brasil, Casa Civil. (2020). Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus – 22 de abril. Balanço Diário CCOP. https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-22-de-abril

Cornell University, INSEAD, & WIPO (2020). *The Global Innovation Index 2020: Who Will Finance Innovation?* Ithaca, Fontainebleau, and Geneva: World Intellectual Property Organization (WIPO).

Cornish, Lisa. (2020). Interactive: who's funding the Covid-19 response and what are the priorities? *Devex*. https://www.devex.com/news/interactive-who-s-funding-the-covid-19-response-and-what-are-the-priorities-96833. Acesso em 04 de setembro de 2020.

Croda, Julio et al. (2020). Covid-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 53*, e20200167. doi: 10.1590/0037-8682-0167-2020

De Negri, Fernanda, & Koeller, Priscila. (2020). *Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19*. Nota técnica no 64, DISET, IPEA.

Lowy Institute. (2021). Covid Performance Index. *Lowyinstitute.org*, 28 jan. 2021. Disponível em: https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/

Luhmann, Niklas. (2006). *La sociedad de la sociedad*. Cidade do México: Herder.

Mattedi, Marcos. (2017). Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social, 29* (3), 261-85. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2017.111685

Mazzucato, Mariana; Penna, Caetano. (2016). *The Brazilian Innovation System: A mission-oriented policy proposal*. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Moore, Sarah. (2020). Risk rituals and the female life-course: negotiating uncertainty in the transitions to womanhood and motherhood. *Health, Risk & Society, 22* (1), 15-30.

Neves, Fabrício M. (2020). Provincializando o Covid-19: resposta ao vírus em contexto hipercomplexo. *Nau Social, 11* (20), 157-165.

Neves, Marcelo. (2006). *Entre Têmis e o Leviatã: uma relação difícil. O Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. São Paulo: Martins Fontes.

Nygren, Katarina G., & Olofsson, Anna. (2020). Managing the Covid-19 pandemic through individual responsibility: the consequences of a world risk society and enhanced ethopolitics, *Journal of Risk Research, 23* (7-8), 1031-35. doi: 10.1080/13669877.2020.1756382

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020a). *Science, technology and innovation: how co-ordination at home can help the global fight against COVID-19*. OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19), 3 jul. 2020. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=135_135121-f0i79eag9c&title=Science-technology-and-innovation-how-co-ordination-at-home-can-help-the-global-fight-against-COVID-19.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020b). *Survey on the science and innovation policy responses to coronavirus (covid-19)*. Disponível em https://stip.oecd.org/Covid.html

Ponte, Vanessa, & Neves, Fabrício. (2020) Vírus, telas e crianças: entrelaçamentos em época de pandemia. *Simbiótica, 7* (11), 87-106. https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/30984

Schmidt, Benício; Zanotta, Lia. (2019). Desafios à democracia no Brasil. In: Lídia de O. Xavier, Carlos F. Domínguez Avila, & Vicente Fonseca (orgs.) *A Qualidade da Democracia no Brasil* (v. 4) (p. 25-47). Curitiba: CRV.

Stichweh, Rudolf. (7 abr. 2020). Simplifikation des Sozialen Durch die Corona-Pandemie wird die Weltgesellschaft einer unbekannten Situation ausgesetzt: Was passiert,wenn alle ihre Funktionssysteme zeitweilig einem einzigen Imperativ folgen? *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 7 abr. 2020.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. Em https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

WHO- World Health Organization. (2020) *Covid 19: Public Health Emergency of International Concern* (PHEIC). Global research and innovation forum: towards a research roadmap. https://www.who.int/blueprint/prioritydiseases/keyaction/Global_Research_Forum_FINAL_VERSION_for_web_14_feb_2020.pdf?ua=1. Acesso em 26 de agosto de 2020.

Submetido em 7 de setembro de 2020.
Aprovado em 25 de outubro de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.774

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo

The political use of chloroquine: COVID-19, denialism and neoliberalism

Sandra Caponi[*]
Fabiola Stolf Brzozowski[**]
Fernando Hellmann[***]
Silvia Cardoso Bittencourt[****]

RESUMO

A insistente defesa do uso da cloroquina para tratamento e prevenção contra a COVID-19, é uma clara manifestação do negacionismo científico que caracteriza a gestão da pandemia no Brasil. O objetivo principal do artigo é analisar os debates científicos e políticos suscitados em torno do uso da cloroquina para prevenção e tratamento da Covid-19, particularmente os discursos do governo federal que defendem a suposta eficácia do medicamento. Para atingir esse objetivo, a metodologia utilizada é a análise do discurso. Analisamos a sucessão de debates publicados em artigos científicos, meios de comunicação e declarações institucionais referidas à suposta eficácia da cloroquina para prevenção e tratamento da COVID-19. Utilizamos como referencial teórico autores como Dardot e Laval (2014), Achile Mbembe

* Professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
Email: sandracaponi@gmail.com

** Pós-doutoranda no Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
Email: fabiola.stolf@gmail.com.

*** Professor no Departamento de Saúde Pública e no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: fernando.hellmann@ufsc.br

**** Doutora em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: scbflor@hotmail.com

(2011), dentre outros, para abordar o seguinte problema: por que motivo, mesmo com a acumulação de evidências afirmando que a cloroquina não tem efeito para tratar a infecção pelo novo coronavírus, sua distribuição faz parte dos protocolos do Ministério da Saúde e integram o "kit COVID" de vários municípios do Brasil? Como resultado, observamos que a divulgação da cloroquina como um medicamento eficaz para prevenir e tratar a COVID-19, leva a abandonar o isolamento social, criando uma falsa sensação de segurança, configurando o que denominamos como um uso político da medicação realizado pelo governo brasileiro. Para concluir, consideramos que o uso político da cloroquina pode ser visto como uma estratégia que contribui para o que chamamos de uma gestão necropolítica da pandemia hoje existente no Brasil.[1]

Palavras-chave: negacionismo científico, necropolítica, cloroquina, neoliberalismo.

ABSTRACT

The repeated defense of the use of chloroquine for treatment and prevention against COVID-19 is a clear manifestation of the science denialism that characterizes the handling of the pandemic in Brazil. The aim of this paper is to analyze the scientific and political debates surrounding the use of chloroquine for prevention and treatment of COVID-19, notably the discourses of the federal government of Brazil that defends the supposed efficacy of the drug. This study employs discourse analysis as its methodology. We analyze several debates published in papers and in the media, and institutional statements related to the supposed efficacy of chloroquine do prevent and treat COVID-19. We include authors like Dardot and Laval (2014), Achile Mbembe, (2011), among others, in our theoretical framework, to put forward the following question: why chloroquine is part of the protocols of the Ministry of Health, integrating the "COVID kit" of several cities in Brazil? We observed that the dissemination of chloroquine as a drug that would supposedly be effective to prevent and treat COVID-19 leads to undermining social isolation, by creating a false sense of security, and establishing what we call the political use of the drug, performed by the Brazilian government. To conclude, we consider that this political use could be viewed as a strategy that contributes to what we call necropolitics in the management of the pandemic in Brazil today.

Keywords: science denialism, necropolitics, chloroquine, neoliberalism.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O negacionismo científico vem caracterizando a gestão da pandemia pelo novo coronavírus, especialmente no Brasil, como resposta às medidas de isolamento necessárias para o seu controle na ausência de vacinas ou medicamentos eficazes. Essa postura tornou-se particularmente perigosa em locais onde se transformou no discurso oficial dos governos e seus seguidores.

É preciso destacar que falar de negacionismo não significa aceitar acriticamente a totalidade do discurso científico instituído. Em momentos excepcionais, como o que estamos vivenciando, é necessário assumir uma perspectiva epistemológica crítica em relação ao modo como se divulga a informação científica, se validam as medidas de prevenção, se desenham as pesquisas dedicadas à descoberta de uma vacina eficaz, apontando os limites e as dificuldades dos saberes instituídos.

Propomos analisar aqui de que modo se sucederam, nos primeiros meses da pandemia, os debates científicos e políticos suscitados em torno do uso da cloroquina para prevenção e tratamento da COVID-19, particularmente os discursos enunciados pelo governo federal e seus aliados, em defesa da suposta eficácia da droga. Para atingir esse objetivo, foi utilizada a metodologia de análise do discurso, adotando uma perspectiva histórico-crítica. Inicialmente, definimos que tipo de fármaco é a cloroquina, em que momento e de que modo foi descoberta, destacamos sua eficácia para o tratamento de malária e outras patologias. Posteriormente, analisamos os testes *in vitro*, realizados para verificar a eficácia do fármaco para tratamento da COVID-19, e as dificuldades encontradas quando os testes foram realizados em humanos. Para isso, consideramos os artigos científicos que inicialmente defenderam a sua eficácia como antiviral e os debates posteriores que apontaram os riscos e ineficácia dessa medicação. Analisamos também a posição adotada por instituições internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), além de notas técnicas de instituições médicas nacionais tais como o Conselho Federal de Medicina e a Sociedade Brasileira de infectologia, dentre outras.

Situamos o uso político da cloroquina, realizado pelo governo brasileiro, no marco geral do negacionismo que caracteriza o discurso do presidente e de seus aliados, defensores de um tipo particular de neoliberalismo que definimos como neoliberalismo autoritário. Falamos aqui de negacionismo científico, para diferenciá-lo do negacionismo histórico, aquele que nega,

por exemplo, a existência do holocausto, a violência institucionalizada nos regimes militares ou as consequências da escravidão. Falamos de negacionismo científico para designar a desconsideração explícita de questões que exigem um reconhecimento e validação científica, tal como ocorre nos casos em que se requerem evidências que respaldem a eficácia de certos tratamentos, vacinas ou medicamentos.

Ainda que as atitudes negacionistas antecedam o surgimento da internet, que o uso da mentira como estratégia sistemática de governo faça parte da história dos regimes totalitários, podemos dizer que foi com a internet que, de maneira ativa e militante, o negacionismo científico se propagou amplamente pela população. A internet não só democratizou a informação, mas permitiu apagar as fronteiras entre fatos e opiniões, entre argumentos informados e especulação gananciosa.

O discurso negacionista questiona o valor do conhecimento científico, dos argumentos racionais, da experiência adquirida ao longo dos anos, defendendo a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Exige que sejam expostas versões opostas e antagônicas para explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo. Assim, sob o argumento do direito ao contraditório, multiplicam-se discursos que afirmam que devem ser ensinadas nas escolas teorias como a do desenho inteligente junto ao evolucionismo, ao mesmo tempo em que se critica uma suposta "ideologia de gênero". Para Diethelm e Mckee (2009): "os processos de negacionismo apresentam cinco características: 1) identificação de conspirações; 2) uso de falsos *experts*; 3) seletividade, focalizando em artigos que contrariam o consenso científico; 4) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas" (Diethelm, & Mckee, 2009, *apud* Coeli, & Camargo Junior, 2020, p. 2).

A equiparação de argumentos racionais ou de estudos científicos com opiniões sem fundamento contribui para negar a realidade dolorosa dos fatos, seja a desigualdade social, o racismo ou a pandemia, e silenciar os sofrimentos cotidianos, muitas vezes evitáveis. É por esse motivo que os mesmos que insistem na necessidade de apresentar "os dois lados" sobre um determinado fato, não transferem essa mesma lógica ao campo da política. Desse modo, uma suposta tolerância epistemológica se associa a uma absoluta intolerância política. Então aparecem, como afirma Zaiat (12 jul. 2020), "exacerbadas as tensões políticas e estimulado o ódio às forças

políticas populares consideradas dissidentes. Trumpismo e Bolsonarismo são a expressão desses comportamentos".

Vemos que o discurso conservador se opõe, ao mesmo tempo, aos enunciados científicos e aos direitos humanos, pois considera que ambos representam uma ameaça aos valores tradicionais (o nacionalismo, a misoginia, o desrespeito aos direitos das minorias). Líderes com esse viés político e seus seguidores reivindicam a liberdade de opinar e agir de acordo com suas opiniões, sem medir consequências. Como afirma Merkel, em seu discurso ao Parlamento Europeu do dia 9 de julho, a pandemia não pode ser combatida com mentiras e desinformação, nem com ódio e agitação, acrescentando que, em uma democracia, verdade e transparência são necessárias. Pelo contrário, Bolsonaro e seus seguidores, com o argumento de defender a qualquer preço a liberdade de emitir suas opiniões, de circular, de expor-se ao risco, divulgam falsas informações e propagam o contágio e a morte. Eles declamam uma liberdade impossível, alheia a toda responsabilidade social, pois desconhecem a existência do outro, do comum, das interações humanas.

A liberdade que está em jogo é a do sujeito neoliberal, o empreendedor de si. Um sujeito que reivindica seu direito de ser responsável absoluto por seus êxitos e fracassos, sem nada dever ou pedir ao Estado. Ao mesmo tempo, renuncia a qualquer responsabilidade em relação aos outros, pois para ele não existe o mundo do comum.

Os defensores do neoliberalismo acreditam que se beneficiarão com menos Estado, com menos impostos, com menos investimentos em educação e saúde pública, transformados em espaços de disputa de mercado. Cabe a cada um de nós gerir e antecipar os riscos, pagar um plano de saúde, uma aposentadoria, ter um capital de reserva. Quando essa lógica neoliberal se depara com um fenômeno dramático como a pandemia de Covid-19, ficam em evidência as fragilidades de um modelo de saúde regulado pelo mercado. Com a aparição da pandemia, diversos países começaram a fazer grandes investimentos em saúde pública, em ciência e tecnologia. Porém, mesmo no contexto de precarização do SUS e do aumento de contágios e mortes por COVID-19, o governo brasileiro executou menos de 40% do orçamento destinado a combater a pandemia. Essa subexecução de recursos é um dos elementos que, junto com a defesa da cloroquina, com a crítica ao distanciamento social e ao uso de máscaras, e com a desconsideração

da compra de uma vacina eficaz, configuram uma verdadeira gestão necropolítica (Mbembe, 2011) da pandemia, onde já não se trata de fazer viver e diminuir as taxas de mortalidade, mas de fazer morrer, expondo os cidadãos sistematicamente ao perigo do contágio e à morte.

Fica claro que o governo abraça as políticas neoliberais representadas pelo ministro da economia, além de negar os fatos e governar multiplicando falsidades, que foi uma estratégia utilizada ao longo da história por governos autoritários e fascistas. Como afirma Hannah Arendt (1998, p. 526): "O súdito ideal para um governo totalitário não é o nazi convicto ou o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a distinção entre fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e falso (isto é, os critérios de pensamento)".

A história mostra que não existe contradição entre ambos os discursos, sendo perfeitamente possível falar de um neoliberalismo não democrático ou autoritário. Isso significa que, como afirmam Laval e Dardot (2014), o neoliberalismo pode ser, por si próprio, um eixo de desarticulação e de destruição da democracia.

Assistimos, assim, a um ressurgimento das velhas características do fascismo, agora transformadas pela lógica neoliberal. Lembremos que, entre as características do fascismo identificadas por Umberto Eco (2018), aparecem o culto à tradição e a rejeição da novidade; o irracionalismo e a desconfiança em relação aos intelectuais, a quem Goebbels definia como "porcos"; a desconfiança das universidades, identificadas como "ninhos de comunistas", tanto na Itália dos anos 1930, como no Brasil de 2020; a defesa do nacionalismo exacerbado e as expressões de xenofobia e racismo, hoje direcionados contra China; a violência e a morte como único argumento; o uso de um léxico limitado e pobre, associado a uma sintaxe elementar; o ódio à diversidade e às diferenças sexuais encoberto na defesa da moralidade; e a exaltação do heroísmo e da guerra, evidente, por exemplo, quando o presidente brasileiro associa o uso de máscara à falta de masculinidade.

Umberto Eco (2018, p. 55) lembra que,

> como a guerra e o heroísmo são jogos difíceis de jogar, o Ur-Fascista transfere sua vontade de poder para as questões sexuais. Está ali a origem do machismo, seu desdém pelas mulheres e uma condenação intolerante dos hábitos sexuais não-conformistas, como a homossexualidade. Porém, como o sexo também é um jogo difícil de

> jogar, o herói Ur-Fascista prefere jogar com as armas, que são seu Ersatz (substituto) fálico: seus jogos de guerra são devidos a uma inveja ao pênis permanente.

Quiçá a isso devamos atribuir a insistência em metáforas fálicas vulgares obstinadamente repetidas pelo presidente. Nesse marco, podemos entender esse modo de governar que utiliza a negação dos fatos, dos argumentos e do conhecimento como estratégia fundamental. Assistimos assim à defesa do chamado isolamento vertical, à produção de um medicamento ineficaz como a cloroquina/hidroxicloroquina; a negação da gravidade da pandemia, descrita como uma gripezinha; a negação do colapso do sistema de saúde, quando incita a população a invadir e fotografar hospitais; a afirmação de que existe sobrenotificação de casos de COVID-19 quando evidentemente existe subnotificação.

A diferença para o fascismo clássico que surge como resposta à crise do capitalismo dos anos de 1930, é que hoje já não é necessário pensar num partido nacionalista forte. Pelo contrário, hoje se trata de um grupo heterogêneo de empresários, financistas, banqueiros, oligarquias rurais, interessados na extensão da racionalidade capitalista e no aumento das desigualdades econômicas, por um suposto livre jogo da competição e privatização (Dardot, & Laval, 2014).

O uso político da cloroquina/hidroxicloroquina

A COVID-19 não tem tratamento cientificamente estabelecido até o presente momento (agosto de 2020). Existe um grande número de pacientes que foram tratados, geralmente em pesquisas clínicas ou fazendo o uso *off-label*, com fármacos como cloroquina e hidroxicloroquina, além de ivermectina, azitromicina, lopinavir-ritonavir, favipiravir, remdesivir, ribavirina, interferon, plasma convalescente, esteroides e inibidores anti-iL-6, dexametasona, para citar as principais. Acontece que, dentre essas possibilidades, uma substância em especial teve seu uso político/ideológico exacerbado em comparação às outras: a cloroquina e sua variante, a hidroxicloroquina.

A cloroquina é uma substância derivada da quinina, um alcaloide extraído de uma planta denominada Cinchona. As propriedades antimaláricas desta

planta são conhecidas desde o século XVII, utilizada inicialmente por povos indígenas na América do Sul. A quinina foi isolada em 1820, na França, porém apresentava vários efeitos adversos, tais como gosto amargo, náuseas e vômitos, zumbidos, cefaleia e visão turva; em doses elevadas podia causar hipotensão, disritmias cardíacas e efeitos no Sistema Nervoso Central (SNC). No século XIX começaram a ser relatados casos de falhas do medicamento e reincidências da malária, levando a uma corrida para descobrir novos compostos sintéticos. Assim, partes da molécula de quinina passaram a ser estudadas na tentativa de encontrar outra molécula efetiva. Mais de 12 mil substâncias foram desenvolvidas, dentre elas a cloroquina (Silva, 2020). A cloroquina e a hidroxicloroquina são medicamentos baratos e que não possuem mais patentes industriais. Essas mesmas substâncias foram testadas para outras doenças virais recentes, como o HIV (Savarino, Boelaert, Cassone, Majori, & Cauda, 2003), o SARS-CoV (Keyaerts, Vijgen, Maes, Neyts, & Ranst, 2004), o Ebola e a Zica.

Ainda que os testes *in vitro* tivessem sido promissores para o tratamento desses vírus, os testes em humanos não foram exitosos. No entanto, o populismo de líderes de países como Brasil e EUA, somados à negação das etapas científicas e a defesa descontextualizada das liberdades individuais, própria de um mercado neoliberal, politizou o uso da cloroquina e sua variante. Um breve resgate cronológico mostra que investidores e líderes políticos pró-mercado apostaram na cloroquina como uma bala mágica capaz de curar a doença e evitar medidas que prejudicassem o mercado, como a necessidade de estabelecer distanciamento social, isolamentos e quarentenas.

O início do uso mais amplo da cloroquina para o tratamento da COVID-19 se deu a partir do dia 29 de janeiro, quando uma reportagem do *Hubei Daily*, jornal estatal chinês sediado em Wuhan, divulgou que pesquisadores identificaram, por meio de testes *in vitro*, três substâncias antivirais que pareciam inibir o SARS-CoV-2 (nome dado ao novo coronavírus): a cloroquina, o remdesivir e o lopinavir/ritonavir.[2] No início de fevereiro, pesquisadores do Instituto de Virologia Wuhan, dentre outras instituições chinesas, publicaram uma carta ao editor na revista *Cell Research* detalhando dois desses medicamentos, afirmando que a cloroquina e o remdesivir haviam

[2] http://Www.Xinhuanet.Com/English/2020-01/30/C_138742650.Htm

sido eficazes no controle da infecção por SARS-CoV-2 *in vitro*, e sugeriram que tais compostos fossem avaliados em seres humanos (Wang *et al.*, 2020).

Em seguida, em outra carta ao editor, três pesquisadores chineses afirmaram que foram conduzidos ensaios clínicos em dez hospitais do país, com mais de 100 pacientes, para testar a eficácia e a segurança da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19. Os autores sugeriram superioridade desses compostos na inibição da exacerbação da pneumonia, encurtando a duração da doença, sem reações adversas graves. A mesma carta afirmava que o medicamento seria incluído na próxima versão das Diretrizes para Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da COVID-19, emitida pela Comissão Nacional de Saúde da República Popular da China.

Mais preocupante foi o consenso de especialistas chineses sobre a eficácia da cloroquina para o tratamento do novo coronavírus, publicado pelo Grupo de Colaboração Multicêntrica do Departamento de Ciência e Tecnologia da Província de Guangdong e pela Comissão de Saúde da Província de Guangdong em uma revista chinesa local, sem informar detalhes dos estudos realizados (Multicenter Collaboration Group, 2020). Sabemos, sim, que no curto espaço de tempo dedicado ao estudo (dezembro de 2019 a fevereiro de 2020) não seria possível ter resultados clínicos significativos de eficácia comprovada da cloroquina para o tratamento da nova doença.

Na mesma época, a Coreia do Sul também incorporou o tratamento *off-label* para a COVID-19, com medicamentos como interferon, lopinavir/ritonavir, cloroquina e hidroxicloroquina (Sung-Sun, 2020). Ainda em fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou priorizar alguns medicamentos em seus ensaios clínicos, incluindo a cloroquina. A OMS chamou a atenção para o fato de que não havia provas de que os tratamentos fossem eficazes, recomendando que a terapêutica fosse utilizada e testada no quadro de ensaios clínicos aprovados eticamente para averiguar sua eficácia e segurança. Também a Itália vivia o auge da epidemia e a Comissão Científica Técnica da Agência Italiana de Medicamentos, em reunião realizada por teleconferência entre os dias 11 a 13 de março de 2020, expressou parecer favorável sobre, dentre outras medidas, a incorporação de medicamentos para uso *off-label* no tratamento da infecção por SARS-CoV-2 no sistema público de saúde (lei 648/96), dentre elas: cloroquina, hidroxicloroquina, lopinavir / ritonavir e darunavir em associação com cobicistate.

Foi através das redes sociais, em especial uma série de *tweets* de investidores de *bitcoin*, no início de março de 2020, que seu uso se popularizou. James Todaro, médico e investidor estadunidense, falou várias vezes sobre a influência da pandemia nas carteiras de investimento nessa rede social. Em 11 de março, Todaro anunciou que existiam dois medicamentos utilizados no tratamento do coronavírus: a cloroquina e o remdesivir e alertou, como médico, que a eficácia de ambos ainda estava sendo avaliada. Em 12 de março, Todaro manteve uma troca de *tweets* com Paul E. Sperry[3], quem afirmou que a Coreia do Sul havia reduzido significativamente a letalidade do coronavírus prescrevendo um tratamento para COVID-19 combinando cloroquina com zinco, postagens que geraram muitas curtidas e muitos compartilhamentos.

Na sequência, Todaro e Gregory Rigano, que trabalha no mercado de regulação e aprovação de fármacos, disponibilizaram no Twitter um rascunho de uma proposta de uso da cloroquina como sendo um tratamento efetivo para COVID-19, inclusive como medida preventiva. Esse documento foi compartilhado por Elon Musk, empresário e investidor internacional bastante conhecido, quem fundou ou comandou empresas gigantescas como o Paypal, a Teslae, a SpaceX e Neuralink, e que possui milhares de seguidores[4]. Não demorou para que a cloroquina fosse divulgada como sendo a portadora da cura e prevenção, mesmo sem pesquisas clínicas.

Em 17 de março, Gregory Rigano compartilhou um vídeo no Youtube (já retirado do ar por violar as diretrizes do site), no qual o médico francês Didier Raoul informava a cura em seis dias de tratamento de cloroquina ou hidroxicloroquina em 100% dos pacientes de COVID-19 tratados por ele em um hospital em Marselha[5]. No dia seguinte, Todaro, Rigano, e seus seguidores, passaram a divulgar no Twitter o resultado de um estudo francês liderado por Didier Raoul, que utilizou desenho aberto e avaliou a hidroxicloroquina em poucos pacientes, concluindo que "apesar de a amostra ser pequena, nossa pesquisa mostrou que o tratamento com hidroxicloroquina está associado com redução significativa ou desaparecimento da carga viral em pacientes com COVID-19 e esse efeito é reforçado pela azitromicina" (Gautret *et al.*, 2020, p. 1). Esse resultado foi comemorado por parte da sociedade

[3] https://twitter.com/JamesTodaroMD/status/1238553266369318914.

[4] https://twitter.com/elonmusk/status/1239755145233289217.

[5] https://www.youtube.com/watch?v=n4J8kydOvbc.

como esperança para a cura da pandemia, apesar dos sérios problemas metodológicos e de ser publicado em uma rede social.

Rigano passou a defender a cloroquina em várias mídias e, em 19 de março, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump participou de uma coletiva de imprensa, na qual anunciou que a cloroquina e a hidroxicloroquina apresentaram resultados encorajadores (O'Connor, & Weatherall, 2020) e que esses fármacos poderiam "mudar o jogo". Assim, a necessidade do julgamento clínico desses medicamentos para tratar a nova doença foi cooptada pelo seu uso político-ideológico da ala conservadora estadunidense.

Após a publicação no Twitter, o estudo de Didier Raoul foi publicado também numa revista científica, em tempo recorde: um dia após sua submissão. Além disso, um dos coautores do artigo era editor da mesma revista, o que aponta para um possível conflito de interesse. Metodologicamente, podem-se destacar alguns problemas: apenas 42 pacientes avaliados; descrição duvidosa dos pacientes tratados e não tratados; falta de descrição dos desfechos clínicos (por exemplo, hospitalização, UTI ou ventilação mecânica); exclusão de 6 pacientes que receberam cloroquina (sendo que 3 faleceram e um foi encaminhado para a UTI) das análises, sem explicitar os motivos. Apesar dos vieses, este estudo popularizou a esperança do ocidente de um fármaco milagroso e barato para tratar a COVID-19, intensificando o uso *off-label*.

Em 31 de março, a OMS, que já havia lançado o estudo multicêntrico internacional *Solidarity*, reconheceu que, em muitos países, médicos estavam prescrevendo medicamentos de forma *off-label*, recomendando que fossem prescritos caso a caso, de acordo com as legislações (WHO, 2020). A OMS assumiu essas prescrições como eticamente apropriadas indicando que o uso emergencial desses medicamentos deveria ser monitorado, documentado e compartilhado em tempo hábil com a comunidade médica e científica em geral.

No início de abril, hospitais da Suécia já haviam parado de recomendar cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento *off-label* da infecção pelo novo coronavírus, em função de seus efeitos adversos, especialmente pelo risco de arritmias e paradas cardíacas, principalmente se administradas em altas doses (Wallin, 2020).

Nesse meio tempo, o Centro para o Controle e Prevenção de Doenças (CDC) atualizou seu guia de orientações terapêuticas, afirmando que não

existem medicamentos aprovados, nos EUA, para o tratamento da COVID-19. Mesmo assim, no dia 18 de maio, Trump declarou que estava fazendo uso de hidroxicloroquina para prevenir a infecção por coronavírus. O apelo do presidente e o discurso midiático da cloroquina levou o FDA (*Food and Drug Administration*) a aprovar o uso emergencial da cloroquina de modo *off-label* na população estadunidense.

A defesa da cloroquina no Brasil

No Brasil, já no final de março o presidente Bolsonaro decidiu seguir pelo mesmo caminho de Trump, ao afirmar que a cloroquina e a hidroxicloroquina estavam dando certo para tratar aquilo que ele havia chamado de "gripezinha", solicitando ao exército a produção em grande escala do produto, mesmo sem existirem resultados conclusivos sobre sua eficácia. A divulgação do suposto êxito da medicação levou a seu desaparecimento das estantes das farmácias brasileiras. Esse fato levou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a incluir os dois fármacos na categoria de medicamentos sujeitos a controle especial (Brasil, 2020a), o que ocorreu também mais recentemente com a ivermectina.

Nesse momento, teve início a ideologização da cloroquina também no Brasil. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde, que até então estava sob o comando de Luiz Henrique Mandetta, propôs um protocolo de pesquisa incorporando a hidroxicloroquina como tratamento para pacientes em estado grave. As discordâncias em torno do uso da cloroquina fizeram com que Bolsonaro e Mandetta passassem a adotar perspectivas diferentes na condução da pandemia. O Ministro médico, de partido de direita do espectro político, se tornou "inimigo" do próprio governo ao defender critérios científicos na incorporação das tecnologias medicamentosas no enfrentamento nacional à COVID-19.

A rixa no governo aumentou em seguida, especialmente após o dia oito de abril, quando um documento redigido pelo professor Marcos Eberlin, químico e cientista brasileiro, famoso por se contrapor à teoria da evolução, e coassinado por 30 cientistas de diferentes áreas, foi publicado em defesa do uso da hidroxicloroquina em pacientes não-graves de COVID-19. O documento era uma crítica às falas do ministro Mandetta que, naquela

ocasião, já estava em atrito com Bolsonaro, o qual tinha procurado respaldo científico para a liberação da cloroquina para casos leves de COVID-19. A carta de Ebelin questionava se haveria tempo suficiente para esperar por uma resposta, definitiva e consensual, da comunidade científica. Os pesquisadores que assinaram essa carta, incluindo o redator, são ligados ao movimento denominado Docentes Pela Liberdade que, segundo seu próprio *website*[6], é formado por professores e profissionais de qualquer área, cujo interesse é recuperar a qualidade da educação no Brasil, romper com a hegemonia da esquerda e combater a perseguição ideológica. Aproximadamente uma semana depois, Mandetta foi demitido, sendo nomeado Nelson Teich como seu sucessor, que ficou apenas 28 dias no comando da pasta.

Tanto Mandetta quanto Teich foram contrários à liberação da cloroquina para casos leves de COVID-19, por falta de evidências científicas. Ambos os ministros são ligados à direita brasileira, tornando sem sentido a fala do presidente de que "quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína[7]". O terceiro Ministro da Saúde durante a pandemia, general Eduardo Pazzuelo, sem formação na área da saúde, colocou em prática a lógica de uma suposta "medicina de guerra" e, em 20 de maio, a cloroquina foi incorporada em protocolo oficial com a indicação de tratar casos leves de pessoas contaminadas com o novo coronavírus (Brasil, 2020b). Esse protocolo recomenda que o acesso aos medicamentos se dê a partir de uma prescrição médica, porém o paciente deve assinar um "Termo de ciência e consentimento para uso de hidroxicloroquina/cloroquina", em função dos riscos desses medicamentos, passando a responsabilidade de eventuais consequências para o próprio paciente. Várias entidades se posicionaram contra o protocolo recém lançado, dentre elas as Sociedades Brasileiras de Infectologia, de Imunologia e de Pneumologia, além de várias universidades e hospitais.

Até o final de maio de 2020 não havia evidências científicas contundentes a favor da cloroquina ou hidroxicloroquina em seres humanos para o tratamento da COVID-19. Entretanto, o negacionismo científico dos defensores da cloroquina só aumentou. Um dos acontecimentos que contribuiu foi a retratação de artigos publicados, apontando os riscos da cloroquina, na revista *The Lancet*, porque a empresa que forneceu os dados

[6] https://dpl.org.br/.

[7] Marca de refrigerante.

utilizados na pesquisa foi acusada de fraudes (Mehra, Ruschitzka, & Patel, 2020).

Ainda que outras pesquisas indicassem que cloroquina e hidroxicloroquina não possuíam efeitos promissores, seja para prevenção ou cura (Chen *et al.*, 2020; Borba *et al.*, 2020; Boulware *et al.*, 2020), esses medicamentos se tornaram grandes vedetes. Muitos municípios e planos de saúde passaram a implantar tratamentos à base de cloroquina para pessoas com sintomas leves, sem sintomas ou até como prevenção de forma ampla. Esses tratamentos ficaram conhecidos como "kit COVID". O empresário Carlos Wizard, bilionário brasileiro, criou um núcleo de profissionais que defende o método de tratamento precoce da COVID-19. Ele foi convidado a integrar a pasta do Ministério da Saúde, embora sua passagem tenha sido rápida em decorrência do boicote a suas empresas (Wizard Idiomas e o Mundo Verde)[8].

A partir de julho de 2020, novas pesquisas com a cloroquina e sua variante foram publicadas, mostrando a ineficácia desses medicamentos no combate ao novo coronavírus. Mesmo depois de pesquisas interrompidas pela OMS, cancelamento da autorização do uso emergencial para COVID-19 pelo FDA, abandono desses tratamentos pela França, Inglaterra e outros países, no Brasil, o governo continua recomendando seu uso, usando-o como símbolo de esperança e minimização da pandemia, o que pode ser observado na imagem de Bolsonaro mostrando o medicamento para uma ema no Palácio da Alvorada (residência oficial do presidente)[9].

A defesa da cloroquina pelo governo brasileiro mostra que "tratamentos milagrosos" estão sendo utilizados como esperança de cura, ao mesmo tempo que servem como justificativa para não fechar estabelecimentos comerciais e outros setores da economia. O presidente afirma ainda que o *lockdown* não é eficaz na redução da mortalidade. O isolamento social e quarentena já haviam sido implementados em vários locais do mundo, levando ao fechamento de escolas, bares, restaurantes, comércios, pontos turísticos e redução de outros serviços. Como consequência, economias se abalam, pessoas perdem empregos ou veem redução em sua renda etc. É nessa relação entre economia e saúde que o problema da cloroquina ganhou um apelo esperançoso, em seu uso off-label, porém sem embasamento científico. A

[8] https://istoe.com.br/o-tratamento-precoce-cura-a-covid-19/.

[9] https://www.poder360.com.br/governo/agora-bolsonaro-mostra-cloroquina-ate-para-as-emas-do-alvorada/

não existência de evidências e o uso generalizado de certos medicamentos gera uma falsa sensação de segurança, o que é um perigo, uma vez que isso pode levar à negação do isolamento social e do uso da máscara, que são, até o momento, as medidas comprovadamente eficazes para prevenir a COVID-19 (Gandhi, Beyrer, & Goosby, 2020; Nussbaumer-Streit *et al.*, 2020).

O Brasil, na data de 29 de agosto, já havia registrado 3.852.075 casos confirmados, 2.976.796 recuperados e 119.594 mortes. Logo, a taxa de recuperação é muito maior do que a da mortalidade por COVID-19. Uma interpretação comum do uso off-label de um medicamento e do uso compassivo de fármacos é que, se o paciente morreu, ele morreu da doença, mas se o paciente sobreviveu, sobreviveu por causa do medicamento, como no caso da cloroquina ou do kit-COVID (Kalil, 2020). Mas isso não é verdadeiro, pois 98% das pessoas se recuperam, a maior parte delas sem nenhum tipo de intervenção.

Usar a ciência para identificar tratamentos que funcionam é um imperativo ético. Ensaios clínicos randomizados são a melhor maneira disponível para saber como se deve tratar uma doença quando não existe terapêutica comprovada, como na COVID-19. No caso analisado, percebe-se que, por conta de uma carta ao editor com supostos resultados de pesquisas clínicas da cloroquina e hidroxicloroquina para COVID-19 e por conta do uso off-label desses fármacos, mas especialmente por conta de investidores e empresários e do populismo político, somados à potente divulgação midiática das mídias sociais, a cloroquina passou do debate das pesquisas científicas, e chegou ao campo especulativo e político-ideológico.

A corrida contra o tempo atropelou os padrões mínimos científicos, dando lugar a publicações precipitadas, incompletas, em tempo recorde. Os *tweets* dos investidores de *bitcoins*, associados ao estudo questionável dos médicos de Marselha, fez com que se popularizasse o uso da cloroquina, na esperança de salvar vidas e, principalmente, de salvar o mercado. Mas a questão de saber se esse medicamento é ou não um tratamento seguro e eficaz para a COVID-19 se intensificou como objeto de disputa política, especialmente no Brasil. Os esperançosos, os desesperados e os apoiadores de Bolsonaro nas mídias sociais, compartilham as supostas evidências tidas como anedóticas. Os cientistas e os críticos do presidente defendem a necessidade de se esperar resultados científicos e compartilham o fato de não haver evidências comprovadas. Ainda que a "febre" da cloroquina tenha

diminuído em meados de agosto de 2020, a mesma lógica permanece, mas agora com outro medicamento, a ivermectina.

Os debates sobre cloroquina/hidroxicloroquina no campo da medicina

Se, no cenário mundial, alguns médicos, cientistas e governantes passaram a defender o uso de determinados fármacos para tratamentos "preventivos", para casos leves e graves de indivíduos infectados pelo coronavírus, no Brasil não foi diferente. Um dos primeiros posicionamentos coletivos no meio médico foi do Conselho Federal de Medicina, em 17 de março de 2020, que, em nota, afirmou: "nenhum tratamento antiviral específico é recomendado pela OMS, CDC ou pelo governo brasileiro", porém, apontou que "mesmo sem registro dos órgãos reguladores, em casos especiais de alta gravidade, sob o uso compassivo, algumas delas têm sido usadas. Há relatos de uso off-label de lopinavir/ritonavir, na Itália, e de cloroquina e hidroxicloroquina, na China", além de citar o estudo de Wang e colaboradores para corroborar o possível uso desses fármacos (CFM, 2020a, p. 7-9).

Nesse mesmo documento, o CFM apontou para a importância de ações de isolamento social e proteção dos profissionais de saúde e destacou que "embora a saúde individual da maioria das pessoas não será ameaçada pela pandemia de COVID-19, estamos frente a uma das maiores ameaças já vivenciadas pelos sistemas de saúde do mundo" (p.13). Porém, já superamos o número das 100 mil mortes no Brasil e a doença se expandiu para além dos grupos de risco inicialmente apontados. Em nota emitida no site da instituição, em 20 de março, o CFM, referindo-se à hidroxicloroquina, afirmou que "a compra e uso indiscriminado desses medicamentos não é recomendada e a automedicação pode representar grave risco à saúde e o consumo desnecessário pode acarretar desabastecimento dessas fórmulas, prejudicando pacientes que delas fazem uso contínuo para tratamento de doenças reumáticas e dermatológicas, além de malária" (CFM, 2020b).

No entanto, em 16 de abril de 2020, o CFM emitiu um parecer sobre o possível uso de cloroquina e hidroxicloroquina em pacientes com diagnóstico de COVID-19 (tanto casos leves como casos graves), citando situações pontuais em outros países em que foram utilizadas e destacando

que os efeitos colaterais dos medicamentos "são bem conhecidos". A nota termina com a seguinte afirmação: "diante da excepcionalidade da situação e durante o período declarado da pandemia, não cometerá infração ética o médico que utilizar a cloroquina ou hidroxicloroquina, nos termos acima expostos, em pacientes portadores da COVID-19" (CFM, 2020c, p. 7). Vale lembrar que, nessa época, já havia recomendações em outros países para o não uso da cloroquina, conforme pontuamos anteriormente.

Vemos, assim, que o CFM se posicionou ambiguamente em relação ao uso dos tratamentos medicamentosos que surgiram no decorrer da pandemia, ao colocar a decisão nas mãos de médicos e pacientes sobre o seu uso. Ainda que ressalte que não há evidências robustas, abre espaço para a defesa desse uso. Por outro lado, o CFM destaca a importância de sociedades médicas que, clara e objetivamente, à diferença do próprio conselho, se posicionam contra o uso da cloroquina, como é o caso da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), de acordo com a nota emitida em 17 de março. A SBI divulgou algumas notas técnicas[10], desde o início da pandemia, sugerindo cautela sobre o uso da cloroquina e hidroxicloroquina, como na nota emitida em abril (SBI, 2020a). Depois, à medida que as evidências de sua contraindicação foram aparecendo, a SBI recomendou a sua não utilização, tal como pode ser observado na nota emitida em julho (SBI, 2020b).

Vale lembrar que o código de ética médica (CFM, 2019, p.17), destaca que "a medicina será exercida com a utilização dos meios técnicos e científicos disponíveis que visem aos melhores resultados". Da mesma forma que a SBI, diferentes entidades científicas, médicas e de outros profissionais da área da saúde, se posicionaram de forma contrária ao que o governo federal vem estabelecendo, e à posição defendida pelo próprio CFM quando se posiciona de forma ambígua (CNS, 2020; ACMFC, 2020, SBMFC, 2020; CONASS, 2020).

Vale ainda o destaque para o "manifesto pela segurança do paciente no tratamento para a COVID-19", assinado inicialmente por médicos em Santa Catarina e posteriormente por profissionais de outros estados, a partir do momento em que prefeituras passaram a distribuir, como medida de saúde pública, o "kit COVID" para "prevenir a complicação de infecções pelo coronavírus". Nesse documento, há destaque para a insegurança

[10] Para conhecer todas as notas, acessar o site https://web.infectologia.org.br/category/pandemia-covid-19/informes-sbi/

que é inerente à situação de pandemia, para a pressão social pelo uso de medicamentos sem comprovação de eficácia, para a relação entre o uso não comprovado desses medicamentos e a flexibilização das medidas que sabidamente evitam a expansão da doença:

> São graves e preocupantes os movimentos que vêm pressionando o poder público e promovendo desinformação e coerção de pacientes, profissionais de saúde e tomadores de decisão para impor supostos tratamentos precoces da COVID-19, independente de evidências de sua eficácia ou da sua segurança. Preocupante também é a pressão associada para a flexibilização das medidas de distanciamento físico, advogando uma falsa sensação de segurança à população com o uso de medicamentos, contribuindo para a desinformação, a desorganização das ações em saúde pública, o avanço da transmissão da Covid-19 e suas calamitosas consequências[11].

De igual modo, a Sociedade Brasileira de Família e Comunidade reitera a contraindicação do uso de drogas como a cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina, entre outras substâncias apontadas como possíveis tratamentos para as infecções pelo coronavírus causador da COVID-19. Essa mesma linha argumentativa aparece em notas assinadas por entidades como a Sociedade Brasileira pelo progresso da Ciência (SBPC, 2020) e pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB, 2020). O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) questiona:

> Por que estamos debatendo a Cloroquina e não a logística de distanciamento social? Por que estamos debatendo a Cloroquina ao invés de pensar um plano integrado de ampliação da capacidade de resposta do Ministério da Saúde para ajudar os estados em emergência? (CONASS, 2020).

Essas são questões cruciais para evitar a continuidade da catástrofe, da perda de vidas humanas e do sofrimento da população, conforme diferentes entidades que se ocupam das questões de vida e saúde têm assinalado desde o início da pandemia.

Observamos que existem posições contrapostas no âmbito das associações e entidades médicas. Algumas, como o CFM, divulgam ideias que corroboram

[11] https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeygg1cMIhQVSWUA4QWa9lLGHu4D3zJ6Dds4fP46QmYXsaDJw/viewform

o negacionismo científico, outras contestam esse posicionamento e parecem dialogar melhor com as ideias defendidas pela comunidade cientifica de todo o mundo. Estas últimas destacam os riscos e dificuldades de uma medicação que não tem nenhuma comprovação cientifica, motivo pelo qual não deve ser prescrita nem como como medida preventiva, nem como terapêutica em casos de COVID-19.

Para concluir

Como já foi dito, a principal premissa do negacionismo científico em relação à COVID-19 é a falaz oposição entre "defender a vida" ou "defender a economia", apresentadas como polos antagônicos. Nesse marco geral, devemos situar-nos para entender por que motivo se repete essa oposição como se de fato fosse possível imaginar conquistas econômicas edificadas sobre cadáveres.

No dia 14 de maio de 2020, o governo brasileiro declarou que estamos em guerra. Não se trata aqui de repetir mais uma vez a questionável metáfora utilizada por presidentes como Emmanuel Macron, da França, quando falou de guerra contra a pandemia. Pelo contrário, o Brasil prefere declarar guerra contra os governadores e prefeitos que, em diferentes Estados do Brasil, se negaram a aceitar a política genocida do governo federal. Se a guerra de Macron contra o vírus tem como aliados os pesquisadores, biólogos, infectologistas, sociólogos e historiadores, os aliados que o governo brasileiro chama para sua guerra não são os cientistas, mas os empresários. Ele pede diretamente aos empresários que obstaculizem as medidas de isolamento adotadas pelos governadores e prefeitos. De fato, essa guerra enunciada e declarada em 14 de maio já estava em curso desde o momento em que começaram a ser implementadas as primeiras medidas de controle da epidemia, agravando-se depois da demissão do ministro Mandetta.

Enquanto isso, o chefe do governo brasileiro manifesta publicamente seu descontentamento e levanta a falsa oposição entre "salvar vidas ou salvar a economia", além de espalhar *fake news*, estimular aglomerações, minimizar a pandemia, negar as recomendações da OMS, de outros presidentes, da comunidade médica, e ignorar as mortes que se acumulam e o caos que se espalha em alguns estados. Pouco a pouco, as pressões dos empresários

conseguiram que, mesmo com casos e mortes em aumento, os comércios de rua considerados não essenciais fossem abertos, em seguida os shoppings, as academias e os cabeleireiros. O certo é que a falta de uma articulação com o poder executivo nacional que fosse capaz de investir maciçamente na conscientização dos riscos da pandemia e em estratégias socioeconômicas de ajuda às populações vulneráveis, levaram todos os esforços ao fracasso.

A posição do governo brasileiro, que tem como objetivo principal a flexibilização do isolamento social, parece ter também um objetivo secundário e solidário ao primeiro. E a cloroquina e a hidroxicloroquina, ainda sendo medicamentos ineficazes para o tratamento da COVID-19 e com efeitos colaterais extremamente sérios, contribuem para essa lógica que opõe o cuidado da economia ao cuidado da vida, a lógica que afirma que o "Brasil não pode parar". Isso porque, existindo uma "bala mágica" que permita um suposto tratamento eficaz, não haveria motivos para continuar mantendo a quarentena tão recomendada por infectologistas e sanitaristas. A insistente defesa da cloroquina, para cuja fabricação o Brasil destinou 1,5 milhão de reais, criando um estoque para 18 anos de uso normal do fármaco, torna necessário que essa substância, desacreditada por pesquisadores de todo mundo e pela OMS, seja publicizada como solução para a pandemia e distribuída pelos estados nos famosos "kits COVID".

A pandemia coloca frente a frente duas estratégias biopolíticas de gestão da epidemia. Uma que aposta nas solidariedades coletivas e na defesa do direto à vida, direito à saúde, direito a uma morte digna, ciente de que só poderemos recuperar nossa economia já debilitada se aceitamos cuidar-nos entre todos. Outra que reforça e reivindica a lógica neoliberal centrada na ideia de assumir os próprios riscos e expor as populações à morte, com todas as características definidas por Aquile Mbembe (2011) como necropolítica. Nessa necropolítica confluem o negacionismo científico, o autoritarismo e o discurso neoliberal.

Essa necropolítica nos leva a naturalizar o número de 800 a 1.000 mortes diárias e a minimizar o seu aumento exponencial; a aceitar invasões aos hospitais e agressões a profissionais de saúde; a aceitar a subnotificação e a divulgação de uma medicação que mata; assim como banalizar o genocídio contra os povos indígenas expostos à invasão de seus territórios e ao contágio. Todos esses fatos fazem parte da política negacionista e de exposição à morte defendida por parte do governo brasileiro e por alguns empresários, em uma

guerra declarada contra aqueles que tentam defender as medidas impostas em todo o mundo: isolamento social, associado a um sistema eficaz de auxílio, renda emergencial e créditos.

Referências

ACMFC (Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade). (2020). *Posicionamento da ACMFC/SC sobre a cloroquina.* Florianópolis: ACMFC. Disponível em: https://acmfc.med.br/posicionamento-cloroquina/

Arendt, Hanna. (1998). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Borba, Mayla. G. S. *et al.* (2020). Effect of High vs Low Doses of Chloroquine Diphosphate as Adjunctive Therapy for Patients Hospitalized with Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Infection: A Randomized Clinical Trial. *JAMA Network Open*, 3 (4). doi:10.1001/jamanetworkopen.2020.8857

Boulware, David. R. *et al.* (2020). A Randomized Trial of Hydroxychloroquine as Postexposure Prophylaxis for Covid-19. *New England Journal of Medicine*, 383 (6), 517–25. doi:10.1056/NEJMoa2016638

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2020a). *Resolução De Diretoria Colegiada - RDC No 351, de 20 de março de 2020*. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS no 344, de 12 de maio de 1998. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/3233591/72+-+RDC+No+351-2020-DOU.pdf/bf7b1b3d-951a-4037-8fb8-38225319f8f9

Brasil. Ministério da Saúde. (2020b) *Coronavírus: COVID-19: Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/20/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19.pdf

Camargo Junior, Kenneth M., Jr., & Coeli, Claudia. M. (2020). A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. *Physis – Revista de Saúde Coletiva, 30* (2), 1-5. doi: 10.1590/s0103-73312020300203

CFM (Conselho Federal de Medicina).(2019). *Código de Ética Médica*. Brasília: CFM, 2019. Disponível em: https://cdn-flip3d.sflip.com.br/temp_site/edicao-3b3fff646773464959dcd1b68d0320f781.pdf

CFM (Conselho Federal de Medicina). (2020a). *Posição do Conselho Federal de Medicina sobre a pandemia de COVID-19: contexto, análise de medidas e recomendações*. Brasília: CFM. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/stories/pdf/covid-19_cfm.pdf

CFM (Conselho Federal de Medicina).(2020b). *CFM pede à Anvisa que venda de cloroquina e hidroxicloroquina ocorra só com receita médica*. Brasília: CFM. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28637:2020-03-20-18-20-23&catid=3

CFM (Conselho Federal de Medicina). (2020c). *Processo-consulta CFM nº8/2020 – Parecer CFM nº 4/2020*. Brasília: CFM. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4.

Chen, Jun *et al.* (2020). A pilot study of hydroxychloroquine in treatment of patients with common coronavirus disease-19 (COVID-19). *Journal Zhejiang University, 49* (2), 215-219. [em chinês] doi:10.3785/j.issn.1008-9292.2020.03.03

CNS (Conselho Nacional de Saúde). (2020). *Recomendação nº 042, de 22 de maio de 2020*. Brasília: CNS. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1193-recomendacao-n-042-de-22-de-maio-de-2020

CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde). (2020). Nota oficial. Brasília: CONASS. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/NOTA-OFICIAL.pdf

Dardot, Pierre & Laval, Christian. (2014). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

Eco, Umberto. (2018). *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record.

Gandhi, Monica, Beyrer, Chris, & Goosby, Eric. (2020). Masks do More than Protect Others During COVID-19: Reducing the Inoculum of SARS-CoV-2 to Protect the Wearer. *Journal of General Internal Medicine, 35* (10), 3063-66. doi: 10.1007/s11606-020-06067-8

Gautret, Philippe *et al.* (2020). Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial. *International Journal of Antimicrobial Agents, 56*, 1–6. doi: 10.1016/j.ijantimicag.2020.105949

Kalil, Andre C. (2020). Treating COVID-19—Off-Label Drug Use, Compassionate Use, and Randomized Clinical Trials During Pandemics. *JAMA 323*(19),1897-1898. doi:10.1001/jama.2020.4742.

Keyaerts, Els, Vijgen, Leen, Maes, Piet, Neyts, Johan, & Ranst, Marc van. (2004). In vitro inhibition of severe acute respiratory syndrome coronavirus by chloroquine. *Biochemical and Biophysical Research Communications, 323* (1), 264–268.

Mbembe, Achille. (2011). *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife, ES: Melusina.

Mehra, Mandeep R., Ruschitzka, Frank, & Patel, Amit N. (2020). Retraction – Hydroxychloroquine or chloroquine with or without a macrolide for treatment of COVID-19: a multinational registry analysis. *The Lancet, 395* (10240) 1820.

Multicenter Collaboration Group (Department of Science and Technology of Guangdong Province and Health Commission of Guangdong Province for chloroquine in the treatment of novel coronavirus pneumonia). 2020. Expert consensus on chloroquine phosphate for the treatment of novel coronavirus pneumonia. *Zhonghua jiehe he huxi zazhi* [Revista Chinesa de Tuberculose e Doença Respiratórias], 43 (3), 185–8. [em chinês]. doi: 10.3760/cma.j.issn.1001-0939.2020.03.009

Nussbaumer-Streit, Barbara *et al.* (2020). Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID-19: a rapid review. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 4, CD013574. doi: 10.1002/14651858.CD013574

O'Connor, Cailin; Weatherall, James O. (4 maio 2020). Hydroxychloroquine and the Political Polarization of Science. *Boston Review*, 4 mai. 2020. Disponível em: https://bostonreview.net/science-nature-politics/cailin-oconnor-james-owen-weatherall-hydroxychloroquine-and-political

Savarino, Andrea, Boelaert, Johan R., Cassone, Antonio, Majori, Giancarlo & Cauda, Roberto. (2003). Effects of chloroquine on viral infections: An old drug against today's diseases? *Lancet Infectious Diseases, 3* (11), 722–727. doi: 10.1016/s1473-3099(03)00806-5

SBB (Sociedade Brasileira de Bioética). (2020). *Nota pública: SBB solicita revogação imediata da orientação do Ministério da Saúde sobre uso da cloroquina em pacientes com COVID-19*. Brasília: SBB, 30 maio

2020. Disponível em: http://www.sbbioetica.org.br/Noticia/777/NOTA-PUBLICA-SBB-solicita-revogacao-imediata-da-orientacao-do-Ministerio-da-Saude-sobre-uso-da-cloroquina-em-pacientes-com-COVID-19

SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia). (2020a). *Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre o novo coronavírus n° 12: recomendações sobre tratamento farmacológico para COVID-19*. São Paulo: SBI. Disponível em: https://web.infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/informe-11-condutas-clinicas-covid-19.pdf

SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia). (2020b). *Informe n° 16 da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre: atualização sobre a hidroxicloroquina no tratamento precoce da COVID-19*. São Paulo: SBI. Disponível em: https://web.infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/atualizacao-sobre-a-hidroxicloroquina-no-tratamento-precoce-da-covid-19.pdf

SBMFC (Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade). (2020). *Recomendações da SBMFC para a APS durante a pandemia de COVID-19*. Rio de Janeiro: SBMFC. Disponível em: https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Recomendac%CC%A7o%CC%83es-da-SBMFC-para-a-APS-durante-a-Pandemia-de-COVID-19-1.pdf

SBPC (Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência). (2020). *Carta aberta às autoridades públicas de Santa Catarina, aos profissionais de saúde e à população catarinense sobre suposto "tratamento precoce" da covid-19*. São Paulo: SBPC, 2020. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/carta-aberta-as-autoridades-publicas-de-santa-catarina-aos-profissionais-de-saude-e-a-populacao-catarinense-sobre-suposto-tratamento-precoce-da-covid-19/

Silva, André F. C. (25 maio 2020). A origem da cloroquina: uma história acidentada. *Café-História* (blog). Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/a-origem-da-cloroquina/

Sung-Sun, Kwak. (13 fev. 2020). Physicians work out treatment guidelines for coronavirus. *Korea Biomedical Review*. Disponível em: http://m.koreabiomed.com/news/articleView.html?idxno=7428

Wallin, Claudia. (10 abr. 2020). Hospitais da Suécia suspendem uso de cloroquina em pacientes com coronavírus devido a efeitos colaterais. *Época*, 10 abr. 2020. Disponível em: https://epoca.globo.com/mundo/hospitais-da-suecia-suspendem-uso-de-cloroquina-em-pacientes-com-coronavirus-devido-efeitos-colaterais-1-24364183

Wang, Manli *et al.* (2020). Remdesivir and Chloroquine Effectively Inhibit the Recently Emerged Novel Coronavirus (2019-NCoV) in Vitro. *Cell Research, 30* (3), 269–71.

WHO (World Health Organization) (31 mar. 2020). *Off-label use of medicines for COVID-19*. WHO ref. Number: WHO/2019-nCoV/Sci_Brief/Off-label_use/2020.1. Disponível em: https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/off-label-use-of-medicines-for-covid-19

Zaiat, Alfredo. (12 jul. 2020). La conducción política del poder económico. *Página 12*. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/277959-la-conduccion-politica-del-poder-economico

Submetido em 5 de setembro de 2020.
Aprovado em 25 de outubro de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.787

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Quando e como uma doença desaparece. A varíola e sua erradicação no Brasil, 1966/1973

When and how a disease disappears. Smallpox and its eradication in Brazil, 1966/1973

Gilberto Hochman[*]

RESUMO

Este artigo aborda o programa de erradicação da varíola no Brasil (1966-1973), para analisar o fim de doenças e epidemias em contextos locais. O foco recai sobre os antecedentes de um marco específico e crucial desse processo: o anúncio oficial de seu desaparecimento em agosto de 1973 em pleno regime militar. O objetivo do artigo é compreender como as dimensões políticas, científicas e sanitárias se entrecruzaram na pouca repercussão de uma conquista da saúde pública que mobilizou recursos, governos, população e organizações internacionais. O artigo, baseado em fontes primárias e secundárias, está dividido em quatro partes. A primeira discute as questões gerais relativas ao fim de epidemias e desaparecimento de doenças em contextos locais. A segunda apresenta a dinâmica política e sanitária e as características da campanha de erradicação da varíola entre 1966 e 1980, em suas faces internacional e nacional. A terceira discute os desafios, as desconfianças e as incertezas que envolveram a determinação de que a varíola estava eliminada no Brasil do regime militar entre os anos de 1970 e 1973. Na conclusão, retoma-se a questão do término de epidemias e doenças em contextos históricos e nacionais à luz da erradicação da varíola.

Palavras-chave: varíola, governo militar, saúde pública, doença, epidemias.

[*] Doutor em Ciência Política. Professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Email: gilberto.hochman@fiocruz.br

ABSTRACT

This article discusses the smallpox eradication program in Brazil (1966-1973) to analyze the end of diseases and epidemics in local contexts. The focus is on the background of a specific and crucial milestone in this process: the official announcement of its disappearance in August 1973 in the midst of the military regime. The objective of the article is to understand how the political, scientific and health dimensions intertwined in the little repercussion of a public health achievement that mobilized resources, governments, populations, and international organizations. The article, based on primary and secondary sources, is divided into four parts. The first discusses general issues related to the end of epidemics and the disappearance of diseases in local contexts. The second presents the political and health dynamics, and the smallpox eradication campaign´s characteristics between 1966 and 1980, in its international and national aspects. The third discusses the challenges, suspicions, and uncertainties that involved the determination that smallpox was eliminated in Brazil, during the military regime, between 1970 and 1973. In the conclusion, ending epidemics and diseases in historical and national contexts is taken up in the light of the eradication of smallpox.

Keywords: smallpox, military government, public health, diseases, epidemics.

Introdução

Quando e como uma epidemia termina? O que determina e quem atesta o seu desaparecimento? Com quais critérios? O que significa o fim de uma epidemia ou mesmo de uma doença? Dado o caráter trágico e disruptivo da pandemia de Covid-19, múltiplos atores sociais têm formulado perguntas, e veiculado muitas dúvidas, tanto sobre o seu início ("o caso zero"), suas origens ("a nacionalidade do vírus"), sua duração ("ondas"), intensidade ("picos", "platôs", "vales") assim como sobre o seu tão ansiado declínio, controle ou mesmo eliminação (da transmissão e de óbitos, "zero casos") (Heywood, & Macintyre, 2020). Esse não é um debate exclusivo de epidemiologistas e médicos. Historiadores e cientistas sociais têm estabelecido, há muito, que doenças e epidemias não são fenômenos estritamente biológicos. Elas emolduram e são emolduradas pela sociedade como sugere Charles E. Rosenberg (1992). Nesse sentido, o término de uma epidemia é estabelecido não somente em termos da existência de uma vacina, de uma solução terapêutica eficaz, da queda na taxa de contágio, da obtenção da imunidade

da população ou da diminuição dos registros de casos e dos óbitos. Isso se dá também pela forma como sociedades percebem a experiência epidêmica no presente, como partilham a memória das epidemias passadas, como compreendem e imaginam que a vida social, por elas interrompida, foi ou será reestabelecida e pelos interesses políticos e econômicos envolvidos nesse término. A convivência com ciclos epidêmicos, eventualmente mais brandos ou controláveis, ou com a endemicidade da doença, também constitui uma forma de selar o seu final. São questões e temas ainda pouco frequentadas por cientistas sociais e historiadores.

O fim de uma epidemia ou de uma doença resulta de um entendimento que envolve múltiplos interesses e atores: governos nacionais e subnacionais, organizações internacionais, cientistas, epidemiologistas, imunologistas, médicos e profissionais de saúde, imprensa e redes sociais, sociedades científicas, empresas e organizações da sociedade civil e pessoas afetadas direta ou indiretamente. Mesmo que não existam "lições do passado", é possível reivindicar que a história e as ciências sociais apontam caminhos para a compreensão desses processos no tempo e em contextos específicos. É nas frestas das incertezas biomédicas sobre diagnóstico, tratamento, cura e cuidado que, como sugere Diego Armus (2004; 2020), sociedade e ciência se entrelaçam mais fortemente. A decisão e aceitação do desaparecimento de uma epidemia, ou de uma doença, é um acordo tácito ou explícito entre atores sociais, sempre precário e instável no curto prazo, mas que tem resultados concretos na vida cotidiana (Greene, & Vargha, 2020; Kolata, 2020).

A varíola é, até hoje, a única doença humana intencionalmente erradicada e cujo desaparecimento foi anunciado solenemente em maio de 1980 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao longo do século XX, ela se tornou endêmica na região das Américas, com surtos epidêmicos de sua forma mais grave em partes da África e da Ásia.[1] Mesmo não sendo mais caracterizada como epidêmica, a história de sua erradicação permite um diálogo sobre o fim de epidemias e de doenças no presente. Algumas características "naturais" da varíola teriam possibilitado sua erradicação, segundo a literatura especializada: os seres humanos são os únicos hospedeiros e só há um sorotipo viral. Além disso, a vacina era eficaz e se tornou mais barata,

[1] A varíola era uma doença infecciosa grave. A transmissão ocorria de pessoa para pessoa por meio das vias respiratórias. O vírus da varíola permanecia incubado de sete a 17 dias no organismo infectado. Na sua forma mais grave (*major*)', a letalidade era de 30%. Na sua forma mais benigna (*minor*) a letalidade era de 1%.

estável e segura ao longo do tempo. Tanto a cicatriz vacinal e as sequelas nos corpos, assim como a forma mais grave da doença, eram identificáveis, o que facilitava o diagnóstico e a vigilância epidemiológica. Os mecanismos de imunização eram conhecidos e tinham avançado desde o final do século XVIII, com a vacina jenneriana e, depois, o desenvolvimento da vacina animal. Por fim, tanto a infecção não-letal quanto a vacinação conferiam imunidade permanente.

Esse artigo aborda a erradicação da varíola no Brasil sob a perspectiva do fim de uma doença em contexto local. Serão focalizados os antecedentes de um marco específico e crucial desse processo: o anúncio de seu desaparecimento em agosto de 1973. Entre março e abril de 1971, foram reportados aqueles que seriam considerados os últimos casos de varíola no Brasil. Em 25 de agosto de 1973, o governo brasileiro recebeu a certificação da erradicação da doença no país pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, por conseguinte, na região das Américas.[2] No entanto, em vez de uma "natural" celebração face à relevância de um evento que tinha repercussões regionais e internacionais, ele foi noticiado de modo acanhado pela grande imprensa. Foram raras e esparsas as declarações do então Ministro da Saúde, Mario Machado de Lemos, e de outros membros do governo do General Garrastazu Médici (1970-74). Por que o sucesso do programa brasileiro, que poderia ter sido emoldurado com as cores nacionalistas daquele momento, não obteve repercussão pública? É o que vamos examinar neste artigo.

A certificação da eliminação da transmissão da varíola ocorreu em um período que combinava o "milagre econômico", expressão cunhada para denominar o expressivo crescimento econômico entre 1971 e 1974, a propaganda ufanista e a repressão violenta aos opositores do regime militar, especialmente depois do Ato Institucional n. 5 de 13/12/1968. No momento em que as agências internacionais anunciavam o desaparecimento da enfermidade temida há séculos, o país estava às voltas com uma nova emergência sanitária: a epidemia de meningite meningocócica. O governo militar negou a sua existência e censurou quaisquer notícias. A análise da certificação quase silenciosa do fim da varíola no Brasil é um caminho para compreender as complexas e contingentes tramas pelas quais, em um dado

[2] Do ponto de vista técnico, a certificação era de "eliminação da varíola no Brasil", uma vez que ela ainda persistia em outras partes do mundo. Todavia, prevaleceu, nos discursos dos governos e das organizações internacionais de saúde, a ideia de erradicação para os países. Isso reforçava a ideia de que a erradicação era a meta a ser alcançada por meio de etapas.

contexto político, se aceita, ou se determina, que epidemias "terminam" e doenças "desaparecem". No caso em questão, política e ciência se conectaram para conferir sentidos particulares ao anúncio da "morte da varíola" no Brasil.

A sequência do artigo está organizada em três partes. A primeira apresenta a dinâmica política e sanitária e as características da campanha de erradicação da varíola, em sua dimensão tanto internacional quanto nacional. A segunda discute os desafios, as desconfianças e as incertezas que envolveram a determinação de que a varíola estava eliminada no Brasil do regime militar entre os anos de 1969 e 1973. Na conclusão, retoma-se a questão do término de epidemias e doenças em contextos históricos e nacionais à luz da erradicação global da varíola.

A trajetória da erradicação da varíola no Brasil

Apesar de séculos de mortes, medo, adoecimento e marcas indeléveis sobre os corpos humanos, e das características acima mencionadas, foi apenas em meados do século passado que a varíola, endêmica quase exclusivamente no "mundo subdesenvolvido", se tornou objeto mais central de interesse da Saúde Internacional, suas organizações e de governos. A União Soviética, que eliminara a varíola nos anos 1930, propôs sua erradicação global em dez anos na XI Assembleia Mundial da Saúde, órgão decisório da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em Mineápolis, Estados Unidos, em 1958 (Cueto, Brown, & Fee, 2019).[3] Essa proposta, aprovada no ano seguinte, gerou debates sobre sua viabilidade em meio ao acirramento da Guerra Fria e aos movimentos de descolonização. A despeito das disputas sobre quais seriam as melhores vacinas e as estratégias de campanha, houve crescente adesão dos países-membros da OMS. Ainda prevalecia o forte otimismo médico-sanitário do pós-Segunda Guerra (Garrett, 1995). Uma campanha global ofereceria aos países endêmicos a oportunidade de receber recursos humanos e financeiros para o enfrentamento de um grave problema sanitário. Além disso, protegeria os países livres da varíola da importação de casos (Hochman, 2009; 2011).

[3] O bloco soviético abandonou a OMS em 1949 e retornou em 1956 (Cueto *et al.*, 2019).

A ascensão da varíola ao topo da agenda sanitária internacional resultou no Programa Intensificado de Erradicação da Varíola (PEV), estabelecido pela OMS em 1966.[4] O PEV contou com apoio e financiamento de inúmeras agências de cooperação para o desenvolvimento, e dos dois polos da Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética (Manela, 2010). O diretor do programa entre 1966 e 1977 foi Donald A. Henderson, médico com longa carreira no Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos EUA (CDC), que contou com apoio do Ministério da Saúde da URSS entre outros (Henderson, 2009). O CDC, originalmente com atribuições de vigilância epidemiológica interna, tornou-se, no contexto da Guerra Fria, um agente da política estadunidense na América Latina, no Caribe e na Ásia (Etheridge, 1992; Greenough, 2011; Reinhardt, 2015). Apesar da polaridade geopolítica, a meta de erradicação da varíola produziu uma "disputa cooperativa", uma vez que, por meio de um programa global de saúde, acreditava-se que o conhecimento científico e as tecnologias médicas poderiam fortalecer, para alguns, os princípios do liberalismo democrático e, para outros, os do socialismo (Reinhardt, 2015; Stepan, 2011).

As inúmeras tensões da chamada Guerra Fria Global nos anos de 1960 e 1970, em particular na América Latina, África e Ásia (Westad, 2005), não impediram a assistência internacional em várias frentes: no financiamento e de recursos humanos e organizacionais, na produção, controle de qualidade e distribuição da vacina antivariólica, nas campanhas de vacinação sistemática e na organização de sistemas de vigilância epidemiológica com busca ativa de casos, laboratórios para diagnósticos, isolamento, vacinação de bloqueio, registro e análise de informações.

O objetivo do PEV era liderar e coordenar a erradicação da doença em escala global com a mobilização de recursos financeiros e técnicos e adesão dos países-membros da OMS. Todavia, existiam dúvidas sobre sua viabilidade. Por um lado, elas resultavam da percepção do insucesso do programa global de erradicação da malária lançado pela OMS em 1955 e, por isso, da razoável desconfiança em relação a outro ciclo de programas com igual objetivo (Henderson, 2009; Stepan, 2011). Além disso, esse novo ciclo demandava a organização de programas nacionais de erradicação que eram cruciais em países continentais como Brasil e Índia: em meados dos anos 1960, a varíola ainda se mantinha endêmica com elevado número de

[4] Em inglês *Intensified Smallpox Eradication Program* (SEP).

casos nesses países, sendo que, no caso indiano, com dramáticos surtos de sua forma mais grave. A estruturação desses programas nacionais foi fundamental quando a OMS acelerou o programa no início dos anos 70 na tentativa de viabilizar a erradicação global da varíola (Hochman, 2009; Bhattacharya, 2006). O *slogan* da campanha passou a ser efetivamente "varíola, meta zero".[5] Em outubro de 1977, foi identificado o último "caso natural" na Somália, seguido, em 1978, de um caso resultante de acidente em laboratório no Reino Unido (Fenner *et al.*, 1988).

A extinção da doença foi certificada em 1979 com a comprovação do fim da circulação do vírus e da ausência sustentada de casos (Fenner *et al.*, 1988). Em 8 maio de 1980, a erradicação foi comunicada ao mundo na XXXIII Assembleia Mundial da Saúde realizada em Genebra. "A varíola está morta" foi o título da capa da publicação mensal da OMS (*World Health, May*, 1980). Foi o anúncio oficial do fim de uma doença que dizimara milhões ao longo dos séculos e um fato celebrado como o maior sucesso da saúde internacional até o presente. Em 2010, após 30 anos, essa conquista foi monumentalizada com uma estátua em pedra e bronze na entrada do prédio da OMS em Genebra, Suíça.[6]

Como apontam Stepan (2011) e Birn (2011), as análises desse sucesso são retrospectivas, acríticas e generalistas, e escritas a partir do ponto de vista dos que operaram os programas internacionais e nacionais de saúde. O próprio modelo verticalizado de campanha que foi adotado descartava, por exemplo, para os objetivos da erradicação, a estruturação de sistemas de saúde mais integrados e inclusivos. Do ponto de vista sociológico, essa monumentalização da erradicação dificulta a análise sobre como as incertezas, os fracassos e os processos próprios aos contextos locais foram elementos constitutivos desse processo.[7] Essas narrativas, vistas como relatos de um "fato" inquestionável, também são objeto de crítica na medida em que homogeneizaram e despolitizaram as dimensões nacionais do programa e os contextos locais, bem como os conflitos entre as agências

[5] Em inglês *smallpox target zero*.

[6] https://www.who.int/news-room/detail/17-05-2010-statue-commemorates-smallpox-eradication. Acesso em 21/09/2020

[7] A história oficial do PEV e da certificação foi publicada no chamado "big red book" (1450 páginas) escrito por participantes do programa. em particular por aqueles que eram vinculados à OMS e ao CDC (Fenner *et al.*, 1988). Vários livros de depoimentos e narrativas biográficas reforçam a interpretação retrospectiva a partir do sucesso anunciado em 1980 (Arita, 2010; Foege, 2011; Henderson, 2009).

e programas internacionais e nacionais. Como consequência, dificulta-se a compreensão das próprias dinâmicas e experiências contextuais mediante as quais se alcançou o "fim da varíola" (Bhattacharya, 2006; Hochman, 2009; Neelakantan, 2010).

A varíola esteve presente nos registros brasileiros desde o século XVI. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, produziu eventos epidêmicos dramáticos na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Nesse período, a vacinação antivariólica tornou-se uma prioridade para os serviços sanitários (Fernandes, 2010) e sua obrigatoriedade foi alvo de disputas e conflitos na Primeira República, cujo marco mais conhecido é a célebre "revolta da vacina" de novembro de 1904 (Carvalho, 1987; Chalhoub, 1996). A partir da década de 1930, a doença passou a prevalecer em sua forma mais branda, com menor letalidade: a varíola *minor* ou mais conhecida como alastrim. Nas décadas subsequentes, sequer há registros confiáveis da doença em âmbito nacional e nenhuma instituição foi criada para seu controle, a despeito da expressiva ampliação, durante a era Vargas e os anos JK, das estruturas estatais para combate a doenças endêmicas (Fonseca, 2007; Hochman, 2009). Mesmo o país sendo um dos últimos espaços endêmicos, e com o maior número de casos na região das Américas, a varíola desapareceu da agenda sanitária brasileira até os anos 1960 (Hochman, 2009). As prioridades eram a malária e as demais endemias rurais que concentravam a atenção do governo federal, compreendidas como "doenças do subdesenvolvimento" (Packard, 2007). No caso da malária, ela se fazia prioridade no âmbito da saúde global. A OMS e a Unicef coordenaram um programa global de erradicação a partir de 1955, empreendimento ao qual o Brasil foi aderindo gradualmente por meio da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), que se estendeu de 1958 a 1970 (Hochman, 2008). A ideia de erradicação, fortemente estabelecida na agenda da saúde internacional no pós-Segunda Guerra (Stepan, 2011), também foi adotada contra o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da febre amarela, em campanha coordenada pela OPAS desde o final dos anos de 1940 para a região das Américas (Magalhães, 2016).

A varíola *minor* era endêmica em diferentes regiões do país nos anos 1960, com números expressivos de casos na então Guanabara, em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul e na Bahia, além de surtos episódicos com manifestações clínicas mais graves. O Brasil se tornara uma ameaça

de reintrodução da varíola em países que já a haviam eliminado, como o México, que declarou a erradicação em 1952 (Agostoni, 2016), ou os EUA, cujo último caso natural, não importado, datava de 1949. O último registro da doença no Canadá, em 1962, fora importado do Brasil (Jarvis, 2007). Dada a baixa cobertura vacinal da população infantil e os limites na produção de vacinas, tanto em número quanto em qualidade, pairava o temor de que o Brasil também importasse casos oriundos de surtos que ainda ocorriam na região das Américas e na Europa, como no Reino Unido, em 1962 (Bivins, 2007). A ampliação do transporte aéreo, com implicações na velocidade com que as pessoas circulavam em escala global, aumentava os riscos de circulação de um vírus altamente transmissível.

A invisibilidade da doença é também resultado da perda da convivência da sociedade com sua forma mais grave e epidêmica que levava a óbito 30% dos adoecidos. Os dramáticos surtos epidêmicos das duas primeiras décadas do século passado foram substituídos pela sua forma menos grave e letal, o Alastrim, e era confundida muitas vezes com a varicela ou catapora. Dessa forma, a doença saiu da agenda da saúde pública e da memória da sociedade brasileira, apesar de suas marcas indeléveis nos sobreviventes. Ela retorna emoldurada pela Guerra Fria, pelas pressões internacionais e pelos governos autoritários pós-1964.

Em face desse temor, uma primeira resposta brasileira foi a Campanha Nacional Contra a Varíola (CNCV), criada em 1962, sob incentivo da OPAS/OMS, com a meta de eliminar a doença em cinco anos. A CNCV foi a primeira organização nacional criada exclusivamente para coordenar o combate à doença, até então disperso pelos serviços municipais e estaduais e por diferentes setores do Ministério da Saúde. No final dos anos de 1950, o Ministério da Saúde utilizara a ampla estrutura do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) para a vacinação antivariólica no interior do país. Inovações técnicas foram relevantes nesse processo. Em 1966, foi introduzida a agulha bifurcada como técnica mais simples de vacinação, para além dos injetores a pressão que vinham sendo testados para vacinação em massa (Hochman, 2009). Nesse mesmo ano, foi iniciada a fabricação da vacina liofilizada (desidratada) pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) que seria fabricada também em laboratórios públicos estaduais, e facilitava imensamente o transporte e a conservação dos imunizantes. A meta inicial de controle da doença não foi alcançada, mas produziu avanços relevantes

no que diz respeito às formas de produção de vacinas, aos métodos de vacinação, às campanhas educativas, à formação e treinamento de quadros profissionais e às estruturas organizacionais para tais campanhas. Nesse esforço, foram aplicadas 23 milhões e 500 mil de doses da vacina no período 1962-1966 (Varíola – trabalho para a Comissão Internacional…, 1973). Havia problemas de registro e de subnotificação, mas os dados disponíveis apontam para 9.600 casos registrados e 160 óbitos, em 1962, reduzidos para 3.623 casos e 20 óbitos em 1966 (Scorzelli Jr, 1965; Varíola – trabalho para a Comissão Internacional…, 1973). A instabilidade política e econômica do governo João Goulart (1961-64) e dos primeiros anos do regime militar inaugurado em abril de 1964 dificultaram resultados mais expressivos e a enfermidade se manteve endêmica no país.

Em 1966, o Brasil embarcaria no empreendimento global capitaneado pela OMS, criando a Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) que, um ano depois, foi subordinada diretamente ao Ministro da Saúde. O governo militar considerava a erradicação como prioridade não apenas pelo aspecto sanitário, mas, principalmente, pela dimensão geopolítica, uma vez que, segundo o então Ministro da Saúde Raimundo de Brito, o país "lamentavelmente ainda se inscreve entre os mais importantes focos de varíola do mundo e o mais relevante do continente americano" (*O Correio da Manhã*, 27/08/1966, p. 11). Dada a pressão internacional, a CEV foi vista como oportunidade para o regime militar obter recursos internacionais para a saúde pública e apresentar resultados positivos que poderiam ser utilizados na comparação com o governo democrático que derrubara. Este era caracterizado pelo vocabulário da Guerra Fria como incompetente, corrupto e populista e o fracasso no controle da varíola seria um exemplo disso. No lançamento da CEV em 1966, o governo militar divulgava que, em apenas dois anos, já havia dobrado o número de vacinações realizadas pelo governo Goulart (*O Globo*, 27/08/1966, p. 3).

Dado o contexto sanitário, de persistência da varíola, e político, de acirramento da Guerra Fria na América Latina, não é surpreendente que um terço do orçamento do programa brasileiro proviesse do programa estadunidense Aliança para o Progresso. Além disso, recursos materiais e humanos eram fornecidos pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC), pelo governo canadense e seus laboratórios públicos, como o

Connaught,[8] pela OPAS/OMS e pela filantropia do Rotary International. Um dos objetivos centrais da cooperação canadense era a melhoria da qualidade da vacina produzida nos laboratórios públicos brasileiros, conforme diretriz da CEV (Palmer, & Hochman, 2010). A Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (USAID) investiu recursos expressivos para a vacinação em massa nos dois últimos anos da campanha (1970-72). Essas doações e contribuições internacionais se materializaram em veículos e injetores de pressão para vacinação em massa (*ped-o-jet*) e, também no trabalho de especialistas e consultores estrangeiros remunerados diretamente por agências de cooperação e por organismos internacionais (Varíola – trabalho para a Comissão Internacional…, 1973).

A opção dos governos do Marechal Castelo Branco (1964-67) e do General Costa e Silva (1967-69) foi mobilizar e coordenar, a partir da CEV, os recursos já disponíveis de órgãos federais, estaduais e municipais nas áreas de saúde e educação. Por exemplo, foram acionados o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), a Campanha Erradicação da Malária (CEM) (que dava sinais de fracasso) e, em particular, a Fundação Serviço de Saúde Pública (FSESP). A FSESP tinha profissionais com melhor remuneração e treinamento e com experiência de atuação em áreas mais distante de centros urbanos desde sua criação em 1942 como parte dos acordos Brasil-EUA para o esforço de guerra (Campos, 2006). Foi o grupo de médicos originário da FSESP que dirigiu a CEV e, depois, parte dele integrou o esforço do PEV/OMS de erradicação da varíola na África e na Ásia (Bhattacharya, & Messenger, 2010).

Em 1970 e 1971, a ênfase foi na vacinação em massa nas áreas urbanas de todo o país, ou naquelas com significativa densidade populacional e maior número de casos. A estratégia adotada foi, além da propaganda, a de mobilização da população para encontros em lugares públicos, que esperava a chegada dos vacinadores e o início da vacinação utilizando os injetores de pressão. Líderes políticos locais, professores, militares, profissionais de saúde e religiosos foram envolvidos na mobilização e na convocação da população junto aos coordenadores estaduais da Campanha. Personalidades políticas, artísticas e desportivas eram vacinadas em público e suas fotografias circulavam na imprensa. Festas populares, romarias, encontros religiosos, feiras, manifestações artísticas populares, quartéis,

[8] Laboratório público vinculado à Universidade de Toronto e à Província de Ontário.

escolas públicas, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários e grandes empresas foram espaços utilizados para a vacinação em massa em horário estendido (Hochman, 2009; 2011). Entre 1966 e 1971, a CEV contou com um total de 3.563 funcionários, sendo 654 vacinadores e 613 motoristas de veículos, chegando a contar com 332 injetores (Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional..., 1973).

Uma rígida legislação foi estabelecida para garantir a vacinação e a revacinação, cujos certificados passaram a ser exigidos para obtenção de documentos públicos, pagamento de salários, matrícula nas escolas públicas e privadas e viagens ao exterior. Todavia, a grande adesão à vacinação não parece ser explicada exclusivamente pela ação coercitiva ou pela propaganda. Dada a persistente desigualdade brasileira, essas medidas coercitivas tinham baixa efetividade para parte significativa da população, que não possuía e nem conseguia demandar tais documentos oficiais, estava alijada da educação pública, não tinha empregos nem públicos nem formais e muito menos viajava. Essa adesão se explica, em parte, pelo que denominamos de uma "cultura da imunização" no Brasil (Hochman, 2011). Trata-se de um conjunto de valores que fortaleceram e legitimaram a ideia e a prática da vacinação como resultado de campanhas contra várias enfermidades, como de febre amarela, bouba, tuberculose e varíola ao longo do século XX e não apenas no Brasil. Para muitos autores, este é o resultado de um consenso vacinal (Saavedra, 2011) no qual a imunização, como ciência, demanda validação política e social na forma de um contrato social no qual a utilidade das vacinas é reconhecida assim como o dever do Estado em garanti-las (Moulin, 2003). Um consenso que tende a apagar tensões e contradições, e mesmo as resistências. Num país marcado pela exclusão social, a vacina, fornecida gratuitamente pelo Estado, passou a ser percebida como bem público. A proteção contra enfermidades transmissíveis era base de uma "cidadania imunológica ou biomédica", como qualificou Warwick Anderson (2006), por um Estado que negava cidadania civil e política a largos setores da sociedade.

Esse esforço de mobilização para vacinação em massa também foi resultado do impacto negativo, para a CEV e para a OPAS/OMS, do significativo aumento de casos (7.407) em vários estados, no ano de 1969, sem considerar a reconhecida subnotificação. Essa precariedade era motivo de críticas dos dirigentes da PEV/OMS (Fenner *et al.*, 1988). A criação de

sistemas de vigilância e registro epidemiológico, até então praticamente inexistentes no país, veio desse diagnóstico.

Havia sérias dúvidas sobre a possibilidade de sucesso da campanha brasileira (Fenner *et al.*, 1988, p. 624). Em uma carta do início de 1970, o diretor do PEV/WHO, Donald A. Henderson escreveu a Charles Williams, vice-diretor da OPAS, manifestando preocupação com o Brasil: "Parece bastante claro que a situação não é boa" (Fenner *et al.*, 1988, p.625).[9] Os problemas identificados foram a alta rotatividade dos dirigentes da CEV, recursos nacionais insuficientemente alocados, a competição com a campanha da malária, a ausência de padronização dos procedimentos, a ausência de supervisão, os problemas na qualidade dos registros e da vacina, e a cobertura de vacinação desigual entre os estados (Henderson, 2009; Hochman & Palmer, 2010; Stepan, 2011, p. 218-219). No biênio 1970 e 1971, decidiu-se a intensificação da vacinação e revacinação da população nas áreas com maior número de casos, assim como a busca ativa de casos, com a montagem de uma rede de postos de notificação e vigilância epidemiológica nos estados e territórios federais. Em caso de identificação de casos suspeitos, implementavam-se ações de isolamento, vacinação de bloqueio, investigação dos contatos e exame laboratorial para confirmação. Os números foram drasticamente reduzidos, ainda no ano de 1970, para 1.771casos, concentrados em áreas específicas. Entretanto, era um número ainda elevado e impeditivo da meta de erradicação na região das Américas, na qual a Argentina registrara os seus últimos 24 casos nesse mesmo ano, atribuídos à importação do Brasil.

Desconfianças políticas, incertezas biomédicas e o fim silencioso da varíola

Não eram apenas as organizações internacionais que se preocupavam com os rumos do programa brasileiro. Em abril de 1971, uma charge no semanário "O Pasquim", uma das poucas vozes críticas ao regime militar na imprensa, debochava da situação. O personagem Fradinho, do cartunista Henfil, se referia ao inconcluso trabalho do governo militar na erradicação da varíola e à propaganda ufanista de "Pra Frente Brasil", "Ame-o ou Deixei-o", entre

[9] Original em inglês. Tradução do autor.

outros *slogans* nacionalistas e autoritários. A meta de erradicação fazia parte dessa propaganda e era noticiada pelos principais jornais. O Ministro da Saúde (1969-1972) Francisco de Paula Rocha Lagoa relatara esses avanços ao Diretor-Geral da OMS, o brasileiro Marcolino Candau, quando de sua visita ao Brasil em fins de março de 1971 (*Folha de São Paulo*, 24/3/1971, p.11; *O Estado de São Paulo*, 24/3/1971, p. 11). Candau demonstrava satisfação com o proclamado fato de o país deixar "… de ser exportador de varíola para outros países" (*O Estado de São Paulo*, 25/3/1971, p.23). A eliminação da varíola era uma resposta política do governo militar à comunidade internacional preocupada com a persistência da doença no país. Na semana seguinte, a campanha fazia parte das atividades cívicas comemorativas dos sete anos da autodenominada "Revolução de 1964". Na cidade do Rio de Janeiro, elas incluíam, por exemplo, a "vacinação antivariólica em diversos bairros, com a utilização de 40 kombis da Secretaria de Saúde" e em 14 escolas de samba selecionadas, além da "coleta de sangue no hall do Aeroporto Santos Dumont" (*O Correio da Manhã*, 31 de março de 1971, p.3).



Fonte: *O Pasquim*, n. 92, 8-14/1971. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional[10].

Nesse momento de poucas críticas, muita censura, repressão e autocelebração, entre os meses de março e abril de 1971 surgiram casos suspeitos de varíola. Ocorreram na Vila Cruzeiro, uma favela com 25 mil habitantes localizada no bairro da Penha, a poucos quilômetros da sede da CEV na cidade do Rio de Janeiro. Foram notificados dois casos de varíola

[10] Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=2486. Acesso em: 04/09/2020.

em crianças, de 2 e 6 anos, confirmados por exames laboratoriais. Após o diagnóstico, uma equipe da campanha iniciou a investigação epidemiológica e identificou um total de 18 casos relacionados em 8 domicílios, alguns iniciados ainda em dezembro de 1970, mas não identificados precocemente pelos serviços sanitários. Diante desse quadro de surtos autóctone, foi efetuada uma operação bloqueio com quase 20 mil vacinações nessa comunidade e nenhum caso posterior foi identificado (Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional..., 1973). A maioria dos casos era de menores de 5 anos, o que indicava baixa cobertura vacinal de crianças, em particular em áreas mais empobrecidas dos centros urbanos. Um caso secundário de varíola, o 19o, foi identificado em 19 de abril de 1971 em um hospital público no qual foram internados doentes oriundos da Vila Cruzeiro. Apesar de registrados pela CEV e pelos serviços de saúde da cidade, e mencionados posteriormente em documentos da OPAS e da OMS, esses casos não foram estampados nas páginas da imprensa, certamente por conta da censura imposta a qualquer noticiário crítico ou negativo ao governo.

Os casos reportados em 1971, no Rio de Janeiro, seriam considerados, dois anos depois, como os derradeiros no Brasil e nas Américas. No entanto, essa qualificação como "o último caso" era um enunciado instável e passível de revisão, só possível retrospectivamente. Eram tempos de incertezas biomédicas e epidemiológicas em relação ao desaparecimento da doença, que se misturavam ao otimismo nacionalista do regime em um país sob censura. Persistia o temor do retorno da varíola por algum foco residual ou por sua importação via fronteiras ou transporte aéreo. A decisão da campanha foi reforçar a vacinação e revacinação principalmente na região nordeste, com 250 vacinadores, e também em áreas da Amazônia, em 1971, e na Guanabara. Ao final deste ano não houve registro de novos casos. A CEV alcançara aproximadamente 84% da população brasileira, contabilizando quase 82 milhões de vacinados e revacinados entre 1966 e outubro de 1971 (Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional..., 1973).

O desafio seria a verificação da interrupção da transmissão da varíola em todo território nacional para que a notícia positiva e oficial pudesse ser veiculada após a sua certificação por parte do PEV/OMS. Uma rede de vigilância epidemiológica e de informações estruturada pela CEV foi o mecanismo para investigar potenciais casos correntes ou recentes. Os mecanismos eram a identificação das marcas de vacinação, a análise dos

registros de *causa mortis* e entrevistas com pessoas que poderiam informar sobre potenciais casos, tais como prefeitos, médicos e profissionais de saúde, a tabeliães, professores e empregadores e trabalhadores, especialmente nas áreas nas quais os últimos casos haviam sido reportados em 1970 e início de 1971 (Rodrigues, 1975; Fenner *et al.*, 1988, cap.12; Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional..., 1973). O programa de vacinação sistemática foi encerrado em outubro de 1971, ainda que a vacinação antivariólica permanecesse obrigatória e oferecida pelos serviços de saúde até 1975. No ano das comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasil, a campanha reportou zero casos de varíola.

Caberia então à OPAS e OMS confirmar que o Brasil estava livre de varíola. Uma avaliação não oficial da situação da erradicação da varíola em 1972 foi redigida pelo diretor da CEV, Cláudio do Amaral Jr, entre outros autores, e concluía que:

> O último caso relatado de varíola ocorreu em 19 de abril de 1971. Nenhum caso foi detectado durante os últimos 21 meses, apesar de um ativo programa de vigilância com 21 unidades de vigilância e mais de 5.000 postos de notificação espalhados por todo o país. Acreditamos que a transmissão da varíola foi interrompida no Brasil (WHO/SE/73.51, p.5).[11]

Os termos utilizados nesse documento indicam a prudência dos dirigentes da CEV e dos consultores da OPAS/OMS. O Brasil estava se aproximando do critério adotado pela Comissão de Especialistas da OMS em 1972 para a erradicação, que estabelecia 24 meses de interrupção da transmissão e sem casos autóctones.[12] Contudo, questões e temores do governo brasileiro, das organizações internacionais e dos profissionais envolvidos estavam presentes: como confirmar que o Brasil estava definitivamente livre da doença? O "último caso" teria sido o derradeiro? Haveria riscos de retorno da varíola? Quais as condições para a manutenção de "zero casos" em um país ou região enquanto a varíola se mantinha endêmica em outros países?

Para essa verificação final, foi estabelecida pela OPAS e pela OMS uma Comissão de Avaliação do Programa de Erradicação da Varíola na

[11] Um documento de trabalho da OMS com carimbo de depósito na Biblioteca da OMS em 1/03/1973. Fundo Cláudio do Amaral Jr. Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Tradução do autor.

[12] WHO Expert Committee on Smallpox Eradication. Second report (1972). *World Health Organization technical report series*, *493*, 1–64.

América do Sul, tendo como foco principal a análise da situação brasileira e dos países limítrofes.[13] Ela foi composta por Alfredo Bica (Ministério da Saúde), escolhido como presidente, Robert Wilson (Diretor dos Laboratórios Connaught, Canadá), J. Donald Millar (CDC, EUA), Francisco Cambournac (Diretor do Instituto de Medicina Tropical, Portugal) e Eriberto Echezuría (Ministério da Saúde, Venezuela). Pelo menos 4 médicos brasileiros, funcionários do Ministério e da CEV, participaram das discussões da comissão.[14] Esta foi secretariada por médicos e epidemiologistas da OPAS e da OMS (PAHO/WHO, CD22/10, 11 Sept. 1973, Annex III; Fenner *et al.*, 1988, cap. 25).

A comissão se reuniu no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1973, para analisar os relatórios de todos os países limítrofes do Brasil que indicavam "zero casos" desde 1970. Além de reuniões para análise e discussão do relatório e dos dados brasileiros apresentados (PAHO/WHO, CD22/10, 11 Sept. 1973)[15], os membros da comissão viajaram para encontros e avaliações dos sistemas de vigilância epidemiológica com secretários estaduais de saúde, como o de São Paulo, e visitaram laboratórios de diagnóstico, como o do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). A reunião final foi realizada em Brasília em 24 de agosto de 1973, com a apresentação das conclusões e recomendações ao Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos. No dia seguinte, o Ministro entregou o relatório ao general Médici acompanhado do diretor-geral da OMS (*Correio Brasiliense*, 25/8/1973, p. 5). Em seu relatório à Comissão, congratulou o Brasil pelo "verdadeiro evento histórico" que era a "conquista da varíola" e concluiu pelo fim da interrupção da transmissão de uma doença presente há quatro séculos na região das Américas. Ao final louvou os esforços brasileiros:

> A Comissão considera, em conclusão, que ter eliminado a varíola endêmica em tão pouco tempo em um país tão grande por meio de um programa nacional não tem paralelo na história da moderna da saúde pública. Esta imensa conquista merece o orgulho de todos os brasileiros, mas especialmente orgulhosos devem ser todos aqueles

[13] Em inglês: The PAHO/WHO Comission for the Assesment of the Smallpox Eradication Program in South America.

[14] Eurico Suzart de Carvalho Filho, Alyrio Macedo Filho, Arlindo Lavigne de Lemos e João Baptista Risi.

[15] *Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional de Certificação*, 1973, caixa 51, fol.3, Arquivo Cláudio do Amaral Jr, COC/Fiocruz, Rio de Janeiro.

> que participaram desta campanha. A Comissão felicita cada um dos que fizeram parte deste tremendo sucesso (PAHO/WHO, CD22/10, 11 Sept. 1973, Annex III, p.6).[16]

Entretanto, essa elogiada conquista "sem paralelo" do governo brasileiro, que mobilizara tantos recursos durante seis anos, não teve repercussão nos principais jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, que a noticiaram em poucas linhas. Também não foi, como se esperava, celebrada em manifestações públicas do governo militar.[17] O comunicado oficial à imprensa do Ministério da Saúde foi bem menos entusiasta, quase lacônico, se comparado ao relatório da referida comissão:

> Depois de analisar toda a documentação apresentada, a comissão concluiu que a transmissão da varíola está interrompida nas Américas e, consequentemente, no Brasil, e que foram assim cumpridos os requisitos estabelecidos pelo grupo de peritos da varíola da OMS para considerar erradicada essa doença (*O Correio da Manhã*, 25/09/1973, p. 2).

Essa certificação silenciosa deve ser compreendida a partir de incertezas biomédicas existentes na época, mas sobretudo pelos significados políticos que elas assumiam no contexto local marcado pelas dinâmicas do regime militar e pelas expectativas das organizações internacionais e dos países doadores e limítrofes. Se, por um lado, a conquista sobre a varíola poderia ser celebrada como um feito do governo militar, por outro lado, a decretação de um "último caso" poderia ser uma "aposta" alta demais, já que um caso subsequente que viesse a contestar essa certificação comprometeria não apenas as certezas biomédicas, mas a propaganda do regime. Ironicamente, o alto valor, local e internacional, conferido à perspectiva da "erradicação", tornava a ideia de "último caso" um risco. Essa "aposta" ganharia tons ainda mais dramáticos num contexto local marcado pela ocorrência de outra emergência sanitária, a de meningite.

As apostas e os riscos situados nessa interface nacional e internacional que caracteriza esses programas têm diferentes dimensões. Em primeiro lugar, mesmo certificando o fim da transmissão no Brasil, o relatório apontou fragilidades e fez 13 recomendações para evitar a reintrodução da

[16] Tradução do autor.

[17] Apenas foram encontradas nos principais jornais do país notícias relacionadas ao dia 25 de agosto de 1973.

doença nas Américas. Os principais problemas e recomendações eram: a baixa cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos, principalmente em áreas de difícil acesso, recomendando-se a manutenção da vacinação obrigatória por um período maior; o controle de qualidade da vacina brasileira, recomendando-se testagem periódica de lotes de vacinas no Centro de Referência da Vacina de Varíola para as Américas em Toronto, Canadá; e a manutenção de um rígido sistema de vigilância epidemiológica e de informações, aconselhando-se a remessa de amostras de casos suspeitos para confirmação em Atlanta, nos EUA (PAHO/WHO, CD22/10, 11 Sept. 1973, Annex III; Soerensen, 1978/79). Ao recomendar a continuidade da vacinação e das atividades de vigilância em moldes semelhantes aos do período pré-certificação (1971-73), a Comissão deixava transparecer que não havia plena confiança na sua afirmação do fim da transmissão e apontava também fragilidades do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de saúde nas áreas de produção de vacinas, diagnóstico e vigilância.

A cautela do PEV/OMS era em relação ao processo de certificação da eliminação da varíola em países específicos e regiões. Em primeiro lugar, a comissão que se reuniu no Brasil foi a primeira experiência desse tipo na história da OMS. Em avaliações publicadas posteriormente, dirigentes e profissionais do PEV, da OMS e do CDC revelaram que "… a constituição dessa primeira comissão internacional não foi a ideal nem ela realizou seus trabalhos com a mesmo rigor que as comissões posteriores" (Fenner *et al.* 1988, p. 1155).[18] Uma séria restrição foi a presença excessiva de brasileiros como membros e consultores da comissão, o que teria dificultado a sua autonomia e uma avaliação isenta. Em livro de memórias sobre a sua participação na erradicação, Donald H. Henderson definiu, retrospectivamente, o trabalho dessa comissão como "um capítulo lamentável" (Henderson, 2009, p. 117).[19] A crítica principal foi a nomeação, pelo Diretor da OPAS, o chileno Abraham Horwitz, de um ex-secretário geral do Ministério da Saúde (Alfredo Bica) para ser o presidente da Comissão, por pressão do governo brasileiro. A indicação de profissionais que estiveram envolvidos diretamente no programa brasileiro desagradou a Henderson (p. 118) e revela tensões entre

[18] Os padrões foram sendo estabelecidos a partir de 1974, por ocasião da certificação na Indonésia (Fenner *et al.*, 1988, cap. 25)

[19] Henderson nada comentou de negativo sobre a certificação brasileira em seus inúmeros artigos sobre a erradicação da varíola até meados dos anos 1980.

o PEV/OMS e a OPAS, escritório regional da OMS para as Américas. A OPAS era mais permeável a demandas e pressões políticas dos países da região do que o núcleo dirigente do programa em Genebra. Para este, as muitas recomendações da Comissão revelavam que a certificação da interrupção era passível de muitas dúvidas e questionamentos e poderia comprometer o futuro da erradicação global.

O Conselho Diretor da OPAS aprovou, em 16 de outubro de 1973, resolução como o reconhecimento da erradicação da varíola segundo os critérios da OMS, parabenizou os países da região pela conquista, mas registrou deficiências nos sistemas de vigilância e na cobertura vacinal de grupos de maior risco e, portanto, corroborou as recomendações de manutenção e melhoria das estruturas de vacinação e vigilância (Rodrigues, 1975, p.382-383). Havia muita desconfiança no relatório de uma comissão considerada enviesada, o que gerava insegurança das agências internacionais. Numa avaliação posterior e retrospectiva, a reputação da OMS só não teria sido abalada pelo "desempenho lamentável" da comissão porque, efetivamente, não foram mais registrados casos de varíola nas Américas nos anos seguintes (Henderson, 2009, p. 118).[20]

O governo Médici, ao receber a notícia da erradicação da varíola, estava ainda imerso no "milagre econômico", mas também em velhos e novos problemas de saúde pública. Desde 1971, a meningite meningocócica estava presente com surtos epidêmicos, em particular no estado de São Paulo. Apenas no município de São Paulo o número de casos subira de 122 em 1970 para 1799 em 1973 (Everson, 1976). O crescimento do número de casos de poliomielite e sarampo, ao atingir principalmente população infantil, imprimia ainda mais gravidade à situação sanitária. O governo federal impôs a censura a notícias sobre essa epidemia até o ano de 1974 (Barata, 1988; Schneider, Tavares, & Musse, 2015). O fim dessa censura e a vacinação contra meningite veio a ocorrer apenas em 1975, já no governo do General Ernesto Geisel (1974-78), facilitada pelo sucesso e pelas estruturas legadas pela campanha antivariólica e pela criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 (Temporão, 2003). Até 1974, a epidemia de meningite e a necessária vacinação da população não foram mencionadas

[20] Em entrevista ao autor, Henderson confirmou a intervenção política do governo via OPAS na formação dessa comissão internacional que deveria ser o modelo para as seguintes: "Fiquei muito zangado. Bichat Rodrigues, o consultor regional da varíola da OPAS e Abraham Horwitz realmente nos decepcionaram" (Hochman & Palmer, 2010, p. 772)

no noticiário diário nem em pronunciamentos do governo. A discrição em relação à varíola e o silêncio em relação a meningite prevaleceram como política governamental.

Considerações Finais

A certificação do país livre da varíola certamente era positiva para um governo autoritário prolífico em campanhas publicitárias de cunho nacionalista. Todavia, persistiam incertezas e desconfianças, internas e externas, em relação à sustentação de "zero casos", considerando-se, inclusive, os problemas na montagem e nos trabalhos da comissão internacional que certificou a erradicação. A emergência de uma epidemia nesse exato momento exigia respostas governamentais que, se por um lado se beneficiavam da estrutura de vacinação e vigilância utilizada na eliminação da varíola, por outro, revelava o enorme déficit social e sanitário do país, atingia os principais centros urbanos e arranhava uma conquista do regime militar. Dessa forma, o governo, que buscou controlar a comissão e o relatório, e a imprensa, sob censura prévia, foram lacônicos no comunicado do desaparecimento de uma doença presente por séculos no Brasil e que mobilizou esforços e recursos governamentais e internacionais durante sete anos. E, ao final, as organizações da saúde internacional, como a OPAS e a OMS, congratularam o Brasil, entretanto mantinham postura de prudência em relação ao futuro imediato da doença no país.

O anúncio da erradicação da varíola no Brasil em agosto de 1973 é um caso que desvela o entrelaçamento entre dinâmicas do conhecimento científico e da política em um contexto de incertezas e de autoritarismo. Foi um final anunciado sob bases tanto epidemiológicas como políticas, mas com incertezas, também científicas e políticas, que indicavam que sua manutenção estava sob suspeição. A ausência de casos ao longo dos sete anos seguintes e o desaparecimento da varíola como experiência de adoecimento, morte e marcas na sociedade brasileira ajudou a efetivamente selar o seu final. Nesse sentido, o tempo biomédico e o tempo social, se diferentes, convergem em algum ponto. E a "morte da varíola" em âmbito global, anunciada em Genebra em 8 maio de 1980, também não obteve repercussão fora dos círculos médicos, nem na imprensa nem no governo brasileiro em

um contexto bem diverso daquele de 1973 pois eram tempos de abertura política e luta por democratização. Em 1980 também havia mais condições epidemiológicas de anunciar a erradicação global, isto é, menos incertezas biomédicas. A varíola, como experiência biossocial, foi sendo borrada ao longo dos anos e o seu anunciado desaparecimento global também, tal como ocorrera em 1973, não obteve espaços significativos nos jornais brasileiros não mais sob censura. Seus múltiplos fins não foram celebrados no Brasil. Os desafios contemporâneos e globais dos ciclos epidêmicos devem ser, definitivamente, respondidos a partir da sua compreensão como processos biomédicos e, ao mesmo tempo, políticos e sociais que se expressam no tempo e espaço.

Agradecimentos

Esse artigo é um dos resultados de pesquisa realizada com bolsa de produtividade em pesquisa-CNPq e contou com o apoio da bolsista Pibic-CNPq-Fiocruz, Laura Menacho Ferreira.

Referências

Agostoni, Claudia (2016). *Médicos, campañas y vacunas. La viruela y la cultura de su prevención en México*, 1870-1952. México: Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Históricas/ Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora.

Anderson, Warwick. (2006). *Colonial pathologies: American tropical medicine, race, and hygiene in the Philippines*. Durham, N.C.: Londres: Duke University Press.

Arita, Isao. (2010). *The smallpox eradication saga: an insider's view*. Nova Delhi: Orient Longman.

Armus, Diego. (2020). Narrar la pandemia de Covid-19: historia, incertidumbres, vaticinios. In Dominichi M. de Sá, Gisele Sanglard, Gilberto Hochman, & Kaori Kodama (orgs.). *Diário da pandemia: o olhar dos historiadores* (p. 91-110). São Paulo: Hucitec Editora.

Armus, Diego. (2004). "Queremos a vacina Pueyo!!!": incertezas biomédicas, enfermos que protestam e a imprensa - Argentina, 1920-1940. In: Gilbero Hochman, & Diego Armus (orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* (p. 393-425). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Barata, Rita B. (1988). *Meningite: uma doença sob censura?* São Paulo: Editora Cortez; 1988.

Bhattacharya, Sanjoy. (2006) *Expunging variola: the control and eradication of smallpox in India, 1947-1977*. Nova Delhi: Orient Longman.

Bhattacharya Sanjoy, & Messenger, Sharon (eds) (2010). *The global eradication of smallpox*. Nova Delhi: Orient Blackswan.

Birn, Anne-Emanuelle. (2011). Small(pox) success? *Ciência & Saúde Coletiva, 16* (2), 591-597. doi: 10.1590/s1413-81232011000200022

Bivins, Roberta (2007) "The People Have No More Love Left for the Commonwealth": Media, Migration and Identity in the 1961–62 British Smallpox Outbreak. *Immigrants & Minorities, 25*, 3, 263-289.

Campos, André Luís V. (2006). *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Carvalho, José M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chalhoub, Sidney. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cueto, Marcos, Brown, Theodore., & Fee, Elisabeth (2019). *The World Health Organization: A History*. Cambridge: Cambridge University Press.

Etheridge, Elizabeth W. (1992). *Sentinel for Health: A History of the Centers for Disease Control*. Los Angeles, University of California Press.

Everson, Lygia B. (1976). Aspectos Epidemiológicos da Meningite Meningocócica no Município de São Paulo (Brasil) no Período 1968 a 1974. *Revista de Saúde Pública, 10*, p.1-16.

Fenner, Frank, Henderson, Donald A, Arita, Isao, Jezek, Zdenek, Ladnyi, Ivan D. *et al.* (1988). *Smallpox and its eradication*. Geneva: World Health Organization.

Fernandes, Tania M. (2010). *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2a edição.

Fonseca, Cristina M. O. (2007). *Saúde no Governo Vargas (1930 – 1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz

Foege, William H. (2011). *House on Fire: the Fight to Eradicate Smallpox*. Los Angeles: Univesity of California Press.

Garrett, Laurie (1995). *A Próxima Peste - novas doenças num mundo em desequilíbrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Greene, Jeremy A.; Vargha, Dora (2020). Ends of Epidemics. In Hal Brands, & Francis J. Gavin (eds) *COVID-19 and World Order: The Future of Conflict, Competition, and Cooperation* (p. 23-39). Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Greenough, Paul. (2011). "A wild and wondrous ride": CDC field epidemiologists in the east Pakistan smallpox and cholera epidemics of 1958. *Ciência & Saúde Coletiva, 16* (2), 491-500. doi: 10.1590/s1413-81232011000200012

Heywood, Anita, & Macintyre, C. Raina. (2020). Elimination of COVID-19: what would it look like and is it possible? *The Lancet – Infectious Disease*, published online August 6, 2020. doi: 10.1016/S1473-3099(20)30633-2

Henderson, Donald A. (2009). *Smallpox: The Death of a Disease*. New York: Prometheus Books.

Hochman, Gilberto. (2011). Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, 16* (2), 375-386. doi: 10.1590/S1413-81232011000200002

Hochman, Gilberto. (2009). Priority, invisibility and eradication: the history of smallpox and the Brazilian public health agenda. *Medical History, 53*(2): 229-252. doi: 10.1017/s002572730000020x

Hochman, Gilberto. (2008). From autonomy to partial alignment: national malaria programs in the time of global eradication, Brazil, 1941-1961. *Canadian Bulletin of Medical History*, 25 (1), 161-192. doi: 10.3138/cbmh.25.1.161

Hochman, Gilberto; Palmer, Steven (2010). Smallpox eradication and Brazil: an interview with Donald A. Henderson. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 17* (3), 759-775. doi: 10.1590/S0104-59702010000300011

Jarvis, Eric. (2007). A contagious journey within a culture of complacency: the smallpox scare of 1962 in New York and Toronto. *Canadian Bulletin of Medical History, 24* (2), 343-366.

Kolata, Gina (10 maio 2020). How Pandemics End? *New York Times Magazine*, 10 maio 2020. https://nyti.ms/3fCdRJ1

Magalhães, Rodrigo C.S. (2016). *A Erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Manela, Erez (2010). A Pox on Your Narrative: Writing Disease Control into Cold War History. *Diplomatic History*; 34 (2):299-323.

Moulin, Anne-Marie. (2003). A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos, 10* (suplemento 2), 499-517. doi: 10.1590/S0104-59702003000500004

Neelakantan, Vivek. (2010). Eradicating smallpox in Indonesia: the archipelagic challenge. *Health History, 12* (1), 61-87.

Packard, Randall M. (2007). *The Making of a Tropical Disease: A Short History of Malaria*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Palmer, Steven; Hochman, Gilberto. (2010) A Canada-Brazil network in the global eradication of smallpox. *Canadian Journal of Public Health, 101* (2), 113-114,118. doi: 10.1007/BF03404353

Reinhardt, Bob H. (2015) *The End of a Global Pox: America and the Eradication of Smallpox in the Cold War Era*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Rodrigues, Bichat A. (1975) Smallpox eradication in the Americas. *Bulletin of the PanAmerican Health Organization, 9* (1), 53-68.

Rosenberg, Charles E. (1992). Framing disease: Illness, society, and history. In Charles E. Rosenberg, *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine* (p. 305-318). Cambridge: Cambridge University Press.

Saavedra, Mónica. (2011). O consenso vacinal revisitado: hegemonia dinâmica. In Manuela P. Cunha & Jean-Yves Durand (orgs.) *Razões de Saúde. Poder e Administração do Corpo: Vacinas, Alimentos, Medicamentos* (p. 137-159). Lisboa: Fim do Século.

Schneider, Catarina, Tavares, Michele, & Musse, Christina (2015). O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S.Paulo. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 9* (4), 1-13. doi: 10.29397/reciis.v9i4.995

Scorzelli Jr., Achilles. (1965). A importância da varíola no Brasil, 1964. *Arquivos de Higiene, 21*, 3-64.

Soerensen, B. (1978/79). A erradicação da varíola no mundo. *Memórias do Instituto Butantan, 42/43*, 11-20.

Stepan, Nancy L. (2011). *Eradication: Ridding the World of Diseases Forever?* Itahaca: Cornell University Press.

Temporão, José G. (2003). O Programa Nacional de Imunização no Brasil: origens e desenvolvimento. *História-Ciências-Saúde-Manguinhos, 10* (Supl.2), 601-617. doi: 10.1590/S0104-59702003000500008

Varíola – Trabalho para a Comissão Internacional de Certificação, 1973, Arquivo Cláudio do Amaral Jr., DAD/COC/Fiocruz, Rio de Janeiro.

Westad, Odd A. (2005). *The Global Cold War: Third World interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press.

Depoimentos

Cláudio do Amaral Jr. Depoimento concedido a Gilberto Hochman, Tania Maria Fernandes e Daiana Crús Chagas. Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2009/2010. http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/pesquisa/divulgacao-cientifica/35-patrimonio-cultural/1810-claudio-do-amaral-jr-e-a-erradicacao-da-variola-fundacao-sesp-e-campanha-de-erradicacao-da-variola.html#link01 Acesso em 01/10/2020.

Arquivos documentais

Fundo Cláudio do Amaral Jr. BR RJCOC CA, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, código de referência BR RJCOC CA.

Arquivos da Organização Mundial da Saúde, https://www.who.int/archives/en/

Jornais e periódicos

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Submetido em 6 de outubro de 2020.
Aprovado em 25 de outubro de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0



ARTIGOS

http://doi.org/10.20336/rbs.569

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Reconhecimento social e seu contrário no Brasil

Social recognition and its opposed in Brazil

Luiz Gustavo da Cunha de Souza*

RESUMO

O artigo discute o uso que Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco fazem do conceito de reconhecimento. Desse modo, busca mostrar que reconhecimento é, ao mesmo tempo, um princípio normativo e revelador de uma subordinação a práticas arbitrárias nos textos de ambos sobre a sociedade brasileira. Assim, a ordem do favor e a rede de relações de dominação pessoal que Schwarz e Franco, respectivamente, descrevem podem ser vistas como formas derivadas da subordinação do reconhecimento às necessidades práticas das camadas dominantes. Com isso, ao identificar uma "dissonância vexatória" entre o que intenciona uma norma de reconhecimento recíproco e o que intencionam as práticas concretas de reconhecimento, Schwarz e Franco mostram ser possível denunciar criticamente a transformação de um princípio legítimo de organização da vida social em um mecanismo de reprodução de hierarquias.

Palavras-chave: reconhecimento, favor, dominação pessoal.

* Professor no Departamento de Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
Email: gustavo.cunha.s@ufsc.br

ABSTRACT

This paper presents the concept of recognition, as used by Roberto Schwarz and Maria Sylvia de Carvalho Franco. It tries to show that recognition is, at once, both a normative principle and a concept that reveals how everyday practices were subordinated by arbitrariness in Brazil. Accordingly, the relations of favor and personal domination, which Schwarz and Franco respectively describe, could be taken as consequences of practical necessities of the dominant classes. So, in identifying a "shaming dissonance" between what the norm of recognition implies and what it becomes within Brazilian society, both authors are able to show that is possible to critically denounce the inversion of a legitimate principle of social life's organization into a mechanism of reproduction of social hierarchies.

Keywords: recognition, favor, personal domination.

I

Talvez devido às necessidades analíticas associadas à proverbial diversidade social e cultural do Brasil, a incorporação do tema do reconhecimento na sociologia feita no país inclui interpretações diversas do significado desse conceito. Essas interpretações, por sua vez, são majoritariamente apropriações e traduções de debates iniciados fora do Brasil – o que não é nenhum demérito, pelo contrário – mas não apenas isso. O presente artigo se propõe discutir o porquê de o reconhecimento no Brasil ser uma espécie de reapropriação conceitual e, ao mesmo tempo, uma ideia original quando operacionalizado no país. Ao longo do texto, espera-se poder demonstrar que, ainda que não tenha sido um conceito central nem para as interpretações nacionais, nem para os estudos de formação, certos usos do conceito de reconhecimento estiveram presentes explícita ou implicitamente em trabalhos de sociologia política brasileira. Isso se deve – e demonstrá-lo é a segunda intenção do artigo – ao fato de que no Brasil a dinâmica do reconhecimento, sustentada normativamente pelo princípio de reciprocidade, esteve intimamente associada à dinâmica do personalismo, gerando uma cultura política permissiva às desigualdades e a diversos limites ao pleno usufruto da cidadania (Reis, 2000; Sales, 1994; Telles, 2000). Nesse sentido, o texto retoma uma constatação de Maria Arminda

do Nascimento Arruda, referindo-se a Antonio Candido, que identifica a tensão entre a importância de estudar sociologicamente a cultura nacional e, ao mesmo tempo, reconhecer seu acanhamento (Arruda, 2004, p. 108). Aceita a constatação, mas revirando-a, tem-se que os processos sociais típicos do Brasil, em seu acanhamento, revelam não apenas algo sobre a vida social nacional, mas também sobre a cultura política a que a sociologia se refere. No caso do Brasil, quero defender que se trata de uma relação íntima entre reconhecimento social e seu contrário, cujos efeitos extrapolam o momento da formação nacional e vivenciam uma permanência em forma de desigualdade, mas também contribuem para a recorrente opção nacional (de parcela significativa da nação e de sua elite) pelo velho autoritarismo, que às vezes se traveste de novo, e logra mobilizar "o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização" (Schwarz, 2019, p. 327).

II

Quero mencionar, inicialmente, três interpretações do conceito de reconhecimento, das quais duas considero as mais difundidas devido a seu caráter explícito de modelo teórico, enquanto a terceira, por se tratar de um uso da categoria analítica, considero a mais instigante para a compreensão sociológica da realidade brasileira. Em primeiro lugar, em um diálogo mais amplo com as outras duas disciplinas que compõem as ciências sociais, reconhecimento foi ou tem sido tomado como um índice que orienta lutas sociais centradas em demandas culturais e identitárias, servindo assim de aporte às reivindicações de grupos politicamente desrespeitados. Essa é a apresentação do reconhecimento como "paradigma popular de justiça", na expressão de Nancy Fraser (1997). Em segundo lugar, de um ponto de vista em que a sociologia encontra a filosofia normativa, as raízes hegelianas do conceito de reconhecimento têm sido buscadas e atualizadas em teorias da integração social e das instituições. Essa é a apresentação do reconhecimento como princípio normativo, tornada popular no debate teórico social recente principalmente por Axel Honneth (2011). Essas duas formas do reconhecimento, combinadas de diferentes modos, têm sido apropriadas, traduzidas e reformuladas com diferentes ênfases no Brasil, resultando em

trabalhos de grande interesse para a compreensão de movimentos sociais nacionais (Neves, 2007, 2018; Paiva, 2018; Pinto 2008), das recentes transformações do mundo do trabalho (Maciel, 2017; Rosenfield, Mello & Corrêa, 2015; Rosenfield & Pauli, 2012) e da cidadania política no país (Silva, 2019, cap. 6; Sobottka, 2015). Todavia, em terceiro lugar, há uma forma do conceito de reconhecimento que se esconde em alguns textos da sociologia política brasileira e que o conecta com a análise de um fenômeno típico dessa sociedade, o personalismo, especialmente em sua tensa relação com os princípios de liberdade e meritocracia.

Nesse último caso, reconhecimento é utilizado como uma categoria descritiva, mas, como pretendo demonstrar aqui, sem perder as dimensões normativa e crítica. Chamarei esse uso de reconhecimento de denúncia crítica, e quero enfatizar a indissociabilidade de ambos os termos, inclusive porque as duas outras formas do conceito de reconhecimento mencionadas acima também possuem uma dimensão crítica. Aquela crítica realizada por Fraser, Honneth e por autoras e autores que se apropriam de seus modelos, porém, parece-me antes 'terapêutica', no sentido de que enxerga nas relações de reconhecimento uma dimensão fundamentalmente positiva, que remete à corporificação de um princípio de reciprocidade. Meu interesse aqui é outro: ressaltar no uso do reconhecimento enquanto denúncia crítica em que medida seu aspecto normativo, isto é, sua validade como ideal de justiça publicamente mobilizado por movimentos sociais ou como parâmetro institucional, serve também para explicitar sua própria transformação em uma forma conivente de prestação e contraprestação, em um momento de "compensação simbólica" (Schwarz, 2000, p. 18).

Aqui há de se notar que a adoção da nomenclatura denúncia crítica permite diferenciar levemente a crítica do reconhecimento no Brasil do modelo, em certo sentido importado, de uma crítica imanente. Isso porque o modelo da crítica imanente reconstrutiva, mobilizado de modo especialmente frutífero por Honneth, identifica no descompasso entre as práticas sociais e as normas que as sustentam um critério de crítica que não introduz a visão particular da cientista nos motivos da crítica, mas as crenças sociais dos próprios indivíduos. Essa vantagem analítica, porém, repousa sobre uma concepção unilateral dos princípios reconstruídos. No caso de que trata o presente texto, isso significa que o princípio de reciprocidade encarnado nas relações de reconhecimento, quando objeto de uma crítica imanente reconstrutiva, mantém seu caráter terapêutico, como a forma normativa a

ser alcançada; quando, por outro lado, é confrontado com o fato de que a norma da reciprocidade, ao mesmo tempo, reforça desigualdades, é preciso fazer dessa categoria também um instrumento de denúncia[1]. Nesse sentido, o modelo de Teoria Crítica com o qual dialogo aqui é antes o de Honneth do que a dialética adorniana, uma vez que o modelo da crítica reconstrutiva – terapêutica ou como denúncia – necessariamente assume o objeto como o foco privilegiado da análise.

Recorrendo a dois trabalhos clássicos da sociologia política brasileira, o de Maria Sylvia de Carvalho Franco e o de Roberto Schwarz, parece possível destacar um entendimento das relações de reconhecimento em que a intenção dessas relações possui dois planos: por um lado, porque se trata de um princípio organizador da vida institucional, as relações de reciprocidade que esse princípio engendra funcionam como um critério normativo; por outro lado, porque essas relações de reciprocidade não são, na prática, propriamente recíprocas, o princípio do reconhecimento anunciaria uma "dissonância vexatória" (Schwarz, 2012, p. 168) entre a realidade social e a promessa que ela contém. Desse descompasso experimentado como inautenticidade decorre uma forma complexa de crítica da ideologia, que é mais do que apenas uma crítica da ideologia: ela é, principalmente, uma *reconstrução* da tensão latente entre um sistema baseado em princípios e as práticas sociais que lhe dão forma. É nessa reconstrução, um método eminentemente sociológico, que a crítica como denúncia se insere – por um lado, sendo mais que um discurso de justiça, porque possui a legitimidade moral de um princípio; por outro lado, tornando-se mais do que mera reconstrução, porque critica algo e, finalmente, sendo mais do que crítica da ideologia, porque não critica um falso entendimento, mas aquela dissonância entre legitimidade e prática social. Nessa versão de uma reconstrução normativa (Honneth, 2011), então, reconhecimento serviria como um guia possível para reconstruir sociologicamente as normas e valores de nossas sociedades, mas também para analisar o processo social em que essas normas são corporificadas, resultando na possibilidade de criticar a relação entre forma normativa e processo social sem privilegiar uma sobre a outra, justamente porque a situação social na qual as normas e princípios ganham corpo também afeta sua existência enquanto critérios de crítica – daí, afinal, a necessidade de avançar a crítica também como denúncia.

[1] Para a discussão desse modelo de crítica imanente reconstrutiva como teoria do reconhecimento, apoio-me em Kauppinen, 2002.

III

Para começar a tratar do reconhecimento como denúncia crítica, quero tomar como ponto de partida um ensaio de Roberto Schwarz chamado "Complexo, moderno, nacional e negativo" (1987), pois ali o uso que o autor faz do conceito de reconhecimento remete tanto à adequação normativa quanto à prática social. Nesse ensaio, cujo objeto imediato é a correspondência entre a composição narrativa utilizada por Machado de Assis em seus romances, notadamente nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e a exposição de certos "dinamismos da sociedade brasileira" (Schwarz, 1987, p. 115), Schwarz foca a análise na passagem final do primeiro capítulo e em parte do segundo capítulo do romance, que são os momentos em que Brás Cubas explica a causa de sua morte. Ali, escrevendo já em meio aos vermes que lhe roeram a fria carne, o defunto autor enumera as razões que o levaram a justificar a criação do emplastro que levaria seu nome: para o governo, escreve uma petição chamando atenção para os resultados cristãos do medicamento anti-hipocondríaco; para os amigos, revela as vantagens pecuniárias; mas para a leitora e o leitor, finalmente, assume "a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas (…) De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: - amor da glória" (Machado de Assis *apud* Schwarz, 1987, p. 116-117).

Esse trecho, entre outras coisas, apresenta a hipótese de que, no romance em questão, filantropia e lucro não se encontram em lados opostos, mas revelam uma inversão da denúncia típica do romance realista. Enquanto, nessa tradição, é típico o desvelamento dos interesses mesquinhos e instrumentais por trás da fachada generosa – por exemplo no Balzac de *Ilusões perdidas* (Lukács, 1981) – no Machado de Assis atento àqueles 'dinamismos da sociedade brasileira', "o cálculo do lucro era… uma desculpa. Assim, a busca da vantagem econômica dá cobertura ao desejo de reconhecimento pessoal, e não vice-versa" (Schwarz, 1987, p. 117). Ao contrário do modelo tradicional, então, Schwarz interpreta o romance naturalista no Brasil a partir de seus elementos internos, porém indicando, como enfatiza Modesto Carone, a "*ordenação inesperada de causas*" (2007, p. 113, grifo no original; cf. Schwarz, 1987, p. 118). Nesse sentido, ao invés de uma síntese entre as contradições internas à sociedade, contradições que oporiam filantropia e lucro, o estudo de Schwarz indica, na presença de um narrador volúvel, exatamente a solução oposta, a subordinação da atividade prática à

"satisfação de amor-próprio para o narrador. Esta tem a ver com o desejo de atenção e reconhecimento [...] desejo decisivo para o nosso raciocínio" (Schwarz, 1987, p. 119). Assim, por meio da transformação do imperativo do lucro em motivo menor, a relação entre virtude pessoal e pressão social logo é deslocada pelo ordenamento que prioriza a forma do reconhecimento como amor-próprio e atenção. Isso significa, afinal, que a disposição social ao julgamento de outros deixa de se dever às contribuições de cada uma e cada um e apela ao puro egoísmo, cuja condição dada às classes dirigentes, como se verá, em última instância lhes propicia a conduta arbitrária[2].

Mas mesmo esse deslocamento não se faz sozinho, como Schwarz aponta na conclusão do ensaio. Segundo ele, a "situação ideológica e moral" à qual estava submetida a camada burguesa de que Brás Cubas participa é a contraparte, enquanto realidade social, do artifício narrativo que Machado de Assis se viu compelido a utilizar: "obrigados por seu papel de representação externa, esses dirigentes liberais de um país de economia escrava diariamente tinham de pedir para sua pátria e a si mesmos o reconhecimento do 'mundo civilizado', cujos princípios elementares, entretanto, dada a realidade social, eles tinham de infringir com igual constância" (Schwarz, 1987, p. 124). Ao situar socialmente o capricho de um tipo como Brás Cubas, a volubilidade é exposta em relação ao plano miúdo e caricato das preocupações reais do narrador, das quais o emplastro é tão somente o ápice. Todavia, esse capricho não é de todo arbitrário, posto que preside a ação das personagens e as permite reivindicar exatamente aquela forma de reconhecimento que tomam por possível dentro das circunstâncias nacionais que, não custa lembrar, eram conduzidas no plano ideológico por princípios internacionais. Dito de outro modo: devido à necessidade de inserção do país em uma ordem mundial, as camadas dirigentes eram conduzidas a se portar com "espírito" liberal, mas não podiam, de fato, conduzir-se praticamente como liberais e abolir a escravidão. A questão aqui é menos a de parecer uma elite interessante, que vai de par com o mundo mais amplo, e mais a de estabelecer uma relação social na qual o exercício da liberdade de um lado não seria criticamente

[2] Para uma interpretação da medida em que a volubilidade do narrador das *Memórias póstumas* representa um posicionamento de Schwarz a respeito da disputa conceitual sobre o papel do paternalismo da sociedade brasileira, ver Helayel e Brasil Jr., 2019. Em texto anterior a este, tentei colocar a questão do reconhecimento em Schwarz frente ao seu argumento mais amplo a respeito da inserção do Brasil na ordem econômica mundial do século XIX, usando como fio condutor outro ensaio do autor, "Nacional por subtração". A fim de evitar repetições, e também para manter o foco do presente texto nas formas assumidas pelas relações de reconhecimento no Brasil, cometo a indiscrição de remeter a Souza, 2019.

avaliado pelo outro e, ainda assim, sustentaria uma forma de "coexistência estabilizada" (Schwarz, 2000, p. 18). Esta, a segunda parte da trama que se inicia com a possibilidade da conduta arbitrária.

Que fique claro: no ensaio em questão, Schwarz se debruça sobre a composição narrativa. Assim, ao vaivém da prosa corresponde o "vaivém ideológico da classe dirigente brasileira, articulada com o mercado e o progresso internacionais, bem como com a escravidão e o clientelismo locais" (Schwarz, 1987, p. 124-5). Essa circunstância, porém, como se apressa a assinalar o autor, não é uma idiossincrasia nacional, mas justamente decorre da posição do Brasil na ordem burguesa. Ocorre que, voltando ao tema do ensaio, a genialidade de Machado de Assis se expressa exatamente como um artifício narrativo que é capaz de acentuar como característica da vida burguesa no Brasil de fins do século XIX "a fenomenal expansão do arbitrário pessoal, que nesse romance ataca e sujeita todas as dimensões da vida, mas sem perder a conotação de inconsequência e marginalidade que lhe deu a civilização burguesa do século XIX" (Schwarz, 1987, p. 123-4). Ou seja, em que pese a situação histórica da qual devia participar a camada estudada – por Machado de Assis e por Schwarz, como mostra Carone (2007, p. 114) – é sua dupla adesão a princípios normativos que marca o romance. Lembremo-nos, contudo, que os princípios normativos, já desde o início do ensaio – e do romance –, são explicitamente apresentados como um mecanismo a serviço do amor-próprio, de modo que, afinal "repositórios do valor da vida moderna, aparecem somente enquanto objetos do capricho, o que é dizer que sua lógica está subordinada às necessidades sempre momentâneas do amor-próprio do herói" (Schwarz, 1987, 122)[3]. É central, então, notar que não se trata de uma substituição ou de uma inversão, mas de uma *subordinação*, isto é, de um procedimento por meio do qual o valor original de uma norma é colocado a serviço de outra forma desse mesmo princípio. É assim que a mencionada busca da vantagem pessoal, o fio condutor da individualidade capitalista, se subordina ao desejo de reconhecimento pessoal como a tal dualidade de critério: "o critério de realidade que preside à caraterização é

[3] A essa altura do artigo, já deve estar claro que, fazendo uso do conceito de reconhecimento, Schwarz o identifica como um contraponto aos princípios republicanos da atitude impessoal e racionalmente motivada. Entretanto, não deve passar despercebido que essa versão da teoria de uma busca por reconhecimento é aquela que subjaz à tradição do pensamento francês desde Jean-Jacques Rousseau, chegando até Jean-Paul Sartre (cf. Honneth, 2018, cap. 1). Conhecedor da obra desses dois autores, do último em particular, não é de se estranhar que Schwarz tenha apresentado a paixão pela glória como o verdadeiro vício privado, e não a ganância tipicamente criticada pelo realismo vitoriano inglês ou pelo romantismo alemão.

um, e o que comanda a ação é outro, sendo que num caso a norma é juiz, e no outro, como vimos, objeto de capricho" (Schwarz, 1987, p. 123). Dito de outra forma, o arbítrio pessoal revelado pelo uso do conceito de reconhecimento – inadvertidamente por Brás Cubas, como denúncia da dissonância social por Machado de Assis e sociologicamente por Schwarz – expõe a subordinação de um princípio organizador da vida social à sua forma cotidiana. Mais adiante, isso será um tomado como um tema da crítica social.

IV

Na seção anterior, foi mencionada a hipótese de que, com a inversão do esquema do romance realista tradicional, aquele da denúncia-(eventual) reconciliação-síntese, Machado de Assis apontaria para um deslocamento de causalidades que seria típico das circunstâncias brasileiras. Esse deslocamento, por sua vez, é interpretado por Schwarz como uma subordinação dos princípios e valores da vida moderna à expansão do arbítrio, resultando em uma espécie de caracterização alternativa das orientações para a ação prática entre as camadas dirigentes do Brasil de finais do século XIX. A expansão do arbítrio, entretanto, marca não apenas as camadas dominantes, mas as relações sociais entre essa camada e a das pessoas livres, na medida em que opera tanto no nível imediato das práticas sociais, quanto no nível das justificações ideológicas – ou, como afirmou Schwarz no ensaio "Complexo, moderno, nacional e negativo", a dualidade de critérios diz respeito, enquanto capricho, ao nível da ação e, enquanto norma, ao nível da caracterização. Nesse sentido, a subordinação dos ideais às circunstâncias é o que faz com que Machado de Assis revele que Brás Cubas *prefere* o reconhecimento como ato de indulgência a seu amor-próprio do que como resultado efetivo de sua contribuição à sociedade, ainda que mascarando o interesse financeiro. Assim, como ressalta Carone (2007, p. 115), o feito narrativo celebrado por Schwarz, é a capacidade descritiva de Machado de Assis no que diz respeito à posição vexatória das camadas dirigentes do Brasil no século XIX, que são levadas a esposar um sistema de princípios que lhes é externo.

Nesse sistema, então, o processo econômico se justifica pela condição de cada indivíduo como livre e igual membro da sociedade, resultando em sua possibilidade de obter reconhecimento por seus méritos e contribuições,

mais do que por sua honra (como nas sociedades tradicionais) ou por sua posição social (Taylor, 1994; Mattos, 2006). O princípio de reconhecimento, na modernidade, é transformado no critério de avaliação recíproca de méritos, que estava à disposição de todos os indivíduos, mas, ao mesmo tempo, implicava um momento de contraprestação: o reconhecimento é recíproco e socialmente mediado, ou seja, demandado e obtido por meio da mobilização de um substrato de valores universalizados. Como visto até o momento, é o contrário dessa forma de reconhecimento social que *é mobilizado e está à disposição* de Brás Cubas, o que implica na feliz coincidência – do ponto de vista da camada dominante – de que é possível aderir ao ideário da realização individual por meio do reconhecimento, caso esse se submeta ao arbítrio.

Aqui parecem começar a vir à tona alguns pontos de interesse na hipótese da subordinação, que, por sua vez, talvez condensem algumas outras intuições a respeito do processo social brasileiro. Em primeiro lugar, a subordinação de princípios identificada por Schwarz aponta para a prevalência das intenções privadas frente às públicas, mas essa inversão da relevância social dos vícios públicos e privados ainda revelaria dois modos de adesão à lógica do reconhecimento social, embora ambos revertam a norma de reciprocidade. Isso significa que, mesmo afastando-se cada vez mais do princípio de contraprestação universal, a apropriação do reconhecimento social mobilizada pelas camadas dominantes se faz ao custo da reciprocidade, e não da autoafirmação de si e de suas posições. Em segundo lugar, essa adesão particularista a qualquer uma das lógicas do reconhecimento social não prescinde do acobertamento fornecido por princípios ideológicos – no caso, os princípios do liberalismo – mas, para isso, mobiliza apenas a dimensão do autointeresse e não a da universalidade, que também está presente no corolário político liberal. De modo interessante, porém, não é aquela falta de virtude social que se convencionou chamar de egoísmo privado que preside o processo, mas a privatização da norma de justificação social, ou seja, a busca pelo reconhecimento do amor-próprio é que engendra a prevalência dos vícios privados sobre os públicos. Em terceiro lugar, essa inversão gera uma relação não óbvia entre ambas as lógicas de adesão ao reconhecimento social, isto é, entre a lógica pública da adequação ao sistema de valores coletivos e a lógica privada da maximização do autointeresse; segundo essa lógica, o reconhecimento social não se deve aos *méritos* pessoais, mas à adequação – pública ou privada, genuína ou

dissimulada – das e dos participantes àquele sistema de regras que orienta o relevo social, considerado aqui em toda a sua dimensão de contradições e tensões. O que se quer dizer com isso, na prática, é que Brás Cubas se vale do princípio do reconhecimento atribuído à pessoa individual, mas o faz ao demandar que se reconheça sua *intenção capitalista*, que é, afinal a mesma das pessoas que efetivamente merecem o reconhecimento público, sem que ele, efetivamente, precise *agir como um capitalista*, já que pode mobilizar ao bel-prazer o ideário da participação ativa nas esferas da vida burguesa, como a educação em Coimbra, o amor de uma jovem virgem, as tentativas de escrever sonetos, as divagações filosóficas, a presença jornalística, a realização filantrópica e assim por diante (Schwarz, 1987, p. 122). Desses três pontos de interesse – a dupla lógica do reconhecimento, a orientação por princípios implícitos e o mérito na adequação aos princípios – decorre, por fim, que o reconhecimento social é apresentado como uma expressão da participação apropriada do indivíduo nas regras da sociedade a que ela ou ele pertence sem que seus méritos individuais sejam considerados. Se isso estiver correto, o caso de Brás Cubas, exposto por Machado de Assis, revelaria que a adequação a um sistema fetichizado se sobrepõe à avaliação recíproca e à necessidade de prestações e contraprestações, e isso se expressaria no feito de construção narrativa. Mas, seguindo Carone (2007, p. 113), o autor também é desmascarado pelo sociólogo, pois este último também admite que tentou expor o problema do vexame a que são submetidas as camadas dominantes a partir da análise das ideias – e não apenas da forma narrativa. As consequências da despotencialização da prestação e da contraprestação, porém, são primeiro entendidas no nível social, ou melhor, como "reconstrução sociológica" (Schwarz, 1987, p. 122).

V

Essa amarração das coisas tem sua formulação mais famosa no ensaio de Schwarz sobre "As ideias fora do lugar", onde a solução proposta pelo autor à "impropriedade do nosso pensamento" (Schwarz, 2000, p. 13) é explicar a ordem do favor como um mecanismo social que se transforma em "elemento interno e ativo da cultura" (p. 29). Para que isso ocorra, dentro dessa ordem, o reconhecimento se torna conivência maquiada no vocabulário burguês

da igualdade, do mérito e do trabalho (p. 20), de modo que, para parcela significativa da sociedade brasileira, o princípio do reconhecimento recíproco ocuparia o duplo papel de princípio orientador e mistificação. Não se trata, porém, de falso reconhecimento ou de mero desacerto ideológico, mas sim de um caráter tipicamente brasileiro da relação entre autorrealização, ausência de reciprocidade e normatividade – entre intenção individual, orientação valorativa e legitimação social, para colocar os temas em outro vocabulário. Isso porque, na apresentação de Schwarz, as práticas sociais se encontram em pé de igualdade com os princípios teóricos. Assim, por um lado, a "acochambração" do reconhecimento com que nos deparamos aqui é tão somente o resultado de sua própria adequação, isto é, da adequação de seu uso enquanto princípio, a um certo dinamismo expresso na importação de ideias liberais para uma ordem tributária do liberalismo à europeia, mas que, por um lado, o subordina às práticas sociais e, por outro, nunca deixa de tomá-lo como um princípio de justiça nas relações interpessoais[4].

Parece-me que é a esse estado de coisas que Schwarz alude ao citar o trecho das *Memórias* mencionado anteriormente. Mais precisamente, a busca por reconhecimento que gera a volubilidade do narrador do romance se expressa sempre no nível individual, mas como personagem adequada às regras e disposições coletivas da sua posição de classe naquela sociedade, e esse movimento de adequação faz com que o reconhecimento ambicionado sempre apareça um passo atrás dos princípios que fundamentam o sistema de práticas sociais – ou seja, o princípio acaba por assumir o caráter fantasmagórico de uma realidade dada, quando, na verdade, a essência mesma de sua legitimidade é o sistema de prestações e contraprestações expresso na reciprocidade. No argumento de "As ideias fora do lugar", então, Schwarz (2000) notara que o liberalismo na Europa foi o resultado de lutas históricas e da consequente postulação de princípios, a seu tempo, emancipatórios, enquanto, no Brasil, ele precisou se combinar com a própria posição do país frente à Europa. Assim, se lá o princípio de justificação da ação e a norma de legitimação social andam junto com as práticas – e possuem um efeito, até segunda ordem, emancipatório sobre estas últimas – aqui as normas e as práticas andam juntas, e possuem o efeito de subordinar o princípio do reconhecimento recíproco às necessidades de legitimação

[4] Na prática, isso significa que os trabalhadores livres poderiam ser reconhecidos por seus méritos, que precisariam ser expressos, mas os patrões seriam reconhecidos por poderem reconhecer, mais do que por efetivarem uma dádiva de reconhecimento.

assim surgidas[5]. Daí que o reconhecimento passa a ser uma forma de "compensação simbólica" (p. 18) utilizada no "momento da prestação e da contraprestação (p. 20) e que serve à normalização das relações sociais. O ensaio "Complexo, moderno, nacional e negativo" é a exposição de uma das "continuidades sociais" (Schwarz, 2000, p. 20) às quais Schwarz alude em "As ideias fora do lugar", pois trata da situação da classe burguesa e de suas volubilidades. Todavia, é a universalidade da prestação e da contraprestação que chama a atenção enquanto objeto da reconstrução sociológica a que ele alude, justamente devido ao fato de seu resultado, o favor, ser "*nossa mediação quase universal*" (Schwarz, 2000, p. 16, grifo no original). Pois, na amarração daquele tripé formado pelo duplo caráter do reconhecimento, por sua remissão a princípios implícitos e por sua valorização da adequação, o processo social de reconhecimento passa a ser subordinado às ambições prévias dos envolvidos. De modo direto: o princípio de reconhecimento recíproco não é mais motor de um processo de estabelecimento de normas, mas pendão da negação das normas de reciprocidade e, afinal, da possibilidade mesma de igualdade.

Nesse contexto, seria de se esperar que o tema fizesse parte do cânone da sociologia brasileira, mas esse não é exatamente o caso. A conexão entre reconhecimento e desigualdade no Brasil ganhou relevância relativamente tardia, segundo Josué Pereira da Silva, pois a emergência desse conceito como uma categoria das lutas sociais coincidiu com os anos de ditadura militar e, passado o criminoso período, não era de se estranhar que durante os primeiros anos de redemocratização os movimentos sociais se dedicassem à reconstrução da cidadania política, mais do que à conquista dos chamados direitos sociais (Silva, 2019, p. 135-6)[6]. Desse modo, a ênfase de teorias sociológicas que tratam do reconhecimento no Brasil, acabou mediada pelas questões da desigualdade básica e da cidadania política – ou melhor, da ausência dessa última (Silva, 2019, p. 148-9). Considerada sob essa luz, a partir da década de 1990, uma série de trabalhos procuraram articular

[5] Na Europa, as ideias liberais só poderiam ser implementadas se as práticas feudais fossem superadas pelas práticas igualitárias, de modo que um princípio de reconhecimento recíproco precisava estar presente no ideário político; no Brasil, as normas foram importadas e as práticas antigas permaneceram, de modo que o princípio do reconhecimento precisava ser rebaixado à topografia das relações sociais. Conferir, a esse respeito, Ricupero (2013, p. 528).

[6] Para uma reconstrução da trajetória das lutas por esses direitos sociais no Brasil, ver como Laura Moutinho, Silvia Aguião e Paulo Sérgio Costa Neves (2018, p. 16) expõem como a articulação entre demandas políticas e conquistas sociais resultam em um duplo movimento de consolidação de políticas e desaguamento de direitos.

desigualdade e falta de cidadania. Dentre esses trabalhos, cabe destacar, com Vera da Silva Telles (2000, p. 20), que a pobreza nunca deixou de ser uma questão central da sociedade brasileira, muito embora nunca tenha sido tratada no horizonte da cidadania, mas sim despojada das dimensões éticas que permitiriam a construção de um princípio de reciprocidade. Assim, no Brasil, uma significativa parcela da população se vê impedida de participar do que Telles chama de um "código de igualdade", que é o mecanismo pelo qual "indivíduos se reconhecem e são reconhecidos no seu igual direito de pôr em questão modos de ser em sociedade" (Telles, 2000, p. 29). Segundo Ângela Randolpho Paiva (2018, p. 268), isso se deve ao fato de que, na articulação entre cidadania e direitos, não se tratou de ideia fora do lugar, mas sim de aceitar um registro meramente formal dos direitos de dignidade individual, sem que, com isso, a necessária inclusão de certos grupos sociais fosse buscada, resultando, na prática, em uma "exclusividade de uso" dos direitos sociais a certas camadas da população. Assim, no que diz respeito ao usufruto dos direitos sociais formalmente universalizados, os limites da articulação exposta demonstram o estabelecimento de uma rede de relações que estruturalmente posiciona os mais desfavorecidos em uma situação que os impede de pleitear a participação nas redes de reciprocidade.

De um outro ponto de vista, aquele da teoria da modernidade periférica, isso é o que Jessé Souza chamou de "subcidadania", e de "naturalização da desigualdade" (Souza, 2006). Para Souza, porém, os efeitos da sociabilidade precária a que eram submetidos os grupos mais desfavorecidos eram uma situação que se permitia descrever como "um preconceito que se refere a certo tipo de 'personalidade', julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo" (p. 159). A intenção de Souza, que é falar da fundação do "*habitus* precário" (p. 158) como base de uma disposição da modernidade periférica para a constituição de uma "ralé estrutural" (p. 181), porém, não interessa, do ponto de vista das relações de reconhecimento, exatamente porque enfatiza a atribuição de uma posição social a uma camada da população[7]. Para o caso de uma teoria do reconhecimento que leve em consideração seus princípios normativos, parece-me mais adequado afirmar que o contrário do reconhecimento social propagado como uso

[7] Muito embora a discussão de Souza a respeito da obra de Florestan Fernandes, particularmente *d'A integração do negro na sociedade de classes* enfatize os limites do estabelecimento de uma ordem concorrencial livre e orientada por um princípio de reciprocidade, o tema do reconhecimento só vai ser incorporado à sua obra posteriormente e, devido aos limites de espaço desse artigo, não poderá ser desenvolvida a contento aqui.

exclusivo de certos direitos sociais se dá por meio da ruptura do princípio de reciprocidade e de sua subordinação às disposições das camadas dominantes. Seria possível dizer que as camadas populares, nesses casos, são desreconhecidas.

VI

Como visto, porém, o problema da subordinação dos princípios não gera efeitos apenas sobre as camadas populares, mas sobre o sistema institucional como um todo. A bem da verdade, como mostra Rodrigo Bordignon (2016, p. 45), a própria disputa pela 'origem' e pelo significado do regime republicano que se estabelece no Brasil em finais do século XIX se organiza ao redor da interpretação possível de um regime de concorrência igualitária, que aos olhos dos monarquistas revogara a proteção benevolente com a qual a monarquia protegera a multidão. Contrapondo-se a isso, diz Bordignon, a crítica fundamental dos republicanos ao Império recaia na incapacidade desse último de abrir-se ao recrutamento daqueles indivíduos desprovidos das distinções arbitrárias que marcavam a sociedade brasileira e, desse modo, possibilitar a multiplicação dos níveis de inserção social. Nesse sentido, já na década de 1870, o Partido Republicano se insurge contra a reprodução de uma ordem de privilégios que, no imediato pós-Proclamação da República, um de seus defensores, Felício Buarque, associará à necessidade que o então Imperador D. Pedro II via no "servilhismo"[8], representando esta relação a extensão em que consideram a política imperial um exercício pessoal de Pedro II (Bordignon, 2016, p. 246). Se esse trecho invoca a volubilidade que o afortunado Brás Cubas tinha à sua disposição, a vitória política dos republicanos não traria a corporificação desses ideais, mas uma intenção de favorecer os poderosos no nível local, em oposição ao governo central, alterando assim o balanço de forças na distribuição de recursos.

[8] O trecho todo me parece digno de nota, aliás: "nesta lógica, Felício Buarque (1894, p. 231) ensaia expor a 'fórmula do regime': '[...] para o Monarca brasileiro só há uma virtude – o servilhismo. Para os homens independentes e sinceros – o ostracismo. Para os lacaios e instrumentos de sua grande política – os títulos e condecorações'. A sobreposição entre critérios formais e a preferência pessoal são responsáveis pelo desgaste das instituições monárquicas, em grande medida decorrente da força do 'poder pessoal' encarnado nas mãos do Imperador. O controle sobre os mecanismos de consagração (distribuição de sinecuras e condecorações) permitia a construção das reputações, de modo que nenhum brasileiro '[...] se erguesse na consideração de seu país, além de certo nível [...]', regulado pelo 'Autocrata' (Buarque, 1894, p. 113)" (citado em Bordignon, 2016, p. 247).

Mais importante, porém, essa mudança pôde "deixar que os conflitos se resolvessem pela força social de seus postulantes" (p. 249), neutralizando o arbítrio por meio de naturalização das posições previamente dadas para o exercício do poder. Ocorre que, assim como no caso da volubilidade que estava à disposição de Brás Cubas para agir com "desfaçatez de classe" (Helayel & Brasil Jr., 2019, p. 114), a posição prévia de poder era estruturante não apenas da política e da economia, mas da própria constituição de relações sociais de reciprocidade.

Essa tendência ao uso do poder de mando como uma dádiva à qual as classes dominantes têm o direito (de usufruto e de distribuição) aparece novamente no capítulo de Schwarz dedicado ao Machado de Assis jovem e a seu romance *Iaiá Garcia*, onde o crítico nota que "o arbítrio dos ricos implica em *descontinuidades* na vida e no propósito dos seus dependentes" (Schwarz, 2000, p. 193). Essas descontinuidades, porém, "são, além de imposições sofridas, serviços prestados, quer dizer, elementos de ligação, e não de antagonismo" (p. 193). Em nenhum lugar isso é mais visível do que na constituição de uma rede de favores, lealdades e violências, que estabelece as tensões típicas da modernização brasileira, temas do livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (1997). Evidentemente, em seu trabalho, há também atenção aos efeitos das normas de reciprocidade (ou da ausência delas) sobre as camadas mais desfavorecidas, como mostra sua constatação da "escravidão como instituição", isto é, como parte de um sistema social que resulta justamente na impossibilidade de os escravos serem reconhecidos como um *outro* (Franco, 1997, p. 13). No entanto, o interesse da autora está na "formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil" (p. 14). Ainda que esse interesse seja exposto em conexão com a organização econômica, é nos seus resultados para as relações entre os indivíduos que fica mais explícito que se trata, também aqui, de uma relação de reconhecimento, pois os homens livres, para livrarem-se da condição de "dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade" (p.14) precisam recorrer ao "reconhecimento da 'igualdade do outro', semi-explícito para o fazendeiro no processo de dominação pessoal" (p. 16). Assim, ao longo do capítulo em que trata da dominação pessoal e das possibilidades e limites que se colocam à abertura desse sistema, Franco reconstitui a forma como as relações de reconhecimento social e de reciprocidade mediavam o contato entre os homens livres pobres e os proprietários de terras.

Feita a ressalva de que o livro de Franco trata de um local e um período muito específicos, sua investigação desempenhou papel central na elaboração da tese de Schwarz, de que o favor seria uma mediação generalizada (Helayel & Brasil Jr, 2019, p. 101-2)[9]. E isso só é possível, evidentemente, porque, ao longo da investigação, é destrinchado um tipo de relação que apela justamente a um núcleo de universalidade identificado no tratamento igualitário entre os indivíduos, ou ao menos num tratamento que era percebido como tal. Assim, o compadrio era uma relação de reconhecimento recíproco, mas também uma forma de dominação entre os semelhantes, pois, ao mesmo tempo em que implica o 'reconhecimento recíproco daqueles que une como portadores dos mesmos atributos de humanidade" (Franco, 1997, p. 86), reproduz uma forma de dominação entre semelhantes, suposta em um modo indeterminado de diferenciação social. O que a autora mostra, então, é que os sitiantes eram reconhecidos como pessoas, e enquanto tal poderiam demandar tratamento igualitário, chegando mesmo a confrontar abertamente as posições de poder, o que evidenciava momentos de fluidez nas relações de arbítrio pessoal à disposição dos poderosos, arbítrio esse que podia ser contraposto exatamente pelo recurso a uma dívida de reciprocidade ou a condutas de solidariedade (p. 78, 102). Entretanto, não se tratava de uma potencial operacionalização em forma de resistência, mas antes de uma adequação possível de interesses.

[9] A própria autora, em uma conhecida polêmica, refuta a tese de Roberto Schwarz. Segundo Franco (1976), ao separar o todo social em pares de opostos, como metrópole e colônia, e daí derivar uma relação entre as formas das ideias, incorre-se também em um consequencialismo, segundo o qual as sociedades colonizadas seriam uma versão atrasada do capitalismo de alhures. Essa separação entre polos acaba por conformar uma teoria da relação entre os próprios polos, prossegue Franco, dentro da qual a mudança ou a transformação são formas guiadas de uma sociedade 'atrasada' alcançar outra que se encontra em estágio avançado de desenvolvimento, mas isso significa, também, que a teoria atribui mudança a algo que é um traço permanente das sociedades colonizadas (uma forma de socialização típica). Para Franco, no Brasil, as relações sociais, as de reconhecimento inclusive, foram estabelecidas sob a marca de uma forma de exploração, a escravidão em latifúndios, que, por isolar a produção econômica de outros centros, como as cidades, dava aparência de autonomia a esse universo, mas de fato o fizeram apenas no nível de um universo social de relações que mesclavam o personalismo e o arbítrio. Em que medida isso resulta em uma teoria original e crítica das relações entre teoria e história na sociologia brasileira é discutido por André Botelho (2013). Em entrevista ao mesmo Botelho e a Lília M. Schwarcz, Roberto Schwarz responde indiretamente às críticas, notando que, entre os ambientes rural e cortesão do século XIX, uma diferença substantiva da relação do objeto de análise 'favor' com o universo ideológico da ordem burguesa ocorre (ver Schwarz, 2019, p. 223-251, especialmente 228 e 234 e ss.). Embora as respectivas interpretações de Franco e Schwarz sobre o favor sejam um tema de central para o entendimento da obra dela e dele, novamente devo notar que o presente artigo trata antes de uma categoria de análise teórica do que das disputas interpretativas entre Franco e Schwarz. Nesse sentido, as reflexões aqui avançadas se pretendem antes uma tentativa de notar que, embora não exista uma teoria sociológica do reconhecimento no Brasil, essa categoria parece conter uma frutífera interpretação a respeito da realidade sociológica e histórica do país.

Na medida em que o indivíduo em posição privilegiada reconhecia o homem livre pobre como pessoa, afinal, ele agia como uma pessoa que reconhece uma outra pessoa enquanto seu igual, mas como pessoa "igual" que poderia servir ao fazendeiro e a seu interesse e à qual ele deveria prestar uma contraparte servindo para algo. É por isso que Franco (1997, p. 93) afirma que na relação entre ambos estavam mobilizados os atributos de uma "associação moral". Essa, porém, se sustentava ao sujeitar o dependente "a comportamentos automáticos, de onde o critério, o arbítrio e o juízo estavam completamente excluídos", resultando que, na relação de reconhecimento, se "trazia inerente a negação dessa mesma humanidade" (p. 93-4). O esquema do reconhecimento recíproco entre ambas as partes, então, se estrutura como um modo desigual de reciprocidade: a contraprestação se expressa como identificação com os *interesses* dos mais poderosos, ao que se paga com o dever de proteção do beneficiário. Esse é um compromisso de "favores recíprocos" para os quais o tratamento "igualitário" não é propriamente igualitário (p. 77). Não por outro motivo, a associação moral se sustentava por uma série de códigos de conduta cujo resultado era, efetivamente, a manutenção da dominação pessoal.

É assim que a "continuidade da proteção" (Schwarz, 2000, p. 194), ainda que negligenciável pelas camadas dominantes, não é indispensável, e se transforma em um mecanismo por meio do qual a manutenção da própria dominação é exercida de modo eficaz e consequente. Isso se deve, afinal, ao pressuposto do sistema de prestações e contraprestações, que Franco (1997, p. 92-3) chama de "consciência da indiferenciação", graças à qual, finalmente, o senhor de terras pode consolidar sua posição enquanto categoria social e, ao mesmo tempo, reconhecer no seu outro uma pessoa cujas chances de realização se sustentam a partir da diligência e perseverança individuais. Assim, para Franco, a categoria 'senhor' participa de uma relação de indiferenciação com o 'homem livre pobre', mas, nessa relação de igualdade, a força social dos postulantes mencionada por Bordignon a respeito de nossos republicanos se expressa com a naturalidade de que alguns mereceriam estar onde estavam e o ciclo que começa com o reconhecimento do amor-próprio se fecha com o reconhecimento da própria posição social.

VII

Na relação assim estabelecida, do reconhecimento como pendão do personalismo, encontra-se a duplicidade do desejo de reconhecimento pessoal, desde que mantidas as regras de um sistema social orientado pela reciprocidade, e também se encontra a valorização nominal da adequação aos valores desse sistema de normas recíprocas. Não encontramos mais, porém, a reciprocidade da relação interpessoal como princípio do sistema, uma vez que este último já é tido como dado, como se fora uma coisa com vida própria. Afinal, mesmo no cálculo do lucro, a que alude Schwarz em "As ideias fora do lugar" (2000, p. 13), era preciso que o capitalista encontrasse mais do que mera liberdade: era preciso encontrar uma força produtiva, se não duplamente livre, pelo menos livre o bastante para cuidar de si mesmo – o que, aliás, dá a dimensão da indigência liberal de antigos e novos defensores do liberalismo no Brasil, para quem, no século XIX como no ano 2019, uma boa proposta para cuidar da mão de obra capitalista é o acerto individual entre patrões e funcionários. Como, porém, a economia não dependia propriamente dessa descoberta feita por nossos burgueses, a contraparte da exploração econômica deveria ser construída como privilégios ideologicamente justificados. O reconhecimento como penhor da desigualdade aceita pelo sistema opera justamente isso: nega o movimento de afirmação pessoal recíproca ao reforçar a desigualdade dos papéis dessa relação e, consequentemente, das possibilidades de reconhecer e ser reconhecido[10], pois o trabalho produtivo está em um lugar e a meritocracia em outro. Consequentemente, aquilo que poderia demandar reconhecimento não está mediado pela reciprocidade e o que está não é digno de mérito, de modo que o reconhecimento deve ser dado e demandado a outra coisa. Guardadas as diferenças, de violência inclusive, entre a ordem do favor, a volubilidade das elites e a própria retribuição obrigatória de que fala Franco, em todas elas, aquele movimento de esconder a intenção individual de obtenção de proeminência por meio do consentimento com normas universais e universalmente tidas como legítimas está presente, mas as normas com as quais se consente são sempre reforçadas e nunca examinadas criticamente, como passíveis de uma ampliação por meio da inclusão e democratização de sujeitos a serem reconhecidos.

[10] A discussão da disputa jurídica entre senhores de terra e homens livres pobres ao final do capítulo aqui tratado de *Homens livres na ordem escravocrata* é exemplar das possibilidades e limites dados a cada um dos lados dessa relação (Franco, 1997, p. 102 e ss.).

VIII

Mas, então, por que não denunciar o próprio reconhecimento? Ou melhor: por que não denunciar a incapacidade de um princípio de reconhecimento recíproco corrigir a dissonância vexatória de que falava Schwarz? Justamente porque, em primeiro lugar, é a dissonância que é constitutiva da modernidade brasileira. Sua dimensão econômica decorre da *participação* em um sistema universal que demanda essa organização predatória e suas atualizações[11]. A alternativa, evidentemente, seria abrir mão dos princípios do liberalismo, mas a livre produção de mercadorias dificilmente convergiria para algo melhor. Em oposição a isso, um princípio de reconhecimento pode agir como um impulso à crítica social, e particularmente a uma crítica social que é feita de dentro de um sistema de normas e valores, mas com a intenção de ampliar os sujeitos aos quais essas normas e valores dizem respeito. Esse mecanismo possui dois grandes pilares. No plano teórico, é uma espécie de crítica interna com intenção externa – a tradicional imanência e transcendência dos conflitos sociais; no plano prático, permite entender as motivações dos conflitos sociais como algo que transforma princípios implícitos de legitimação em um impulso nas mãos das envolvidas e dos envolvidos nos conflitos sociais. Ou seja, a crítica social é uma tentativa de reconstruir a realidade social a partir das associações morais colocadas ao alcance daqueles que criticam essa realidade. Evidentemente, grande parte da sociologia política brasileira nunca abandonou essa intenção (cf., exemplarmente, Silva, 2019, cap. 9 e Fausto, 2017, cap. 1). No entanto, no momento da escrita desse texto, entre o final do ano de 2019 e o início do ano de 2020, quando o "neoatraso bolsonarista" (Schwarz, 2019) exerce o poder, é preciso estar atento aos riscos de uma excessiva autocelebração da disciplina[12]. Ao invés disso, com o exame da presença do conceito de reconhecimento na tradição da sociologia política brasileira, talvez fique claro que temos menos a celebrar e mais criticar.

---

[11] A ponto de Francisco de Oliveira, por exemplo, associar o ciclo neoliberal a um longo período de lutas pela constituição de normas sociais de seguridade e reciprocidade e, mais comumente, de derrotas dessas lutas (cf. Oliveira, 2018, p. 66).

[12] A crítica da autocelebração, entre outros comentários que procurei incorporar a este artigo, foi feita por Maria Arminda do Nascimento Arruda à primeira apresentação desse texto durante o seminário *A sociologia brasileira: contrafogos*, organizado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, Carlos Benedito de Campos Martins, durante o 43° Encontro anual da Anpocs. Agradeço a Carlos Benedito Martins o convite para o seminário e agradeço os comentários feitos por Maria Arminda do Nascimento Arruda, que propiciaram a chance do texto se tornar melhor.

Referências

Arruda, Maria Arminda do N. (2004). Pensamento brasileiro e sociologia da cultura. Questões de interpretação. *Tempo social, 16*(1), 107-118.

Bordignon, Rodrigo da R. (2016). As origens e o significado do regime republicano: interpretações em disputa. *Anos 90, 23*(43), 235-266.

Botelho, André (2013). Teoria e história na sociologia brasileira. A crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova, 90*, 331-366.

Carone, Modesto (2007). Complexo, moderno, nacional e negativo. Sobre o ensaio de mesmo nome de Roberto Schwarz. In Maria Elisa Cevasco & Milton Ohata (orgs.), *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz* (pp. 108-116). São Paulo: Cia das Letras.

Fausto, Ruy (2017). *Caminhos da esquerda. Elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das letras.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1976). As idéias estão no lugar. *Cadernos de debate, 1*, 61-64.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp.

Fraser, Nancy (1997). From redistribution to recognition. Dilemmas of justice in a "Postsocialist age". In Nancy Fraser, *Justice interruptus. Critical reflections on the "Postsocialist" condition* (pp. 11-40). New York and London: Routledge.

Helayel, Karim & Brasil Jr., Antônio (2019). Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 74*, 97-118.

Honneth, Axel (2011). *Das Recht der Freiheit. Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit*. Berlin: Surhkamp.

Honneth, Axel (2018). *Anerkennung. Eine europäische Ideengeschihte*. Berlin: Suhrkamp.

Kauppinen, Antti (2002). Reason, recognition, and internal critique. *Inquiry, 45*(4), 479-498.

Lukàcs, Georg (1981). Nota sobre o romance. In José Paulo Netto (org.). *Lukács. Sociologia* (pp 177-188). São Paulo: Ática.

Maciel, Fabrício (2017). Reconhecimento e desigualdade: da ética da autenticidade à cultura do novo capitalismo. *Ciências Sociais Unisinos, 53*(2), 281-291.

Mattos, Patrícia Castro (2006). *A sociologia política do reconhecimento. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume.

Moutinho, Laura, Aguião, Silvia & Neves, Paulo Sérgio Costa. (2018). A construção política das interfaces entre (homos)sexualidade, raça e aids nos programas nacionais de direitos humanos. *Ponto Urbe* [online], 23. https://journals.openedition.org/pontourbe/5534

Neves, Paulo Sérgio Costa (2007). Reconhecimento e desprezo social ou os dilemas da democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações à luz da questão racial. *Política & sociedade, 11*, 117-132.

Neves, Paulo Sérgio Costa (2018). Reconhecimento ou redistribuição: o que o debate entre Honneth e Fraser diz das lutas sociais e vice-versa. *Política & Sociedade, 17*(40), 234-257.

Oliveira, Francisco de (2018). *Brasil. Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo.

Paiva, Angela Randolpho (2018). Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e dos movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro. *Política & Sociedade, 17*(40), 258-285.

Pinto, Céli Regina Jardim (2008). Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua nova, 74*, 35-58. doi: 10.1590/S0102-64452008000200003

Reis, Elisa P. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15*(42), 143-152.

Ricupero, Bernardo (2013). As ideias e seu lugar. *Sociologia & Antropologia, 3*(6), 525-556.

Rosenfield, Cinara, Mello, Luciana Garcia de & Corrêa, Andressa S. (2015). Reconstrução normativa em Axel Honneth e os múltiplos justos no mercado de trabalho. *Civitas, 15*(4), 664-85.

Rosenfield, Cinara & Pauli, Jandir (2012). Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Caderno CRH, 25*(65), 319-329.

Sales, Teresa (1994). Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9*(25). http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/25/rbcs25_02.pdf

Schwarz, Roberto (1987). Complexo, moderno, nacional e negativo. In Roberto Schwarz, *Que horas são?* (pp. 115-126). São Paulo: Companhia das letras.

Schwarz, Roberto (2000). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades/ Editora 34.

Schwarz, Roberto (2012). Por que "Ideias fora do lugar"? In Roberto Schwarz. *Martinha versus Lucrécia. Ensaios e entrevistas*. São Paulo: Cia das Letras.

Schwarz, Roberto (2019). *Seja como for. Entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas cidades, Editora 34.

Silva, Josué Pereira da (2019). *Sociologia crítica e a crise da esquerda*. São Paulo: Intermeios.

Sobottka, Emil (2015). *Reconhecimento. Novas abordagens em Teoria Crítica*. São Paulo: Annablume.

Souza, Jessé (2003). *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ.

Souza, Luiz Gustavo da Cunha de (2019). Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 74, 147-161.

Taylor, Charles (1994). The politics of recognition. In Amy Gutmann (ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition* (pp. 25-73). Princeton: Princeton University press.

Telles, Vera da Silva (2000). *Pobreza e desigualdade*. São Paulo, Editora 34.

Submetido em 15 de janeiro de 2020.
Aprovado em 24 de agosto de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.599

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Sociologia política do exílio: ativismo transnacional, redes militantes e perfis de exilados

Political sociology of exile: transnational activism, networks, and exile profiles

Breno Bringel[*]
Teresa Marques[**]

RESUMO

O presente artigo analisa o exílio político como um tipo específico de ativismo transnacional. Reivindica uma sociologia política do exílio sintonizada com as teorias dos movimentos sociais e argumenta que o exílio político promove amplas transformações na rotina militante do exilado e se produz a partir de padrões diferenciados. O principal objetivo é discutir perfis dos exilados, suas modalidades de ação política, e as características e as dinâmicas das redes transnacionais construídas. Para tal fim, dois casos são analisados: o dos "exilados de elite" pela ditadura militar brasileira no Uruguai e o dos "exilados populares" de camponeses paraguaios no Brasil. O fenômeno busca ser apreendido, assim, a partir de ângulos distintos, tanto no tocante ao tipo de exilado como à direcionalidade do fluxo. Metodologicamente, a análise se baseia principalmente em documentação histórica, fontes secundárias e entrevistas a militantes.

Palavras-chave: exílio, ativismo transnacional, sociologia política, redes militantes, América Latina.

* Doutor em Ciência Política. Professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Email: brenobringel@iesp.uerj.br

** Doutora em Ciência Política, Professora da graduação em Ciências Sociais e dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.
Email: teresa.marques@pucrs.br

ABSTRACT

This article analyzes political exile as a specific type of international emigration and transnational activism. It claims for a political sociology of exile in dialogue with social movement studies and argues that political exile promotes wide transformations in the activist routine and is produced from different patterns. The main aim is to discuss profiles of exiles, their modalities of political action, and the characteristics and dynamics of their transnational networks. To this end, two cases are analyzed: that of "elite exiles" by the Brazilian military dictatorship in Uruguay and that of "popular exiles" of Paraguayan peasants in Brazil. Thus, this phenomenon seeks to be apprehended, through different angles, both with regard to the type of exile and the directionality of the flow. Methodologically, the analysis is based mainly on historical documentation, secondary sources and interviews with activists.

Keywords: exile, transnational activism, political sociology, activist networks, Latin America.

Introdução[1]

Desde as guerras de independência, a América Latina constituiu-se enquanto geradora de processos de migração forçada por motivos políticos, mormente pelo exílio. Marcado por sua complexidade, esse fenômeno variou consideravelmente no tempo e no espaço. Com o objetivo de servir como um mecanismo de exclusão política que diminuísse internamente os custos do combate a opositores, os dirigentes autoritários que assumiram o controle dos Estados na região usaram largamente esse recurso, transformando-o em um mecanismo institucionalizado de "exclusão do outro" por meio de emigração forçada (Roniger, 2010). Contudo, se no início tal mecanismo era destinado aos membros das elites políticas derrotados por golpes de Estado ou bruscos processos de transformação de regimes, com os regimes ditatoriais que se estenderam na região a partir da década de 1960, militantes políticos de base e ativistas territoriais também passaram a ser afetados. Assim, na segunda metade do século XX, o exílio político deixou de ser um mecanismo

[1] Agradecemos os pertinentes comentários de dois/duas pareceristas da *Revista Brasileira de Sociologia*. Somos igualmente gratos pelas valiosas sugestões de María Villarreal Villamar, Enara Echart e Marta Carballo.

de exclusão política destinado exclusivamente às elites e passou a expulsar seus cidadãos de forma massiva (Sznajder & Roniger, 2009).

No século XXI, o fenômeno voltou a ser parte do complexo cenário político latino-americano. Basta observar a forte relação entre a política e o fenômeno migratório hoje na Bolívia, Colômbia, Venezuela ou Nicarágua, dentre outros. No caso brasileiro, chega-se a afirmar que há uma "nova geração de exilados" (Phillips, 2019), em virtude das dinâmicas recentes de perseguição, ódio e violência. Entre os "exilados" atuais mais conhecidos podemos citar a professora universitária Débora Diniz, estudiosa e ativista em favor da legalização do aborto; Márcia Tiburi, filósofa, opositora do discurso conservador; ou o ex-deputado do PSOL Jean Wyllys, que se autodeclarou exilado em 2019. Por sua vez, quanto aos casos oriundos de outros países da região, merece destaque o caso do ex-presidente da Bolívia, Evo Morales, exilado na Argentina por quase um ano.

No entanto, para além desses casos mais visíveis, a dinâmica de crescente criminalização, repressão e violência estatal e paraestatal a jornalistas engajados, ativistas meio-ambientais ou defensores dos direitos humanos e da diversidade sexual tem motivado um número importante, embora dificilmente mensurável, de saídas por exílio. A despeito do trabalho de uma série de coletivos e organizações internacionais que buscam construir redes de proteção, são casos menos conhecidos da opinião pública e da sociedade como um todo. Convivem não somente com o anonimato, mas também com situações de clandestinidade e semiclandestinidade em regimes políticos que formalmente são definidos como "democracias".

Todavia, é importante diferenciar entre o exílio como categoria específica de migração forçada e o autoexílio como um processo *relativamente* "voluntário", no qual intervêm, de forma ampla, tanto os fatores objetivos e "externos" vinculados ao conflito político, como também aqueles elementos de carácter subjetivo. As fronteiras são sempre tênues e, em termos de ativismo, este último pode ser visto também, muitas vezes, como uma forma de protesto diante da situação econômica, política ou social do país de origem (Roniger, 2011).

O exílio político é, portanto, um tema que, longe de estar somente associado às ditaduras do século XX, volta a ganhar centralidade na última década, na região e em todo o mundo, a partir da expansão de diferentes tipos

de autoritarismo social e político (Cervelló & Tapia, 2016). A ação política no exílio, por sua vez, está marcada por particularidades perante outras formas de militância que transformam esse fenômeno em um dos maiores desafios para os estudos sobre as migrações internacionais, os movimentos sociais e o confronto político (Bringel, 2011a).

Neste artigo, buscamos analisar o exílio político como um tipo específico de ativismo transnacional. Reivindicando uma sociologia política do exílio sintonizada com as teorias dos movimentos sociais, argumentamos que *o exílio político promove amplas transformações na rotina militante do exilado e se produz a partir de padrões diferenciados*. Para compreender tais transformações, faz-se necessária uma análise atenta tanto ao contexto político e econômico, quanto às dimensões sociais e individuais da ação política no exílio, isto é, as redes de ativismo político. O principal objetivo é discutir perfis dos exilados, suas modalidades de ação política, e as características e as dinâmicas das redes transnacionais construídas.

Mobilizamos, para tal fim, dois casos distintos, porém complementares: o dos "exilados de elite" pela ditadura militar brasileira no Uruguai e o dos "exilados populares" camponeses paraguaios no Brasil. O fenômeno busca ser apreendido, assim, a partir de ângulos distintos, tanto no tocante ao tipo de exilado como à direcionalidade do fluxo. Isso se dá em um momento histórico prévio ao início de fluxos emigratórios protagonizados por brasileiros, que passaram a ocorrer a partir da década de 1980, em virtude da crise econômica, e que foram vistos como "descontinuidade histórica" (Cavalcanti & Oliveira, 2018, p. 99), tendo em vista a imagem anterior do Brasil como "terra de oportunidades para estrangeiros".

No tratamento de ambos os casos, parte-se da análise qualitativa de fontes de índole diversa. As principais fontes da pesquisa são quatro entrevistas em profundidade realizadas por nós a militantes-chave, bem como fontes secundárias, tais como obras de memória. As entrevistas e os livros de memória permitiram compreender as dinâmicas das redes nas quais os exilados se inseriram após a saída do país e as janelas de oportunidades e restrições políticas que se abrem com o exílio. Valemo-nos, ainda, de alguns documentos históricos, dentre os quais merece destaque parte da documentação diplomática disponível para pesquisa e matérias

de periódicos, fundamentais para compreender a dimensão política e econômica associada ao exílio[2].

O texto está dividido em três partes, além desta introdução. Em primeiro lugar, discutimos alguns dos principais olhares, contribuições e limites da literatura especializada sobre o exílio político e delineamos, como alternativa, as configurações de uma sociologia política do exílio. A partir das possibilidades abertas, a segunda parte do artigo realiza uma proposta conceitual sobre o ativismo político no/do exílio, destacando sua dimensão transnacional, as redes e os diversos padrões de ação política. Finalmente, apresentam-se na última parte os dois casos antes mencionados, como uma concretude empírica do debate mais geral. Embora os casos em tela refiram-se aos anos 1960 e 1970, o artigo discute, a modo de conclusão, como eles podem contribuir a compreender o exílio político no atual momento histórico de transformações profundas das formas de ativismo e de retorno de posturas autoritárias e de ameaças a militantes com perfis e atuações diversas.

Configurações e possibilidades de uma sociologia política do exílio

A despeito do carácter eminentemente político do exílio e das suas fortes implicações em termos de questionamento das relações de classe e de dominação, e de reconfiguração das dinâmicas de poder, de autoridade e de solidariedade social, a questão tardou a ser tratada como objeto de estudo pela sociologia e pela ciência política. Durante décadas, foi analisada sobretudo do ponto de vista cultural, psicológico, linguístico e legal.

Os estudos que se situam nessas áreas se enquadram, em geral, de acordo com Roniger (2011, p.3-7), em duas grandes perspectivas de análise. A primeira linha se dedica à análise dos termos empregados com o objetivo

[2] Os documentos e entrevistas sobre "os exilados de elite" são oriundos da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado da segunda autora, intitulada "Ditadura, exílio e o oposição: Os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)", realizada no âmbito do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (Ver: Marques, 2006). Por sua vez, o material correspondente aos "exilados de base" são oriundos da pesquisa que resultou na tese de doutorado do primeiro autor, intitulada "Geografías de la acción colectiva: el MST de Brasil y el activismo rural transnacional (1978-2008), realizada no âmbito do Programa de Ciência Política da Universidad Complutense de Madrid.

de compreender "o universo semiótico do exílio", enquanto a segunda se concentra em compreender "a especificidade do exílio e dos exilados em forma de categorias". No primeiro caso, talvez a principal contribuição tenha sido promover uma interface entre os estudos linguísticos e culturais e a história. Isso se plasma, por exemplo, em trabalhos que definem o "exílio" como experiência de separação da terra natal (Simpson, 1995) ou em pesquisas que aproximam o exílio do nomadismo (Kaminsky, 1999). Já no segundo caso, prima a classificação do militante exilado para além das fronteiras nacionais, a partir de uma perspectiva cultural. Entre as contribuições mais conhecidas nesse sentido, estão as de Edward Said, que parte de sua própria experiência para diferenciar noções afins, porém distintas, como os exilados, os refugiados, os expatriados e os emigrantes (Said, 2003, p.59).

Cabe destacar também os estudos psicológicos que versam sobre os impactos cognitivos e subjetivos nas experiências individuais dos exilados (Miller, Worthington, Muzurovic, Tipping & Goldman, 2002). Destacam-se ainda os estudos que se baseiam na análise dos principais instrumentos internacionais e regionais relativos aos refugiados e partem de perspectivas assumidas pelas Relações Internacionais e pelo Direito Internacional; ou, também, aqueles que se dedicaram à análise de políticas de recepção e integração ofertadas pelos Estados de acolhida aos grandes fluxos causados pelos conflitos armados (Jubilut, 2007; Silva, 2015; Moreira, 2010).

Muito embora as pesquisas destacadas possuam o mérito de trazer importantes contribuições sobre várias dimensões do exílio, não se debruçaram explicitamente sobre o caráter essencialmente político do exílio e, consequentemente, o papel político-militante desempenhado pelos exilados. Segundo Shain (1989, p. 6), "os estudos sobre o comportamento político e a política internacional, assim como a teoria política negligenciaram quase totalmente o significado da atividade política no exílio". No entanto, nas últimas duas décadas surgiu uma série de estudos sobre o ativismo dos exilados, em boa medida devido ao maior interesse pelos processos migratórios recentes, pelo deslocamento em massa e pela complexificação das dinâmicas transnacionais contemporâneas.

O caráter político do exílio foi abordado primeiramente pelos historiadores, com foco em descrições e em análises de casos dos exilados latino-americanos. No Brasil, a obra pioneira de Denise Rollemberg (1999) sobre os exilados brasileiros pela ditadura militar ainda é emblemática

nesse sentido[3]. A despeito da riqueza dessas análises historiográficas sobre o exílio, concordamos com Stéphane Dufoix (2002, p. 32) quando afirma que, em geral, essas "oscilam entre a biografia e o estudo teórico sem encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois níveis". Como consequência, tais estudos não abrangem a complexidade do exílio como uma arena política transnacional, marcada pela triangulação de atores diversos – estatais, não estatais e organizações – cujas relações variam ao longo do tempo (Tarrow, 2005).

É justamente diante dessa lacuna que se encontra uma das principais possibilidades de contribuição da sociologia política para a análise do exílio. A sociologia política tem o mérito de combinar variáveis sociais, econômicas e institucionais para compreender fenômenos políticos (Botelho, 2019), problematizando de maneira dinâmica as relações de poder e contestação que perpassam o Estado e a sociedade (Nash, 2010). Ao mesmo tempo, questões "macro" como a definição dos regimes políticos, as mudanças institucionais ou a abertura/fechamento de oportunidades políticas no interior dos Estados-nação combinam-se com elementos mais "micro", tais como como a construção de redes transnacionais que conectam o exilado com seu lugar de origem, as solidariedades, as identidades e os diversos padrões de ação coletiva forjados no/pelo exilio (Carballo; Echart; Villarreal, 2019).

De fato, o caráter político e multidimensional do exílio contemporâneo impõe novos desafios aos pesquisadores e evidencia ainda mais a validade do desafio multiterritorial e "pluri-identitário" proposto pela sociologia política (Della Porta, 2005; Scherer-Warren, 2015). Além da destacada inserção em diferentes culturas, idiomas e códigos sociais, as construções de redes de confiança, de incidência política e as bruscas mudanças de regimes políticos também fazem parte do exílio político. Dessa forma, para além dos incentivos políticos para a migração, tal como destacado em diversos estudos sobre a "construção da identidade migrante" enquanto um incentivo para a mobilização (Simèant, 2008), a sociologia política do exílio interessar-se-ia também, e fundamentalmente, no papel político desempenhado pelos exilados, nas relações de poder e resistência e nas forças sociais subjacentes que moldam *o exílio como um tipo de ativismo transnacional*.

[3] Ver também, mais recentemente, a interessante coletânea de Feldman-Bianco, Sanjurjo, Azevedo e Mansur da Silva (2018).

Embora tais estudos ainda sejam relativamente escassos, principalmente no Brasil, é possível destacar alguns trabalhos pioneiros. Shain (1989), por exemplo, analisa como a atribuição da definição de exilado exige a atuação política no país de acolhida, que geralmente é voltada contra o regime político do país de origem ou contra o sistema político de forma geral com o objetivo de criar condições para o seu retorno. Seus estudos serviram como base para Dufoix (2002, p. 28), que buscou definir o exílio como um campo político marcado por particularidades causadas pela migração, o *exopolítico*, que "se caracteriza pela falta de regulamentação". Embora concordemos que o exílio constitui um campo político marcado pelas mudanças causadas pela migração, não consideramos que este espaço possa ser caracterizado pela ausência de regras e tampouco pelo princípio de continuidade. Ao contrário, a diferença entre o exílio e a principal escala de ação política da modernidade (a nacional) se encontra na dependência das atividades dos exilados à legislação internacional, além das legislações locais dos países de acolhida, que tornam a relação entre o exilado e a militância mais complexa e dinâmica.

Diante disso, torna-se fundamental compreender o exílio dentro de uma dinâmica transnacional. A partir da análise da atuação política dos curdos na Europa, Grojean (2015) trouxe contribuições relevantes para a relação entre construção de identidades e engajamento transnacional. Se as identidades constituem uma forma de capital específica no exílio, com diversos impactos nos repertórios dos exilados, torna-se fundamental analisar os contextos institucionais e culturais, sem perder de vista a questão da espacialidade e da temporalidade. Isso se reflete tanto na multidimensionalidade do jogo político e das disputas entre atores, espaços e dinâmicas (Sznajder & Roniger, 2009), como na diversidade de contextos e na sobreposição de escalas e redes de atuação política dos exilados no mundo contemporâneo.

O exílio político como ativismo transnacional: caracterização e tipologia

O exílio promove amplas transformações na rotina militante do exilado. Em primeiro lugar, há uma mudança dos incentivos e das restrições institucionais, uma vez que o exílio ocorre em outro regime político. A mudança de regime político é clara não apenas em função do jogo político

existente durante o exílio, que incentiva o exilado a migrar para um país mais receptivo às suas convicções políticas e, por isso, naturalmente diferente do regime do país que o expulsou, mas inclusive porque "os regimes variam entre um país e outro" (Tilly & Tarrow, 2008, p. 101).

Em segundo lugar, a migração forçada insere, de forma brusca, o exilado em uma nova sociedade, com uma história distinta, e um novo contexto geocultural. Além disso, o exilado passa a portar, muitas vezes, um novo *status* civil de "não-cidadão" que lhe é imposto para garantir o direito a asilo ou refúgio (Siméant, 1998, p. 22). Dentro das múltiplas possibilidades de configurações possíveis, cabe lembrar que nem sempre os exilados – dependendo de seus perfis e formas de atuação – querem ser reconhecidos como refugiados justamente para poder continuar atuando, a partir de fora, em seu contexto político de origem.

Todas essas transformações, somadas ao isolamento inicial geralmente promovido pela migração, ao afastar o exilado de todas as redes cotidianas de sociabilidade nas quais estava inserido em seu país de origem – profissionais, sociais, familiares e boa parte da rede militante –, além de afetar as identidades, conferem nova importância para as dimensões que ajudam a compreender o ativismo político.

Dessa forma, consideramos que o processo que promove evoluções de repertórios no caso dos exilados é distinto ao dos demais militantes que atuam no interior das fronteiras nacionais. Se, para os cidadãos nacionais, as mudanças de repertórios podem se transformar em função de um processo lento e progressivo – que promove discretas transformações de elementos estruturais – ou em função de "transformações em turbilhão" – por sua vez, causadas por eventos raros, tais como as revoluções e golpes de Estado (Tilly & Tarrow, 2008, p. 49-50) –, os exilados são expostos a uma *metamorforse total* (Marques, 2017). Nela, várias dimensões do confronto político se transformam de um só "golpe": as redes, o espaço e as identidades.

Além disso, essas dimensões conquistam um lugar central na vida do exilado, em virtude dos rompimentos provocados pela migração e das restrições adicionais impostas à sua atuação política. Todavia, o exílio apresenta um caráter transitório que pode fazer com que tais transformações sejam efêmeras ou duradoras. Seja como for, é possível verificar que, em geral, elas podem assumir duas formas: *transformações adaptadas*, quando as mesmas reivindicações são apresentadas por meio de novos discursos e

repertórios; ou *transformações profundas*, quando as reivindicações também se transformam de forma radical (Marques, 2017).

Ao mesmo tempo, o exílio político difere também de outros tipos de ativismo transnacional, embora possa dialogar e se apoiar neles. Em comparação com os movimentos transnacionais de *advocacy*, cuja mediação é feita por terceiros para incidir nacionalmente a partir de atores e cenários supranacionais; ou com o movimento antiglobalização que já surge como ator global, heterogêneo e descentralizado (Bringel; Echart, 2010; Bringel, 2015), o exílio político está marcado pela construção de um espaço social transnacional sui generis. Nele, as marcas da coerção, dos contextos múltiplos e das bases sociais de origem impactam consideravelmente as trajetórias, dinâmicas e desenlaces da militância política.

A despeito das especificidades do exílio, há uma convivência em termos de ativismo político com atividades mais amplas desenvolvidas pelos migrantes e refugiados no âmbito transnacional. Isso é notório, por exemplo, no ativismo transnacional das diásporas, em geral híbridas, formadas por muitos exilados (Heindl, 2012) e amplamente analisadas pela literatura há décadas (Armstrong, 1976; Sheffer, 1986). Também é o caso, de forma mais geral, de muitos ativismos migrantes transnacionais contemporâneos (Chávez, 2018).

Nesse sentido, a compreensão do carácter e das dinâmicas das redes transnacionais se torna fundamental para analisar as formas assumidas pelas transformações vividas pelos exilados. A importância das redes para a compreensão das mais variadas formas de ativismo político (transnacional ou não) é um consenso na literatura especializada sobre movimentos sociais (McAdam & Paulsen, 1993; Fillieule, 2001). Essas pesquisas apontam que as redes são eficazes na transposição das barreiras impostas ao ativismo, sejam elas institucionais ou sociais. No entanto, no caso do exílio, seu papel enquanto formadoras de identidades coletivas e mobilizadoras de recursos é potencializado. Isso se dá em virtude do papel central por elas assumido no exílio, mas também em virtude da espacialidade própria do deslocamento forçado e da possibilidade de serem as únicas redes nas quais os militantes estão inseridos.

Para compreender esse papel central assumido pelas redes no exílio, é fundamental compreender sua natureza. As redes funcionam como

condutoras de valores culturais, informações e recursos, servindo como suportes para as ligações sociais e culturais indispensáveis à construção da solidariedade e das ações coletivas (Mische, 2003). Portanto, há também uma base cultural, econômica e social que perpassa o processo de construção das redes militantes e permite visualizar assimetrias de perfis e possiblidades de ação política.

Para os migrantes em geral, a classe social condiciona diversas fases do processo migratório, incluindo o contexto de saída, os contatos estabelecidos, a possibilidade de escolher destinos, as estratégias construídas, as formas de inserção na sociedade de destino, dentre outros fatores (Bonjour; Chauvin, 2018). No caso dos exilados políticos isso é notório e ajuda a determinar quais redes estão à sua disposição e podem ser mobilizadas. Por isso, torna-se importante decifrar de que forma "a história pregressa, a origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais" (Perissinotto & Codato, 2009, p.250) interferiram na relação dos atores políticos com as oportunidades políticas disponíveis.

Após a massificação do exílio, na segunda metade do século XX, observamos a coexistência de dois perfis distintos de exilados: um primeiro perfil de "elite", composto mormente por intelectuais e militantes políticos com carreira e trajetória consolidada em seu país e muitas vezes com reputação internacional; e um segundo perfil correspondente a uma origem "popular", composto principalmente por militantes e ativistas políticos de base, com pouca visibilidade em seu país de origem e/ou no exterior.

O primeiro perfil pode ser considerado uma "elite" pois são indivíduos que, seja qual for o seu campo de atividade, estão localizados em uma posição hierárquica superior, com certa autonomia de decisão política e capacidade econômica que permite que ocupem um papel destacado – inclusive de direção – diante de seus pares e da opinião pública. Sua prisão ou seu assassinato possuem um "custo" muito alto para os seus oponentes, motivo pelo qual o exílio foi usado com frequência nesses casos. Intelectuais, políticos cassados ou perseguidos e lideranças de movimentos políticos exilados podem ser entendidos como exilados de elite. A posição dominante que ocupam no exercício de suas atividades em seu campo específico garante uma quantidade determinada de recursos ou "capitais" (Bourdieu, 1989) que não são totalmente perdidos com a condição de exílio.

Diferentemente dos migrantes econômicos, refugiados de conflitos bélicos ou da maioria dos militantes de base exilados, os exilados de elite carregam consigo um "capital político" e "simbólico" (Bourdieu, 1989). Para além de sua classe social e de suas trajetórias, costumam representar um projeto ou um espectro político mais amplo, que possui forte ressonância. Sendo assim, suas rotas de fuga são mais diversificadas e a oferta de solidariedade a eles pode apresentar um caráter estratégico, uma vez que a acolhida de um fluxo de exilados ou mesmo de um único exilado pode vir acompanhada também de "benefícios" políticos.

Na era global, fluxos transnacionais de exilados "anônimos" também passaram a carregar consigo certo capital simbólico. À medida que a sociedade entrou na arena política internacional, eles também passaram a fazer parte do jogo que assumiu uma estrutura quádrupla, sendo composta por eles, pelo Estado expulsor, pelo lugar de acolhida e pela sociedade internacional (Roniger, 2010). Essa nova estrutura do exílio permitiu vincular os exilados mais "invisíveis" a movimentos sociais de base e a alianças e redes informais. A recepção de um exilado de base em uma sociedade de acolhida não se dá por um cálculo de custo-benefício e tampouco por seu prestígio, currículo ou características pessoais, mas pela empatia com o motivo do exílio, a sintonia com projetos políticos, a solidariedade internacionalista e, também, por uma forte convicção humanista.

A partir de um contraste entre a literatura especializada e nossas pesquisas empíricas, é possível sugerir que os exilados de elite tendem a promover apenas *transformações adaptadas* em seu repertório. Isso deve-se a dois motivos principais: *(i)* há um ganho político para o exilado em defender a posição política que lhe impôs o exílio, pois isso atribui coerência à sua trajetória e pode significar um capital político a ser utilizado após o retorno; *(ii)* para a rede que o acolhe, há um ganho público em "capitalizar" sua imagem a seu favor, por isso, em muitas ocasiões parece ser importante não criticar de forma profunda a história política desse ator.

Os exilados de base, por sua vez, costumam encarar *transformações profundas* em seu repertório de ação. Isso deve-se principalmente a: *(i)* serem atores mais "invisíveis" e muitas vezes sem carreiras políticas estabelecidas ou publicamente conhecidas, que não necessariamente vislumbram "ganhos políticos" no retorno. Daí, uma menor necessidade em garantir

coerência pública à sua trajetória política, estando mais preocupados com a contribuição a processos políticos locais e territorializados, seja em sua sociedade de origem como na de destino; *(ii)* diferentemente dos exilados de elite, o exilados de base são desprovidos de bens ou os possuem em menor quantidade do que os exilados de elite, de forma que estão mais sujeitos aos constrangimentos impostos pelas redes que os acolhem para se adaptarem à nova estrutura de oportunidades impostas. Obviamente, isso não significa minimizar a capacidade de agência deste perfil de exilado, mas sim chamar a atenção para a configuração de contornos diferenciados.

Esses dois padrões de ação política vinculados ao exílio estão relacionados, por sua vez, não somente a diferentes tipos de mudanças nos repertórios de ação e de relações com os contextos de origem e de destino, mas também a perfis específicos de ativistas. Podem ser tanto *cosmopolitas enraizados*, isto é, enraizados em contextos nacionais específicos, mas imersos em atividades políticas de contestação que os insere em redes transnacionais de contatos e ações coletivas de diferentes tipos (Tarrow, 2005); ou também *ativistas diaspóricos*, ou seja, aquele militante que possui uma luta localizada e territorializada e/ou não se encontra totalmente enraizado em um contexto nacional específico (pois é mais passível de desterritorialização), nem tampouco possui redes, bagagem e influência externa forte ao ponto de ser considerado "cosmopolita" (Bringel, 2011b). Se, no primeiro caso, o perfil encaixaria mais com os exilados de elite, no segundo, poderia estar mais próximo aos exilados de base.

Esses diferentes perfis de ativistas possuem também práticas de contestação diversas. Para além dos repertórios tradicionais do ativismo político (por exemplo, greves, protestos públicos, manifestações ou ocupações), o exílio político adota diferentes práticas de contestação que exigem uma leitura abrangente do fenômeno, sensível a modalidades diversas de desobediência, resiliência, solidariedades e expressões do conflito. Delineadas essas características mais gerais, vejamos doravante dois casos que exemplificam ambos os padrões e perfis de exílio político.

Comparando dois padrões de exílio político na América Latina

Os "exilados de elite" brasileiros: Brizola e o grupo exilado em 1964 no Uruguai

Uma das primeiras medidas tomadas pelo regime militar que se instalou no Brasil por meio de um golpe de Estado, em 1964, foi o estabelecimento da chamada "Operação Limpeza" que cassou os políticos ligados ao governo deposto. Leonel Brizola, João Goulart, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes foram citados na primeira lista de cassados que, no total, apresentava 102 nomes (Brasil, 1964).

A "Operação Limpeza" gerou a primeira geração de exilados pela ditadura brasileira. Em comum, possuíam a vinculação direta ou indireta com o governo deposto e as ações por meio dos canais democráticos de participação política. Assim, ações modulares, tais como as greves e as manifestações políticas de rua compunham o repertório de ação da esquerda atingida pelo AI-1. A maioria se identificava com o projeto democrático, muito embora defendesse reformas, e era, geral, ligada a sindicatos ou partidos políticos legais (Rollemberg, 1999, p. 50-51).

Pode-se afirmar que o Uruguai foi o primeiro grande refúgio para os perseguidos da ditadura brasileira, devido sobretudo à tradição do país de garantir asilo a perseguidos políticos e às liberdades democráticas (Tavares, 1979, p.175-176). Além disso, o exército era excluído das decisões do governo e muitos membros da elite política uruguaia – assim como grande parte de sua população –, demonstravam simpatia ao projeto de esquerda e a líderes como Goulart e Brizola (Marques, 2006). Líderes uruguaios como Ariel Collazo, do Movimiento Revolucionário Oriental (MRO), viam políticos como Brizola como um potencial líder para o sucesso da revolução socialista na América Latina (entrevista, Ariel Collazo, 2006).

Dessa forma, embora os brasileiros tenham chegado em um momento de crise, lá puderam encontrar um ambiente receptivo que rapidamente se mobilizou ao seu favor. Porém, o Estado uruguaio sofria pressões do Brasil (um importante parceiro econômico para um país com a economia tão limitada quanto o Uruguai), para manter rígido controle sobre os exilados. Em

documento enviado à chancelaria uruguaia, o governo ditatorial brasileiro deixou claro o seu descontentamento com a liberdade dos exilados brasileiros, especialmente Brizola: "o governo brasileiro não pode compreender como se permite que o senhor Leonel Brizola (...) continue atacando, denegrindo e distorcendo o sentido do movimento brasileiro de 31 de março" (Embaixada dos Estados Unidos do Brasil, 1964). Embora o Uruguai resistisse a tais pressões, o Brasil representava um importante parceiro econômico para o país, gerando uma crise inédita entre os dois países (MREOU, 1964). Tal crise levou o Uruguai a isolar Brizola em Atlântida, apesar da resistência de setores políticos uruguaios que apoiavam Brizola (Sanin, 1964, p.2).

A pressão da diplomacia brasileira indica a complexidade do contexto da atuação política no exílio para membros de elite, como Leonel Brizola. A articulação multiescalar entre processos macro e micro, tal como apontado anteriormente, torna-se evidente ao se verificar o papel das relações bilaterais na construção da janela de oportunidades políticas de exilados. Todavia, cada exilado conta com uma história pregressa distinta e parte para o exílio em diferentes condições sociais e econômicas.

Diferentemente da maioria dos exilados de base, os membros da elite contam com o diferencial de já contar com uma rede política no país de acolhida, em virtude dos contatos internacionais de carácter interpessoal, da atuação política em nível estatal prévia e do capital político que carregam consigo ao deixar seu país de origem. Foi o caso de Leonel Brizola, político gaúcho vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e à tradição Trabalhista. Segundo Ferreira (2016, p.25), sua atuação por meio de canais democráticos e sua capacidade de unir setores populares em torno de um projeto reformista lhe garantiram um importante papel na esquerda brasileira. Consciente da sua força, que já tinha ficado evidente com a Campanha da Legalidade, em 1961, partiu para o exílio no Uruguai com o interesse em transformá-lo em um breve recuo para retornar ao jogo político no Brasil. Com o objetivo de desmascarar os militares brasileiros e retomar o controle do Estado, Leonel Brizola representou uma peça-chave para uma forma de organização que não teve paralelo registrado em nenhum outro país no período.

Todavia, a inserção nesse jogo político a partir do exílio o obrigou a repensar estratégias, de acordo com Avelino Capitani, um líder dos marinheiros que se rebelaram contra as forças armadas, que se exilou no

Uruguai. Visando manter a imagem de defensor da democracia que lhe garantia tamanha inserção nacional, Brizola demorou, por exemplo, em aceitar a aliança com os uruguaios e cubanos (entrevista, Avelino Capitani, 2006). Apenas os fracassos das tentativas de efetivar a retomada do controle do Estado por meio da quartelada (também conhecida como "estratégia da batata") e a limitação de recursos fizeram com que Brizola compreendesse as limitações da ação política a partir do exílio, mesmo para um membro da elite. O fracasso da "guerrilha de Três Passos", embora esta nunca tenha sido assumida por Brizola, evidenciou a limitação das redes que permaneceram no Brasil diante da teia de informações da qual dispunham os militares (Coojornal, 1978, p. 21-22).

Ariel Collazo (entrevista, 2016) afirmou ter sido designado por Fidel para convencer Brizola a aderir à estratégia cubana. Em troca, Cuba garantiu acesso a recursos – inclusive financeiros – que possibilitaram que os exilados efetivassem um foco em Minas Gerais, no Brasil, em 1967. A "guerrilha do Caparaó", que contou com Capitani entre os militantes, foi duramente reprimida pelo regime militar. Logo após a sua derrocada, Brizola se reclusou no Uruguai, também em virtude das pressões que o governo brasileiro exercia sob o governo uruguaio.

A guerrilha evidenciou uma mudança de posicionamento assumida por Brizola, ainda que para Flávio Tavares, ex-banido pelo regime, tenha tido uma transformação superficial, interessada em retornar à política legal (Tavares, 1999). De fato, Brizola, durante anos, evitou falar sobre a guerrilha do Caparaó, preocupado com a possibilidade de que acusações de recurso à violência pudessem manchar sua trajetória marcada pela defesa da democracia. Quando falava sobre o assunto, ficava clara a preocupação em "justificar" a participação na efetivação dessa frente de combate: "no caso da Guerrilha do Caparaó [...], conspiramos porque [...] tínhamos o direito de o fazer, pois fomos tocados de nossas casas com violência por um regime reacionário que se voltou contra um povo desarmado e indefeso" (citado em Rebello, 1980, p.62 e 65).

A análise da documentação diplomática e dos jornais indica que a restrição de canais de participação imposta pelo contexto ditatorial ultrapassa as fronteiras, por meio das relações econômicas entre países. As entrevistas e livros de memória, por sua vez, evidenciam que os custos políticos para transformação profunda dos repertórios e reivindicações é maior para

os membros das elites políticas. Por outro lado, o contato direto com os membros da elite política do país de acolhida permite que a elite exilada amplie o acesso a recursos e possibilidades de ação e, ao mesmo tempo, que tais recursos influenciem os seus repertórios. As redes formais permitem mediações diretas, públicas e visíveis e o grau de conhecimento sobre os lugares de origem, de destino e suas interações possibilita interpretações abrangentes sobre a realidade social e política e o seu próprio engajamento militante.

O "exílio popular": o caso de militantes camponeses paraguaios no Brasil

Entre os anos 1960 e 1980, as ditaduras latino-americanas provocaram uma onda de exílios na região. Rollemberg (1999) mostra como, diferentemente da Argentina ou do Chile, o exílio brasileiro nunca foi massivo e afetou principalmente elites políticas e uma classe média-alta escolarizada que havia participado nos movimentos sociais anteriores ao golpe militar de 1964 ou nas mobilizações de 1968. Isso se refletiu nos casos de exilados mais conhecidos na sociedade brasileira e nos próprios *atores* daquele momento, que se converteram, posteriormente, também em *autores* de memórias e autobiografias. Além do mencionado caso de Brizola, vale lembrar, entre muitos outros, também o de Fernando Gabeira, cujas memórias da ditadura e do exílio se converteram em um *best-seller* no país, e que fundou, depois, o Partido Verde, além de ter sido eleito deputado federal em várias ocasiões. O caminho da política institucional também foi seguido por muitos dos exilados de elite, sendo o caso de Fernando Henrique Cardoso, um dos mais conhecidos por alcançar a presidência do país.

No entanto, além desse perfil de exílio, também houve um considerável número de exilados de base, vinculados ao campo popular, sejam operários, sindicalistas ou líderes camponeses. Boa parte dos líderes das Ligas Camponesas, o principal movimento rural de massas nas zonas rurais brasileiras de meados do século XX, extinto com o golpe de 1964, acabou no exílio. Muitos deles, como Alípio de Freitas, foram ao México e logo a Cuba, onde fizeram intensos cursos de formação de guerrilhas para preparar a volta ao Brasil. Ademais, o Brasil dos militares também recebeu exilados,

já que, ao contrário do que possa parecer, os países autoritários também constituíram lugares de residência e asilo para pessoas que tomaram a rota do exílio de seus países de origem.

Com o golpe de Estado no Chile, que acabara com o governo de Allende em 1973, o início da ditadura militar argentina em 1976 e picos de repressão da longa ditadura do general Stroessner no Paraguai – como o que aconteceu em 1974 – contra articulações de movimentos populares, vários militantes de base se exilaram no Brasil no final da década de 1970. O ambiente de "abertura política" e a intensificação das greves e lutas democráticas contra a ditadura a partir de 1978 também contribuiu para isso.

Entre esses exilados do Cone Sul que vieram ao Brasil, encontram-se alguns líderes camponeses vinculados a lutas populares de base. Este foi o caso, dentre outros, de Magui Balbuena – liderança e uma das fundadoras da Confederação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (CONAMURI), naquele momento uma jovem militante das lutas rurais no Paraguai –, que se exiliou em Foz do Iguaçu, em meados dos anos 1970, período em que houve uma expulsão massiva de camponeses de suas terras devido à construção da Represa Hidroelétrica Binacional de Itaipu. Segundo Morissawa (2001, p. 121), até 12 mil famílias de oito municípios foram desapropriadas de suas terras para permitir a construção da maior central hidroelétrica do mundo. Em abril de 1973, o Brasil e o Paraguai assinam o Tratado de Itaipu, que serviu como instrumento legal para colocar em funcionamento o faraônico projeto, cujas obras começaram dois anos depois. No mesmo ano, o governo brasileiro prometeu uma indenização às famílias afetadas, mas somente poucas receberam o pagamento e, mesmo assim, com um valor muito inferior ao acordado. A solução proposta pelo governo militar não foi outra que incentivar que os camponeses se mudassem para a Amazônia, onde havia muita terra livre.

Nesse contexto de dupla migração forçada (pela violência da desterritorialização e pela ameaça militar), Magui Balbuena relata sua vinda do Paraguai ao Brasil: "entre 1975 e 1977 me exilei com meu companheiro em Foz do Iguaçu no Brasil e tivemos relações com sindicatos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em menor medida, com alguns camponeses e com as pastorais da terra" (entrevista, Magui Balbuena, 2009). Em seu caso, o Brasil serviu como refúgio devido à proximidade geográfica e à existência de laços e experiências

pessoais prévias. À diferença do caso de Brizola, não se tratava, aqui, da primeira geração de exilados paraguaios, o que permite que gerações anteriores compartilhem suas narrativas, histórias, representações e, em muitos casos, inclusive seus contatos. A mediação, nesse caso, não foi feita por elites políticas, mas por cidadãos comuns e por organizações populares que atuam nos mesmos eixos de conflito que a militância de origem de Magui Balbuena. O escopo de atuação também é diferente: não está dirigido para o Estado e para as instituições, mas, principalmente, para a sociedade e para a construção de organização coletiva nos territórios.

De acordo com a militante, sua experiência do exílio foi um marco fundamental em sua trajetória ativista, já que lhe permitiu viver de perto algumas experiências de luta dos camponeses brasileiros, como a ocorrida nos anos de 1970 com o conflito de Itaipu, e estreitar laços afetivos e de luta com outras lideranças e organizações brasileiras. Ao mesmo tempo, a luta camponesa no Sul do Brasil também serviu como incentivo para que camponeses paraguaios fundassem, em 1980, o Movimento Campesino Paraguaio (MCP), do qual Magui participou ativamente antes da criação de CONAMURI, retornando ao Brasil em algumas ocasiões durante a década de 1980 para participar, por exemplo, em atos e manifestações contra a dívida externa.

Outro dado relevante é que, no marco dos laços informais e pessoais tecidos durante essa política do exílio latino-americano, criou-se em 1985 a Coordenadora de Organizações Campesinas do Cone Sul, da qual o MCP participou. Apesar de ser uma articulação bastante informal e de duração efêmera (diluiu-se poucos anos depois), pode ser considerada como um antecedente da articulação camponesa no âmbito (sub)regional, o qual costuma ser esquecido e/ou desconsiderado quando se reconstrói o processo contemporâneo de convergência entre os movimentos camponeses latino-americanos, a partir de redes formais e mais estabelecidas, como é o caso hoje da Via Campesina, organização internacional de camponeses formada por movimentos populares e organizações de todos os continentes. Fundada formalmente em 1993, vários militantes populares da Via Campesina passaram por experiências similares às de Magui, de migrações e exílios (Edelman, 2017).

Desse modo, o caso de Magui Balbuena pode ser lido como uma pequena amostra de uma gama muito mais ampla de exilados de base

que transitaram pela região, servindo como um importante momento de articulação internacionalista e de precedente do ativismo transnacional rural contemporâneo. As histórias de vida, as trajetórias dos movimentos e as redes informais criadas no exílio político dos anos 1970 foram profundamente marcadas pelas articulações supranacionais e subjetividades derivadas de dita vivência, permanecendo até hoje, quando pensamos a base das articulações entre organizações camponesas de diversos países (entrevista, Magui Balbuena, 2009).

Considerações finais

A análise dos dois casos permitiu verificar dois padrões distintos de transformações do ativismo no exílio. Se, no primeiro, o trabalhismo foi adaptado aos diferentes contextos e momentos do exílio, com dificuldades em reconhecer sua experiência revolucionária no Uruguai e sua vinculação com Cuba, a experiência de Balbuena e de outros exilados de base demonstra, em geral, uma maior abertura e predisposição para promover transformações profundas. A "mão-dupla" do internacionalismo torna-se, assim, mais fluida: o exilado de base tende a viver a socialização política e a experiência de luta social cotidiana no lugar de destino, abrindo-se mais à aprendizagem e às relações de médio-longo prazo, ao mesmo tempo em que "ensina" e compartilha sua própria vivência sobre o lugar de origem de maneira mais direta e relacional com outros militantes locais que atuam em temas e conflitos semelhantes (entrevista a Egídio Brunetto, 2008).

Mais semelhanças e diferenças entre os dois padrões de exílio político poderiam ser destacadas e outras pesquisas empíricas também contribuiriam a problematizar questões que escapam ao escopo deste artigo, mas que são centrais para o aprofundamento da agenda de pesquisa ora proposta. Por exemplo, poder-se-ia questionar se não haveria também uma espécie de "ativismo de elite" dentro do "exílio de base". Em outras palavras, não seria importante analisar a composição social, de classe e política no interior de cada padrão? Mesmo dentro dos movimentos populares, há determinados militantes de base que possuem maiores conexões externas que outros, principalmente aqueles que ocupam posições de articulação política.

Outra questão relevante está associada a como a tendência à maior individualização das sociedades contemporâneas, unida à profunda transformação tecnológica, afeta esses dois tipos de exilados em nosso atual momento histórico. A experiência do exílio na sociedade da informação é, decerto, distinta aos exílios dos anos 1960 a 1980 e isso mereceria maior investigação empírica para analisar os impactos e desdobramentos dessa nova realidade. O debate sobre o anonimato e a invisibilidade se reconfigurou e as mídias digitais, embora permitam que o exilado possa estar "mais presente" – amplificando também as formas de ativismo digital e de solidariedade –, também possibilitam uma maior coerção e formas mais sofisticadas de controle social.

Finalmente, cabe mencionar que é importante contemplar com maior atenção as especificidades de gênero, etnia e orientação sexual nos exílios. Outrossim, também é fundamental diferenciar entre trajetórias de ativistas de base que não possuem uma organização ou movimento popular articulado por trás e aqueles que têm o respaldo político e institucional de uma coletividade mais articulada, como foi o caso aqui analisado de Balbuena e do movimento camponês. Nas periferias das grandes cidades e nos múltiplos tipos de conflitos rurais são ainda muitos os defensores de direitos humanos e militantes comprometidos com a justiça social que podem, talvez, ser destinatários da solidariedade internacionalista quando ameaçados, mas que não estão respaldados por movimentos, organizações locais ou redes densas. Essas múltiplas possibilidades de articulação entre escalas, redes e territórios abrem diversos cenários para provocar novos debates e afiançar o olhar distintivo da sociologia política sobre a temática do exílio político a partir de construções teórico-metodológicas mais multidimensionais.

Referências

Armstrong, John (1976). Mobilized and Proletarian Diasporas. *American Political Science Review, 70*(2), 393-408.

Botelho, André (2019). *O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil*. Petropolis, RJ: Vozes.

Bonjour, Saskia & Chauvin, Sébastien. (2018). Social class, migration policy, and migrant strategies. *International Migration, 56*(4), 5-18.

Bourdieu, Pierre. (1989). Les pouvoirs et leur reproduction. In: Pierre Bourdieu. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit.

Brasil. (1964). Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm

Bringel, Breno. (2015). Social movements and contemporary modernity: internationalism and patterns of global contestation. In Breno Bringel & José Mauricio Domingues (eds.) *Global modernity and social contestation*. (pp. 122-138) Londres, California, Nova Deli: Sage.

Bringel, Breno. (2011a). A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade, 10*(18), p.51-73.

Bringel, Breno. (2011b). Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia, 16*(2), 185-215.

Bringel, Breno & Echart, Enara (2010). Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos,46*(1), 28-36.

Carballo, Marta, Echart, Enara & Villareal, María. (2019). El enfoque de sistemas migratórios revisitado. Una propuesta teórica para el estudio del sistema migratorio de América Latina y el Caribe. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, 27*(57), 79-100.

Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Márcio (2018). O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. Revista Brasileira de Sociologia, 6(12), 88-113.

Cervelló, Josep Sánchez & Tapia, Alberto Reig. (eds.) (2016). Exilios en el mundo contemporâneo: vida y destino. Tarragona, México D.F.: Universitat Rovira i Virgili & Universidad Autónoma de la Ciudad de México.

Chávez, Daniel Córdoba. (2018). (In)visibilidad y resistencia: ciudadanías clandestinas y activismo migrante transnacional. Relaciones Internacionales, 39, 205-226.

Della Porta, Donatella. (2005). Multiple belongings, tolerant identities and the construction of 'another politics'. In Donatella Della Porta & Sidney Tarrow (eds.) Transnational protest and global activism (pp. 175-202). Lanham, MD: Rowman and Littlefield.

Dufoix, Stéphane. (2002). *Politiques d'exil*. Paris: Presses Universitaires de France.

Edelman, Marc. (2017). *Activistas empedernidos e intelectuales comprometidos: ensayos sobre movimentos sociales, derechos humanos y estudios latinoamericanos*. Quito: Editorial IAEN.

Feldman-Bianco, Bela, Sanjurjo, Liliana, Azevedo, Desirée & Mansur da Silva, Douglas. (2018). *Migração e exílio*. São Carlos: EdUFSCar & Editora UFV.

Ferreira, Jorge. (2016). Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In Américo Freire & Jorge Ferreira. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fillieule, Olivier. (2001). Post scriptum: Propositions por une analyse processuelle de l'engagement individual. *Revue Française de Science Politique, 51*(1-2), 199-215.

Grojean, Olivier. (2015). Politique d'exil : les mobilisations des Kurdes d'Europe. In Jean-Paul Chagnollaud, J. (dir.). *Communautés en exil: Arméniens, Kurdes et Chrétiens d'Orient em territoires franciliens*. Paris: L'Harmattan.

Heindl, Brett. (2012). Transnational activism in ethnic diasporas: insights from Cuban exiles, American Jews and Irish Americans. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 39*(3), 463-482.

Jubilut, Liliana. (2007). *O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método.

Kaminsky, Amy. (2009). *After exile: writing the Latin American diaspora*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Marques, Teresa. (2017). O exílio e as transformações dos repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1979). *Dados, 60*(1), 239-279.

Marques, Teresa. (2006). *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1968).* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

McAdam, Doug & Paulsen, Ronald. (1993). Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology, 99*(3), 640-667.

Miller, Kenneth, Worthington, Gregory J., Muzurovic, Jasmina, Tipping, Susannah & Goldman, Allison. (2002). Bosnian refugees and the stressors of exile. *American Journal of Ortopsychiatry, 72*(3), 341-354.

Mische, Anne. (2003). Cross-talk in movements: reconceiving the culture-networking. In Mario Diani & Doug McAdam (eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Nova York: Oxford University Press.

Moreira, Júlia. (2010). Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional, 53*(1), 111-129.

Morissawa, Mitsue. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.

Nash, Kate. (2010). *Contemporary political sociology: globalization, politics, and power*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Perissinotto, Renato & Codato, Adriano. (2009). Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política, 2*, 243-270.

Phillips, Dom. (2019). New generation of political exiles leave Bolsonaro's Brazil "to stay alive". *The Guardian*. 11 jul. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/jul/11/brazil-political-exiles-bolsonaro

Rebello, Gilson. (1980). *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Rollemberg, Denise. (1999). *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.

Roniger, Luis. (2011). Destierro y exilio en América Latina: un campo de estudio transnacional e histórico em expansión. *Pacarina del Sur – Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano, 9* [online].

Roniger, Luis. (2010). Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados,53*(1), 91-124.

Said, Edward. (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scherer-Warren, Ilse (2015). Desafios para uma sociologia política brasileira: o elo entre movimentos e instituições. *Sociologias, 17*(38), 44-62.

Shain, Yossi. (1989). *The frontier of loyalty: political exiles in the age of Nation-States*. Middletown: Wesleyen University Press.

Sheffer, Gabriel. (1986). *Modern diasporas in international politics*. Londres: Croom Helm.

Silva, César. (2015). *A política migratória brasileira para refugiados (1998-2014).* Curitiba: Ithala.

Siméant, Johanna. (1998). *La cause des sans-papiers*. Paris: Presses de Sciences Politiques.

Simpson, John. (1995). *The Oxford book of exile*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

Sznajder, Mario & Roniger, Luis. (2009). *The politics of exile in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press.

Tarrow, Sidney. (2005). *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tavares, Flávio. (1999). *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.

Tilly, Charles & Tarrow, Sidney. (2008). *Politique(s) du conflit: de la grève à la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po.

Entrevistas realizadas pelos autores

Magui Balbuena – 16 e 18 de março de 2009, Madri.

Egídio Brunetto – 21 de outubro de 2008, Maputo.

Avelino Capitani –11 de março de 2006, Porto Alegre.

Ariel Collazo – 27 de fevereiro de 2006, Montevidéu.

Documentos diplomáticos e periódicos

Coojornal. (1978). "Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o país" Porto Alegre, ano IV, n. 35, dez. 1978. p. 21-22.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil. Ofício recebido da Embaixada Brasileira em Montevidéu. n. 142. Montevidéu, 11 de junho de 1964

MREOU - Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai. Fondo Legaciones y Embajadas. Sécción Brasil (Embajada de la ROU en Brasil) "Correio da Manhã" informa sobre posible ruptura de relaciones entre Uruguay y Brasil. Caja. 156. Carpeta 1ª/1-64. Rio de Janeiro, 1º de julio de 1964

Sanin, Victor P. (1965) El MRO ante la internación de Brizola. Marcha, Montevideo-UY, año XXV, n. 1243, 12 fev. 1965. p. 2

Submetido em 29 de janeiro de 2020.
Aprovado em 29 de agosto de 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.629

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Imagens de estudantes na publicidade do ensino superior privado: marcadores sociais da diferença em articulação

Student images in private higher education advertising: social markers of the difference in articulation

Renata Mourão Macedo*

RESUMO

Neste artigo, a partir de pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2018 na cidade de São Paulo e em meio digital, analiso as relações entre mercado de ensino superior privado, publicidade e marcadores sociais da diferença (classe, raça e gênero, em especial). Se, historicamente, a publicidade brasileira privilegiou corpos brancos e estilos de vida associados à classe média, no período recente algumas transformações foram visíveis, incorporando perfis mais diversos de estudantes, incluindo várias peças publicitárias com protagonismo de jovens mulheres negras. Minha hipótese neste artigo é a de que tais transformações se relacionam, de um lado, com o fenômeno de maior acesso da "classe C" (conforme a linguagem do mercado) no ensino superior privado a partir de meados dos anos 2000. De outro lado, tais publicidades passaram a incorporar algumas das demandas de maior representatividade realizadas pelos movimentos negros e feministas. A incorporação de tais transformações visou tornar as peças publicitárias mais atrativas para um novo público consumidor de diplomas universitários no Brasil.

Palavras-chave: ensino superior privado, publicidade, marcadores sociais da diferença.

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2019) e pesquisadora do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP). Atualmente realiza pós-doutorado na Faculdade de Educação da USP, integrando o projeto temático FAPESP "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da Educação", processo N° 19/25903-0.
Email: renatagmourao@hotmail.com

ABSTRACT

In this article, based on field research carried out between 2015 and 2018 in the city of São Paulo and digitally, I analyze the relationships between the private higher education market, advertising and social markers of difference (class, race and gender, in particular). If, historically, Brazilian advertising has favored white bodies and lifestyles associated with the middle class, in the recent period some transformations have been visible, incorporating more diverse student profiles, including several advertisements featuring young black women. My hypothesis in this article is that such transformations are related, on the one hand, to the phenomenon of greater access of the "class C" (according to the language of the market) in Brazilian private higher education since the mid-2000s. On the other hand, such advertisements started to incorporate some of the demands made by black and feminist movements. The incorporation of such transformations aimed at making advertising pieces more attractive to a new consumer of university degrees in Brazil.

Keywords: private higher education, advertising, social markers of the difference.

Introdução[1]

"Aqui, seu futuro vale ouro" é uma chamada, entre tantas outras presentes nos folhetos publicitários, que coletei ao longo da pesquisa realizada sobre estudantes e ensino superior privado, entre 2015 e 2018. "Seu sonho por R$49,90", "Seja o seu melhor" ou "Seu esforço será recompensado: estude já" são outros exemplos de um discurso motivador estampado em propagandas impressas ou *online*, além de anúncios em pontos de ônibus e estações de metrô, dispersos pela cidade de São Paulo (SP). Nas feiras voltadas ao mercado de ensino superior que visitei no período da pesquisa, além dos grandes anúncios nos estandes e corredores, eu voltava para casa carregada de *folders*, catálogos, brindes e sacolas promocionais de diversos tamanhos e modelos, oferecidas por diferentes grupos educacionais. Também no universo *online*, acompanhar as notícias e informações sobre ensino superior privado no Brasil implicou visualizar centenas de propagandas sobre o setor, em redes sociais ou por e-mail.

[1] O presente artigo é parte de pesquisa de doutorado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), sob a orientação da prof.a Heloisa Buarque de Almeida e com financiamento da CAPES

Imagens 1 e 2: Destaque para grandes anúncios nos corredores da Feira do Guia do Estudante (Pavilhão Anhembi/SP, set./2018).





Fonte: Fotografias da autora.

Nas imagens acima, com os dizeres "Bia, a gente acredita em você", ou "[hashtag] # mudar a sua história só depende de você", ambas publicidades expostas na Feira do Guia do Estudante realizada em setembro de 2018 no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo, ficava evidente o discurso direto e incisivo mobilizado por algumas dessas peças publicitárias. Respectivamente dos grupos Anhanguera/Kroton e Unip, tais publicidades apostavam no diálogo direto com o receptor e estudante potencial – "*você*" – para persuadi-lo a tomar essa importante decisão de ingresso no ensino superior, a qual dependeria de confiança e crença no potencial da estudante ("*Bia, a gente acredita em você*") e resultaria em uma experiência transformadora ("*mudar a sua história só depende de você*"). Nesses dois casos, as imagens de mulheres jovens e sorridentes selecionadas para os anúncios – uma modelo branca de cabelos lisos e uma modelo negra de cabelos crespos – buscavam gerar uma identificação direta com tais consumidoras potenciais, possivelmente frequentadoras da Feira, ainda indecisas sobre a instituição ideal, a passear pelos corredores do pavilhão de exposições.

Neste artigo, a partir de pesquisa realizada entre 2015 e 2018 em diferentes campos presenciais e *online*, analiso as relações entre mercado de ensino superior, publicidade e marcadores sociais da diferença (classe, raça

e gênero, em especial). Trata-se de questionar como gênero, raça e classe se produzem simultaneamente (McClintock, 2010; Davis, 2011) em tais anúncios na busca por consumidores-estudantes potenciais.

Vale lembrar que, embora os anúncios do ensino superior privado atualmente pululem em diferentes mídias pela cidade de São Paulo, a relação entre mercado de ensino superior e publicidade no Brasil é relativamente recente[2]. Conforme demonstrou Helena Sampaio (2000), foi nos anos 1990 que as propagandas dos estabelecimentos privados de ensino superior passaram a ganhar as ruas das grandes cidades, por meio de *outdoors*, cartazes e *folders*, além de ocupar páginas de jornais e revistas semanais de grande circulação no país. Tal fenômeno revelava a diversificação crescente do ensino superior brasileiro, por um lado, e o "enraizamento de uma cultura promocional na sociedade brasileira", por outro (Sampaio, 2000, p. 320). Nessa análise, Sampaio também percebia como uma das principais características do material publicitário dos anos 1990 "o reconhecimento da heterogeneidade da clientela do ensino superior" (2000, p. 348), identificando desde mensagens publicitárias claramente voltadas para estudantes de elite, até aquelas voltadas para uma classe média mais ampla e de estilos de vida variados.

O material publicitário sobre ensino superior que recolhi para esta pesquisa entre 2015 e 2018, de modo similar ao analisado por Sampaio (2000), também está voltado para um público bastante heterogêneo de consumidores. Para além de clivagens socioeconômicas, estilos de vida relacionados a diferentes perfis de público universitário e de carreiras também são diferencialmente mobilizados por tais imagens e textos.

Ainda assim, neste artigo, quero destacar o apelo publicitário a um *novo público consumidor* de diplomas de ensino superior, relacionado à mobilidade social ocorrida entre meados dos anos 2000 e 2010 no Brasil. A partir de um conjunto de reportagens e documentos publicados no período, especialmente entre 2015 e 2018 – quando a pesquisa de campo foi realizada –, analiso a constituição de múltiplos discursos sobre o mercado de ensino superior privado, a captação do consumidor da "classe C" e as propagandas publicitárias possivelmente voltadas para tal segmento.

[2] Nesse sentido, o caso brasileiro se diferencia dos Estados Unidos e Inglaterra, onde, segundo Helena Sampaio (2000, p. 319), "o *marketing* educacional sempre foi uma estratégia importante para o prestígio e o financiamento de suas universidades".

1. Pesquisa de campo e perspectivas teórico-metodológicas

A pesquisa apresentada neste artigo reúne fontes diversas. Durante o período entre 2015 e 2018, para além da pesquisa etnográfica com estudantes universitários matriculados em diferentes cursos e instituições do setor privado na cidade de São Paulo – aspecto que não será aprofundado neste artigo[3] –, fiz o levantamento de diversas peças publicitárias dessas instituições, divulgadas em ambiente digital ou dispersas pela cidade de São Paulo. Por meio de ferramentas de busca do *site* Google, pude acessar ainda reportagens e documentos de diferentes portais de notícias (Folha de São Paulo, Estadão, Portal da Globo – G1, entre outros). Também analisei periodicamente publicações, relatórios de pesquisa de mercado e notícias lançadas por algumas das principais entidades mantenedoras do ensino superior privado, com destaque para a SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), FÓRUM (Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular) e ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares). Por fim, também participei de algumas feiras promovidas por diferentes instituições ligadas à educação superior, como a Feira do Guia do Estudante e a Feira do Estudante do Centro de Integração Empresa-Escola (Expo CIEE). O objetivo dessa parte da pesquisa foi perceber as circularidades entre pesquisa de mercado, elaboração publicitária e recepção dessa publicidade no cotidiano de estudantes ou potenciais estudantes universitários na cidade de São Paulo, levando em conta a articulação de marcadores sociais da diferença como classe social, gênero, raça e geração.

Nesse sentido, torna-se fundamental esclarecer a perspectiva dos marcadores sociais da diferença em articulação, aqui mobilizada. Mais do que constatar a importância constitutiva de marcadores sociais como gênero, classe social ou raça, trata-se de compreender essas categorias como estando sempre imbricadas (Crenshaw, 2004; McClintock, 2010; Moutinho, 2014). Assim, podemos definir marcadores sociais como "uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em

[3] A pesquisa etnográfica com estudantes universitários – não analisada neste artigo – pode ser conferida em Macedo (2019; 2020).

termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade" (Saggese, Marini, Lorenzo, Simões & Cancela, 2018, p.19). No entanto, mais do que trabalhar com categorias prontas, trata-se da aposta teórico-metodológica de apreender no cotidiano como tais categorias são produzidas e negociadas (Brah & Phoenix, 2004).

2. "A classe C com diploma": mercado de ensino superior e estratificação social

> Os chamados universitários da classe C trabalham para pagar os estudos e demoram anos para iniciar o curso depois de concluir o ensino médio. [...] O novo universitário brasileiro chamou a atenção da opinião pública na esteira do caso de Geisy Arruda, aluna de Turismo que virou celebridade após ter sido hostilizada, em 22 de outubro, pelos colegas do campus da Uniban em São Bernardo, ABC, por conta de seu vestido curto. O episódio provocou debates sobre os *prós e contras da popularização do ensino superior*. (Stanisic, Oliveira & Saldaña, 2009, grifo meu).

Conforme trecho acima, "A classe C com diploma" foi o título de uma reportagem do *Estadão* publicada em 24/11/2009. Em meio ao intenso debate sobre mobilidade social que se realizava no período no Brasil, anunciava-se a entrada massiva de um novo perfil de estudante no ensino superior. Segundo dados trazidos pela reportagem, esse novo "universitário da classe C" possuía renda familiar entre 1 e 5 salários-mínimos e passava a representar 31,4% dos estudantes de graduação do país em 2009, quase o dobro dos estudantes dessa mesma faixa de renda contabilizados em 2002 (16,2%) (Stanisic *et al.*, 2009). No diálogo com o leitor típico do tradicional jornal paulista, imaginado como o de maior poder econômico, é importante sublinhar a articulação entre classe social e gênero então realizada no seguinte caso: o de Geisy Arruda, que foi apresentada como representativa do novo perfil de "estudante da classe C"; justamente ela que foi expulsa da faculdade (antiga Uniban, posteriormente comprada pela Anhanguera/Kroton) após um episódio em que foi assediada por centenas de colegas nos corredores da instituição ao vestir um vestido cor-de-rosa curto, considerado

"inapropriado" para assistir a um curso noturno, em mais um caso de assédio e violência de gênero no ensino superior. Na época, a cena da ação violenta contra a estudante foi filmada e divulgada na internet, gerando intensos debates sobre o "novo" ensino superior brasileiro, cada vez mais popular.

Compreender o fenômeno da "popularização do ensino superior" nos anos 2000, conforme texto dessa reportagem do *Estadão*, implica discutir simultaneamente os processos tanto de expansão do setor, quanto do aumento da escolarização e da mobilidade social das classes baixas e médias brasileiras, ambos ocorridos nos anos 2000. Implica, também, refletir sobre como outros marcadores sociais da diferença se articularam à classe social.

Nesse contexto, é importante retomar como, em meados dos anos 2000, surgiram importantes iniciativas, especialmente voltadas a "descobrir" um novo Brasil consumidor, marcadamente da "classe C" ou da "nova classe média", conforme a linguagem de mercado[4]. Na ânsia de mensuração, classificação e análise desse processo de mobilidade social, análises divergentes e conflitantes marcaram o período. O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), teve protagonismo nesse debate, passando a ser conhecido como "o pai da nova classe média". Segundo Neri, em análise publicada em 2010, o estrato C corresponderia a cerca de 35% da população em 2003, passando para 50,45% em 2009, resultando na ascensão de 29 milhões de brasileiros (Neri, 2010, p. 31). Em seu livro, intitulado *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*, Neri então defendia que a "classe econômica C", ao corresponder ao segmento médio da população, poderia ser entendida como a "nova classe média" brasileira. O otimismo de Neri e de seu grupo na FGV rapidamente contaminou a mídia nacional, e o que já era pauta para centenas de reportagens nos anos 2008, 2009 e 2010 – como a matéria do *Estadão* sobre a "classe C com diploma" trazida acima –, passou a ser chancelado pela expressão "nova classe média".

Em oposição a essa argumentação otimista sobre um novo Brasil consumidor, diversas foram as vozes que passaram a questionar a existência

[4] Entre as categorias utilizadas para mensurar a estratificação social, existem as chamadas "classes socioeconômicas" – amplamente utilizadas pelo mercado –, que podem ser definidas a partir de critérios como renda domiciliar, renda *per capita* e potencial de consumo. Em diversas dessas classificações, convencionou-se nomear os estratos por letras, iniciando o topo da pirâmide social na letra A – os mais ricos – e finalizando na letra E – os mais pobres. Conferir Almeida e Macedo (2015).

de uma "nova classe média" no país (Souza, 2010; Pochmann, 2012; Scalon & Salata, 2012). Apesar das polêmicas classificatórias, e ainda que o processo de mobilidade social verificado no período não tenha sido capaz de alterar significativamente a estrutura social do país, foi inegável o aumento do poder de consumo na base da pirâmide econômica nos anos 2000 e início dos anos 2010. Nesse sentido, a posse de eletrônicos como microcomputadores e celulares aumentou substancialmente (Scalon & Salata, 2012; Macedo, 2016; Spyer, 2018). De maneira similar, o setor de serviços se expandiu e se democratizou, ainda que predominantemente marcado pela criação de ocupações de baixa remuneração (Pochmann, 2012).

Recentemente, no livro *O Brasil mudou mais do que pensa: um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE* (Gonzalez, Prado & Deak, 2018), realizado enquanto pesquisa coletiva na Fundação Getúlio Vargas, pesquisadores apresentaram novos dados sobre o período, mensurados a partir de renda domiciliar *per capita*, buscando comprovar que "novos patamares foram alcançados pelas classes CDE" nos anos 2000 (2018, p.7). Com destaque para o setor educacional, e tomando novamente a "classe C" como eixo de análise, segundo tais dados, se apenas 1% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior em 1995, esse índice saltou para 19,4% em 2015. Considero igualmente significativos os seguintes dados trazidos nesse estudo: em 1995, apenas 87 mil pessoas de domicílios das classes CDE frequentavam o ensino superior; em 2015, eram 2,1 milhões (Gonzalez *et al.*, 2018, p. 17-18). Se classe se constitui como marcador central de análise para esse mercado, é importante também analisarmos esses dados a partir de critérios raciais. Conforme analisam Amélia Artes e Arlene Ricoldi (2015), em pesquisa sobre estudantes negros no ensino superior, em 2000 apenas 19% dos estudantes de graduação no Brasil eram negros, fatia que passou para 35% em 2010. Quando se integram as variáveis gênero e cor/raça, foram as mulheres negras que apresentaram as maiores taxas de crescimento na graduação: 294,9%, seguidas de homens negros, com 284,9% de expansão (2015, p. 869). Nesse debate, é imprescindível lembrar que o programa de cotas, sancionado por meio de Lei em 2012 para todas as universidades federais, contribuiu ainda mais para a democratização do ensino superior brasileiro. Vejamos, agora, como o setor privado usufruiu da constituição desse novo público para o ensino superior brasileiro.

3. Mercado de ensino superior privado: estratégias de captação de alunos na expansão e na crise

Se grupos educacionais privados estiveram historicamente inseridos no mercado nacional como uma importante alternativa de qualificação para as classes média e alta, com o processo de mobilidade social descrito acima ocorreu uma mudança de seu público-alvo. Vale lembrar que foi após a Reforma Universitária de 1968 que surgiu, no Brasil, uma nova modalidade de ensino superior privado, marcada pelo *ethos* empresarial (Martins & Neves, 2016). Já no final dos anos 1990, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e de alguns decretos[5], o governo federal autorizou o funcionamento de IES particulares que se declaravam com fins de lucros, garantindo mais uma abertura inédita ao mercado. Especialmente a partir de 2005, diante dos incentivos vultuosos oferecidos pelo governo federal – por meio de políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), implementado em 2005[6], e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), reformulado em 2007[7] –, tais empresas educacionais passaram a focar, cada vez mais, também nos estudantes de "baixa renda", especialmente da "classe C", conforme notado no período por diversas pesquisas sobre o ensino superior privado brasileiro (Sampaio, 2011; Almeida, 2014).

Assim, em meados dos anos 2000, por meio de investimentos na captação dessa nova clientela, verificou-se um crescimento sem precedentes desse mercado. Em 2018, segundo dados do censo de ensino superior, 75% das matrículas foram realizadas no setor privado, com ou sem fins de lucros (Brasil, 2018). Tal processo foi marcado pela ascensão de grandes grupos educacionais com características empresariais, tendo como prioridade o lucro por meio da "gestão eficiente". Conforme apontaram alguns pesquisadores

[5] Como registra Helena Sampaio, o decreto nº 2.306 de 1997 pode ser considerado um marco na constituição do ensino superior privado com fins de lucros, ao permitir que as entidades mantenedoras passassem a assumir finalidade lucrativa (Sampaio, 2000, p. 144).

[6] O Prouni consiste no oferecimento de bolsas de estudos integrais e parciais em IES privadas, com ou sem fins lucrativos, para estudantes vindos de escolas públicas (ou como bolsistas integrais em particulares) e que comprovem "baixa renda" (renda familiar *per capita* de até três salários-mínimos para bolsas parciais e até um salário-mínimo e meio para bolsas integrais) (Almeida, 2014). Em contrapartida, as universidades que recebem tais estudantes têm isenção de alguns tributos.

[7] Em 2007, o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) ganhou força, impulsionando ainda mais a expansão do setor privado, embora já existente desde os anos 1970 com o nome de Crédito Educativo. Na reformulação de 2007, por meio da Lei 11.552/2007, o Fies passou a financiar até 100% da mensalidade, expandindo o programa (antes, o limite era 70%) (Almeida, 2014).

desse cenário (Chaves, 2010; Almeida, 2014; Sguissardi, 2015), verificou-se, no período, um processo de "oligopolização do mercado educacional". Nesse contexto, além das frequentes fusões, que formaram empresas cada vez maiores, alguns grupos abriram o capital na bolsa de valores e incluíram capital estrangeiro, destacando-se no mercado de ações (Chaves, 2010). Empresas como Kroton Educacional, Estácio, Unip, Laureate, Uninove e Ser Educacional passaram a dominar o mercado de ensino superior privado no Brasil. Marcados por grande capilaridade, espalhando-se pelo interior do país, inclusive nas regiões Norte e Nordeste, tais grupos apostaram num público amplo de consumidores-estudantes, buscando então alcançar todas as classes, com grande atenção às classes B e C. Na análise de Christian Laval (2019, p. 13) sobre a "nova ordem educacional mundial", o autor constata que o Brasil se tornou "um caso único no mundo" no que se refere à neoliberalização do ensino superior.

A pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2018, cujos resultados são apresentados neste artigo, deu-se num período de fortes inversões em relação às expectativas de mobilidade social e de expansão do ensino superior criadas no período precedente. Se, em 2015, o lema do segundo governo de Dilma Rousseff – "Brasil, Pátria Educadora" – parecia mobilizar mais empenho e recursos para o sistema educacional, a subsequente crise política e econômica que levou ao *impeachment* presidencial em 2016 teve forte impacto no setor. Conforme avaliação de Kopper e Damo (2018), desde então, a própria concepção de "nova classe média" passou a ser amplamente questionada, levando a uma "evanescência" da categoria. De modo geral, abalada pela crise que marcou o período, a comemorada "ascensão da classe C" passou a ser redimensionada. Tal fração de classe teve seu potencial de consumo novamente reduzido, atingida pelo crescente desemprego e pelo progressivo endividamento das famílias. Nesse sentido, contrapondo-se à reportagem de 2009 do *Estadão*, que noticiava "a ascensão da classe C" e sua entrada no ensino superior, em 2016 nova reportagem do jornal paulista, registrava o processo inverso, evidenciado na manchete "Classe C, ascensão e queda". Entre outros perfis diretamente afetados pela crise, analisava-se novamente a situação dos 'novos' universitários:

> Eles começaram a ter acesso a produtos e serviços que antes não cabiam no seu bolso, como plano de saúde, *ensino superior* e carro zero. Mas, afetadas pelo aumento do desemprego e da inflação dos últimos anos, essas famílias começaram a fazer o caminho de volta (Mayrink, 2016, grifo meu).

Foi já nessa circunstância de crise que a pesquisa trazida neste artigo se desenrolou. Evidenciada em conversa com estudantes e professores, nos discursos publicitários e na mídia hegemônica, a pauta da *crise*[8] se tornou, assim, central.

A fim de analisar a conexão entre mercado de ensino superior, publicidade e estratégias para captação de novos alunos no período, examino brevemente o relatório de pesquisa de mercado intitulado "As aspirações da classe C em relação ao Ensino Superior", encomendado pelo Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Fórum) e publicado em seu *site* em dezembro de 2016[9]. O relatório analisa dados sobre "a classe C no ensino superior" entre 1996 e 2016 com base na pesquisa do Instituto Data Popular e do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de *Ensino Superior* no Estado de SP (SEMESP) – pesquisa que foi realizada com 800 estudantes da "classe C" (definida a partir da renda *per capita* e familiar)[10] que haviam concluído o ensino médio e tinham a expectativa de ingressar na faculdade. Segundo o relatório, embora os estímulos públicos para o ingresso no ensino superior privado tivessem diminuído no período, a universidade pública ainda não aparecia como principal alternativa para esses estudantes. Segundo a pesquisa revelava, dois terços dos entrevistados "não acreditam que a universidade pública seja acessível para eles" (Fórum, 2016, p.3). O ensino privado, nesse caso, aparecia como primeira alternativa, principalmente para aqueles com mais de 24 anos. Ainda assim, apenas 37% dos jovens entrevistados com menos de 24 anos planejava ingressar nessa fase de ensino no ano seguinte.

A crise do Fies também era destacada pelo relatório. Se, entre 2010 e 2014, as verbas para o financiamento estudantil cresceram exponencialmente – o que foi chamado na mídia de "o *boom* do Fies" –, a partir de 2016, em função do "ajuste fiscal" realizado pelo governo Dilma Rousseff, as verbas voltaram

[8] A temática da crise pode se constituir como um momento propício para reflexões e análises multidimensionais, apreendendo "os complexos encontros e as justaposições entre variáveis econômicas, políticas e sociais", conforme aponta Rosana Pinheiro-Machado (2016, p.25).

[9] Parte do documento acha-se atualmente disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/aspiracoes_classe_c.pdf>. Acesso em: 30/04/2020.

[10] Segundo relatório, a pesquisa foi realizada com entrevistados da classe C, isto é, com renda *per capita* entre R$388,81 e 1.361,93. O próprio documento alterna o uso das categorias "classe C", "baixa renda" e "classe média" para se referir ao mesmo estrato de renda.

a cair, reduzindo-se ainda mais durante o governo de Michel Temer, em 2017[11].

Diante desse cenário, o relatório de pesquisa do Fórum listava algumas ações possíveis "para instituições privadas continuarem oferecendo oportunidades de acesso para os alunos de baixa renda – mais especificamente da classe C" (Fórum, 2016, p. 9), apesar da crise econômica do país e da redução do FIES. Entre essas estratégias, foram listadas: crédito educativo próprio, "esclarecimento sobre a qualidade", "seguro educacional" e "guerra de preços". Tais estratégias deveriam vir à tona em campanhas publicitárias de grande impacto nacional ou regional.

Assim, em consonância com os efeitos negativos da crise e orientadas pelos aconselhamentos periodicamente promovidos por tais entidades mantenedoras, as empresas do setor privado de caráter lucrativo passaram a investir ainda mais em publicidade no período entre 2015 e 2018, enchendo a cidade de São Paulo de propagandas em estações de metrô, pontos de ônibus, além de anúncios que pipocavam nos principais portais de notícias online e nas redes sociais, muitos deles evidenciando os "preços combativos" de matrícula ou mensalidade em tempos de "guerra", conforme expressão do relatório de mercado analisado acima (ver imagem 3).

Imagem 3: A "guerra de preços", conforme proposta em relatório do Fórum. Fotografia realizada na Feira do Guia do Estudante (Pavilhão Anhembi, 2017).



Fonte: fotografia da autora.

[11] Ver, por exemplo, a reportagem "Governo anuncia redução de 29% nos investimentos do FIES", publicada em 06/02/2017 no portal UOL. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2017/02/06/governo-anuncia-reducao-de-29-nos-investimentos-do-fies.htm>. Acesso em: 12/12/2018.

4. Discurso publicitário e ensino superior: raça, classe e gênero em articulação

No trabalho precursor de Maria Arminda Arruda (2015, p. 56), ao final dos anos 1970 a publicidade já era entendida como "o componente mais importante da estratégia de vendas" para as empresas brasileiras. Tornando-se um setor cada vez mais autônomo, a publicidade, progressivamente, passou a concentrar recursos importantes no Brasil, mobilizados ano a ano no esforço de persuadir consumidores à compra de mercadorias, sejam elas bens ou serviços. Em pesquisa realizada no final dos anos 1980, também a antropóloga Lucia Müller (1989) demonstrava a centralidade da produção simbólica pela publicidade na sociedade brasileira, revelando como sofisticavam-se cada vez mais as pesquisas de mercado que visavam compreender os "códigos de consumo" a serem destacados pelas peças publicitárias. Com a multiplicação de produtos similares, o trabalho dos publicitários passou a se orientar na direção inversa: "em vez de partir do produto para definir os possíveis consumidores, passam a definir o grupo consumidor, para, a partir deles, estabelecer quais conteúdos distintivos serão atribuídos ao produto" (1989, p. 198). De modo similar, é por meio de pesquisas de mercado cada vez mais minuciosas sobre os consumidores/estudantes potenciais que tais campanhas publicitárias ainda hoje são delineadas.

Em pesquisa sobre o *marketing* educacional do ensino superior privado nos anos 1990, Helena Sampaio (2000) analisou catálogos, *outdoors* e *folders*, entre outros materiais, constatando como as propagandas privilegiavam alguns elementos no início daquela década: imagens de jovens (fotografias ou ilustrações), fotos de instalações internas (bibliotecas, salas, auditórios etc.) e fotos externas dos *campi* universitários ou das fachadas dos prédios. De modo geral, Sampaio constatava como, entre 1992 e 1996, três categorias se destacavam em tais publicidades: juventude, técnica e sucesso, delineando imagens "de jovens sorridentes, descontraídos, esportivos, integrados ao mercado de consumo" (2000, p.352).

Passo agora a analisar algumas campanhas publicitárias veiculadas por diferentes instituições privadas de ensino superior da cidade de São Paulo, entre 2015 e 2018. Em outro texto (Macedo, 2019), focalizei o destaque dado por tal discurso publicitário em relação à facilidade de acesso na cidade (proximidade de terminais de ônibus e estações de metrô) e à facilidade de acesso financeiro (por meio dos destaques sobre promoções, bolsas e

preços baixos, estimuladas pela crise econômica vigente no período). Neste artigo, quero destacar as imagens de jovens selecionados para compor tais campanhas publicitárias, em reflexão a partir da articulação de marcadores sociais da diferença, tendo gênero, raça e classe como eixos de análise.

***

Historicamente, a indústria cultural no Brasil privilegiou corpos brancos em diferentes produtos imagéticos, como telenovelas e propagandas, conforme demonstrou Joel Zito Araújo (2004), entre outras pesquisas sobre a invisibilidade histórica dos negros na mídia brasileira. Em especial na publicidade, comumente se deu "a valorização dos corpos claros, jovens e longilíneos" (Beleli, 2007, p. 202).

No que se refere às propagandas do mercado privado de ensino superior paulista e brasileiro, por mim observadas na cidade de São Paulo e na internet entre 2015 e 2018, esse padrão persistiu apenas parcialmente. Conforme exemplo trazido na imagem 4, em propaganda da Universidade Paulista (UNIP), comumente mulheres e homens jovens e brancos são pensados como representativos dos estudantes/consumidores potenciais, em geral vestidos com roupas sociais, típicas do jovem em ascensão, localizados em fundo neutro ou em algum ambiente de trabalho que requer elegância e distinção.

Imagem 4: peça publicitária do grupo Unip para 2017.



Fonte: site da UNIP, abril de 2017.

No entanto, para além do privilégio de corpos brancos – revelando o racismo institucional entranhado nas propagandas brasileiras –, chamou minha atenção no período o destaque dado às jovens modelos negras e de cabelos crespos em diversas campanhas publicitárias do setor. A campanha

publicitária lançada em 2016 pela Estácio é emblemática nesse sentido (ver imagem 5). Empresa reconhecida no mercado por sua captação de consumidores homens e mulheres das classes B e C[12], essa campanha retratou trabalhadores-estudantes potenciais que utilizariam o décimo terceiro para se matricular na instituição, por meios dos dizeres "aproveite seu décimo terceiro para iniciar uma graduação!". Na imagem, aparecem três jovens: à frente, a mulher negra de cabelos crespos; em segundo plano, a mulher branca de cabelos ondulados, seguida por um homem branco de cabelos alourados. Mensagem próxima pode ser lida nas imagens da campanha, também de 2016, do grupo Uninove (imagem 6): três modelos, sendo à frente uma jovem negra, em segundo plano uma jovem branca e, já quase desfocado, um homem branco de cabelos curtos. E, entre as chamadas presentes na peça publicitária, o destaque está nos dizeres "Bolsas de até 80%", com o detalhamento ao lado: "Não é financiamento. É bolsa". Em ambas as campanhas, para além da ênfase nas oportunidades de se ingressar no ensino superior, verificamos a recorrência de critérios de gênero e raciais em relação aos modelos selecionados para protagonizar os anúncios. Certamente, tal similaridade não é casual. Já na peça publicitária apresentada na imagem 7, observam-se paralelos, ainda que com uma inversão: três modelos vestindo os trajes de formatura, sendo à frente o homem negro, no meio a mulher branca e, novamente, em último lugar na fila, o homem branco.

Imagem 5: peça publicitária do grupo Estácio para matrícula no ano letivo de 2017.



Fonte: site da instituição no final de 2016.

[12] Conforme noticiado em diversas reportagens do mercado de negócios, o foco recente da Estácio tem sido a "classe C". Ver, por exemplo, reportagem da revista *Exame* disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/festa-de-fim-de-ano-da-estacio-diz-muito-sobre-sua-fase-dificil/>. Acesso em: 30/04/2020.

Imagem 6: peça publicitária do grupo Uninove para matrícula no ano letivo de 2017.



Fonte: site da instituição no final de 2016.

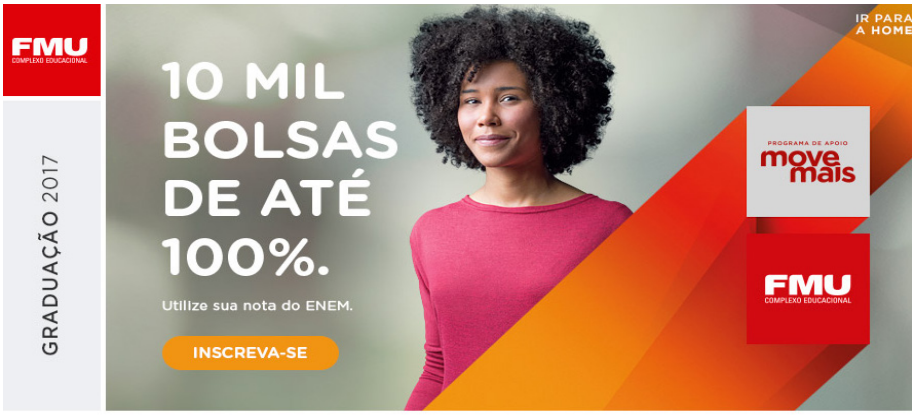
Imagem 7: peça publicitária do grupo Uninove para matrícula no ano letivo de 2017.



Fonte: site da instituição no final de 2016.

Em propaganda da FMU, por sua vez, assim como em outras que registrei no período, todo o protagonismo da peça publicitária é dado a uma jovem mulher negra de cabelos crespos (imagem 8). Vestida com blusa rosa sem estampas, portando sorriso simpático e discreto, a modelo aparece sob fundo cinza, ao lado da mensagem "10 mil bolsas de até 100%". Novamente, o programa de bolsas é a mensagem a ser enfatizada na sintética comunicação escrita da peça publicitária.

Imagem 8: peça publicitária do grupo FMU/Laureate divulgando bolsas para 2017.



Fonte: site da IES no final de 2016.

Assim, nessa publicidade, vemos como a mulher negra, jovem e de cabelos crespos também se tornou uma personagem central, protagonista de inúmeras campanhas de grandes grupos do ensino superior privado brasileiro, conforme registrei no período. Minha interpretação é a de que tal perfil se tornou representativo da consumidora potencial da "classe C".

Nesse sentido, vale sublinhar que, em publicações sobre a "classe C" voltadas para o mercado de ensino superior, como o relatório de 2016 do Fórum, analisado acima, destacava-se como a maioria desses estudantes da "classe C" é jovem, é mulher e é oriundo de escola pública. Entretanto, essas publicações – assim como outras que acompanhei no período – não se detinham, em nenhum momento, sobre a temática racial, restringindo-se à análise de "classe", marcador que se evidenciou como um operador central no período, estruturando o mercado privado de ensino superior. Neste artigo, quero sugerir que o marcador "classe" foi estruturante desse mercado, sem deixar de expressar-se na interconexão com gênero, raça e geração.

Não por acaso, ao analisarem o fenômeno recente de mobilidade social no Brasil, Kopper e Damo (2018, p. 367) constatam que as "populações alvo no interior da "nova classe média" foram "os negros, os jovens, as mulheres". Nesses casos, retomando o argumento de Angela Davis (2011, p. 1), mais uma vez, torna-se preciso compreender que "classe informa raça. Mas raça também informa classe. E gênero também informa a classe" revelando que "entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas".

Em um último exemplo a ser analisado neste artigo, retirado do *site* da faculdade Uninove em um mesmo dia de abril de 2018, entretanto, fica evidente que esse relativo protagonismo da mulher negra nas peças publicitárias analisadas no período, muitas vezes, não se deu de maneira similar para todos os cursos.

Imagens 9 e 10: propagandas voltadas ao público amplo e aos estudantes de medicina.





Fonte: site da Uninove em abril de 2018.

Nessas imagens, torna-se nítido que a "estratificação horizontal do ensino superior", conforme definem Ribeiro e Schlegel (2015) – que posiciona medicina no topo da hierarquia dos cursos superiores –, além do marcador classe, é também marcada racialmente. Enquanto, na primeira imagem, dirigida a um público amplo de consumidores-estudantes em busca de ofertas e descontos nos mais variados cursos, elege-se uma jovem mulher negra de cabelos crespos como modelo – seguindo essa nova tendência do mercado –, já a publicidade dirigida ao vestibular do curso de medicina apresenta uma mulher e um homem, também jovens, ambos brancos, de cabelos lisos, vestindo seus jalecos brancos tão característicos da profissão.

Através dessa análise, cumpre destacar como o debate sobre representatividade negra na publicidade tem sido importante no Brasil. Torna-se, assim, central refletir sobre quais corpos são exibidos pelo mercado e pela publicidade na construção de imaginários sobre consumidores. Em um dos textos precursores no tema na publicidade brasileira, nos anos 1980, Carlos Hasenbalg (1982) apontava para a condição de invisibilidade do negro na historiografia da nação, assim como na publicidade. Retomando

a argumentação de Lélia Gonzalez sobre as representações do negro no Brasil, estereotipada entre dois polos – trabalhador desqualificado ou artista –, Hasenbalg complementava tal argumentação, iluminando as ausências constatadas na publicidade: "ao negar outras características, a estereotipia nega o negro que não encaixa nesses dois polos: o operário qualificado, o empregado de escritório, o bancário, *o universitário*" (1982, p. 107, grifo meu). A ênfase dada à não representação do universitário como negro, neste caso, dialoga com a análise aqui apresentada. Naquele momento, nos anos 1980, ser universitário era pensado como uma condição social típica de classe média, e até então retratada pela publicidade brasileira como um perfil social caracterizado pela branquitude. Naquela pesquisa, ao analisar campanhas publicitárias brasileiras do final dos anos 1970, Hasenbalg contabilizou 203 anúncios em revistas e na televisão; desses, em apenas nove havia a presença de negros (e, desses nove, três eram propagandas de governo). Análise do autor: "desta acentuada desproporção pode-se derivar a conclusão de que no raciocínio do publicitário o negro quase que inexiste como consumidor" (Hasenbalg, 1982, p. 108).

Já no final dos anos 1990, Heloisa Buarque de Almeida (2003) também fez contagem de anúncios, constatando a baixíssima presença de negros nas campanhas publicitárias do horário nobre da Globo[13]. Diante de mudanças econômicas e sociais no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, houve progressivamente uma mudança em relação à percepção do consumidor negro, transformação identificada por Almeida (2003) e por Peter Fry (2005)[14], que constatavam a relativa maior presença de negros na publicidade brasileira já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Nesse debate, progressivamente, a questão dos cabelos cacheados e crespos teve destaque, relacionada com demandas do crescente feminismo negro brasileiro e internacional. O resultado que vimos nas peças publicitárias trazidas acima – exibindo jovens mulheres de cabelos crespos – não é, assim, casual. Conforme pontuam Dailza Lopes e Ângela Figueiredo (2018), o crescimento da politização do cabelo crespo ou cacheado deve ser relacionado com as novas formas de ativismo no Brasil, especialmente

[13] Segundo a pesquisa realizada por Heloisa Almeida (2003), analisando todos os anúncios do horário nobre de um dia de maio de 1997, entre os personagens centrais ou apresentadores, 128 eram brancos e apenas 7 eram negros. Já em um dia de maio de 1998, entre os personagens centrais ou apresentadores, 164 eram brancos e apenas 5 eram negros.

[14] Em especial, Fry (2005) analisou o sucesso da revista *Raça Brasil* (atualmente revista *Raça*) - publicação voltada para a beleza e cultura negra que, no seu lançamento em 1996, vendeu cerca de 300 mil exemplares.

ligados aos debates na internet. Assim, especialmente a partir dos anos 2010, diversos feminismos negros passam a defender o cabelo crespo como "ferramenta de luta". Apesar do longo histórico do tema nos debates políticos sobre negritude, especialmente por meio do movimento *black power* (Hooks, 2014)[15], vale destacar como "na perspectiva do início deste século, o cabelo ressurge como categoria de análise", e deve ser pautado de um ponto de vista político (Lopes & Figueiredo, 2018, p. 8)[16].

A partir da análise realizada neste artigo, nota-se como também a publicidade do mercado de ensino superior incorporou parte das demandas dos movimentos sociais e, de maneira ambígua (Boltanski & Chiapello, 2009; Fraser, 2009), passou a contribuir com a afirmação política do cabelo crespo e cacheado, conforme peças publicitárias destacadas neste item. No entanto, além da incorporação de demandas políticas por representatividade, trata-se de apontar, simultaneamente, as estratégias de mercado para atrair "novos consumidores de diplomas".

Ao analisar tais campanhas publicitárias do ensino superior privado, se, por um lado, parece ser possível afirmar uma mudança mais abrangente em relação ao protagonismo da mulher negra na publicidade, por outro, é necessário cautela para analisar tais dados. Pesquisas quantitativas recentes sobre o mercado publicitário apontam para transformações importantes, mas ainda insuficientes, em relação à visibilidade de negros na publicidade brasileira: segundo a pesquisa "Todxs – uma análise da representatividade na publicidade brasileira", em 2015, apenas 1% das mulheres em comerciais eram negras; em 2016, eram 13%, e em 2017, eram 21%[17]. Assim, quando se analisa a publicidade brasileira como um todo, o predomínio segue sendo

[15] Em pungente relato sobre sua própria juventude, Bell Hooks (2014) analisa a simbologia de "alisar os cabelos" para as jovens mulheres negras, perversamente marcado pela oposição entre cabelo crespo e "cabelo bom". Hooks destaca como, especialmente a partir dos anos 1960, os cabelos naturais estilo "black" passaram a ser compreendidos como um ato de resistência política. No entanto, a prática do alisamento permaneceu um debate importante, ainda mais quando pesquisas estadunidenses constavam que ter cabelos alisados aumentava a chance de obter bons empregos. Nesse debate, Hooks defende que, seja qual for a escolha, as "questões de raça e beleza" devem ser pautadas "de um ponto de vista político" (2014, p.6).

[16] Também Marcella Betti (2018) refletiu sobre o movimento contemporâneo do reconhecimento do cabelo "natural", cacheado ou crespo, enquanto questão política, trazendo novos elementos para uma discussão mais antiga sobre "representatividade" e combate ao racismo.

[17] Informações disponíveis na reportagem "Participação da mulher negra na publicidade brasileira aumentou em 2017, mas ainda com destaque para celebridades", de 5/01/2018. Disponível em: <https://www.b9.com.br/84190/participacao-da-mulher-negra-na-publicidade-brasileira-aumentou-em-2017-mas-ainda-com-destaque-para-celebridades/>. Acesso em: 02/02/2020.

de protagonistas homens e mulheres brancos, não refletindo a diversidade racial da população brasileira.

Considerações finais

Neste artigo, por meio da análise da relação entre discurso publicitário, mercado de ensino superior e marcadores sociais da diferença, busquei demonstrar como também a publicidade tem contribuído para a formação de um novo imaginário sobre ensino superior no Brasil, cada vez mais próximo dos brasileiros de baixa renda ou, pela linguagem de mercado, da "classe C". Nessa construção imagética, jovens modelos brancos e negros, homens e mulheres, são apresentados, constituindo um novo imaginário, permeado por maior diversidade de perfis do que o apresentado no passado. Conforme reflexão de Arjun Appadurai (1996), no mundo contemporâneo globalizado, a construção de novos projetos de vida seria cada vez mais atravessada por imaginários constituídos cotidianamente por diferentes mídias, processo similar ao apresentado neste artigo. Aqui, embora nos relatórios de pesquisa de mercado mobilizados por tais segmentos pouco se discuta a questão das categorias raciais, diversas publicidades passaram a dar um protagonismo inédito a novos perfis sociais, com destaque para mulheres negras, jovens, de cabelos crespos. Assim, ao analisar algumas peças publicitárias veiculadas entre 2015 e 2018, sugiro que se deu um destaque inédito à mulher negra nesse setor.

"A publicidade, sabe-se, trabalha com um discurso positivo" (Sampaio, 2000, p.351). Conforme pontuou Helena Sampaio ao analisar as publicidades do ensino superior privado nos anos 1990, "o jovem para quem a propaganda se dirige é um aspirante ao sucesso, o que significa, sem remorsos, competir e vencer no mercado de trabalho, afirmar-se como consumidor realizado" (p. 351). Assim, em propaganda do início dos anos 1990, a Universidade São Judas anunciava que "a porta do futuro só você pode abrir" (p.352). Apostando na escolha individual, o discurso publicitário voltado para uma classe média tradicional, ainda que heterogênea em seus estilos de vida, e provavelmente imaginada como branca, tratava a educação superior como a alternativa mais eficaz para a ascensão social.

Nos anos 2010, em contexto social bastante diverso, o discurso voltado para a mobilidade social revela aproximações importantes com aquele registrado por Sampaio. No entanto, conforme busquei demonstrar neste artigo, entre a década de 1990 e a década de 2010, verificou-se uma mudança fundamental em relação aos consumidores de diplomas, abrindo esse mercado para novos estudantes. Assim, frases motivacionais como "mudar a sua história só depende de você", apresentada no início deste artigo, ganharam novo sentido, ao deslocar-se para a expectativa de mobilidade social de novos perfis sociais. Ainda que marcada pelas ambiguidades constitutivas do meio publicitário em sociedades capitalistas, trata-se de mudança imagética relevante e notável. Resta-nos, no entanto, um longo caminho a percorrer até se ter, no Brasil, uma publicidade que realmente expresse a diversidade de sua sociedade e um ensino superior verdadeiramente democrático.

Referências

Almeida, Heloisa B. (2003). *Telenovela, Consumo e Gênero: "muitas mais coisas"*. Bauru: Edusc.

Almeida, Heloisa B. & Macedo, Renata M. (2015). Discursos sobre a "nova classe média" na mídia: classe, gênero e raça em intersecção. *Anais do 39° Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu – MG.

Almeida, Wilson M. (2014). *Prouni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo*. São Paulo: Musa Editora.

Appadurai, Arjun. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, USA: Public Worlds.

Araújo, Joel Zito (2004). *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Ed. Senac.

Arruda, Maria Arminda (2015). *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Edusp.

Artes, Amélia & Ricoldi, Arlene. (2015). Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa, 45*(158), 858-881.

Beleli, Iara. (2007). Corpo e identidade na propaganda. *Revista Estudos Feministas, 15*(1), 193-215.

Betti, Marcella. (2018). Articulações e tensões entre mercado de beleza e ativismo: reflexões a partir de uma situação etnográfica. Anais do IX ENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo, ESPM, Rio de Janeiro.

Boltanski, Luc & Chiapello, Éve. (2009). *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.

Brasil. (2018). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2017: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Brah, Avtar & Phoenix, Ann. (2004). Ain't I a woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies, 5*(3), 75-86.

Chaves, Vera. (2010). Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Revista Educação e Sociedade, 31*(111), 481-500.

Crenshaw, Kimberle. (2004). A intersecionalidade na discriminação de gênero e raça. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf

Davis, Angela. (2016). *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Fórum. (2018). As aspirações da classe "C" em relação ao ensino superior. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/aspiracoes_classe_c.pdf

Fraser, Nancy. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações, 14*(2), 11-33.

Fry, Peter. (2005). Política: relações entre 'raça', publicidade e produção da beleza no Brasil. In: Peter Fry. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gonzalez, Lauro, Prado, Maurício & Deak, Mariel. (orgs.). (2018). *O Brasil mudou mais do que você pensa: um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Hasenbalg, Carlos. (1982). O negro na publicidade. In: Gonzalez, Lelia. *Lugar de Negro*, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.

Hooks, Bell. (2014). Alisando o nosso cabelo. *Portal Geledés*, 10/06/2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/

Kopper, Moises & Damo, Arlei. (2018). A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira. *Revista Horizontes Antropológicos, 24*(50), 335-376.

Laval, Christian. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo.

Lopes, Dailza & Figueiredo, Ângela. (2018). Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. *Revista Opará: etnicidades, movimentos sociais e educação, 6*(8), 1-17.

Macedo, Renata M. (2016). Espelho mágico: produção e recepção de imagens de empregadas domésticas em uma telenovela brasileira. *Cadernos Pagu, 48*, 1-29.

Macedo, Renata M. (2019). *Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Macedo, Renata M. (2020). "Agora quer ser rica?": negociações cotidianas sobre classe e mobilidade social entre estudantes universitárias. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia, 50*, 215-242.

Martins, Carlos Benedito; Neves, Clarissa. (2016). Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: Tom Dwyer *et al.* (orgs.). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: IPEA.

Mayrink, José Maria. (2016). Classe C, ascensão e queda. *Estadão*, 12 de maio. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,classe-c--ascensao-e-queda,10000050622

McClintock, Anne. (2010). *Couro Imperial: raça, sexualidade e gênero no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp.

Moutinho, Laura. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu, 42*, 201-248.

Müller, Lucia Helena A. (1989). *A alma do negócio: um estudo antropológico sobre o uso da pesquisa de mercado na publicidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRGS.

Neri, Marcelo. (2010). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf

Pinheiro-Machado, Rosana. (2016). Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre "Brasil profundo" em tempos de crise. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCAR, 8*(2), 21-28.

Pochman, Marcio. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

Ribeiro, Carlos Antonio C. & Schlegel, Rogerio. (2015). Estratificação horizontal e ensino superior no Brasil (1960 a 2010). In: Marta Arretche (org). *Trajetórias de desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. Unesp.

Saggese, Gustavo S. Marini, Marisol, Lorenzo, Rocío A., Simões, Júlio A. & Cancela, Cristina D. (2018). *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome e Editora Gramma.

Sampaio, Helena. (2000). *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Editora Hucitec.

Sampaio, Helena. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp, 2*, 28-43.

Scalon, Maria Celi & Salata, André. (2012). Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Revista Sociedade e Estado, 27*(2), 387-407.

Sguissardi, Valdemar. (2015). Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação e Sociedade, 36*(133), 867-889.

Souza, Jessé. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG e Humanitas.

Spyer, Juliano. (2018). *Mídias Sociais no Brasil Emergente*. Londres: UCL Press.

Stanisic, Carolina, Oliveira, Elida & Saldaña, Paulo. (2009). A classe C com diploma. *Estadão*. 24 de nov. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,a-classe-c-com-diploma,470963

Recebido em 21 fev. 2020
Aprovado em 27 abr. 2020

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

http://doi.org/10.20336/rbs.806

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Technology as enabler of the automation of work? *Current societal challenges for a future perspective of work*

A tecnologia como facilitadora da automação do trabalho? *Desafios sociais atuais para uma visão do futuro do trabalho*

Bettina-Johanna Krings*
António B. Moniz**
Philipp Frey***

ABSTRACT

Due to the innovative possibilities of digital technologies, the issue of increasing automation is once again on the agenda – and not only in the industry, but also in other branches and sectors of contemporary societies. Although public and scientific discussions about automation seem to raise relevant questions of the "old" debate, such as the replacement of human labor by introducing new technologies, the authors focus here on the new contextual quality of these questions. The debate should rethink the relationship between technology and work with regard to quantitative and qualitative changes in work. In this article, our example will be the introduction of automation in industry, which has been reflected in the widely recognized study by Frey and Osborne in 2013. They estimated the expected impacts of future computerization on US labor market outcomes as very high, specifically regarding the number of jobs at risk. Surprisingly, this study was the starting point of an intensive international debate on the impact of technologies on the future of work and the role of technological change in working environments. Thus, according to the authors, "old" questions remain important, but they should be reinterpreted for "new" societal demands and expectations of future models of work.

Keywords: automation, technical unemployment, transformation of work, new models of work.

* Doctor in Sociology, Senior Scientist at the Karlsruher Institut für Technologie (Institute for Technology Assessment and Systems Analysis) Karlsruhe, Baden-Württemberg, Germany. Email: bettina-johanna.krings@kit.edu [corresponding author].

** Doctor in Sociology, Associate Professor of Industrial Sociology in Faculdade de Ciências e Tecnologia at Universidade Nova de Lisboa, CICS.NOVA - Interdisciplinary Centre of Social Sciences, Lisboa, Portugal. Email: abm@fct.unl.pt

*** Doctoral researcher at the Karlsruher Institut für Technologie. Karlsruhe, Baden-Württemberg, Germany. Email: philipp.frey@partner.kit.edu

RESUMO

Em virtude das possibilidades de inovação colocadas pelas tecnologias digitais, vem crescendo o debate sobre o aumento da automação – não apenas na indústria, mas também em outros ramos e setores das sociedades contemporâneas. Embora os debates público e científico sobre automação pareçam focar questões relevantes do "antigo" debate, como a substituição do trabalho humano pela introdução de novas tecnologias, os autores concentram-se, aqui, no novo aspecto contextual dessas questões. O debate precisa repensar a relação entre tecnologia e trabalho no que concerne às mudanças quantitativas e qualitativas no trabalho. Neste artigo, nosso exemplo será a introdução da automação na indústria, que se refletiu no estudo amplamente reconhecido de Frey e Osborne, de 2013. Eles estimaram impactos profundos da futura informatização sobre os desfechos do mercado de trabalho dos EUA, particularmente em relação ao número de empregos em risco. Surpreendentemente, este estudo foi o ponto de partida para um intenso debate internacional sobre o impacto das tecnologias no futuro do trabalho e o papel da mudança tecnológica nos ambientes de trabalho. Assim, de acordo com os autores, embora as "velhas" questões permaneçam importantes, elas devem ser reinterpretadas considerando as "novas" demandas sociais e expectativas de modelos futuros de trabalho.

Palavras-chave: automação, desemprego técnico, transformação do trabalho, novos modelos de trabalho.

Introduction – Transformation of work by digital technologies

Digital technological applications such as new robotic systems and new forms of artificial intelligence (AI) in the industry are usually considered as the third wave of a technical revolution that is going to fundamentally change highly industrialized societies. According to their proponents, these technologies will not only change the socio-technical environment in "traditional" sectors like agriculture, production, and the service sector. There are future visions that these advanced technological approaches should also be applied in various societal sectors such as medicine, healthcare, or even education (Jasanoff, 2004). Here, robots and AI are not only envisaged to fundamentally change the modes of "productivity", but also the modes of communication, interrelation, and the creation of human-machine interaction (HMI). Some authors even refer to these advances as a "robot society" (van Est & Kools, 2015), a concept that describes the increasing importance of robots in modern working *and* living conditions. What seems interesting here is the major role of technologies as an interdisciplinary approach to complex dimensions of societies. Digital technologies are

blurring the boundaries between private and public life, between real and artificial life, but also between work and individual life. Therefore, it has been assumed for decades that digital technologies will completely transform societies and their different functional spheres. In sociology, these technology-based transformation processes are increasingly analyzed and evaluated (Castells, 1996; Huws, 2006; Nassehi, 2019).

Taking into account the impact of these emerging technologies with regard to automation processes, new social, political, and cultural framework conditions seem to continuously change the working environments. This implies significant changes in human-machine interfaces in many branches and sectors which have been observed and debated for two decades. Here, the "old" question whether new technological applications are substituting human labor is guiding these debates (Huws, 2007; Brynjolfsson & McAfee, 2011; 2014; Frey & Osborne, 2013; Arntz, Gregory & Zierahn, 2016; Acemoglu & Restrepo, 2017). At the same time, these debates also focus on future scenarios of (digital) working and living environments. From a global perspective, the quality of human work should become more sustainable as to social and ecological issues (Krings, 2013; Greenfield, 2018). Thus, ethical and social discourses considering these issues seem to be more and more relevant in scientific and public discourses in order to reflect on future models of work.

As sketched above, the current working environments in various sectors are changing, which also has an impact on societal transformation. These changes take place both at the organizational and individual level of working structures and in employment patterns. As the historical view on the mechanization of work shows, various forms of mechanization have never been recognized as endogenous variables by scientific perspectives (Krings, 2011). Conversely, the mechanization of labor has always been considered a "societal-historic development, where economic interests, political power relations as well as cultural values" (Pfeiffer, 2010, p. 231; see also Noon & Blyton, 1997; Ramioul, 2008; Hessler, 2015; Moniz, 2018) should be taken into account. Thus, especially from the perspective of industrial sociology, the effects of technology on labor have always been (critically) analyzed as "saving of labor, increase of effectivity and control of processes" (Pfeiffer, 2010, p. 231). Later, during the 1980s, the issue of qualification – in both senses, upskilling and downskilling processes – has become relevant for

analysis, not only in sociology but also in economics and the engineering sciences, regarding the introduction of new technological innovations (Brödner, 2007; Institut der deutschen Wirtschaft, 1976; Pfeiffer, 2016; 2017).

Although the focus on the relationship between technology and work still greatly strengthened work at the operational level, empirical evidence since the 1980s has increasingly shown that there have been many new organizational models of work which cannot be reduced to linear approaches to the relationship between technology and work (Schumann, 2013; Srnicek & Williams, 2015; Moniz, 2018). Furthermore, the increase in service work during the 1970s and 1980s significantly opened up the contingency of work models in industrialized societies and raised questions as to a new quality of labor (Krings, 2007). The widespread application of digital technologies as a key technology and the establishment of the World Wide Web as a new "space of information" (Boes & Pfeiffer, 2006, p. 20; Castells, 1996) enabled "the transformation of work in a global knowledge economy" (Huws, 2006; 2007; Greenan *et al.*, 2009; Greenfield, 2018). This transformation has had and still has tremendous impacts on the restructuring of work at the organizational and individual level, both nationally and internationally, with multiple effects on national and international labor markets (Moniz & Krings, 2016).

This seems to be particularly true for the analysis of digitalization processes and the ongoing introduction of robotics in different fields of work (Moniz, 2014; 2018). However, the impact of these technologies shows that the strong interrelation between technologies and the "traditional" concepts of organizational change can only be partly reconstructed. In addition to the issues mentioned above – saving of labor, increase of effectivity, control of processes, qualification –, technical components in the working structure are increasingly considered as components that provide quantitative and qualitative changes to the whole working structure (Kern & Schumann, 1988; Pfeiffer, 2016). These changes are manifold and differ strongly between sectors and branches (Flecker *et al.*, 2008; EPTA, 2016).

This paper emphasizes the idea of rethinking the relationship between technological development and working environments with regard to new shifts in automation processes in different sectors. It is not a recent debate, but it is gaining new strength through several new empirical studies, new hypotheses based on the economic modeling of the labor market, and new sociological questions. Interestingly, the debate can be reframed with the

discussion of the 1970s about automation as a potential cause of deskilling and reducing quality of employment. Later, in the 1980s and 1990s, the discussion focused on the influence of technology on employment volumes and qualification needs (Zuboff, 1988). As a result, technological unemployment and skill shortages became policy issues with a significant resonance in public debate (Noon & Blyton, 1997; Srnicek & Williams, 2015; Mason, 2015). More recently, the application of robotic systems in industrial work introduced new forms of automation that are presented in the social sciences discussion (Van Est & Kools, 2015; Pfeiffer, 2016; Moniz & Krings, 2016; Moniz, 2018). According to the study by Frey and Osborne (2013), these specific forms of automation have led to critical debates about job losses and the changing character of work.

Following sociological theories of work, the focus of our analysis of technological change is not only on the shifts of organizations but also on the shifts of qualifications and skills. In the last decades, many empirical studies based on actual cases and labor market data have provided new perspectives and elements for modeling. However, due to the "second wave-mutation" (Zuboff, 2010) of technological and socio-structural changes, the ubiquitous use of digital technologies offers a wide variety of HMI in all sectors (not only just human-computer interaction HCI). Yet, HMI is rarely empirically examined regarding the shifts of work processes in specific working environments such as the manufacturing industry, administration, care, or even the management of work. The configurations of the future of work must be discussed in more detail, but those configurations often do not reflect issues of labor regulation, issues of transition or even issues of sustainable work models. Moreover, the interrelation between technological progress (production forces) and socio-economic relations (modes of production) is rarely considered when analyzing the application of new information-based technologies.

In the next section, we will investigate the impact of Frey and Osborne's study on scientific and public debates, in order to qualitatively analyze the new forms of automation and employment. We will then discuss new questions arising from these debates with regard to "former" debates on automation processes. Finally, we will reflect on the relationship between technological progress and work and formulate new research questions that should be more strongly embedded in a broad and critical societal debate on

future employment models. This kind of critique will be the premise of our reflections on future models of work based on technological progress.

Frey & Osborne – Recent debate on automation

As mentioned by Sonia K. Guimarães (2019, p. 4) on the recent changes in the relation between technological developments and employment structure,

> some analysts predict that the labor market will be divided into two poles – on the high end, knowledge intensive sectors; at the opposite end, activities that can be characterized by low productivity. This scenario also includes a significant reduction of occupations at the middle level and a concomitant growth of societal divisions. Other scholars ponder an increase in the mobility of the labor force, in a globalized scenario in which workers can be recruited from wherever they are found. In this regard, globalization would expand its effects on the labor market".

These new trends are also producing an intense debate in the sociological communities. However, they have their background in economic labor market studies.

The recent debate on automation has been mainly inspired and framed by the seminal and famous study *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation* by Oxford University researchers Carl Benedikt Frey and Michael A. Osborne (2013). They identified the automation of tasks requiring a high level of perceptional skills and dexterity, tasks requiring creative intelligence, and tasks requiring social intelligence as "engineering bottlenecks". Having derived a number of "engineering bottlenecks" from literature review and a workshop with machine learning researchers, they assumed that "[b]eyond these bottlenecks […] it is largely already technologically possible to automate almost any task" (Frey & Osborne, 2013, p. 23). Acemoglu and Restrepo (2019, p. 5) aim towards the same direction when they mention that "advances in robotics, for example, do not make capital or labor more productive, but expand the set of tasks that can be produced by capital". Others, such as Autor, Levy and Murnane (2003, pp.

1280-1281), who were also considered by Frey and Osborne to build their hypothesis, mentioned that their

> model predicts that industries and occupations that are initially intensive in labor input of routine tasks will make relatively larger investments in computer capital as its price declines. These industries and occupations will reduce labor input of routine tasks, for which computer capital substitutes, and increase demand for non-routine task input, which computer capital complements.

This line of argumentation has already demonstrated that computerization affected routine tasks and less skilled jobs in all sectors of the economy by replacing human labor with automated processes. However, at the same time, there is also a need for computerization of non-routine tasks of higher skilled jobs. The two British economists verified that "with falling prices of computing, problem-solving skills are becoming relatively productive, explaining the substantial employment growth in occupations involving cognitive tasks where skilled labour has a comparative advantage, as well as the persistent increase in returns to education" (Frey & Osborne, 2013, p. 3).

Based on data provided by the Occupational Information Network of the Ministry of Employment in the US (O*NET), Frey and Osborne worked on a database of job definitions for hundreds of occupations. Using this database, they carried out an analysis of the share of automatable tasks in more than 700 occupations and came up with the famed result: "according to our estimate, 47 percent of total US employment is in the high risk category, meaning that associated occupations are potentially automatable over some unspecified number of years, perhaps a decade or two" (Frey & Osborne, 2013, p. 38; see Helmrich *et al.*, 2016). The results of the study were noteworthy for a number of reasons:

- The sheer magnitude of the potential for automation that Frey and Osborne identified for almost every second job in the US economy.
- The fact that according to their model and to their own surprise, the brunt of automation might fall upon service occupations that appeared to be growth segments of the labor market in the recent past.
- The move away from largely considering non-routine tasks as not automatable – thanks to progress in the field of machine learning.

At the same time, the scope of their study was much more modest than many commentators led to believe: Frey and Osborne were quick to point out that the subject of their study was merely the susceptibility of jobs in the US economy to automation. However, they also transferred their findings to other national economies that might present a similar challenge due to their differences in job profiles and the composition of labor market structures and institutions. Basically, they came to different results than the study for the United States. Furthermore, they explicitly kept the time horizon relatively open (see above) and had to derive their results from existing literature on digitalization, which might be biased itself.

Most importantly, Frey and Osborne highlighted in their study that one would have to make a number of additional assumptions to derive prognoses of possible net job losses. For instance, regarding the relative costs of automation in the future (influenced by level of wages, labor supply, and the costs of capital equipment), technology will play a quantitative role in the labor market in terms of job substitution and complementarity. In addition, however, we think that there might be regulatory and political resistance to the substitution of jobs, not only by some neo-Luddite movements, but mainly by increasing regulations and safety measures that will provide the framework for the application of automated systems. Lastly, technological development might take longer than predicted and job profiles might adapt to meet the challenge of automation, especially with the complementarity effect. One could add that a massive increase in consumption could easily lead to an expansion of employment despite rising productivity levels, although this might not be ecologically feasible. It is also to be expected that higher qualifications for non-routine tasks in automation environments are not available in abundance in any society and are difficult to find due to inefficiencies of the education and training systems, demographic changes, and profit-oriented organizational cultures.

With regard to the digital transformation of work, the study clearly contributes to triggering intensive national and international debates about the threat of technological unemployment and the future of work. Technical progress and the transformation of work in various sectors in the last decades have been intensively investigated. However, what seemed particularly threatening is that not just manufacturing workers seemed to be at risk of being substituted, but also a large number of white-collar

jobs. Thus, according to Frey and Osborne, even jobs in the service sector, such as budget analysts, have a 94% probability of automation (see Frey & Osborne, 2013, p. 69). In view of the enormous number of jobs in the service sector today, this prognosis has raised many existential questions about the future development of societies, since much of these jobs seems to be technologically feasible. Frey and Osborne stated that 47% of jobs in the US featured a probability of more than 70% of being "potentially automatable over some unspecified number of years, perhaps a decade or two" (p. 38).

Other scholars are more cautious when evaluating the societal effect of such results. For example, Arntz *et al.* (2016, p. 25) refer that they

> estimate the automatibility for 21 OECD countries following a task-based rather than an occupation-based approach. For this, we use data on actual workplace tasks as recently surveyed in the PIACC database for OECD countries. Overall, our figures suggest that 9% of OECD jobs are potentially automatable. Moreover, we find that in the US only 9% of jobs rather than 47%, as proposed by Frey and Osborne face a high automatibility. The threat from technological advances thus seems much less pronounced compared to studies following an occupation-based approach.

When applying Frey and Osborne's methodology to Germany, Carsten Brzeski and Inga Burk similarily concluded that 59% of jobs in Germany might be at risk (Brzeski & Burk, 2015). A study by the Leibniz Centre for European Economic Research in Mannheim on behalf of the Federal Ministry of Labour and Social Affairs (BMAS) attempted to apply the methodology of Frey and Osborne to Germany and reduced this figure slightly to 42% (Bonin, Gregory & Zierahn, 2015). Several other studies provide figures in the same range. For example, *A future that works: Automation, employment and productivity* by McKinsey Global Institute concluded that around 45% to 47% of work "activities […] can [!] be automated by adapting currently demonstrated technologies" (Manyika *et al.*, 2017, p. 47) and two studies by the Institute for Employment Research, a special research office of the German Federal Employment Agency, suggested a potential of substitution of around 40%. The same McKinsey methodology was developed for the Portuguese case, and the conclusions were as well very similar (McKinsey, 2019).

In other words, the potential job substitution effect will not be that dramatic since most jobs and occupations consist, by definition, of a combination of routine and non-routine tasks. According to Arntz *et al.*, some traditional occupations in the manufacturing sector, the financial sector (banking, insurance), or other services sectors (legal, accounting) include typical non-routine tasks even though most of their tasks are routinized. Over the last years, many studies have been published in numerous countries on the impacts of technological development on work and employment. The studies revealed significant differences between the institutional framework conditions of employment in these countries, which, in turn, lead to different results. In Germany, for example, new demands for qualification and skills are usually quickly covered by its vocational training system (Fischer, Krings, Moniz & Zimpelmann, 2017) which offers to a great extent the adaptability of human qualification and skills to technical progress. However, it is almost impossible to make a general assessment of the current state of research on automation since the individual studies did not apply the same methodologies, worked with different data, and dealt with a variety of research questions. As to the future of automation, we can distinguish two lines of inquiry: on the one hand, there are studies that explore the *technological potentials* available today or in the near future. On the other hand, there are studies that try to predict actual future *job losses*.

Although these two lines of inquiry can be easily confused, they nonetheless represent a crucial distinction: as discussed above, there are a number of reasons why increased automation cannot simply be equated with aggregate job losses. Reading the simplified statement "every second worker in today's economy could be substituted by robots and AI" as "we will soon have a rate of 50% technological unemployment" implies that there will be no countervailing job creation at all – an assumption that is highly improbable.

Even if the substitution of human labor were technologically feasible, there is no automatism that would by itself ensure that this automation actually takes place. In fact, the introduction of automation technologies depends on several additional variables, the relative costs of automation playing a central role. If the costs of automation technologies far exceed the amount of wages that can be saved by their introduction, this introduction is likely to be slow throughout the economy. Moreover, a growing political opposition

to automation technologies could also slow down their introduction – for instance through legislation, strong union opposition, or worker militancy (Frey & Osborne, 2013, p. 43ff.).

The remarkable merit of the study by Frey and Osborne has again motivated the "classic" question of the interrelation between automation processes and job losses. The overall point of their state of research could then be summarized as follows: scientists agree that there is a great potential for an automation of work, with almost one in two tasks undertaken in today's economy becoming replaceable in the next one or two decades. Furthermore, technology has proven not to undermine total employment in the past and the economic opportunities afforded by technological progress could ensure that employment remains roughly the same while productivity increases. Despite the methodological criticism of the study with regard to its specific design and its comparability with other countries (Pellizzari & Fichen, 2013; EPTA, 2016), its outstanding response in scientific and political communities seems remarkable. It shows that current actual technological progress raises fears, doubts, and hopes about future working conditions in highly industrialized societies.

Technical unemployment? New questions regarding the relationship between technological progress and employment

As sketched above, the study by Frey and Osborne provided an incredible stimulus to the scientific debate on technological unemployment. It gave rise to various economic research strands, with researchers transferring their hypotheses to almost every developed economy in the world and/or developing alternative approaches to the question of automatability (Arntz *et al.*, 2016; Hodgson, 2016; Barbosa *et al.*, 2017). Additional research dealt with the question of how to manage automation "to ensure its benefits are fairly shared" (Lawrence, Roberts & King, 2017). Although these studies deal with societal challenges, there is no clear vision for political action. Questions about future models of work can be asked, but often no policy decisions or options are suggested in this direction. Large global consulting

companies such as Boston Consulting, PwC, Deloitte, or McKinsey have been also analyzing the impacts of automatability on the labor market and provided advice to companies and policy makers, however without offering solutions for the replaced job losers.

When Arntz *et al.* revised Frey and Osborne's research and came up with drastically different conclusions, namely that at that time only around 10% of US and UK jobs were under a high risk of automation, many researchers and policy makers had to review their statements and new discussions and data analyses were disseminated. The following quotation shows well that the study has provided many impulses, both at the methodological level and regarding the evaluation of new technologies and their impact on employment:

> the starkly contrasting results were explained by the shift from the occupations-based approach of Frey and Osborne to the task-based approach of Arntz, Gregory and Zierahn. PricewaterhouseCoopers [PwC] examined both studies and developed their own methodology, which not only linked the automatability of tasks that workers must perform, but also the education and training required of the workers themselves in order to do them (Cole, 2019, p. 3).

This means that many more players are now involved in the debate. There are not only economists proposing and testing different models and presenting new concepts, but also consultants, think tanks, and policy advisers who provide input as well.

The well-known MIT economists Acemoglu and Restrepo have been working intensively on this topic over the last years. Their hypotheses, models, and research conclusions contributed to the debate on automation and its impacts on the labor market in regional and national settings. Recently (Acemoglu & Restrepo, 2019, p. 3)), they argued that "some automation technologies may in fact reduce labor demand because they bring displacement effects but modest productivity gains (especially when substituted workers were cheap to begin with and the automated technology is only marginally better than them)". In other words, the automation of mass production (marginal capacity of technology compared to human labor) is the type of technology that can have a major displacement effect

(for example, technological unemployment). Another interesting conclusion of their analysis is that "the net impact of automation on labor demand will depend on the broader labor market context. When wages are high and labor scarce, automation will generate a strong productivity effect and will tend to raise labor demand. When wages are low and labor is abundant, automation will bring modest productivity benefits and could end up reducing labor demand" (Acemoglu and Restrepo, 2019, p. 11).

Studies following the other line of inquiry (e.g., Arntz *et al.*, 2018; Brynjolfsson & Mcafee, 2014) tend to highlight the economic opportunities provided by technological development, citing weak positive effects or negligible negative effects on total employment and chances of an upskilling of the work force as well as increased competitiveness supporting strong employment.

In summary, the scientific debate on the automation of work, job displacement, and human-machine interaction leads to the following conclusions (see Acemoglu and Restrepo, 2019, p. 21 ff):

a. Advanced automated systems can be applied to either worsen or improve working conditions.
b. Humans seem to be better at dealing with unexpected events to keep production lines running.
c. The interaction between humans and automated systems increases the importance of safety and responsibility aspects in case of failures or unexpected occurrences.
d. Organizational issues should be strengthened where different options are available.
e. Organizational models capable of achieving flexibility in complex framework conditions are those that combine advanced automated systems with human participation in the decision-making process. Non-participative strategies usually lead to organizational inefficiencies.
f. The creation of new tasks and other technologies raising the labor intensity of production and the labor share are vital for continued wage growth commensurate with productivity growth.

Thrun (2004), Prewett *et al.* (2010), and Heyer (2010) analyzed ergonomic risks and examined safety implications of HMI, so also conceptual

contributions from engineering and computer sciences found their way into the debate on automation and human work. At the same time, changes in the manifold dimensions of work increasingly attracted the attention of social scientists. In manufacturing, scientific attention was mainly focused on new qualification and skills requirements, the increase of standardization processes, and polarization processes (Greenan *et al.*, 2009). Only very few studies dealt with the introduction of machines to improve the working conditions by giving the workers more qualified tasks such as programming, maintenance, and control (Anderson & Gartner, 1985; Bernstein, Crowley & Nourbakhsh, 2007; Corbett, Rasmussen & Rauner 1991; Lenz, 2011; Moniz, 2012; Ritter, Sagerer, Dillmann & Buss, 2009).

There is not one single trend in technical development, but a number of them, as pointed out by Krings (2013), Sandberg (1982), and Van Den Besselaar, Clements and Jarvinen (1991), so, it seems difficult to define the relationship between technologies and managerial strategies and its impact on working environments. Empirical studies and data material on these topics are stil scarce. Without doubt, the study by Frey and Osborne was an important starting point to consider the question of technical unemployment again, which also had an impact on sociological research. According to Butera (2015),

> as a result of 50 years of discussions about a changing phenomenon, I define automation as a stage in the process toward integrated systems of processes, technology, organization, roles and values, where technology performs a large variety of existing and new tasks, and where interaction is designed among human beings and technical systems with the goal to get optimal products and services (Butera, 2015, 296).

From that perspective it becomes clear that "automation" is not a mere technological issue, problem, or trend that deserves to be applied to all branches of the economy to aim at higher productivity, higher profits, and a disciplined workforce. On the contrary, it is a socio-technical field in which humans and machines interact in social and societal constellations framed by technology. New forms of HMI have been analyzed in the last decades based on different approaches such as the actor-network theory (Ramioul,

2008; Ritter *et al.*, 2009; Moniz & Krings, 2016) or the role of agency of technologies in different socio-technical environments (Schulz-Schaeffer, 2013). However, these approaches have been mainly developed in the sociology of technology and less in the sociology of work. Thus, there has been a need not only to bridge the gap between both perspectives in recent years, but also a need for interdisciplinary research regarding future models of work (Zubboff, 1988; Krings, 2013; Srnicek & Williams, 2015; Hodgson, 2016; Lawrence *et al.*; Hirsch-Kreinsen & Karacic, 2019).

Nevertheless, the multiple effects of (new) emerging technologies on employment are rather new: new skills and qualification needs emerge, but are not yet available, the volume of employment is threatened by unpredictable changes and capacity building by short-term management policies. Following this debate, the impact of automation seems to be extremely relevant with regard to future models of work. Although automation processes are advancing, there is little conceptual knowledge about the impact of these processes on specific working environments, specific institutional work settings, or labor policies. Thus, it seems that there is still a lack of ideas for the options and chances that these models should provide for sustainable future models of work based on technical progress (Mason, 2015; Krings, 2011; Guimarães, 2019).

Do we need new conceptual approaches of technological progress and work? Some reflections

Innovation processes in the field of digital technologies play a crucial role in analyzing the dynamics of automation in new fields of work such as industry, the service sector, or agriculture (Baukrowitz *et al.*, 2006; Moniz, 2014; 2018). Indeed, the widespread introduction of robotics in the manufacturing industry in recent decades has been quantitatively remarkable in many countries. However, these developments have not been scientifically analyzed as to the transformation of work. Based on the debate on digital technologies in different fields of work, today, most production models that envisage higher productivity levels belong to the field of artificial intelligence and machine learning applied to manufacturing tasks.

But there are also the social aspects of automation that are not yet solved. Some of those aspects are related to ergonomic design, but most of them deal with responsibility, situation awareness, risk assessment, and the quality of working life. In safer cooperative working conditions, there are relevant topics that we can call "social implications of robotics". Nevertheless, the strong interrelation between technologies *and* organizational change can only be partially reconstructed. The impact of these innovations on structure of work as well as on employment still is not well known.

In addition to the issues mentioned above – labor saving, increased effectivity, process control, qualification – technical components and technical systems in the work structure are more and more considered as components that bring about quantitative and qualitative changes in complex automation processes (Kern & Schumann, 1988; Pfeiffer, 2010; 2017). These changes are manifold and differ strongly between sectors and branches (Flecker *et al.*, 2008). Whereas organizational changes and changes in value chains are widely analyzed by empirical studies, the variety of consequences of automation still seems to be largely unknown. In the last years, the impact on the societal level has become an important topic of public and political discourses regarding the dynamics of automation and its effects on the (un)employment structure. However, this impact has hardly been analyzed and assessed. This seems especially true in relation to the "limits to growth" (Meadows, Meadows, Randers & Behrens, 1972) and sustainable work models.

Currently, the occurrence of different technological innovations is transforming almost every field of work with regard to different issues, especially automation. Even in social fields of work that were traditionally considered "non-technical" (e.g., health care or education) work routines can be automated by new technologies. This can also be observed in technology-based fields where new technological innovations are continuously introduced and continuously change work routines and activities.

The use of surgical robots is one example. However, failures of this technology in its historic development even seemed to be the incentive to improve it instead of investigating its impact on the working environment (Caetano da Rosa, 2013). This example reflects a growing number of complex technical systems that underpin the transformation of professional

practices, which – ultimately – influences the whole socio-technical field (Drews, 2011; Moniz & Krings, 2016). The social dimension derived from the possibilities of worker-robot interaction in the industry also becomes a crucial aspect of this framework, where efficiency and control are now, as explained above, elements of the working process.

At the same time, new organizational models create new forms of social division of labor, new (technology-based) professions, and – usually – new organizational options for medical devices. However, the medical sector, unlike the industrial production sector, cannot use the progress of technical innovation for the automation of work to a large extent. Here, empirical research shows that new socio-technical work situations arise, which integrate technology into medical work. Thus, the example shows a technical potential for transformation in a broad range of medical work routines (Caetano da Rosa, 2013, p. 147ff.). Nevertheless, the automation process may take place in related fields of medical work, since these dynamics usually lead to "standardization, laws, and reimbursement rules" (Caetano da Rosa, 2013, p. 148), what means important issues of workplace transformation on a long temporal scale. The impact of these changes is remarkable in view of the decreasing quality of medical work (Wehling, Viehöfer & Koenen, 2015), which raises the question of the benefits of these transformations. This can also happen in other sectors where non-routine tasks in highly skilled jobs are still not automated, but digitalization processes have already been introduced.

Regardless of the sector and the industry, the question remains on how automation can be managed to develop future models of work. This also seems to be a relevant question for social scientists and not only for engineers or managers.

Building on the fruitful debates sparked by Frey and Osborne, interdisciplinary knowledge about HMI is required, based on approaches from science, technology, and society studies (STS), case study research, workplace observation etc. Furthermore, we argue that the inclusion of employees' needs at the level of technology design is also required to bridge the gap between work and technologies. Different technical options should be fully analyzed and assessed once the social impact within organizations might be very important. Without such a debate on technological options, labor movements as well as labor unions will be limited to accompany and

to accept socio-technical transformation by the established organizational settings. The participative strategies should include different learning processes, competence building, and decentralized decision making to provide ways to reduce the potential for job replacement with automated systems. In such disruptive environments (labor market changes, skills shortages, technology development), efficiency can be derived from participatory organizations rather than from traditionally managed systems that would intensify the trends of precarization and deskilling of human work.

Such conclusions also mean that the design of HRI should be "human-centered", which means participative and integrative regarding the needs of the workers. Technocratic visions still understand such a human place in technical systems as instrumental to organizational efficiency, but real humanistic (or anthropocentric) visions would understand it as important steps toward an improvement of the working life. These are principles that are most relevant in production environments and that have been neglected in the last two decades. The development of work skills, distributed decision making, and task enrichment systems should integrate new technological developments to improve the quality of work standards in automated environments.

Particularly challenging in this debate is that the service sectors that formerly compensated for job losses in the manufacturing industry are now also subject to automation processes. Moreover, the erosion of the welfare state in many industrialized countries might weaken the potential for adequate policy responses to the challenges of automation. It seems that both the modern concept of "labor" and the modern concept of "technology" must be questioned here. Obviously, this cannot be done in our article, but it is our intention to raise awareness of the impacts of technologies in working environments on a larger scale. These impacts are manifold and vary within industries and professions. A lot of social research is necessary to create knowledge about transformation processes at micro, mezzo and macro levels. However, technologies always do reflect economic interests, political power relations, and cultural values in changing socio-technical environments (Jasanoff, 2004). This is particularly the case when the normative power of technologies is also used as a metaphor for economic efficiency and economic growth in work processes. From this perspective,

reflecting on technologies always implies reflecting on the quality of work as well as the question of how and with what expectations human work will be organized in future societies.

References

Acemoglu, Daron & Restrepo, Pascual. (2017). *Robots and jobs: evidence from US labor markets*. Working Paper, no. 23285. NBER – National Bureau of Economic Research. doi:10.3386/w23285

Acemoglu, Daron & Restrepo, Pascual. (2019). *Automation and new tasks: how technology displaces and reinstates labor*. Discussion Paper Series, no. 12293. IZA ´Institute of Labor Economics.

Anderson, Roger L.; Gartner, William B. (1985). When robots and people work together, *Robotics, 1*(2), 69-76.

Arntz, Melanie, Gregory, Terry. & Zierahn, Ulrich. (2016). *The risk of automation for jobs in OECD countries: a comparative analysis*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, no. 189, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.or g/10.1787/5jlz9h56dvq7-en

Autor, David H., Levy, Frank & Murnane, Richard J. (2003). The skill content of recent technological change: an empirical exploration. *The Quarterly Journal of Economics, 118*(4), 1279-1333

Barbosa, Carlos E. *et al.* (2017). *Working in 2050: a view of how changes on the work will affect society.* Rio de Janeiro: Laboratório do Futuro – UFRJ.

Baukrowitz, Andrea; Berker, Thomas; Boes, Andreas; Pfeiffer, Sabine; Schmiede, Rudi; Will, Mascha (Ed.)(2006): Informatisierung der Arbeit – Gesellschaft im Umbruch. Berlin: edition sigma

Bernstein, Debra, Crowley, Kevin & Nourbakhsh, Illah R. (2007). Working with a robot: Exploring relationship potential in human-robot systems. *Interaction Studies, 8*(3), 465-482.

Boes, Andreas; Pfeiffer, Sabine (2006). *Informatisierung der Arbeit – Gesellschaft im Umbruch*. Eine Einführung. In Andrea Baukrowitz *et al.* (eds.) Informatisierung der Arbeit – Gesellschaft im Umbruch. (pp. 19-34) Berlin: Sigma.

Bonin, Holger, Gregory, Terry & Zierahn, Ulrich. (2015). *Übertragung der Studie von Frey und Osborne (2013) auf Deutschland*. Kurzexpertise no. 57, Mannheim, ZEW. http://ftp.zew.de/pub/zew-docs/gutachten/Kurzexpertise_BMAS_ZEW2015.pdf

Brödner, Peter. (2007). From Taylorism to competence-based production. AI & Society, 21(4), 497-514.

Brynjolfsson, Erik & McAfee, Andrew. (2011). *The race against the machine: how the digital revolution is accelerating innovation, driving productivity and irreversibly transforming employment and the economy*. Lexington, KY: Digital Frontier Press.

Brynjolfsson, Erik & McAfee, Andrew. (2014). *The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. New York: W. W. Norton & Company.

Brzeski, Carsten & Burk, Inga. (2015). *Die Roboter kommen: Folgen der Automatisierung für den deutschen Arbeitsmarkt*. Economic Research. Frankfurt am Main: ING-DiBa https://www.ing-diba.de/pdf/ueber-uns/presse/publikationen/ing-diba-economic-analysis-die-roboter-kommen.pdf

Butera, Frederico. (2015). Automation: organizational studies. In *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. 2nd edition, v. 2. Elsevier.

Caetano Da Rosa, Catarina. (2013). *Operationsroboter in Aktion. Kontroverse Innovationen in der Medizintechnik*. Bielefeld: transcript-Verlag.

Castells, Manuel. (1996). *The rise of the network society. The Information Age: Economy, Society and Culture*, v. I. Cambridge, MA and Oxford, UK: Blackwell.

Cole, Matt. (2019). *Automation*. Autonomy.work. https://autonomy.work/wp-content/uploads/2018/08/Automation-V6.pdf

Corbett, J. Martin, Rasmussen, Lauge B. & Rauner, Felix. (1991). *Crossing the border. The social and engineering design of computer integrated manufacturing systems*. London/Berlin: Springer.

Drews, Paul (2011). Telemedicine – ICT based transformation of knowledge-intensive work in health care. *In:* Bettina-Johanna Krings (ed.) *Brain drain or brain gain? Changes of work in knowledge-based societies* (pp. 129-150). Berlin: Edition Sigma: Berlin.

EPTA - European Parliamentary Technology Assessment. (2016). *The Future of Labour in the Digital Era: Ubiquitous Computing, Virtual Platforms, and Real-time Production*. Vienna: EPTA. epub.oeaw.ac.at/ita/ita-projektberichte/EPTA-2016-Digital-Labour.pdf

Fischer, Martin; Krings, Bettina-Johanna, Moniz, António B. & Zimpelmann, Eike. (2017) Herausforderungen der Mensch-Roboter-Kollaboration. *Lernen & Lehren, 32* (125), 8–14.

Flecker, Jörg, Holtgrewe, Ursula, Schönauer, Annika, Dunkel, Wolfgang & Meil, Pamela. (2008): *Restructuring across value chains and changes in work and employment. Case study evidence from the Clothing, Food, IT and Public Sector*. WP 10 Organisational Case Studies – Synthesis Report. WORKS-Work organisation and restructuring in the knowledge society.

Frey, Carl B. & Osborne, Michael A. (2013): *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* Oxford: The Oxford Martin School.

Greenan, Nathalie, Kocoglu, Yusuf, Walkowiak, Emmanuelle, Csizmadia, Péter & Makó, Csaba. (2009). *The role of technology in value chain restructuring*. WORKS-Work organisation and restructuring in the knowledge society.

Greenfield, Adam. (2018). *Radical technologies: the design of everyday life*. London: Verson.

Guimarães, Sonia K. (2019). Dossier: Sociological perspectives on the new digital technologies, *Sociologies in Dialogue, 5*(1), 2-9. doi: 10.20336/sid.v5i1.109

Helmrich, Robert *et al.* (2016). *Digitalisierung der Arbeitslandschaften. Keine Polarisierung der Arbeitswelt, aber beschleunigter Strukturwandel und Arbeitsplatzwechsel*. Bundesinstitut für Berufsbildung, Wissenschaftliche Diskussionspapiere, no. 180. https://www.bibb.de/veroeffentlichungen/de/publication/download/8169

Heyer, Clint. (2010). Human-robot interaction and future industrial robotics applications. *In: 2010 IEEE/RSJ: Proceedings of the International Conference on Intelligent Robots and Systems*. (pp. 4749-4754). Taipei, IEEE.

Hessler, Martina. (2015). Die Ersetzung des Menschen? Die Debatte des Mensch-Maschinen-Verhältnisses im Automatisierungsdiskurs. *Technikgeschichte, 82*(2), 110-136.

Hirsch-Kreinsen, Hartmut & Karačić, Anemari (orgs.). (2019). *Logistikarbeit in der digitalen Wertschöpfung – Perspektiven und Herausforderungenfür Arbeit durch technologische Erneuerungen*. Tagungsdokumentation. Düsseldorf: FGW

Hodgson, Geoffrey M. (2016). The future of work in the twenty-first century. *Journal of Economic Issues, 50*(1), 197–216.

Huws, Ursula (ed.). (2006). *The transformation of work in a global knowledge economy: towards a conceptual framework*. Workpackage 3: Theories and concepts. WORKS-Work organisation and restructuring in the knowledge society.

Huws, Ursula. (2007). Defragmenting: towards a critical understanding of the new global division of labour. *Work organization, Labour & Globalization, 1*(2), 1-4.

Institut der deutschen Wirtschaft. (org.) (1976). Die Humanisierung – Industriearbeit im Wandel. Köln.

Jasanoff, Sheila (ed.). (2004). *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London: Routledge.

Kern, Horst & Schumann, Michael. (1988). *El fin de la división del trabajo. Racionalización en la producción industrial*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

Krings, Bettina-Johanna. (2007). Die Krise der Arbeitsgesellschaft. Einführung in den Schwerpunkt. *Technikfolgenabschätzung Theorie und Praxis (TATuP), 16*(2), 4-12.

Krings, Bettina-Johanna (ed.). (2011) *Brain drain or brain gain? Changes of work in knowledge-based societies*. Edition Sigma: Berlin

Krings, Bettina-Johanna. (2013). Arbeit und Technik. In Armin Grunwald (ed.). *Handbuch Technikethik* (pp.217-222). Stuttgart: J.B. Metzler.

Lawrence, Mathew, Roberts, Carys & King, Loren. (2017). *Managing automation. Employment, inequality and ethics in the digital age*. Discussion Paper. IPPR Commission on Economic Justice. http://www.ippr.org/publications/managing-automation

Lenz, Claus. (2011). *Context-aware human-robot collaboration as a basis for future cognitive factories*. PhD thesis, Munich: Technische Universität München.

Manyika, James *et al.* (2017). *A future that works: automation, employment, and productivity*. S. Francisco: McKinsey & Co.

Mason, Paul. (2015). *PostCapitalism: a guide to our future*. London: Penguin.

McKinsey & Company. (2019). *Automação e futuro do emprego em Portugal*. Lisbon: McKinsey & Company.

Meadows, Donella H., Meadows, Dennis L., Randers, Jørgen & Behrens, William W. (1972). *The limits to growth*. New York: Universe Books.

Moniz, António B. (2012). Anthropocentric-based robotic and autonomous systems: assessment for new organisational options. In Michael Decker and Mathias Gutmann (eds.). *Robo- and Informationethics: some fundamentals*. (pp. 123-157). Zurich: LIT.

Moniz, António B. (2014): Organisational challenges of human-robot interaction systems in industry: human resources implications, *In:* Machado, C.; Davim, J.P. (Hrsg.): Human Resource Management and Technological Challenges. Cham Heidelberg New York u.a.: Springer, p. 123-131.

Moniz, António B. (2018). *Robótica e trabalho: o futuro hoje*. Lisbon: Glaciar/ FLAD.

Moniz, António B. & Krings, Bettina-Johanna. (2016). Robots working with humans or humans working with robots? Searching for social dimensions in new human-robot interaction in industry. *Societies, 6*(3), 23.

Nassehi, Armin. (2019). *Muster. Theorien der digitalen Gesellschaft*. München: C. H. Beck Verlag.

Noon, Mike & Blyton, Paul. (1997). *The realities of work – experiencing work and employment in contemporary society*. London: Macmillan.

Pellizzari, Michele & Fichen, Anne (2013). *A new measure of skills mismatch: theory and evidence from the survey of adult skills (PIAAC)*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, no. 153. Paris: OECD Publishing. doi: 10.1787/5k3tpt04lcnt-en

Pfeiffer, Sabine. (2010). Technisierung von Arbeit. In Fritz Böhle, G. Günter Voß & Günter Wachtler (eds.). *Handbuch Arbeitssoziologie*. (p. 231-262) Wiesbaden: VS-Verlag.

Pfeiffer, Sabine. (2016). Robots, Industry 4.0 and humans, or Why assembly work is more than routine work. *Societies, 6*(2), 16.

Pfeiffer, Sabine. (2017). The vision of 'Industrie 4.0' in the making - Case of future told, tamed, and traded. *Nanoethics, 11*(1), 107–121, doi: 10.1007/s11569-016-0280-3

Prewett, Matthew. S. *et al.* (2010). Managing workload in human-robot interaction: A review of empirical studies. *Computers in Human Behavior, 26*(5), 840-856.

Ramioul, Monique. (2008). Work organisation and restructuring in the knowledge society. *Enterprise and Work Innovation Studies, 4*(4), 9-19.

Ritter, Helge, Sagerer, Gerhard, Dillmann, Rüdiger & Buss, Martin (eds.). (2009). *Human centered robot systems. Cognition, interaction, technology*. Berlin: Springer.

Sandberg, Thomas. (1982). *Work organization and autonomous groups*. Lund: LiberFörlag.

Schulz-Schaeffer, Ingo. (2013). Scenarios as patterns of orientation in technology development and technology assessment. Outline of a research program. *Science, Technology & Innovation Studies 9*(1), p. 23-44.

Schumann, Michael. (2013). *Das Jahrhundert der Industriearbeit. Soziologische Erkenntnisse und Ausblicke*. Weinheim, Basel: Beltz Verlag.

Srnicek, Nick & Williams, Alex. (2015). *Inventing the future. Postcapitalism and a world without work*. London: Verso Books.

Thrun, Sebastian. (2004). Toward a framework for human-robot interaction. *Human-Computer Interaction, 19* (1-2), 9-24.

Van Den Besselaar, Peter, Clements, Andrew & Jarvinen, Pertti (eds.). (1991). *Information system, work and organization design*. Amsterdam: North-Holland/IFIP.

Van Est, Rinie & Kools, Linda (eds.). (2015). *Working on the robot society*. The Hague: Rathenau Instituut.

Wehling, Peter, Viehöfer, Willy & Koenen, Sophia (eds.) (2015): *The public shaping of medical research*. Patient associations, health movements and biomedicine. London, New York: Routledge.

Zuboff, Shoshana. (1988). *In the age of the smart machine: the future of work and power*. New York: Basic Books: New York.

Zuboff, Shoshana. (2010). Creating value in the age of distributed capitalism. *McKinsey Quarterly, 4*, 45–55.

Submitted on April 29, 2020.
Approved on August 10, 2020.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

REVISTA
BRASILEIRA DE
SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIES IN DIOLOGUE

http://doi.org/10.20336/rbs.810

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Sociologies in dialogue

É com muito prazer que compartilho com os leitores brasileiros o quase-manifesto por um novo Iluminismo de Gudmund Hernes. Li o texto em primeira mão, quando participávamos ambos de um encontro de cientistas e, desde então, só vi crescer a urgência de sua conclamação. Atuando com igual sucesso no mundo acadêmico e no mundo da política pública, Gudmund conhece como poucos os recursos e os limites de ambos. Igualmente notável é a intimidade com que estabelece diálogos esclarecedores entre ciências sociais e naturais.

Para ilustrar o percurso extenso, intenso e diversificado de Gudmund Hernes, ressalto algumas de suas atividades. Ele foi professor nas Universidades de Bergen e de Oslo, professor visitante na Universidade de Harvard e pesquisador associado ao Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, da Universidade de Stanford. Quanto à sua participação na vida pública da Noruega, Hernes foi Ministro de Educação e Pesquisa, Ministro de Religião e Cultura, e Ministro de Saúde e Assuntos Sociais. Foi também Presidente do International Social Science Council, e Diretor do International Institute of Educational Planning da UNESCO, em Paris. Segue ativo na FAFO Foundation e na Norwegian Business School. Além disso, colabora regularmente com jornais e revistas de ampla circulação discutindo temas de interesse geral como se espera de um intelectual público comprometido com os ideais do re-esclarecimento.

Elisa Reis*

* Doutora em Ciência Política, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Re-esclarecimento

Re-Enlightenment

Gudmund Hernes[*]
Traduzido por: Maurício Hoelz[**]

Se é verdade que as tecnologias que usamos em nosso cotidiano são, em grande medida, desdobramentos de ideias das ciências naturais, os arranjos sociopolíticos e econômicos que tornaram possível o desenvolvimento nacional e global são, em grande medida, desdobramentos de ideias extraídas das ciências sociais.

O mundo moderno tal como o conhecemos é produto da ciência em suas diversas formas. Neste novo século, porém, a ciência se encontra em situação paradoxal. Por um lado, ela é a grande força de transformação social – as mudanças geradas são tão diretas e intencionais quanto indiretas e involuntárias. Por outro lado, seus resultados são frequentemente ignorados; suas descobertas, negadas; e suas normas, transgredidas. Neste breve texto, discuto o papel das ciências naturais e sociais na formação do mundo moderno, em particular sua expansão durante o período que chamamos de Esclarecimento (ou Iluminismo).[1] Analiso, então, as ameaças e os desafios à ciência e ao discurso racional neste novo século, e reivindico que um Re-esclarecimento é imperativo e urgente para confrontar os atuais dilemas da humanidade.

* PhD em Sociologia pela Johns Hopkins University, pesquisador sênior da Fafo Research Foundation, presidente do Conselho Universitário da Uppsala University, membro colaborador da Stanford Health Policy e professor no Departamento de Direito e Governança da Norwegian Business School, em Oslo, Noruega.
E-mail: ghe@fafo.no

** Doutor em Sociologia pela UFRJ, professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGCS da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.
Email: mauriciohoelz@gmail.com

[1] Optamos por manter as duas formas de tradução mais correntes da expressão *Aufklärung*, aqui empregada ora para referir o período histórico mais conhecido como Iluminismo, ora, no sentido da expressão familiar da língua alemã, para referir o processo histórico-cultural de Esclarecimento, por meio do qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito em questões de ordem prática (religiosas, políticas, sexuais etc.). [N.T.]

Contribuições de todos os continentes e culturas

Descobertas, invenções e tecnologias científicas foram feitas e desenvolvidas em todos os continentes, com contribuições de todas as culturas. Os chineses produziram grandes avanços na matemática, na medicina e na engenharia. Da Índia nos veio o conceito de zero, e o sistema numérico hindu foi enriquecido pelos árabes. O Antigo Egito não só construiu as pirâmides, mas também nos forneceu o primeiro sistema decimal. Encontrado numa cordilheira entre Essuatíni e a África do Sul, e datando de cerca de 37.000 anos, o osso dos Montes Libombos talvez seja o instrumento matemático mais antigo do mundo. A geometria fractal é encontrada na arte africana. Os japoneses aprimoraram a cerâmica e as técnicas de impressão. Os gregos desenvolveram a geometria, a filosofia e a ciência política. Povos nativos americanos domesticaram, cultivaram e posteriormente deram ao mundo muitas plantas úteis como alimento e medicamento. O bumerangue, que, como brinquedo, intriga as crianças, foi inventado por aborígenes australianos como arma. As habilidades de navegação dos polinésios, que lhes permitiram navegar milhares de milhas em alto-mar, baseavam-se não só em observações sistemáticas dos corpos celestes, mas também em observações de longa duração das correntes marítimas, transmitidas oralmente de geração para geração.

Sociedades modernas moldadas pela ciência natural

As ciências nos deram vacinas e aviões, lâmpadas e lasers, motores de pistão e computadores. A ciência e a tecnologia são capacitadoras, civilizadoras e inspiradoras. Capacitadoras porque tornam possível aproveitar as forças da natureza para propósitos humanos. Civilizadoras porque liberam tempo dos afazeres e da luta pela subsistência para o lazer e a cultura. Inspiradoras porque promovem a criatividade e a compaixão para nutrir e curar, para facilitar e prolongar a vida. Conquistas científicas e tecnológicas marcam inclusive as grandes épocas da história humana, da Idade da Pedra à era da internet. Em grande medida a ciência empoderou os humanos para substituírem o acaso e a incerteza pelo cálculo e pela previsibilidade, da construção de calendários à previsão do tempo e das mudanças climáticas.

Por isso o avanço da ciência melhorou enormemente as condições das sociedades humanas. Progressos em campos tão diversos quanto agricultura, saúde e comunicação – e nas disciplinas em que elas se apoiam, como a biologia, a física, a medicina e a engenharia – compreendem, na verdade, a essência do que denominamos modernidade. As sociedades modernas, as pensemos quer em termos de vidas mais longevas e em melhores condições, quer em termos do fluxo contínuo de novas tecnologias que conectam e integram a comunidade global, são em grande medida os subprodutos da pesquisa e da criatividade científicas. Os artefatos da ciência moldaram as relações sociais.

As ciências sociais fornecendo modelos de e para a organização social

De modo similar, as instituições que caracterizam as sociedades modernas são em grande parte construtos derivados de ideias das ciências sociais, sejam elas os princípios do direito natural, a divisão de poderes encarnada nas constituições, a gestão macroeconômica de mercados ou os métodos do cuidado psiquiátrico. As teorias sociais tiveram enorme impacto na construção do mundo moderno – no modo como as nações foram edificadas, as instituições moldadas, os cidadãos empoderados, as moedas estabelecidas, o comércio organizado, a educação provida e as identidades forjadas. Hoje a pesquisa em ciências sociais é amplamente usada para fornecer suporte a decisões em todos os campos, da redução da pobreza à melhoria das relações de gênero, da construção de cidades sustentáveis ao combate ao HIV/Aids.

A importância das ciências sociais foi intensificada proporcionalmente ao impacto crescente das ações humanas em condições globais na presente era do Antropoceno – notavelmente com relação à inesperada produção humana da mudança climática. As ciências sociais contribuem para a forma como as decisões políticas são formuladas e implementadas. Os tomadores de decisão, públicos e privados, em todos os países e todas as áreas, recorrem aos resultados da pesquisa em ciências sociais.

Um desenvolvimento de dois gumes

A contrapartida dessa trama é uma história de ignorância, superstição e preconceito, e de guerra e conflito. O desenvolvimento tecnológico teve dois gumes: não só foi usado com propósitos construtivos, mas também aumentou nossa capacidade destrutiva. Quando a ciência e a tecnologia não são controladas − ou quando seu uso é equivocado −, podem causar sofrimento generalizado, esgotar os recursos da Terra e até mesmo destruir as condições para a existência das gerações futuras.

Por isso a ciência e suas aplicações levantam recorrentes questões éticas.

O Esclarecimento

A evolução e a expansão da ciência e de sua manifestação em tecnologias, instrumentos, instituições e práticas sociais constituíram uma longa aventura para a humanidade.

Esse processo, porém, foi muito acelerado durante o período da história que chamamos de Iluminismo − aproximadamente de 1600 a 1800. Ele foi desencadeado por grandes debates sobre Deus, religião, razão, natureza, assim como sobre os funcionamentos e os princípios da organização social, política e econômica. Novas correntes de pensamento de diversas fontes aos poucos se misturaram e fundiram em uma mentalidade iluminista mais ampla. Foi um período de conquistas nas ciências naturais e sociais.

Novas áreas da matemática tornaram possível o mapeamento e o cálculo das órbitas e dos movimentos dos corpos celestes. Ocorreu uma mudança de paradigma do modelo ptolomaico dos céus para a versão copernicana.

Uma mudança de paradigma, lentamente, também se estabeleceu na esfera social. De instituída por obra divina, a estrutura social passou a ser vista como um contrato social. Uma nova visão de mundo humanista na filosofia e no pensamento político atribuiu aos indivíduos direitos inalienáveis e os designou como a fonte do poder político. Derivaram daí noções de liberdade de expressão, estado de direito e governo constitucional com freios e contrapesos. Novas ideias foram concebidas acerca da natureza das relações econômicas e da riqueza das nações.

No núcleo do Iluminismo estava o que veio a ser denominado revolução científica, uma revolução em câmera lenta ao longo dos séculos. As leis da natureza – da matéria e das forças, assim como a origem das espécies – foram reconceitualizadas. Relações reais e possíveis entre humanos também o foram, bem como as interações entre os humanos e o mundo natural. Gradualmente, todos os campos de estudo se transformaram – da matemática à biologia, da geografia à física, da botânica à medicina, da engenharia à economia.

Modificaram-se também os modos de fazer ciência. A química introduziu uma gama de técnicas para amalgamar e transformar substâncias, de cerâmicas a cervejas e ligas. A alquimia envolvia realizar e registrar experimentos, mas os químicos do Iluminismo começaram a usar o método científico, observações e medições, resultando, então, a tabela periódica e a invenção de novos compostos e substâncias. Os modos de fazer pesquisa foram sistematizados: estabelecer conjeturas sobre conexões, examiná-las conceitualmente, extrair inferências e chegar a vereditos por meio do raciocínio, do registro sistemático de resultados e de experiências. A busca da verdade foi codificada por normas de argumentação, debate, evidência, demonstração e revisão por pares.

A ciência aprimorou e inventou novos instrumentos de pesquisa, como o telescópio e o microscópio, o termômetro e o sistema métrico. A exploração científica se expandiu por meio de experimentos e expedições. A Terra foi mapeada e mensurada; as populações, contadas; e seus modos de vida, descritos.

Novas instituições em prol do esforço científico também foram construídas: sociedades científicas, academias, novas universidades e museus, laboratórios e bibliotecas, bem como canais de comunicação científica: livros impressos, jornais, periódicos e enciclopédias. E estudantes e cientistas passaram a viajar cada vez mais.

Assim, o Esclarecimento (ou Iluminismo) encapsulou um conjunto de ideias e práticas que mutuamente se reforçavam. Esses desenvolvimentos tomados em conjunto não apenas contam uma história convincente; eles conferiram novos poderes à ação humana.

Incorporado em instituições

A história, porém, não acaba aí: o que aconteceu com a ciência foi incorporado em arranjos sociais mais amplos que eram parte integral daquela visão de mundo. O Iluminismo, de muitos modos, é um período em que o fatalismo foi suplantado pelo otimismo: a crença de que os humanos, armados com o conhecimento, poderiam moldar seu próprio destino. A razão, a dúvida e o questionamento poderiam reduzir a ignorância e aprimorar o conhecimento. A ideia da história como progresso no bem-estar humano mediante avanços na ciência, na tecnologia e na organização social tomou conta da cena.

Isso, entretanto, exigiu a oportunidade, na verdade a missão, de investigar, de explorar e de desafiar o saber convencional, a ortodoxia e as ordens estabelecidas. Certamente, houve ambivalência; de fato foram frequentes a resistência e a animosidade por parte de regimes e de autoridades governantes, até mesmo entre aqueles que apoiavam diversos tipos de investigação científica. Para ter êxito, contudo, os pesquisadores tiveram que estar aptos a seguir suas intuições, dar suas opiniões, financiar seus estudos e comunicar seus resultados. Por isso o reconhecimento político do direito de, livremente, escolher tópicos de pesquisa e métodos de investigação, publicar resultados, os debater e discutir com os pares pouco a pouco se tornou fundamental para a pesquisa científica. A força do argumento, e não o poder da posição social, deveria solucionar o problema. A resolução das controvérsias não seria decidida pelo dogma, mas pelos dados.

A fim de tornar possível o progresso científico e social, a pesquisa científica careceu do apoio de leis que garantissem a liberdade de expressão e de imprensa. As normas de investigação científica precisaram permear o debate público mais amplo, isto é, respeito pelos fatos, rejeição do preconceito, veracidade dos argumentos e consideração de contra-argumentos, e abertura em relação aos oponentes. De fato, essa é uma contribuição decisiva da ciência tanto para a racionalidade do discurso público quanto para uma esclarecida e tolerante sociedade democrática.

Aspecto importante de um novo sistema social foi a ampla disseminação dos resultados científicos, em parte por meio de salões e sociedades de debates, mas também pelo papel expandido da palavra impressa e da

extensão da alfabetização. Governos e outras instituições assumiram novas iniciativas para difundir ativamente o conhecimento, as descobertas e as invenções, com frequência propostos por figuras públicas, como sacerdotes, médicos e agrônomos. A aplicação dos resultados científicos difundiu-se mais, indo da vacinação contra a varíola e dos cronômetros à navegação e à construção de arados criados a partir de experimentos sistemáticos. A educação não mais restrita às elites se tornou um veículo de transformação social, e a popularização significou a gradual conversão da ciência em assunto de interesse de pessoas de todas as camadas sociais.

Desafios para a ciência do século XXI

No século XX a ciência avançou a passos largos. Nunca antes na história da ciência tanto foi alcançado em termos de novas teorias, descobertas e aplicações. Foi um século de crescimento e expansão: contam-se agora cientistas aos milhões, e muitos milhares são treinados a cada ano.

As ciências, tanto as naturais quanto as sociais, tornaram-se verdadeiramente globais, no sentido de que são ensinadas em quase toda parte, sendo os resultados de suas pesquisas amplamente disseminados.

Cientistas trabalham como especialistas em universidades e institutos de pesquisa, mas não só; são também crescentemente incorporados como pesquisadores em instituições públicas e empresas privadas. O conhecimento científico especializado tem alta demanda por parte dos formuladores de políticas públicas, da mídia e do público.

E não menos importante: conceitos científicos como “aceleração”, “frente fria”, “pressão sanguínea”, “profecia que se autocumpre” e “PIB” entraram na linguagem cotidiana e nas mentes dos cidadãos comuns.

Os cientistas nunca foram tão numerosos, nem sua influência tão grande como é hoje em questões tão diversas quanto comunicação móvel, epidemias, previsão do tempo, gestão macroeconômica e aprendizado de máquina.

O gênio fora da garrafa

Simultaneamente, um gênio foi libertado da garrafa: os poderes que a ciência natural e social deu aos humanos, por seu uso descuidado – ou por insidioso uso instrumental – também ameaçam causar grandes danos à humanidade. Isso oferece uma importante lição sobre o vínculo entre os objetos das ciências natural e social.

Um exemplo disso está nos relatórios publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. A Mãe Natureza está enviando uma mensagem altitonante, forte e clara sobre o que está acontecendo ao nosso planeta. Os cientistas nos dizem que as temperaturas estão aumentando, as calotas polares derretendo, o nível dos oceanos aumentando, e o clima se tornando mais violento e imprevisível. Esses efeitos são inescapáveis, implacáveis; são o nosso destino comum – um desafio a todos os humanos – e não há saída.

O Painel sobre Mudanças Climáticas nos deu mais uma informação: o que vemos não são as forças da natureza trabalhando autonomamente, como os movimentos planetários. Os processos que observamos são certamente geofísicos, químicos, meteorológicos. E eles se traduzem em processos que são ecológicos e biológicos – todas as espécies serão afetadas.

O que, entretanto, colocou em movimento as forças da natureza foi a ação humana. As causas fundamentais da mudança climática são sobretudo sociais. E para a espécie humana as graves consequências também serão sociais. As terras para a agricultura serão destruídas por inundações e secas. Propriedades serão arruinadas. A pobreza aumentará. Água e alimentos terão oferta reduzida. Doenças se espalharão. As desigualdades sociais se tornarão agudas. A migração se ampliará com os refugiados das mudanças climáticas. Crises sociais podem se multiplicar, e conflitos podem ser provocados.

Em resumo: todos os problemas sociais que enfrentamos serão potencializados, e nossos impasses comuns serão exacerbados. Os pobres sofrerão mais; aqueles com menos recursos se defrontarão com os impactos mais graves, mas ninguém estará completamente a salvo.

O termo Antropoceno encapsula esse vínculo entre natureza e sociedade – a era que começou quando as atividades humanas pela primeira vez impactaram decisivamente os ecossistemas da Terra.

Ao mesmo tempo, a ciência colocou um potente conhecimento nas mãos de organizações públicas e privadas. A internet é uma enorme fonte de conhecimento – embora signifique também um enorme poder para o controle e a manipulação sociais por parte de atores públicos e privados. Ela permite que o Grande Irmão [Big Brother] o observe – ele e muitos outros Irmãos Menores também. "Trolagem" e "*fake news*" são exemplos de neologismos que procuram descrever e dar conta dessa nova realidade.

A ciência sob ataque

A prática da ciência e a política científica variam marcadamente ao redor do mundo – diferentes países e regimes adotam diferentes políticas, possuem diferentes instituições e estão incorporados em diferentes estruturas legais – e são constantemente redesenhadas e modificadas.

Em muitos lugares, porém, podemos agora observar mudanças desconcertantes nas atitudes, nas políticas e no financiamento em prol da ciência, pois, junto com os muitos êxitos e o difundido e crescente uso da ciência, vieram as críticas.

Os cientistas algumas vezes sofreram pesados questionamentos por sua falta de visão de futuro, fosse sua falha em antecipar os impactos do aerossol na camada de ozônio ou em prever a crise financeira global de 2008. Na verdade, a ciência é uma obra em progresso.

Os cientistas são também, às vezes, criticados por dar conselhos contraditórios, por representar e articular escolas diferentes de pensamento ou por promover as perspectivas unilaterais e os interesses particulares de seus financiadores privados. Alguns cientistas foram repreendidos por desonestidade em relação a conflitos de interesse, outros até mesmo por cometer fraude acadêmica.

Produtos desenvolvidos a partir de pesquisas foram impulsionados com consequências devastadoras – a crise dos opioides é exemplo disso.

Há, porém, mais ataques insidiosos, que podem ser resumidos como golpes contra os próprios ideais e normas que emergiram pela primeira vez durante o Iluminismo, e cujos protagonistas foram os cientistas.

Uma investida consiste na rejeição das descobertas científicas e no completo desprezo pelo consenso científico. A negação das mudanças

climáticas é o melhor exemplo; mas há outros, tais como as tentativas de fundamentalistas de reduzir a teoria evolucionista ao status de mera opinião.

Ilustração mais prática é a proibição do uso de conceitos consolidados nos relatórios de agências governamentais ou de empresas privadas. Os cientistas nelas empregados podem ser proibidos de fornecer evidências de pesquisas científicas ou não ter permissão para falar publicamente sobre questões científicas. De fato, a censura científica pode ser imposta toda vez que fatos científicos contrariarem a crença ou a conveniência política – ou a contabilidade das grandes empresas.

Em outros casos, lobistas da indústria podem protelar regulações para restrição dos efeitos de substâncias nocivas, ou seja, produtos químicos perigosos ou mesmo drogas farmacêuticas, documentados pela pesquisa.

Outro possível resultado concreto é a redução do financiamento para agências científicas vitais, o que se faz particularmente prejudicial a estudos plurianuais, mas também o corte ou o congelamento da nomeação de pessoal, às vezes mascarado como "reorganização".

O bordão para isso é "sociedade pós-fato": a ciência é minada pela desconsideração deliberada de fatos, notícias equilibradas e até mesmo da verdade. Também podem ser criados jornais pseudoacadêmicos que permitam apresentações errôneas de coleta e fabricação de dados, citações incorretas, revisão por pares manipulada e outros tipos de fraudes de publicação, abordados pelo Comitê de Ética de Publicação (Cope).

Mas a ciência e a pesquisa também podem ser subvertidas a partir de dentro da comunidade científica, por meio da falsificação de resultados, da fabricação de dados, do plágio de trabalhos alheios, dos conflitos de interesse não declarados e de outras condutas científicas inapropriadas. De fato, manter e proteger a integridade da ciência e do registro científico se tornou mais desafiador e mais importante.

Sob ataque estão também as normas do Iluminismo para o discurso racional, isto é, a prática do ceticismo para averiguar afirmações, questionar fontes, verificar evidências e expor noções e explicações falsas.

Não apenas os fatos são negados e distorcidos. A comunicação científica pode ser manipulada e corrompida. Explicações falsas e *fake news* são lançadas e divulgadas, frequentemente com grande alcance e eficiência agora, graças à fácil disseminação pela internet e pelas novas mídias sociais.

Além do mais, mentiras descaradas assim como a onda de fundamentalismo e fanatismo neste novo século se opõem aos valores do Iluminismo. O resultado do obscurecimento não raramente é a confusão e a perda de confiança nas instituições da ciência como produtoras de bens públicos. As teorias da conspiração são exemplo disso.

Re-esclarecimento

Dados esses novos desafios ao empreendimento científico, uma defesa vigorosa se faz necessária – na verdade uma tarefa decisiva para o recém-estabelecido Conselho Internacional de Ciência (International Science Council).

A noção iluminista de progresso repousa na visão de que as ideias não só devem ser comunicadas, mas também desafiadas. A colaboração científica implica argumentos, críticas e discordâncias organizadas entre colegas e pares. O avanço científico necessita que hipóteses sejam validadas, e teorias descartadas, ainda que controvérsias acaloradas possam ocorrer com abertura e curiosidade nas trocas profissionais, bem como com tolerância e civilidade nas relações interpessoais. O objetivo não deve ser vencer uma disputa, mas alcançar novos *insights* compartilhados. Da mesma forma, as decisões devem, na medida do possível, estar fundamentadas em evidências. O ideal seria a alteração das opiniões diante da mudança dos fatos ou quando novos argumentos se tornassem convincentes, embora, como argumentou Thomas Kuhn, as comunidades de cientistas possam ser altamente resistentes a mudanças em face de novas evidências.

O letramento científico envolve encontrar o difícil equilíbrio entre o respeito ao conhecimento estabelecido e a atitude crítica necessária ao desenvolvimento de novas aprendizagens e à organização da informação em novas formas. O treinamento na ciência, portanto, deve incutir a consciência das limitações do corpo atual de conhecimentos e o entendimento de que as doutrinas predominantes podem bloquear novas ideias.

A mensagem do Painel de Mudanças Climáticas é a de que o próprio planeta pode estar em risco, isto é, que as forças liberadas pelo uso de energia ou pela poluição, se não forem enfrentadas imediata, inteligente e

energicamente, podem causar danos irreversíveis ao nosso ambiente global comum.

Quando digo "imediata, inteligente e energicamente", não estou mais falando em fenômenos naturais, mas em respostas humanas, em conhecimento das ciências sociais e em formulação de políticas com base em evidências. Mais do que isso: implícito nesses termos está um apelo em prol não só da colaboração interdisciplinar entre as ciências naturais e sociais, mas da pesquisa integrada. Uma parte crescente do conhecimento que buscamos e precisamos reunir para responder eficientemente às mudanças que os humanos provocaram na natureza deve ser pesquisa integrada, ou seja, pesquisa que em suas próprias concepção, execução, aplicação e apresentação reúna as ciências naturais e sociais em projetos conjuntos.

A complementaridade da informação, das ideias novas e do conhecimento especializado que as ciências naturais e sociais podem oferecer em conjunto – apoiada em sólido conhecimento disciplinar – pode mostrar aos tomadores de decisão de que modo as urgentes questões com que eles se confrontam podem ser esclarecidas pelos resultados e pelas orientações de pesquisas integradas que abordem as complexidades que eles enfrentam. O todo será mais que a soma das partes. E, a partir disso, os especialistas também poderão aprender a trabalhar melhor juntos.

Tal pesquisa é necessária; na verdade, é urgente. E por estranho que possa parecer: há oportunidade na crise. A mudança climática nos impõe a realidade de que existe um único planeta. Quando ele está em perigo, impõem-se a nós a possibilidade e o dever de transcender "as duas culturas". A comunidade de cientistas e especialistas só pode ajudar o mundo a se organizar melhor organizando-se melhor ela própria.

O éthos da pesquisa científica

O aumento do conhecimento e as perturbações dele decorrentes provocam problemas não só intelectuais, mas também sociais e emocionais. Após a Guerra Fria, novos tempos de turbulência se sucederam com a mobilidade geográfica e social, com novas pressões econômicas e conflitos sociais. Muitos se sentem crescentemente inseguros e veem seu futuro cada vez mais incerto e precário. O desemprego e a migração criam tensões étnicas,

nacionais e religiosas que vêm resultando na reemergência do extremismo político e do racismo, o que constitui potencial ameaça à estabilidade política, à participação e à democracia representativa.

Por isso, uma palavra que é também um clichê político ganha importância: entendimento. Essa é uma ideia que está nas raízes do movimento europeu do Iluminismo. Conhecer é ser capaz de ver o outro lado de um argumento, de reconhecer o mérito das visões de seu oponente, de criar empatia com aqueles de quem se discorda.

Então, embora o aumento do conhecimento indiretamente crie turbulência pelas perturbações sociais devidas a deslocamentos ambientais, econômicos e políticos, o crescimento do conhecimento pode ser diretamente uma força humanizadora – tanto individualmente como entre grupos.

Uma questão importante, portanto, é fortalecer a cultura do argumento racional e da democracia para manter sociedades abertas. Isso significa que devemos colaborar cruzando fronteiras e ao mesmo tempo fortalecer a influência dos cidadãos sobre suas instituições – influência sobre suas próprias vidas e sobre seu futuro.

Os resultados da ação humana com base em pesquisa, entretanto, não são apenas mais abrangentes. São também mais entrelaçados. Os efeitos das ações se revelam por meio de ligações cada vez mais complexas e costumam se manifestar demasiadamente tarde para que possam se tornar premissas das decisões que os desencadearam.

A questão é que somos forçados a perceber que o conhecimento é *parcial*. Podemos liberar forças que não somos capazes de controlar. Mais do que isso. Podemos incitar efeitos que não previámos *ou* reconhecíamos. Nesse sentido, portanto, o conhecimento que já possuímos exige *mais* conhecimento, e um conhecimento mais *holístico*, se quisermos aplicá-lo com racionalidade.

A conclusão é: novos conhecimentos oferecem mais alternativas para escolhas, e, assim, para decisões que devem ser orientadas por valores. As opções abertas vão da engenharia genética e da liberação de organismos geneticamente modificados na natureza até a inteligência artificial. Há também o crescimento dos sistemas de vigilância total e de armazenamento de *big data* que permite a manipulação e o controle social.

A consequência normativa, portanto, é que aplicações sem clara orientação dos resultados científicos levam a políticas tecnocráticas. Por isso o letramento científico deve ressaltar e discutir as questões éticas levantadas

pela própria ciência, assim como os juízos morais que são exigidos quando novos conhecimentos criam possibilidades de novas escolhas e ações. O pensamento humano que *transcende os limites* do que é possível deve ser testado à luz da tradição humanística que *estabelece os limites* do que é permissível.

Não podemos mudar o modo como as forças da natureza funcionam. O conhecimento e o juízo, porém, podem mudar os modos como os humanos agem. É por isso que as ciências naturais e sociais são tão cruciais para o destino do nosso planeta, ao identificar as causas sociais da mudança climática e outros desafios globais, mapear seus impactos humanos, calcular custos e aconselhar medidas políticas. As ciências naturais e sociais devem ajudar a medir, interpretar, avaliar, negociar e organizar – e, claro, também ajudar a preservar – a diversidade humana e a cultura.

O Iluminismo não foi uma Idade de Ouro imaculada – algumas vezes foi um despotismo esclarecido; em outras, a luz só era visível porque havia também vasta escuridão. A ciência e a pesquisa, porém, estão entre as coisas mais fantásticas que os humanos aprenderam a fazer juntos – ideias são desenvolvidas e transmitidas ao longo de todas as gerações, e conceitos são trocados cruzando todas as fronteiras. Para assegurar suas contribuições ininterruptas, um re-esclarecimento é necessário, ou seja, a crença nos procedimentos universais de produção e transmissão do conhecimento, e uma ética universal para sua aquisição e aplicação. Uma voz global pela ciência deve esclarecer o público, avaliar eticamente como o conhecimento pode ser obtido, publicado e aplicado – e falar a verdade ao poder.

***

Agradecimento

Este texto foi escrito durante a reunião conjunta do International Council for Science (ICSU) e do International Social Science Council (ISSC) em Taipei, em 25 e 26 de outubro de 2017, onde se decidiu fundi-los no International Science Council em 2018. Agradeço a Thomas Reuter pelos comentários construtivos. (Mimeo: The Fafo Foundation and The Department of Law, The Norwegian Business School).

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

FUTUROS PASSADOS

http://doi.org/10.20336/rbs.784

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Futuros Passados

Este texto, que a *Revista Brasileira de Sociologia* agora publica, foi escrito como notas de aula por Antônio Luiz Paixão em 1981. Além do interesse pelo conteúdo (lições de metodologia com exemplos da sociologia do crime e do desvio), ele é um documento da prática da sociologia: da reflexão e da elaboração que precedem uma aula. Numa época em que a publicação é supervalorizada, é bom lembrar desse importante espaço de formação onde se desperta (ou não) o gosto por uma profissão.

Durante a pandemia, em que tivemos que ficar mais em casa, encontrei-o junto a outras notas do Paixão, escritas em papel almaço, sobre a minha dissertação. Ambos trazem a marca de uma época e de um estilo de orientar e de dar aula, mas também do estilo peculiar do Paixão de ensinar, sempre se valendo de exemplos de outras pesquisas, mas também da vida cotidiana e dos acontecimentos da vida pública. Na sala não eram todos os alunos que gostavam do seu estilo, alguns tinham dificuldades de acompanhá-lo dada a rapidez da sua fala que apenas seguia o ritmo do seu pensamento, além das piadas, que exigiam uma sintonia com o tempo presente.

Não foi uma pessoa comum, e talvez por isso mesmo, despertou em muita gente o prazer por uma aula, o envolvimento com a pesquisa e também com a sociologia que se fazia fora dos ambientes institucionais. Se guardei por tantos anos este texto foi porque com ele aprendi certas coisas que até hoje me inspiram, avaliação corroborada pela revista ao decidir publicá-lo.

Luciana Teixeira de Andrade*

* Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
Email: lucianatandrade1@gmail.com

As aventuras do conhecimento: Notas sobre o desencantamento do mundo nas ciências sociais

The adventures of knowledge: Notes on the disenchantment of the world in the social sciences

Antônio Luiz Paixão*

O que pretendo dizer aqui tem pouco a ver com o lado tecnocrático da montagem do projeto de pesquisa. Digo tecnocrático porque, em grande parte, montar um projeto de pesquisa é seguir as determinações de algum pacote – temos o do CNPq, o da FINEP, o da FUNDEP etc. e tal, e o que temos que fazer é cumprir o ritual que nos é exigido – distinguir, por exemplo, como se isso fizesse sentido, objetivo de relevância ou teoria de método, ou objeto de objetivo. Acho, como pesquisador, que estas distinções são feitas no ato de montar o projeto e não devem, de forma alguma, tomar o tempo do pesquisador.

Este deve ser melhor empregado na discussão de algumas questões substantivas que afetam *a natureza e não a forma* do projeto de pesquisa. Há vários anos atrás, um grande sociólogo, Max Weber, atribuiu ao conhecimento científico à tarefa de desencantar o mundo. Isso significava para ele – e para nós – que, a partir da atividade prática da pesquisa sobre o real, não se fazia mais necessário apelar para meios mágicos de pacificação dos espíritos para que pudéssemos alcançar resultados esperados. Bastava aplicar uma técnica – a ciência – a um objeto e alcançaríamos a previsão – algum cálculo de probabilidade de – dadas tais ou quais condições – alcançarmos algum resultado esperado.

O que eu quero hoje é discutir com vocês alguns problemas que afetam o desencantamento do mundo social. O primeiro deles tem a ver com a tessitura deste mundo, com o que, nos livros-textos de metodologia aparece como o objeto de pesquisa. O segundo refere-se às estratégias de abordagem

* Sociólogo, nascido em 1947 em Contagem, MG, faleceu em 1996. Foi professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e trabalhou como pesquisador na Fundação João Pinheiro. Inaugurou no Brasil os estudos sociológicos sobre o crime e a polícia. Para mais informações ver: Antônio Luiz Paixão.

ou de geração de conhecimento sobre este mundo – trata-se, é claro, da questão do método. O terceiro, um pouco mais complicado, diz respeito às relações entre produto do conhecimento e constituição do mundo social – e aqui volto a um outro tema weberiano, a ideia da eterna juventude das ciências sociais.

I - Problemas de construção do objeto

Acho que ninguém discorda da ideia de que o processo de pesquisa se inicia com algumas perguntas sobre alguma "realidade" – eleitores de classes sociais diferentes votam diferente? O crime das grandes cidades é diferente do crime rural? Por que será que pessoas da mesma classe social tendem a andar juntas?

O problema é que estas perguntas não ocorrem apenas ao sociólogo – pessoas comuns, leigos, também lidam com esses problemas. Um excelente ponto de partida para um projeto de pesquisa tem sido indagar sobre educação como condição para mobilidade social – indivíduos procuram a universidade porque esta é, entre outras coisas, uma avenida para ampliação de *status*, renda e prestígio. Ora, o garçom do meu botequim justifica os diferenciais de *status*, renda e prestígio entre a ocupação dele e a minha ocupação por educação. Ele sabe também que apenas nas novelas de televisão – ou em casos excepcionais – garçons se casam com filhas de proprietários – ele sabe, por experiência própria, que classes sociais são quase-castas. O que estou dizendo, em outras palavras, é que o cientista social compartilha com o leigo um mesmo estoque de conhecimentos sobre o mundo real. Daí a pergunta: mas para que perder tempo descobrindo o que todo o mundo já sabe? Ou daí, para que eu encontre justificativas para os altos – em termos relativos – investimentos que a sociedade faz em nossa profissão, é necessário que eu prove a esta sociedade que as coisas sociais não são como ela pensa que são – o sociólogo empírico deve ser contraintuitivo.

Dou um exemplo da minha própria pesquisa. Sociólogos, leigos e policiais acreditam que marginalidade social e criminalidade são fenômenos que mantém entre si relações causais. Se eu examino as estatísticas sobre crimes e criminosos, eu comprovo esta relação – marginais sociais e marginais policiais são os mesmos. Entretanto, uma outra pergunta me ocorre – até

que ponto estatísticas oficiais refletem a magnitude e a distribuição do fenômeno criminoso na sociedade? Eu sei que vítimas muitas vezes não se queixam, que criminosos não são identificados, que certos tipos de fraudes e trambiques – tieppagens,[1] por exemplo, ou loteadores clandestinos – dificilmente chegam ao noticiário policial. Tudo isso cai fora de minha variável dependente – entretanto, os dados são nítidos: há uma elevada correlação entre marginalidade social e criminalidade.

Mas há outras maneiras de abordar o problema. Uma delas é voltar atrás e indagar, ingenuamente: mas o que é esta atividade social chamada crime? Crimes são atos antissociais, mas nem todos os atos antissociais constituem crimes (por exemplo, colar em provas é reparável, mas não chamamos a polícia para isso) ou há considerável disputa em sua classificação – se o código Penal atribui este caráter a atos como fumar maconha ou abortar ou fazer sexo na menoridade, públicos consideráveis tendem a considerar tais atos normais, até mesmo rotineiros. E não é inteiramente fora de propósito incluir na classificação de crimes coisas como poluir o ambiente, envenenar as pessoas com produtos químicos, deteriorar a qualidade de vida urbana, expor pessoas a perigos desnecessários através da utilização de veículos que escapam a regras mínimas de segurança etc., que não estão, definitivamente, catalogadas no Código Penal. O que estou dizendo é que há várias definições sociais de crime e não *o crime*, ou melhor, que o Código Penal é uma definição social do crime – atos reconhecidos como antissociais pela autoridade pública, pelo Estado. Assim, há que corrigir nossa proposição: há uma nítida correlação entre marginalidade social e o crime oficialmente definido e detectado. E mais: se a definição oficial de crime incluísse poluição, tieppagem etc., esta correlação não seria tão nítida, forte e positiva.

Ora, esta pluralidade de definições sociais de crime me permite algumas indagações sobre o que constitui o objeto de minha investigação. Se os dados existentes – estatísticas sobre crimes e criminosos – são dados sobre uma definição social do crime e não sobre o crime, na verdade, o que eu estou estudando? Eu suspeito que estou estudando uma interpretação do crime

[1] Paixão se refere às ações do golpista e sonegador José Mário Tieppo e de sua clientela. Íntimo de parcela da elite paulistana, ele atraía suas vítimas com a oferta de alta rentabilidade (25%) com aplicações não declaradas na bolsa de Nova Iorque. Na verdade, ele não aplicava o dinheiro, mas o desviava para uma conta no banco Morgan em Nova Iorque. Sua prisão aconteceu durante a ditadura militar e quem conduziu o processo foi Romeu Tuma, então diretor do DOPS. Os lesados, no entanto, não se apresentaram para reclamar suas perdas. (https://veja.abril.com.br/economia/doleiros-estao-tambem-entre-os-maiores-devedores-da-uniao/)

– aquela que me é transmitida pelo Código Penal e pelas organizações que cuidam de sua implementação prática – a polícia e os tribunais. Acho que eu posso dizer que aquelas estatísticas são o produto de processos sociais de filtragem – identificação e processamento de possíveis autores de crimes em amostras previamente selecionadas da população – e posso ir em frente estudando esses processos.

Vou procurar explorar minha conclusão – que estou investigando uma interpretação de um fato e não o fato, como pensava fazer. O que isto quer dizer? Em primeiro lugar, que investigar o fato consiste na possibilidade de trabalhar com uma descrição literal do fato – ou seja, eu devo supor que o significado do fato é estável e independe das circunstâncias de sua produção. Isto, naturalmente, torna possível a intersubjetividade que valida o conhecimento científico. O que acontece com descrições de crime?

a. elas variam temporal e contextualmente e também socialmente;

b. elas refletem posições ideológicas dos definidores etc.

Logo, o que temos são interpretações sociais sobre a correta categorização de atos sociais ao longo de um contínuo – do normal ao patológico, do legal ao ilegal etc. O que constitui o objeto da investigação, portanto, não é *o crime*, mas (a) os processos interpretativos que tornam possível a categorização de atos como criminosos; e (b) as consequências da categorização desses atos e dos indivíduos que os praticam – hierarquias de credibilidade, exercício de poder etc.

Isso não quer dizer que não existiam atos "criminosos" como furto, roubo ou homicídio e atores que cometem estes atos – simplesmente, nessas categorias há uma intersecção entre critérios de senso-comum e critérios legais do Estado. Nem estou sugerindo que pessoas são vítimas de definições sociais ou interpretações: facas, garruchas e escopetas são tão reais quanto os atos e suas interpretações pelos membros da sociedade. Retomando os diversos temas, o que eu quis sugerir nesta breve discussão foi: (a) que o pesquisador divide, com os demais membros da sociedade, um estoque de conhecimento de senso-comum sobre esta própria sociedade – tanto o teórico das classes sociais quanto o migrante bem-sucedido e o aristocrata decadente devem saber *bastante* sobre a estrutura de classes e os canais de mobilidade ou precipitação sociais existentes na sociedade; (b) que, para escapar das suspeitas de trivialidade (a "compra" teórica de explicações

práticas dos membros), o pesquisador deve, fundamentalmente, analisar os métodos que membros usam na construção de interpretações de fatos.

Vou explorar mais este último ponto, voltando ao exemplo de minha pesquisa sobre criminalidade e violência. Tenho as estatísticas policiais – ocorrências registradas, crimes cometidos e prisões efetuadas. Como estes dados são reunidos? De duas formas: (a) Vítima + Ocorrência + Investigação; e (b) Observação do Policial + Ocorrência + Detenção. Minhas estatísticas resultam de um processo de interação entre vítimas, policiais e suspeitos e/ou autores de crimes. Desse processo resulta um fenômeno substantivo – a implementação da justiça – e um recurso metodológico – dados sociológicos. Especular sobre o significado do dado é também explicar um fenômeno – a distribuição da justiça na sociedade brasileira (e, incidentalmente, comparar meus dados com dados argentinos ou norte-americanos é explicar a distribuição da justiça em sociedades classistas). Isto porque *dado e fenômeno* resultam da mediação entre ações e situações que merecem investigação e conclusões sobre o *status* legal dessas ações e situações exercidas pelas interpretações policiais de umas e outras. E estas interpretações implicam no uso de categorias legais (transformação de ações em artigos do Código Penal) e no uso – nem um pouco surpreendente – de teorias sociológicas (motivações da ação). Mas a explicação dessas interpretações nos leva diretamente à questão do método.

II - As várias lógicas de explicação e da descoberta

Livros de metodologia e técnica da investigação nos ensinam várias coisas interessantes. Geralmente, eles começam com uma discussão epistemológica que consiste em: (a) discussões de concepções da ciência (conhecimento acumulado, arma de transformação social) e (b) lógica da investigação - Teoria + Hipóteses + Teste + Refutação/Aceitação. A partir daí, não há muita diferença entre um livro de métodos e técnicas e um livro de receitas de cozinha: como testar hipóteses, como elaborar questionários, como entrevistar pessoas. Entretanto, tudo isto aparece para mim como a indicação tempero à vontade ou sal a gosto numa receita de comida para quem nunca cozinhou. Não se trata, como poderíamos supor, do fato de livros de metodologia geralmente serem escritos por velhos pesquisadores

experientes, que passam a mão na cabeça de nossos problemas de jovens pesquisadores inexperientes e dizem – "Meninos, eu vi". É que eles nos transmitem uma interpretação charmosa de nós mesmos – nós nos vemos neles com aprovação de uma ciência "normal" (Kuhn), que avança seja nos ombros dos gigantes, seja pela antevisão da superação das contradições da realidade. E parte deste avanço é a codificação dos métodos e técnicas de pesquisa: qualquer problema evoca uma teoria (empírica ou exploratória) que contém as hipóteses que o solucionam. Esta hipótese por sua vez, contém em si as técnicas que a relacionam com o concreto – conceitos, variáveis e instrumentos. Entretanto, qualquer pesquisador sabe que esta lógica não é a lógica que ele aplica em sua pesquisa – embora seja esta a lógica que transparece em seu relatório de pesquisa – ou em seu projeto de pesquisa.

Não se trata de má-fé. Vou me explicar voltando ao meu problema de pesquisa de polícia e bandido. Uma situação bastante típica em delegacias é uma vítima chegar lá e dizer – "arrombaram minha casa". O investigador pergunta onde, quando e como. Onde = "quem são os vagabundos que geralmente circulam por ali"; quando = "quais deles estão soltos ou possivelmente em ação naquela semana"; como = "quem, dentre eles, arromba naquele estilo". Resulta daí um suspeito – e o próximo passo é sua localização: se é o X, ele deve estar na casa de fulana, pois faz parte de seus hábitos transar com mulher de vagabundo preso e o marido dela dançou em São Paulo. Se o X está na casa de fulana, ele é detectado e, através de uma conversa, o caso é ou não é esclarecido. Chegando na Delegacia, esta investigação é transformada em inquérito: Ocorrência + Inquirição das Testemunhas + Laudos Técnicos + Depoimento do Suspeito + Apresentação das Evidências de Culpa + Enquadramento do Culpado nos Artigos correspondentes aos delitos do Código Penal. O que estou dizendo é que a lógica dos livros de metodologia é exatamente igual à lógica do inquérito – formalizada, decomposta em passos necessários que vão da escolha do marco teórico à decisão quanto à refutação ou aceitação da hipótese. Esta é a lógica reconstruída do projeto, do relatório final e da idealização do livro-texto. Como a lógica do inquérito, ela encobre e mascara a lógica-em-uso do investigador (policial ou científico), ou seja, o conjunto de meias teorias, intuições, introspecção, talento e sorte que configuram o quotidiano e a rotina da investigação científica. Mais do que a aplicação criteriosa de passos e etapas necessárias ao conhecimento, a atividade prática de pesquisa

assemelha-se a uma pescaria, onde a regra central é fisgar o peixe – seja de que modo for.

Assim, dificilmente a receita do bom questionário resulta na construção do bom questionário – porque a receita supõe que já foi resolvido o problema do significado, da linguagem e do consenso entre a amostra e o pesquisador (estou me referindo à mensuração de atitudes – para variáveis de base – públicas e permanentes, tudo bem). Da mesma forma, a entrevista. E a observação.

Chegamos a uma abordagem do método que permite a descrição de alguns dos dilemas com que se defronta a ciência "normal" da realidade social: (a) a ortodoxia metodológica (expressa na lógica reconstruída dos artigos e dos manuais) supõe o cientista armado de teorias que definem as categorias codificadas de resposta dos objetos – e o produto da prática desta ortodoxia é a esterilidade que caracteriza tantas áreas da nossa ciência; e (b) a incapacidade desta ciência "normal" de agregar resultados de pesquisas de natureza mais descritiva. Isso porque a pretensão da ciência "normal" implica em teorizar em cima de dados insuficientes e a consequência é a busca, pelo pesquisador, de dados que se ajustem àquela teoria. Até o ponto em que começam a surgir evidências de que as coisas não são tão claras assim – aparecem fatos que não se encaixam na teoria, casos que negam a teoria, correlações inesperadas e inexplicáveis etc. etc.

Assim, eu acho que é necessário investir em outra perspectiva para a discussão dos problemas da descoberta e da explicação em nossa ciência. Para colocá-la em termos tentativos:

a. deixar de lado pretensões prematuras de ciência normal – precisamos de melhores dados para podermos teorizar melhor;
b. o "modelo" de investigação talvez seja este:
    1. concepções de membros sobre fatos ou conceito de 1ª ordem – p. ex., taxas de crimes ou tipificações de criminosos;
    2. interpretações que membros constroem desses fatos (cruzadas morais, interesses comerciais ou escaladas burocráticas como explicações de taxas de crimes ou *rationale* para tipificações).
    3. "interpretações de interpretações" ou conceito de 2ª ordem, do investigador – noções teóricas sobre (1) e (2); relações de papel, estrutura formal, identidade e autoimagem etc.

Uma objeção imediata a esta proposta vem, evidentemente, de tradição quantitativa – este programa se adaptaria às orientações de natureza etnográfica. Tudo bem – mas a mesma sensibilidade ao esgotamento de um modo institucional de fazer ciência aparece nas tentativas de compatibilização de técnicas de construção de modelos causais com proposições teóricas enfatizando a abertura, complexidade e indeterminação nos sistemas sociais, que tem levado à convergência entre "quantitativos" e marxistas como Wallerstein, por exemplo.

III - De volta ao mundo

Para dizer numa frase, o que estou propondo é que respeitemos, a nível da metodologia, a natureza do fenômeno da produção de conhecimento – para, inclusive, não perdermos tempo, energia e dinheiro na solução de quebra-cabeças já resolvidos ou na busca de saídas em becos-sem-saídas. Entretanto – e este é um ponto fundamental, mesmo para fechar nossa conversa – não acredito que a saída que vislumbrei leve ao desencantamento do mundo social (no sentido de incremento na previsibilidade de eventos e comportamentos). Isto por causa de algumas outras propriedades do mundo social e de seus habitantes (inclusive nós, que indagamos sobre suas astúcias) como, por exemplo, (a) a realidade social é aberta, ao contrário do que assumem positivistas ingênuos e marxistas populares; e (b) a lógica de explicação de seu sistema de causalidades está contaminada pela subjetividade dos agentes sociais. Assim, este mundo institucionaliza invenções e as subverte. Nesse sentido ele é sempre novo e a ciência que se ocupa de explicá-lo recebeu "o dom da eterna juventude" (Max Weber).

Esquema de aula no curso de Metodologia promovido pelo Setor de Pesquisa do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, 29/05/81. Espero comentários, críticas e sugestões.

http://doi.org/10.20336/rbs.818

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Futuros Passados

Este artigo, ora republicado pela *Revista Brasileira de Sociologia*, saiu originalmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* da Faculdade de Ciências Econômicas (FaFi) da Universidade Federal de Minas Gerais, no volume II, nº 1 de março de 1962. Trata-se do discurso de abertura do II Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte no dia 12 de março, pelo seu presidente, Florestan Fernandes.

O II congresso da SBS estava programado para se realizar em 1956, mas por questões de cunho político e institucional, só conseguiu se efetivar oito anos após o primeiro. A diretoria eleita em 1962 foi atropelada pelo golpe civil-militar de 1964 que desarticulou a SBS.

O III congresso, de reorganização, realizou-se apenas 25 anos depois, em 1987, num contexto de redemocratização e expansão institucional da formação e da pesquisa no país. Em sua abertura, Gabriel Cohn retomou o texto de Florestan, destacando os novos desafios da disciplina em "A Sociologia como interrogação", agora com os novos desafios colocados numa sociedade que se modernizou rapidamente sem mexer, contudo, na estrutura das desigualdades sociais que, ao invés de diminuírem, aumentaram.

Apesar das grandes mudanças na sociedade brasileira nestes últimos 58 anos, o texto de Florestan apresenta uma atualidade desconcertante. Argumenta que a adoção dos critérios de cientificidade na produção do conhecimento não estão dissociados de um determinado padrão de civilização e destaca um horizonte cultural sufocante e um forte irracionalismo "ligados à herança cultural pré-científica, ou de complexo jogo dos interesses sociais que limitam o aproveitamento dos dados e das descobertas da ciência às conveniências de manipulação do poder pelas camadas sociais dominantes, sejam elas quais forem". As sociedades humanas não passam por um processo evolutivo, linear. A

expansão da racionalidade e do conhecimento científico estão sujeitos de forma permanente a tensões e conflitos com fatores irracionais e retrógrados presentes na sociedade e o avanço da ciência depende da consolidação da ordem social democrática. Sociologia é o conhecimento crítico dos fenômenos sociais e, sem liberdade, esse conhecimento não prospera. O ano era 1962, mas em 2021, nosso horizonte está marcado pelas sombras do obscurantismo, do reacionarismo político, social e cultural. Os tempos sombrios estão de volta.

Ao lado dessa percepção preocupante do contexto vivido, outras questões são explanadas no texto vinculadas à formação, ao ensino e à atuação do sociólogo, evidenciando uma disciplina então em processo de afirmação, mas indicando desafios ainda a serem enfrentados. A maior parte delas, ainda está presentes nos debates da sociologia brasileira, exigindo sua releitura para melhor qualificar esses debates. Um texto se torna clássico pela perenidade das questões que sugere. Este texto evidencia essa condição.

Jacob Carlos Lima
Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia

A Sociologia como afirmação[1]

Sociology as assertion

Florestan Fernandes

Reunimo-nos aqui para debater os resultados e as perspectivas do desenvolvimento da sociologia no Brasil. Embora ainda seja modesto o caminho percorrido, são várias e complexas as tarefas e as obrigações com que nos defrontamos. Para enfrentá-las com êxito, espírito construtivo e responsabilidade científica, impõe-se que façamos um esforço de reflexão e que definamos, com a clareza possível, os nossos compromissos perante o futuro. Eis porque me propus o dever de discutir certas questões de caráter geral, sobre as quais teremos de nos entender, se quisermos dar à sociologia a posição que lhe compete, no quadro de uma civilização baseada na ciência e na tecnologia científica.

Ciência e civilização

O trabalho do cientista, qualquer que seja o ramo de investigações a que se dedique, requer certas condições especiais. Algumas dessas condições afetam, diretamente, a pessoa, o modo de ser e o comportamento do cientista, pelo menos no que diga respeito à realização do seu *métier*. Outras condições relacionam-se com a situação do ambiente cultural e às possibilidades que ele abre à investigação científica, às aplicações das descobertas da ciência na vida prática ou na educação e ao desenvolvimento persistente de concepções racionais, calcadas nos requisitos e nos dados de saber científico. Daí decorre que não se pode conceber o *"progresso da ciência"* como um processo intelectual autônomo, isolado e autossuficiente. Certos procedimentos científicos são exploráveis em qualquer contexto sociocultural, especialmente enquanto se tome em consideração a habilidade necessária à reprodução de certos experimentos ou à aplicação correta das normas da explicação científica a determinados fatos. No entanto, a partir

[1] Discurso presidencial, proferido por ocasião da abertura do II Congresso Brasileiro de Sociologia, em 12 de março de 1962, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais.

do momento em que se pretenda explorar sistematicamente os critérios do conhecimento científico na produção do saber original, na modernização da tecnologia e na educação, torna-se impossível dissociar a ciência de determinado padrão de civilização.

Vendo-se as coisas desse ângulo, parece evidente que precisamos efetuar radicais alterações na orientação que vem sendo seguida, na transplantação e na assimilação do saber científico. O nosso esforço se concentrou, até o presente, em alvos nitidamente imediatistas e estreitos. Os especialistas nos vários campos da ciência, individual ou coletivamente, preocuparam-se, de maneira absorvente ou exclusiva, com dois objetivos centrais: 1º) a formação de condições por assim dizer materiais e profissionais de trabalho, que assegurassem a expansão de "suas" disciplinas; 2º) a criação e o fortalecimento, segundo móveis unilaterais (e por vezes agressivos), de instituições que pareciam facilitar a consecução desse fim. Em consequência, o progresso das investigações científicas se deu de forma desordenada, em prejuízo para o equilíbrio do sistema das ciências, para o aproveitamento racional dos recursos financeiros ou humanos investidos no processo e para a influência dos cientistas na transformação do ambiente cultural. Por incrível que pareça, poucas figuras, entre os "grandes cientistas brasileiros", deram a devida importância aos influxos negativos do atraso cultural do País, verdadeira fonte de estrangulamento do crescimento da investigação científica em nosso meio; e muitos poucos perceberam os inconvenientes de um progresso desigual dos vários ramos da ciência. Cabe aos cientistas sociais sugerir novos pontos de vista, quando menos em nome dos dados da experiência cotidiana. Ninguém ignora mais, depois da fundação de escolas superiores isoladas e de universidades, em regiões econômica, social e culturalmente distintas, que as condições do ambiente interferem negativamente na esfera de trabalho do cientista, na avaliação produtiva da importância da ciência no mundo moderno e no uso socialmente construtivo de suas contribuições teóricas ou práticas. O horizonte cultural predominante é sufocante, não contendo um mínimo de noções que permitam estabelecer um intercâmbio ativo entre o leigo e o cientista. Ao contrário, o grau de secularização das concepções dominantes revela-se incapaz sequer para harmonizar os dois universos, permitindo a emergência contínua de confusões, mal-entendidos e conflitos que dificultam seriamente os avanços reais da pesquisa científica, da educação fundada na ciência e da modernização tecnológica.

Ora, tudo isso recomenda que encaremos o desenvolvimento da sociologia à luz do padrão de civilização que fez da ciência, da tecnologia científica e da educação baseada na ciência os fulcros da filosofia social do homem moderno. Em primeiro lugar, é preciso dar o devido valor a um certo grau uniforme de expansão de todas as ciências, que conseguimos integrar ao nosso sistema institucional. Isso pressupõe que seja pouco relevante um forte progresso isolado de certo setor, desacompanhado de êxitos equivalentes na reorganização do sistema educacional, de modo a dar-se um mínimo de preparação geral congruente com a mentalidade científica, e na expansão das demais ciências, que devem, idealmente, tender para um ritmo relativamente balanceado de crescimento. Em segundo lugar, é preciso não ignorarmos que todos os agentes humanos participam dos processos pelos quais a herança social se modifica e se enriquece. A ideia de que a "contribuição básica" do cientista deve ser medida somente através de suas descobertas científicas possui nítido caráter falacioso. Os papéis intelectuais dos cientistas obrigam-nos a fazer contínuas opções práticas em sua esfera de trabalho, as quais ligam sua capacidade inventiva ao fluxo de inovação institucional. A própria modificação dos padrões de trabalho, observados pelos investigadores, forçam-nos a inventar novos modelos de organização institucional das atividades associadas à pesquisa, à interpretação dos dados, à verificação e à comunicação das conclusões. Doutro lado, as repercussões das descobertas da ciência na vida prática são variáveis. O planejamento de instituições de ciência aplicada e o envolvimento institucional dos cientistas em programas de reforma educacional, planos de saúde pública, projetos de reconstrução econômica etc., dependem naturalmente de oportunidades oferecidas pelo meio social ambiente. Os cientistas precisam estar alertas diante de todas essas ocorrências, para pôr suas energias intelectuais e morais a serviço da ciência e da civilização que retira dela as forças que promovem o seu aperfeiçoamento contínuo.

Portanto, o sociólogo brasileiro de nossos dias defronta-se com exigências intelectuais que transcendem os limites confinados de sua especialidade. Como e enquanto sociólogo, cabe-lhe precípua e especificamente contribuir para o avanço da pesquisa sociológica no Brasil. Se quiser enfrentar essa obrigação com espírito íntegro, imaginativo e criador, porém, terá de compreender que a sociologia não pode medrar onde a ciência é repelida, como forma de explicação das coisas, do homem e da vida; e que a ciência

só pode expandir-se, efetivamente, entre os povos cuja civilização liberte a inteligência e a consciência do jugo do obscurantismo. Com isso, o que passa a ser essencial, numa certa fase de suas obrigações perante a ciência e a sociedade, vem a ser a conquista e a defesa de condições materiais e morais do trabalho científico. O combate ao atraso cultural inscreve-se entre seus papéis intelectuais, como e enquanto cientista (e não simplesmente como e enquanto cidadão), porque seu ponto de partida exige dele que atue como agente de inovação institucional, ao mesmo tempo que proceda como produtor de uma modalidade do saber científico.

Não obstante, cumpre não ignorar as implicações e natureza do pensamento científico. Como agente humano da inovação cultural, o cientista carrega consigo um marco especial de avaliação das ocorrências e das probabilidades. Sem ignorar as obrigações decorrentes de suas responsabilidades cívicas e morais, como "cidadão" e como "homem", compete-lhe discernir, no cenário histórico, *o que convém* e *o que não convém* ao progresso real da ciência e do padrão correspondente de civilização. Os motivos e os fins do cientista devem relacionar-se tanto em termos de consideração imediatistas quanto em função de objetivos remotos, com a emergência e a consolidação do horizonte cultural inerente à concepção científica do mundo. Atrás de qualquer opção que possa fazer conscientemente, sempre deve estar o mesmo alvo ideal: o nível de integração da civilização fundada na ciência e na tecnologia científica. Por isso, ele precisa possuir suficiente audácia e integridade intelectuais para repelir as pressões sociais que resultem ou do influxo de fatores irracionais, ligados à herança cultural pré-científica, ou de complexo jogo de interesses sociais que limitam o aproveitamento dos dados e das descobertas da ciência às conveniências de manipulação do poder pelas camadas sociais dominantes, sejam elas quais forem. Num mundo instável como o nosso, com frequência é possível associar os interesses sociais dos cientistas com os interesses sociais de outros círculos humanos. Em sociedades econômica e socialmente subdesenvolvidas, essa associação atinge limites extremos. Contudo, muitas vezes ocorre que as coincidências de centros de interesses homogêneos apresentem fronteiras limitadas. Tome-se, como exemplo, os requisitos essenciais à expansão da ciência no Brasil: a consolidação da ordem social democrática e o uso do planejamento como fator de orientação ou aceleração da mudança social. Para certos círculos

sociais, esses alvos ideais definem, por si mesmos, o desfecho final do processo histórico-social; para os cientistas, eles constituem meras condições (ou meios) para atingir outros fins, aparecendo, portanto, como o início de um processo histórico social mais amplo.

É deveras importante que o cientista se proponha os alvos ideais que persegue, em termos do padrão de integração da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica, porque de outro modo ele fica desarmado perante as iniciativas dos grupos que manipulem o poder e orientem o uso que se venha a fazer dos dados ou das descobertas da ciência. Em nossos dias, proliferam acusações ao cientista, à ciência e à tecnologia científica – que desmoralizam o saber científico e o seu agente humano –, mas que deviam ser endereçadas a outros agentes sociais e a diversos tipos de saber, variavelmente extra e anticientíficos. Graças à circunstância de os cientistas se omitirem diante de utilizações irracionais e destrutivas dos dados e das descobertas da ciência, e ao fato de eles não terem meios para alterar uma situação que lhes retira o controle das decisões políticas a respeito do modo de utilizar o conhecimento científico, muitas questões essenciais para o crescimento presente e futuro da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica foram tomadas segundo critérios irracionais, ditados por interesses sociais egoísticos, por inclinações conservantistas e por agentes humanos que odeiam visceralmente o espírito científico. Em países subdesenvolvidos, os cientistas encontram certa receptividade, em virtude da propensão geral para a valorização dos frutos da prosperidade econômica, do progresso cultural e do desenvolvimento social. Ainda assim, os alvos ideais legitimamente fundados na expansão da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica colidem, abertamente, com os motivos e os fins de círculos sociais que desejam a mudança rápida e intensa, mas só dentro dos limites dos seus interesses sociais. Se o cientista não quiser converter-se em mero instrumento de grupos sociais poderosos, ele precisa ver claro onde os propósitos extracientíficos ameaçam e interrompem a marcha da civilização moderna.

Essas reflexões delineiam o quadro geral de avaliações e opções que devem presidir à produção científica e aos ajustamentos intelectuais do sociólogo no mundo em que vivemos. Houve uma época em que os cientistas sociais ignoravam, olimpicamente, as implicações morais de

sua condição de cientista: hoje, não podemos manter esse alheamento. De um lado, porque nada justifica a convicção otimista do cientista da era liberal, segundo a qual a evolução progressiva do gênero humano se faria, fatalmente, na direção da racionalidade. O uso das técnicas culturais depende estreitamente da maneira pela qual os grupos localizados nas posições dominantes da estrutura de poder encaram suas responsabilidades e procuram servir a seus interesses egoísticos. Até a energia atômica chegou a ser aplicada destrutivamente contra comunidades humanas; e vários exemplos demonstram como técnicas ainda mais perigosas, de manipulação da vontade humana, são empregadas imoderadamente, pelas "democracias liberais" e pelas "democracias socialistas". O próprio cientista tem de impor-se uma ética *da responsabilidade científica* e agir através de deliberações que ela pressuponha, mesmo à custa de um aumento potencial de conflitos com grupos empenhados na exploração egoística da ciência ou da tecnologia científica. De outro lado, porque atingimos um ponto crucial de expansão da ciência num mundo sujeito a contradições e a tensões vinculadas a fatores irracionais. Parece provável que os obstáculos à livre expansão do conhecimento científico tenderão a aumentar de intensidade, na medida em que se tornar cada vez mais claro qual será a alternativa: formas de saber obsoletas, herdadas do passado tradicionalista e pré-científico são condenadas ao abandono, convertendo-se em relíquias sem função. Daí, o antagonismo contra a ciência e a tecnologia científica propaga-se e acirra-se, paradoxalmente, onde ambas estão dando contribuições mais eficazes à reconstrução de ambiente pelo homem. Os cientistas sociais precisam preparar-se para opor-se, objetivamente, à recrudescência das "críticas espiritualistas" ou dos "ataques materialistas" aos papéis intelectuais que terão de desempenhar, nas sociedades que conseguirem adotar técnicas racionais de controle dos problemas sociais.

Na situação cultural do Brasil, essas reflexões possuem uma significação prática evidente. O que nos deve atrair, na experiência dos outros povos do mesmo círculo civilizatório, não são os processos históricos transcorridos, mas os processos potenciais, que não chegaram a transformar-se em "história". Ou seja, em palavras diferentes, o Brasil (como as demais nações subdesenvolvidas) não deve propor-se, como ideal, reproduzir no presente o passado de outros povos, por mais opulento e fascinante que ele possa parecer. O que nos devemos propor a explorar, pois, são as potencialidades

de desenvolvimento, em sua maioria apenas parcialmente alcançadas pelas "nações plenamente desenvolvidas", do círculo civilizatório em cuja periferia está inserida a sociedade brasileira. Bem sabemos o quanto essas potencialidades de desenvolvimento dependem da expansão da ciência e da tecnologia científica; e o que representam, nesse quadro, o invento e a utilização de novas técnicas sociais, a serem forjadas com base nos dados e nas descobertas das ciências sociais. Para estarem preparados para os papéis intelectuais que serão chamados a cumprir, os cientistas sociais brasileiros não devem circunscrever sua imaginação científica e sua contribuição criadora às possibilidades incertas do momento atual. Eles precisam saber projetar essas possibilidades em diferentes níveis de reintegração da ordem econômica e social, igualmente realizáveis pelo homem através de comportamentos coletivos organizados. Se lhes é vedado escolher e predeterminar o rumo da história, nada impede que eles contribuam, positivamente para que as opções socialmente triunfantes logrem um mínimo de eficácia em um influxo dinâmico máximo na conformação do sistema civilizatório.

Ensino e pesquisa na Sociologia

É justamente nas áreas do ensino e da pesquisa que são maiores as oportunidades de inovação institucional. Há elementos perturbadores na situação em que nos encontramos, por causa da penúria de meios financeiros, pedagógicos e humanos. Mas os obstáculos não são insuperáveis e muitas condições ou fatores de ambiente são passíveis de mobilização positiva. Quando ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, como aluno da seção de ciências sociais, em 1941, encontrei um ensino universitário de alto nível acadêmico. Para falar com franqueza, de nível excessivamente alto para as possibilidades intelectuais médias do aluno brasileiro, recém-egresso de um ensino médio assaz medíocre. Precisei fazer ingentes esforços para conquistar resultados precaríssimos e só lentamente consegui converter a presença física nas salas de aula em interação responsável. Não obstante, aquele ensino universitário, de padrão tão elevado e excepcional, não consultava nem as nossas ânsias de aprendizagem nem correspondia às nossas necessidades socioculturais. Ele visava, ao estilo europeu, formar o *scholar* típico, ou seja, uma figura que

jamais encontraria clima de sobrevivência no Brasil, um tanto extravagante num meio que solicitava uma intelectualidade militante. A grave lacuna era visível até aos principiantes. Aquele ensino não preparava o estudante para nenhuma carreira e muito menos para a carreira científica. Mais tarde, no início de 1945, estreei precocemente e sem a necessária bagagem científica, nas atividades docentes. Então, tive meios para aquilatar as falhas oriundas do ensino recebido e para perceber que as coisas iam bem pior no setor da pesquisa. Nenhum recurso financeiro; nenhum estímulo e nenhuma orientação para o trabalho organizado; nenhuma possibilidade de pesquisa em equipe. O padrão de pesquisa explorado consistia na aventura pessoal. Alguém mais arrojado lançava-se a uma investigação, sem contar com nada além do tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário. Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa sobre relações entre negros e brancos, suscitada pela UNESCO. Pois bem, nos anos subsequentes, assisti à paulatina correção parcial dessas dificuldades. Graças a arranjos entre o pessoal docente, o ensino tornou-se mais formativo, concentrando-se na transmissão de conhecimentos básicos e promovendo a iniciação gradual dos alunos no estudo e depois no uso das técnicas sociológicas de investigações. E embora ainda estejamos longe de ter as condições ideais de trabalho, dispomos junto à nossa cadeira de um grupo de pesquisadores e auxiliares de pesquisa, de algum equipamento para realizar investigações e um centro de pesquisas. Tudo isso representa o começo da superação definitiva do antigo padrão de pesquisa, que confinava pesadamente o alcance empírico e teórico de nossas investigações.

Esse simples exemplo revela o *lado bom* e o *lado ruim* da situação brasileira. A nossa herança intelectual é desfavorável e limitativa: o padrão brasileiro de ensino superior resiste tenazmente à modernização das técnicas pedagógicas, à utilização da pesquisa como recurso sistemático de aprendizagem e à incentivação de atitudes críticas entre os alunos. Mal preparadas para o ensino de cunho científico, as nossas escolas superiores também estavam desaparelhadas para a pesquisa científica original. Destruir o ponto morto existente nos dois níveis, do ensino e da pesquisa equivale a romper as barreiras institucionais que continham ou sufocavam toda e qualquer inovação. Mas, convém que se reconheça, iniciado o processo de renovação, tudo depende da tenacidade e da diligência dos que nele

estejam envolvidos. As esperanças depositadas no ensino e na ciência são tão grandes, que as resistências cedem lugar a facilidades perigosas, que podem se voltar contra os inovadores como o feitiço contra o aprendiz de feiticeiro. Isso ilustra de maneira conclusiva a hipótese sociológica de que, em todas as situações culturais, operam simultaneamente forças adversas e forças favoráveis à mudança. Como, no caso, as forças favoráveis atuam num contexto institucional onde nossa liberdade de ação é máxima, parece claro que dispomos pelo menos de algumas condições essenciais para estabelecer e pôr em prática as inovações requeridas pelos alvos de trabalho escolhidos.

O fundamental vem a ser, portanto, a fixação desses alvos. Tomando ao pé da letra o paralelismo com os países plenamente desenvolvidos, alguns cientistas sociais pensam que deveríamos cultivar um padrão de ensino simplificado e estimular somente investigações sobre a situação histórico-social global, como se nos competisse acumular explicações comparáveis às que o conhecimento do senso comum produziu na Europa, no período de desintegração da sociedade feudal e de constituição da sociedade de classes. Segundo suponho, nada seria mais errado e perigoso. O conhecimento científico não possui dois padrões: um adaptável às *sociedades desenvolvidas*; outro acessível às *sociedades subdesenvolvidas*. Temos de preparar especialistas que sejam capazes de explorar, normalmente, os modelos de observação, análise e explicação da realidade, fornecidos pela ciência. Ninguém pode ignorar que é no setor do pensamento científico e tecnológico que o progresso das nações desenvolvidas se mostra mais rápido. Se quisermos atenuar ou superar a distância que nos separa dessas nações, o caminho é um só – conquistar pleno domínio das técnicas sociais modernas, entre as quais se incluem o pensamento científico e a tecnologia fundada na ciência. É possível atingir esse fim de vários modos. O que se afigura impraticável é romper o atraso econômico, social e cultural de outra maneira. Temos de formar especialistas de real competência em seus campos de trabalho, que suportem o confronto com colegas estrangeiros através dos critérios universais de avaliações da capacidade científica. Doutro lado, porém, parece irrefutável que precisamos formar tais especialistas segundo certa escala de grandeza. Não basta formar "um" ou "alguns" cientistas, mas um número relativamente grande de especialistas de alta qualidade. Um cálculo grosseiro mostrou-me que formamos, na Universidade de São Paulo, aproximadamente dez sociólogos num período de quinze anos. Esse

número é irrisório! Teríamos de multiplicá-lo por cinco, no mesmo lapso de tempo, para podermos atender às necessidades mínimas que estão surgindo de pessoal qualificado para trabalhar em nosso campo, seja no ensino, seja na pesquisa, seja em ocupações de teor técnico.

Esse rápido bosquejo acentua que os problemas de ensino e da pesquisa, em termos das exigências de formação do pessoal altamente especializado, envolvem duas faces: uma qualitativa, outra quantitativa. O sistema educacional brasileiro dificulta a solução desse problema sob os dois aspectos. Só por acaso, jovens aptos para a carreira científica na sociologia chegam aos cursos de ciências sociais e os concluem. E, o que é pior, só por acaso eles são aproveitados produtivamente, ao terminarem os cursos. Seria preciso dispor-se de recursos especiais para a criação de um complexo sistema de bolsas e subvenções aos alunos promissores, que permitisse atrair maior número de candidatos bem dotados, mantê-los durante maior lapso de tempo em regime de treinamento supervisionado intensivo e retê-los em ocupações intelectuais em que suas energias pudessem ser aproveitadas de forma reprodutiva para a coletividade. Há quem tema semelhante política, alegando que ela fomentaria o aparecimento em massa de intelectuais condenados ao desemprego crônico e ao desajustamento. Tal risco parece ser discutível. Está claro que nem todos os candidatos bem sucedidos iriam devotar-se à pesquisa sociológica fundamental. O crescimento econômico tende a provocar a diferenciação e a intensificação da procura de jovens com formação científica básica em vários tipos de ocupações administrativas, técnicas e científicas. Aumentar a qualidade e a quantidade de especialistas nas ciências sociais seria uma condição crucial para se corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de expansão da ciência pura e às necessidades de mão de obra altamente qualificada da economia.

O que se torna difícil é organizar o ensino da sociologia de modo a atender, simultaneamente, aos dois requisitos. Os recursos postos à disposição dos centros de formação de sociólogos têm se revelado insuficientes, forçando que se sacrifique o número à qualidade, ou vice-versa. Contudo, a questão não se resolveria pela simples multiplicação dos recursos financeiros, educacionais e humanos. No momento, antes de mais nada, temos de conseguir maior êxito e eficácia na utilização dos fatores mobilizados. Em outras palavras, primeiro seria preciso introduzir racionalidade no aproveitamento desses fatores; em seguida, poder-se-ia cogitar das formas de incrementá-los

e de combiná-los segundo esquemas novos. O que caracteriza a situação brasileira, do ponto de vista da utilização dos recursos invertidos no ensino e na pesquisa, inclusive no campo das ciências sociais, não é só escassez, mas a escassez combinada ao desperdício. Não temos procurado ajustar a organização das instituições em que operamos para produzir o rendimento máximo possível, *em regime de escassez permanente de recursos*. O resultado fatal é óbvio: todo aumento de recursos se faz acompanhar de maior desperdício e, às vezes, até de sintomas de desorganização institucional. Para que isso não ocorra, antes de cuidar-se do aumento de recursos deve-se tratar do aproveitamento racional dos fatores mobilizados, o que redundaria em elevar a potencialidade de aproveitamento positivo limite dos recursos e energias absorvidas e proporcionaria um mecanismo para reduzir os efeitos negativos da penúria crônica de meios essenciais.

Deixando de lado outras questões, conviria ventilar dois temas gerais. Primeiro, o que diz respeito à orientação a seguir-se na organização do ensino básico a ser ministrado àqueles que pretendam devotar-se à pesquisa sociológica. Segundo, o que se refere ao modo pelo qual devemos colaborar, direta e ativamente, na expansão da pesquisa sociológica no Brasil.

Quanto ao primeiro tema, parece que temos trilhado um caminho impróprio, dando pouca atenção às necessidades peculiares de formação do cientista social propriamente dito. Procedemos como se o cientista devesse ser o produto ocasional de experiências intelectuais coordenadas externamente, no tempo e no espaço. O amadurecimento gradativo, associado inicialmente à escolarização, deveria ser o motor das opções dos jovens que sentissem o apelo da pesquisa sociológica e a ela pretendessem dedicar-se. Nada mais precário! Esse modelo de organização do ensino superior tem sido severamente criticado, mesmo em países onde as circunstâncias favorecem o seu aproveitamento eficaz, como sucede na França. O nível intelectual médio, o grau de isolamento dos intelectuais, a ausência de tradições universitária e científica, a falta de padrões de cooperação e de competição intelectuais firmemente estabelecidos e respeitados etc., reduzem drasticamente a eficácia daquele modelo de ensino superior no meio social brasileiro. Se não quisermos pura e simplesmente substituir o nosso antigo autodidata por um espécime indigesto de "erudito", precisamos cortar o mal pela raiz, ajustando a preparação do aluno àquilo que ele deve aprender de fato, para tornar-se um pesquisador e um cientista.

Isso pressupõe a remodelação radical de nosso ensino das ciências sociais. É urgente dar maior amplitude, plasticidade e objetividade à formação teórica básica. Há certos conhecimentos fundamentais da psicologia, da sociologia, da economia, da antropologia, da geografia, da ciência política e da história que todos precisamos possuir. Mas, além de alterar as bases do ensino teórico elementar, temos de modificar também a orientação dada ao ensino em conjunto. Os candidatos que aspiram a converter-se em pesquisadores e cientistas sociais precisam adquirir familiaridade e habilidade no uso das técnicas de investigações, análise e interpretação. Isso requer um tipo complexo de aprendizagem, que promova sua iniciação no conhecimento do método científico, dos procedimentos teóricos e lógicos da investigação sociológica e, especialmente, das áreas em que se está processando o crescimento teórico da sociologia no presente. A aprendizagem organizada somente fornece o ponto de partida. Cumpre, no entanto, que o empuxão inicial seja seguro, colocando os aprendizes de sociólogo pelo menos em rotas certas. A experiência que amealhei, ao longo de dezessete anos de trabalho, com alunos de diferentes níveis e ambições intelectuais, levou-me à convicção de que devemos organizar estritamente a formação do pesquisador, embora respeitando e incentivando, naturalmente, suas propensões e capacidade criadora. No período incipiente da aprendizagem, não se deve ir além dos conhecimentos gerais básicos e do adestramento direto em técnicas de uso universal, como a entrevista, o questionário etc. A fase verdadeiramente crucial da preparação do pesquisador deve coincidir com o acesso aos cursos pós-graduados. Aí, convém estimular, nos dois primeiros anos, a complementação e o aperfeiçoamento no uso das técnicas de investigação e envolver o candidato num projeto completo de pesquisas, que ele possa conceber e levar a cabo, sob supervisão discreta ou insistente do orientador, conforme as circunstâncias. O estudo de comunidades ou de pequenos grupos parece ser o melhor expediente para levar o aluno a refletir sociologicamente, a aprender o respeito pelos dados de fato, a compreender e a praticar a objetividade, a descobrir a utilidade dos conceitos e teorias sociológicas, a perceber o valor das hipóteses e dos critérios pelos quais elas podem ser submetidas à prova, a adquirir habilidades na identificação, classificação e tratamento analítico das evidências relevantes para a descrição e a interpretação dos fenômenos considerados, a capacitar-se para lidar com totalidades e a construir tipos etc. Depois disso é que se poderia recomendar

voos mais altos, em etapas mais avançadas de especialização, voltadas para a obtenção de graus acadêmicos. Se concedêssemos uns três anos a esse objetivo, ao todo lograríamos lançar as bases de uma carreira científica séria e iniciar o processo de formação da personalidade do cientista em cinco anos.

Quanto ao segundo tema, releva considerar que as perspectivas da pesquisa científica constituem uma função da valorização e do uso da ciência pela sociedade. Ficamos muito tempo presos a avaliações extracientíficas da sociologia, o que redundou em subestimação da pesquisa sociológica e na deformação do modo de concebê-la. As primeiras tentativas de coordenação de informações para análise assistemática ocorreram no último quartel do século XIX, como se infere das obras de autores como Tavares Bastos, Perdigão Malheiros, Nabuco ou Sílvio Romero. De lá para cá, passando-se pelas contribuições de Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e tantos outros, ocorreram progressos sensíveis no uso e crítica de fontes, na elaboração interpretativa dos dados e na construção de explicações gerais. Contudo, só recentemente surgiu o afã de superar as limitações inerentes à pesquisa histórico-sociográfica, de explorar criadoramente a pesquisa de campo e de projetar as conclusões em contextos teóricos sociologicamente relevantes. Esse alargamento das possibilidades de trabalho foi terrivelmente mutilado nas primeiras tentativas, em virtude das condições em que as pesquisas eram projetadas e realizadas, pelo esforço de um investigador isolado e desamparado. Ainda assim, como atestam as contribuições pioneiras de Emílio Willems, aí se acha a fonte da revolução empírica e teórica por que passou a sociologia entre nós, nos últimos vinte e cinco anos. O passo que se impunha dar em seguida vem sendo ensaiado em alguns centros de investigação, com a evolução, para planos de pesquisas cuja execução depende de grupos de investigadores. Na medida em que tivermos êxito nesses desenvolvimentos, teremos também superado as limitações empíricas e teóricas da pesquisa baseada na capacidade do investigador isolado. Na verdade, mau grado sua importância há alguns anos atrás, este tipo de pesquisa ergueu-se como uma espécie de barreira ao progresso da investigação sociológica na direção de problemas teóricos mais amplos.

Esse breve resumo sugere que estamos em vias de atingir uma etapa de plena maturidade científica, no que concerne à pesquisa sociológica. Por

isso convém fazer-se algumas ponderações, que nos ponham ao abrigo de medidas apressadas. Primeiro, não devemos, de maneira alguma, abolir o padrão individualista de pesquisa. Ele é muito útil, como recurso didático (no treinamento de alunos em cursos de especialização), devendo ser explorado inteligentemente na fase formativa de preparação do sociólogo. Doutro lado, na situação brasileira, ele pode ser usado frutiferamente, por vários tipos de cultores da sociologia, quer os resultados das investigações sejam ou não aproveitados na obtenção de graus acadêmicos. Por fim, não são poucos os problemas sociológicos que podem ser conhecidos empiricamente e esclarecidos teoricamente através do esforço pessoal do investigador isolado. Essas razões demonstram que não se deve considerar com argumentos simplistas a importância de tal padrão de pesquisa empírica sistemática. Segundo, a pesquisa em equipe pode tornar-se muito cara e haveria motivos ponderáveis para não incrementarmos, por enquanto, algumas de suas modalidades. Todo sociólogo deve ter a ambição de contribuir para o desenvolvimento teórico da sociologia. Mas, existem vários meios para atingir esse desiderato. Segundo suponho, na escolha dos objetos das pesquisas sociológicas devemos dar prioridade aos assuntos que são mais relevantes para o conhecimento da sociedade brasileira, ao controle dos problemas sociais com que nos defrontamos etc. Operando nessas áreas, poderemos pôr à prova muitas explicações clássicas na sociologia e fazer descobertas de real alcance teórico. O que se torna essencial é evitar o fascínio por certos tipos de trabalho, que só podem ser desenvolvidos por centros dotados de vastos recursos, e a inclusão precoce do sociólogo brasileiro na competição irrestrita com os sociólogos estrangeiros. A pesquisa quantitativa e sociométrica, por exemplo está na moda nos Estados Unidos. É provável que ela nos ajude a introduzir maior rigor na formulação das teorias sociológicas, graças à notação matemática ou logística. Muitos especialistas jovens, movidos pela ambição de converterem-se em Newtons da sociologia, lançam-se ardorosamente a esses campos de investigação. Nem por isso devemos nos precipitar. Pode muito bem ocorrer que a matemática não seja tão importante para a integração dos conhecimentos teóricos, como se deduz via Darwin. Acresce que não dispomos de recursos materiais e humanos para explorar, consequentemente, semelhantes alternativas de pesquisa em grupo. E, o que é deveras mais importante, parece evidente que elas não nos

esclareceriam mais e melhor a respeito dos aspectos da sociedade brasileira, que temos empenho de conhecer com urgência.

Essas conclusões sublinham um ponto de vista pessoal e retificável. Atrevo-me a expô-las com franqueza porque acredito que devemos ser, a um tempo, ambiciosos, realistas e modestos. Temos de ser ambiciosos, para concentrarmos os nossos esforços, no setor do ensino ou no da pesquisa, ou em ambos, simultaneamente, em alvos significativos para o crescimento da sociologia como ciência. Temos de ser realistas, para sabermos aproveitar, construtivamente, as oportunidades de trabalho existentes, bem como para melhorá-las e ampliá-las. Temos de ser modestos, para não invertermos a ordem natural das coisas, querendo começar pelo fim, numa área em que a acumulação progressiva de experiências é essencial. Não precisamos reproduzir os penosos avanços e recuos que marcam o desenvolvimento da sociologia na Europa e nos Estados Unidos. Mas, também, seria imprudente aspirarmos confrontos com outros centros de investigação, que resolveram, há tempo, dificuldades análogas às que enfrentamos. Quando atitudes desse teor não são ditadas pelo culto ferrenho à mediania, elas conduzem a decisões equilibradas e com frequência mais justas.

Os alvos centrais da explicação sociológica

A discussão precedente insinua que, na situação de trabalho dos sociólogos brasileiros, certos alvos teóricos merecem ser cultivados sistematicamente. Agora seria o momento de debater melhor esse ponto de vista. Em termos das exigências ideais da carreira científica, as escolhas dos campos de investigação deveriam ser governadas pela importância que eles tivessem para o desenvolvimento teórico da sociologia e pelas disposições de sujeito-investigador de devotar suas energias às tarefas intelectuais decorrentes. Contudo, outros fatores interferem na eleição dos campos de pesquisas pelos sociólogos, fazendo com que a estratégia geral do trabalho seja profundamente afetada pela situação cultural ambiente. O volume dos recursos destinados à sociologia, o grau de desenvolvimento das instituições consagradas à investigação sociológica, o tipo de valorização e de aproveitamento extracientíficos dos resultados das pesquisas sociológicas

etc., determinam, de maneira profunda, a orientação seguida nas escolhas. É essencial estabelecer-se que essas influências raramente são reconhecidas, como se o cientista social quisesse ostentar uma condição de liberdade total, que não possui e que não existe em nenhum domínio da ciência. Doutro lado, mesmo quando tais influências assumem certas proporções (seja em consequência do estabelecimento de uma "tradição de trabalho", em determinadas instituições de ensino ou de pesquisa, seja em consequência de mecanismos formais de controle, como acontece em sociedades planificadas), nem sempre elas são prejudiciais ao crescimento da teoria sociológica. Elas só se tornam verdadeiramente negativas e perigosas quando subvertem a natureza do conhecimento científico, o que já se verificou durante a experiência nazista na Alemanha, a qual não poupou a nossa disciplina. Nesse caso, motivos e razões ultracientíficas acabam prevalecendo sobre o que deveria ser relevante para o progresso da pesquisa fundamental e da elaboração teórica. Enquanto essa alternativa não se realiza, e ela só se realiza raramente por haver pouco interesse prático em estimular desenvolvimentos irrelevantes na ciência, os influxos mencionados atuam construtivamente, incentivando o crescimento do suporte financeiro das investigações e maior interesse por elas, nos círculos científicos e leigos.

No fundo, portanto, sempre existe alguma espécie de condicionamento cultural e de interferência extracientífica sobre os desenvolvimentos da ciência. Cabe aos cientistas promover as decisões que ajustem as potencialidades favoráveis do ambiente cultural às exigências da expansão teórica do conhecimento científico. Nada impede que, feitas as escolhas estrategicamente recomendáveis, em função das disponibilidades de recursos materiais e humanos, as investigações conduzam a resultados de sólida significação empírica e teórica. A partir de certo momento, supondo-se que seja constante o afluxo de recursos materiais e humanos, o êxito das investigações passa a depender, estritamente, da capacidade de trabalho, da imaginação criadora e da persistência dos investigadores, neutralizando-se a interferência dos fatores extracientíficos. Esse mecanismo recebe uma explicação simples: as investigações, para atingir os fins visados, que são a descoberta, a verificação e a generalização de certos conhecimentos positivos originais, têm de submeter-se, inapelavelmente, aos cânones e procedimentos do método científico. Isso faz com que exista grande plasticidade nas relações de crescimento da ciência com a organização da sociedade, até em condições

relativamente pouco estimulantes. Em segundo lugar, confere ao cientista um mínimo de autonomia para concentrar-se de certa forma na realização de seus intentos de pesquisas, empíricas e teóricas, associando diretamente os seus esforços à obtenção de conhecimentos originais.

Ao aplicar essas ideias gerais à sociologia no cenário brasileiro, é preciso ter em conta outros elementos, que são por assim dizer peculiares às ciências sociais, por causa dos problemas científicos com que elas lidam. Acima de tudo, convém não ignorar que o desenvolvimento teórico alcançado pelas ciências sociais não é de molde a reduzir severamente a importância positiva de contribuições mais ou menos modestas, em vista dos alvos teóricos focalizados ou dos recursos materiais e humanos acessíveis. Às vezes, trabalhos aparentemente singelos, podem adquirir enorme significado teórico. O exemplo clássico, a esse respeito, é o estudo de Max Weber sobre as relações da ética protestante com a emergência do capitalismo. As proporções empíricas da investigação, as fontes dos dados utilizados, o tratamento analítico dispensado aos dados, a maneira de ordenar os resultados escolhidos para exposição e comunicação, tudo podia caber nos limites de uma iniciativa altamente modesta de um investigador. Todavia, graças ao contexto geral da problemática construída por Weber, os resultados da investigação foram projetados na direção do esclarecimento de questões complexas e de enorme significação para a teoria sociológica. Esse exemplo ilustra, cabalmente, a situação existente em ciências novas, nas quais os investigadores, dependendo de seu talento e fecundidade intelectual, podem dar contribuições originais do ponto de vista teórico, escolhendo caminhos pouco complicados. Mas, também seria recomendável lembrar que os cientistas sociais operam com "sistemas abertos" e "descontínuos", por hipótese inexauríveis, tanto empírica quanto teoricamente, pelo conhecimento exclusivo de algumas alternativas. Mau grado as explicações acumuladas pela investigação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, para entender-se o desenvolvimento do capitalismo na Ásia, na África, na Oceania ou na América Latina é preciso realizar-se investigações especiais sobre cada uma dessas áreas e, especificamente, sobre cada uma das comunidades nacionais em processo de ocidentalização ou de assimilação dos padrões capitalistas de organização do comportamento econômico. Por aí se vê que circunstâncias variáveis adquirem importância especial nas ciências sociais, exigindo e atribuindo enorme significação teórica e

desdobramentos da observação e da interpretação dos sistemas sociais em que elas podem ser descritas objetivamente. Os sociólogos que vivem nos chamados países subdesenvolvidos desfrutam, assim, de oportunidades ideais para observar e explicar processo sociais que seriam ignorados ou mal conhecidos de outra maneira. Independentemente disso, como o objeto da sociologia é a investigação de comportamento social organizado, diante deles abrem-se as mesmas perspectivas do trabalho científico com que contam os demais colegas. As diferenças flagrantes e notáveis dizem respeito, portanto, à disponibilidade de recursos materiais e humanos, à consistência dos incentivos que motivem adequadamente os investigadores e às possibilidades do crescimento das instituições de pesquisa sociológica. Ainda assim, os efeitos negativos que emergem nesses planos podem ser largamente compensados, se os cientistas sociais procurarem explorar de forma mais eficaz as condições e os fatores favoráveis à pesquisa científica na situação cultural ambiente.

Duas questões aguardam, não obstante, análise especial. Primeiro, se seria desejável ou produtivo equacionar as ambições e os alvos teóricos proporcionalmente às disponibilidades de recursos materiais e humanos, reguladas institucionalmente. Segundo, qual seria a amplitude ideal de contenção da variedade dos centros de interesses teóricos, a serem animados formalmente. A respeito de ambas, surgiram controvérsias vinculadas a opções estreitas e, sob vários aspectos, inúteis para a ciência e improdutivas para os propósitos práticos explicitados. Na verdade, o conhecimento sociológico desempenha, nas nações subdesenvolvidas, a função de equivalente do conhecimento de senso comum, no que tange à tomada de consciência da natureza dos problemas sociais provocados pela desintegração do *antigo regime*, pela formação da sociedade de classes e pela expansão do capitalismo. Onde a transição para a era industrial se fez sob maior equilíbrio estrutural e dinâmico, o horizonte cultural dominante foi alterado ao mesmo tempo em que se transformavam as condições materiais e morais da existência humana. Noções de procedência extracientífica, produzidas por formas pré-científicas de saber, de percepção da realidade e de comunicação simbólica, mas altamente secularizada e racionais como mostram as análises de Marx, Tönnies, Max Weber, Sombart e outros sociólogos, deram ao homem a possibilidade de tomar consciência do que ocorria no meio ambiente e de aplicar sua capacidade de comportamento

inteligente na modificação da herança social. Ora, os processos de secularização da cultura e de racionalização dos modos de compreender o mundo não progrediram nem operaram de maneira análoga nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas. Em consequência, os homens de ação e os círculos mais ativos na estrutura de poder dessas sociedades voltaram-se para os cientistas sociais, na ânsia de obter conhecimentos que permitissem ajustar sua percepção e intervenção na realidade às exigências da situação. Segundo penso, há aqui duas coisas distintas a considerar. Uma, é a de saber se o cientista social deve corresponder à semelhante expectativa, que o compele a realizar sondagens ou contribuições de reduzido alcance teórico; outra, é a de determinar se esse incentivo não poderia ser aproveitado de forma mais construtiva para o desenvolvimento da teoria sociológica. Em suma, parece-me que o cientista social deve atender às expectativas que o inserem nos processos de autoconsciência da realidade social. Mas, ao fazê-lo, não pode negligenciar outras obrigações a que está sujeito e que decorrem da própria natureza do conhecimento científico, bem como da qualidade dos papéis intelectuais que tem de desempenhar socialmente. Em particular, jamais poderá admitir que essa circunstância transitória e aleatória acabe instaurando a degradação do conhecimento científico, pela via de sua identificação pura e simples com modalidades mais ou menos elaboradas do conhecimento de senso comum.

Quanto ao primeiro ponto, parece evidente que as decisões recomendáveis devem conduzir a uma estratégia do trabalho que permita selecionar as melhores oportunidades de expansão da pesquisa fundamental e da produção teórica, em regime crônico de escassez de recursos materiais e humanos. Em outras palavras, o sociólogo tem de decidir como aplicar recursos escassos da maneira mais produtiva para o desenvolvimento da teoria sociológica em seu ambiente cultural. Isso não equivale a decidir que lhe estejam vedadas as possibilidades de contribuir, produtivamente, para o progresso da sociologia como ciência de observação. Estaríamos diante de algo como uma quase-especialização na esfera das grandes tarefas teóricas, regulável por contingências combatíveis e eliminàveis. Em todo campo científico, existem projetos de investigação mais "caros" e mais "baratos", que envolvam maior ou menor número de investigadores, que cuidem de problemas mais ou menos acessíveis etc. O que decide de sua importância para a ciência não é essa circunstância exterior, porém, o modo pelo qual os

investigadores aproveitam a oportunidade para promover o avanço de dado conjunto de explicações teóricas. A linha de ação que devemos pôr em prática consiste em fazer escolhas que atinjam melhor esse objetivo na situação econômica, social e cultural em que nos achamos. Por isso, certos campos da sociologia convertem-se, inevitavelmente, em campos ideais de trabalho, pelo menos enquanto perdurar a referida situação. De um lado, a imperiosa necessidade de conhecer os mecanismos de integração e de diferenciação da sociedade brasileira valoriza extraordinariamente as contribuições que caem no domínio da sociologia descritiva. Ao contrário do que se pensou no passado, os modelos sociográficos de descrição e interpretação da realidade trazem importantes contribuições teóricas para o esclarecimento de problemas relacionados com o nível de integração, o padrão de equilíbrio e o funcionamento de sistemas sociais globais. E parece fora de dúvida que os conhecimentos teóricos resultantes possuem inegável interesse prático. A questão está em não interromper a análise e as interpretações na fase da reconstrução pura e simples do sistema social global considerado, como se tem feito em muitos estudos antropológicos e sociológicos de comunidades, da empresa industrial, da escola etc. Explorados convenientemente, os mencionados modelos abrem sólidas perspectivas à acumulação de conhecimentos sobre as várias facetas do *Brasil arcaico* e do *Brasil moderno*, de patente importância teórica para a explicação dos processos que operam nos diversos níveis de integração da sociedade brasileira, e de previsível importância prática para aqueles que se ocupam com a aceleração da mudança social visando a maiores índices de homogeneização da sociedade brasileira. Outros campos teóricos que merecem atenção especial relacionam-se com a sociologia diferencial (ou histórica), a sociologia comparada e a sociologia aplicada. Aqui, alvos teóricos e motivos práticos também se misturam e se confundem amplamente. Temos necessidade urgente de saber, positivamente, como certos processos universais nas sociedades de classes operam, de fato, na sociedade brasileira e por que isso sucede. A análise, nesse plano, atinge maior complexidade, requerendo a construção e a manipulação interpretativa de tipos esquemáticos, usualmente empregados pelos sociólogos especializados nos problemas da sociologia diferencial e da sociologia comparada. Os conhecimentos que precisamos acumular sobre os problemas sociais brasileiros, por sua vez, são de tal ordem que exigem não só que atribuamos grande importância às investigações pertinentes à

sociologia aplicada, mas obrigam-nos a dar novo rumo empírico, teórico e pragmático a essas investigações, de maneira a se considerar a intervenção na realidade como um processo de curso social cognoscível, previsível e variavelmente sujeito a influências deliberadas por parte dos manipuladores informados. Essas seriam, presumivelmente, as áreas nas quais poderíamos lograr contribuições marcantes à teoria sociológica e todas elas são claramente favorecidas pela situação de existência e pelas condições de trabalho em que estamos mergulhados.

Quanto ao segundo ponto, decorre da discussão precedente, que não seria conveniente estimular, atualmente pelo menos, a expansão simultânea dos vários campos a sociologia. Seria ideal, naturalmente, pôr em prática tal objetivo, deixando-se aos especialistas e aos institutos de investigação sociológica plena liberdade de escolha dos alvos teóricos de trabalho regular. Entretanto, parece mais aconselhável manter, por tempo indeterminado, uma política de contenção voluntária e deliberada da variedade dos centros de interesses teóricos das investigações sociológicas. Os riscos decorrentes dessa quase-especialização forçada podem ser evitados, principalmente se soubermos tomar a posição vantajosa de comensais atentos e críticos dos avanços teóricos da pesquisa sociológica em outras partes do mundo. A rigor, o sacrifício maior se daria, predominantemente, no campo de investigações da sociologia sistemática, com as perspectivas que ela abre à observação experimental, à quantificação e à colaboração interdisciplinar. Os danos teóricos consequentes não carecem ser ponderados; ainda assim, eles são menos sensíveis do que ocorreria na economia, se os economistas brasileiros decidissem incrementar a análise macroeconômica em detrimento da análise microeconômica. O grau de integração e de especialidade das teorias sociológicas não concorreriam para provocar consequências dessa envergadura. Os efeitos limitativos mais drásticos proviriam do fato de a sociologia sistemática constituir uma espécie de arsenal de conceitos abstratos, de hipóteses concernentes ao comportamento de fatores em dadas condições de organização e de integração do sistema social, e de explicações gerais sobre elementos ou processos dotados de certa universalidade. Tais prejuízos teriam de ser contornados em dois níveis. Primeiro, no plano da formação do sociólogo. Dando-se à sociologia sistemática a posição que ela deve ter na conformação do horizonte intelectual do sociólogo, em qualquer circunstância ele saberá mobilizar os recursos interpretativos que ela fornece.

Segundo, no plano da interação com os centros sociológicos estrangeiros, por ventura voltados para as pesquisas microssociológicas. Sob essas duas condições, em qualquer momento seria possível, surgindo oportunidades efetivas e aconselháveis, expandir a pesquisa sociológica fundamental no campo da sociologia sistemática.

Os argumentos expendidos reforçam a mesma convicção básica: a sociologia pode oferecer ao investigador, em um país subdesenvolvido, meios para ajustar-se, como e enquanto cientista, às suas obrigações intelectuais, advindo daí um regulador espontâneo da qualidade e da consistência de suas contribuições teóricas. Nos últimos anos, a propagação de instituições de pesquisa sociológica pelo mundo ajudou a evidenciar que existem notórias diferenças na consideração e na explicação de fenômenos sociais análogos por especialistas pertencentes a sociedades distintas. Seria inútil discutir, agora, a questão geral do saber se diferentes ambientes culturais podem influenciar variavelmente a pesquisa sociológica. Os dados da experiência salientam que sim, comprovando descobertas feitas na sociologia do conhecimento sobre outras aplicações da ciência. Mas, restaria outra possibilidade, que tem atraído a atenção principalmente dos sociólogos dos países subdesenvolvidos. Simplificando-se os argumentos, a constatação que se vem fazendo leva a uma increpação: os sociólogos dos países desenvolvidos descrevem os aspectos estruturais e dinâmicos da sociedade de classes sob condições que não são universais, negligenciando esse fato na construção das teorias. Sem subestimar o alcance e a validade da restrição implícita, tenho para mim que é impróprio imputar à sociologia e às técnicas de interpretação sociológica os efeitos de uma equação pessoal. Além disso, a descoberta de lacunas teóricas desse gênero não nos deve impedir de aproveitar, devidamente, a parte positiva das contribuições daqueles sociólogos, impondo-se que vejamos nas limitações das teorias existentes um incentivo para tentarmos retificá-las e completá-las mediante esforços apropriados. Antes de mais nada, aí se acha uma demonstração insofismável de que a integração teórica, nas ciências sociais, depende da colaboração supranacional dos especialistas, e de que as diferenças de situação cultural são em certo sentido relevantes para o alargamento da própria perspectiva científica. Se a sociologia fosse uma disciplina na qual a sistematização teórica tivesse superado certas ambiguidades, provavelmente isso não ocorreria. Seria mais fácil incluir nas explicações gerais as

diferentes alternativas relacionadas com o nível de integração dos sistemas sociais que tendessem para um mesmo tipo. O que me parece improdutivo, independentemente de qualquer explicação que se queira aventar, são as atitudes aberta ou disfarçadamente preconceituosas. As distorções eventuais da teoria sociológica não podem ser concebidas como frutos invariáveis do "conformismo", do "colonialismo" ou do "imperialismo". Precisamos compreender objetivamente esse fato, para aproveitarmos, efetivamente os resultados positivos da experiência alheia e para nos associarmos, produtivamente, aos centros estrangeiros de investigação sociológica.

Os papéis intelectuais do sociólogo

À luz da tradição científica da era liberal, seria descabido analisar e discutir os papéis intelectuais de sociólogos como e enquanto cientista. Eles estariam ligados às obrigações decorrentes dos cânones da investigação científica. Contudo, à medida que os dados e as descobertas da ciência foram assimilados pela vida prática, alterou-se o padrão fundamental de relação do cientista com a sociedade e surgiram novos papéis sociais que regulam o aproveitamento das energias intelectuais do cientista pela coletividade. Doutro lado, nas nações subdesenvolvidas o atraso cultural força ajustamentos peculiares, graças aos quais os cientistas acabam sendo absorvidos em vários ramos de atividades variavelmente extracientíficas. Os sociólogos se viram envolvidos nesses processos em escala atenuada, quando se compara sua situação com o que está ocorrendo com os economistas e os psicólogos. Ainda assim, as obrigações intelectuais com que se defrontam, institucionalmente ou apenas de forma potencial, põem diante de nossos olhos um complexo quadro, em que se misturam os papéis clássicos do cientista-investigador e os papéis recentes de "técnico" e de "reformador social".

Na presente exposição, terei de restringir o escopo da discussão. O que gostaria de salientar, fundamentalmente, é a inconveniência de obedecermos a paradigmas anacrônicos. Muitos cientistas brasileiros comprazem-se em raciocinar como se vivêssemos no século XIX europeu e na era em que os influxos da ciência sobre a vida eram tão superficiais, que os leigos podiam enfrentar e resolver sozinhos os problemas resultantes da aplicação dos

conhecimentos científicos. Em relação aos sociólogos, por sua vez, não seria demais ressaltar que os nossos colegas europeus e norte-americanos, quase sempre tomados como modelos, foram persistentemente segregados dos debates e das tentativas de solução dos problemas práticos. Só se lhes deu acesso a essas questões pela via teórica. No momento em que as decisões convertiam as explicações em fonte de alteração da realidade, eles nunca tiveram um papel a desempenhar, e não se reconhecia, explicitamente, a legitimidade de qualquer alternativa em que outro procedimento fosse aventado. O próprio cientista assimilou esse padrão de ajustamento, elevando à norma ideal e moral a convicção de que sua contribuição deveria ser confinada ao plano teórico.

O avesso disso passou a ocorrer onde os cientistas se viram solicitados por ocupações técnicas, em virtude da complicação da pesquisa na física nuclear e campos correlatos, da expansão gradual do planejamento em escala social e do uso crescente de conhecimentos científicos na solução de problemas práticos que não podem mais, por sua complexidade, ser resolvidos pelos leigos. Houve oposição a esse processo nos meios acadêmicos, aparecendo quem acreditasse que ele conduz a uma degradação do cientista. Uma das poucas vantagens da nossa situação cultural consiste em que ela não nos cria dilemas dessa espécie. Podemos encetar nossas reflexões sobre as funções da ciência em um nível muito mais produtivo e admitir, consequentemente, o envolvimento progressivo do cientista em atividades do mundo prático. Não só não pesam sobre nós "tradições" seculares, que proscrevem tal envolvimento, como estamos livres para adotar novos padrões de avaliação mais conformes ao estado atual de assimilação da ciência e da tecnologia científica pela sociedade.

Mesmo assim, porém, o fato de *pensar cientificamente* pressupõe critérios específicos de opção e de ação. O sociólogo não está menos preso à sociedade que os seus semelhantes. Mas, na medida em que se coloque os problemas práticos de uma perspectiva científica, a sua contribuição deve corresponder, nos limites do possível, aos caracteres intrínsecos do pensamento científico. Essa condição acarreta dificuldades de monta. Cada círculo social se dispõe a "aprovar" os dados e as descobertas da sociologia em função da compatibilidade que parecer existir entre eles e suas concepções do mundo. Por isso, surgem sérias resistências à explicação científica até no terreno teórico. Ilustrações de semelhantes eventualidades

são corriqueiras, pois as explicações sociológicas da natureza humana, dos processos sociais e da evolução das civilizações têm recebido as mais curiosas e contraditórias impugnações. Ao passar-se ao terreno da aplicação as resistências assumem maior violência, por entrarem diretamente em jogo interesses e valores sociais, com frequência ameaçados por mudanças fundadas em técnicas racionais de controle. Mesmo que o sociólogo revele propósitos conformistas e tolerantes, sua forma de argumentar e o estilo de intervenção na realidade que ele recomenda acabam sofrendo alguma sorte de oposição etnocêntrica. A correção de semelhante situação só pode ser concebida a longo termo, presumindo-se que o progressivo desenvolvimento da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica promoverá uma alteração radical no horizonte cultural dos homens e de sua faculdade de pensar e agir racionalmente. Enquanto isso não se der, os cientistas sociais não são menos obrigados, no entanto, a proceder em consonância com as normas ou os requisitos do pensamento científico, inclusive em assuntos práticos já compreendidos no âmbito das explicações científicas. Daí resulta que precisam estar dispostos a resguardar, firmemente, as condições de liberdade e de independência que são essenciais para que tais assuntos sejam encarados e resolvidos de acordo com os dados ou as descobertas da própria ciência.

Os sociólogos europeus e norte-americanos tomaram duas orientações extremas, visando a superar os embates ideológicos que poderiam refletir-se no grau de sua autonomia intelectual. A mais frequente consistiu em voltar as costas para os problemas práticos, concentrando suas energias em objetivos teóricos e esperando que as consequências práticas do conhecimento teórico acumulado se evidenciassem e fossem aproveitadas espontaneamente. Outra orientação seguida foi a do ego-envolvimento em alternativas ideológicas reconhecidas socialmente como legítimas, o que permitia considerar os problemas práticos sob uma inextricável mistura de argumentos científicos e extracientíficos. A sociologia adquiriu, através dessas conciliações, o caráter de uma disciplina apologética, principalmente da ordem social existente, mas também de concepções societárias utópicas. Segundo penso, ambos os procedimentos são inadequados e insatisfatórios, impondo-se que procuremos vias mais complexas e íntegras de introdução do espírito científico na solução dos problemas práticos de nosso tempo. A primeira orientação conduziu o sociólogo ao alheamento diante dos dilemas

materiais e morais da vida humana. A segunda, transformou o sociólogo em adepto disfarçado ou ostensivo de ideologias que deveriam ser tomadas como elementos dinâmicos da situação, com a sobrecarga negativa das preferências que favorecem, naturalmente, soluções anacrônicas, voltadas para a preservação do *status quo*.

É certo que o sociólogo não pode nem deve escapar à sina de todo ser humano, envolvendo-se ideologicamente nas lutas por interesses e valores sociais que regulam a dinâmica das sociedades. Doutro lado, onde e como isso ocorrer, é indubitavelmente melhor que os "parâmetros ideológicos" sejam explicitamente evidenciados. Todavia, nada disso é propriamente essencial, do ponto de vista científico. Em se tratando da aplicação da perspectiva sociológica à consideração e à manipulação dos problemas práticos, o essencial seria submeter tais problemas aos critérios de análise científica, sem nenhuma restrição exterior. Por hipótese, só numa sociedade democrática e planificada essa condição poderia realizar-se plenamente, graças à eliminação dos focos de interferência irracional na mudança social programada. Embora essa condição não se dê, compete inegavelmente ao sociólogo buscar formas de ajustamento intelectual que resguardem sua responsabilidade moral. Numa sociedade de classe, tal alternativa não é fácil de concretizar-se. A variedade de interesses e de concepções do mundo em entrechoque oferecem, porém, algumas possibilidades. Em regra, as soluções alvitradas em termos do conhecimento sociológico pressupõem a reintegração do padrão estrutural e dinâmico do sistema social que se considere. São, em outras palavras, soluções que correspondem ao "sentido do processo histórico". Independentemente do seu grau de radicalismo, elas podem receber apoio mais ou menos decidido de várias correntes sociais, tudo dependendo do modo empregado para difundir conhecimentos sobre sua existência, viabilidade e consequências. O drama está em que os meios conspícuos de comunicação, adotados pelos cientistas sociais, confinam a divulgação dos conhecimentos sociológicos ao público orgânico, constituído pelos especialistas, e a auditórios mais ou menos ralos, formados pelos setores intelectualmente refinados do público leigo. Os movimentos sociais carecem de poder para corrigir essa situação definitivamente, porque não podem praticar senão seleções nitidamente ideológicas no estoque de conhecimentos científicos disponíveis ou acessíveis em dado momento. Isso significa que os sociólogos têm de resolver, simultaneamente, três

dificuldades graves: 1º) o que recomendar, tendo em vista as possibilidades de intervenção consciente e inteligente em determinadas situações-problemas; 2º) como atrair a atenção e os interesses dos círculos sociais potencialmente empenhados em conhecê-las; 3º) como propagar e difundir os conhecimentos teóricos e práticos, requeridos para a formação de novas atitudes e disposições sociais diante das referidas situações-problemas.

A barreira estaria, aparentemente, apenas nos padrões de comunicação do cientista social com o grande público. Se fosse possível quebrar o isolamento, seria também possível orientar o comportamento coletivo organizado em novas direções. Entretanto, as coisas não são tão simples. As dificuldades de comunicação transcendem ao grau de difusão dos conhecimentos sociológicos e ao nível de complexidade da linguagem científica. Mesmo depois de "tornar as coisas claras", adotando a linguagem acessível às audiências leigas, o sociólogo ainda se defronta com as limitações decorrentes do horizonte cultural predominante e com outro obstáculo pior, que é a inexistência de canais sociais que regulem automaticamente o aproveitamento de sua colaboração. O leigo acompanha e entende, muitas vezes, o diagnóstico da situação-problema; nem sempre, porém, revela-se disposto a aceitar as técnicas de intervenção recomendadas. Além disso, a rede de instituições de nossa sociedade ainda não se adaptou totalmente à exploração conveniente e completa dos conhecimentos científicos e das técnicas sociais racionais a que eles dão margem. Em conjunto, essas indicações esboçam a complicada teia de tarefas que o sociólogo tem pela frente, onde e quando ele se propõe participar ativamente do processo de expansão da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica. Precisa estar atento a várias alterações, que estão ocorrendo no mundo em que vivemos, e, ao mesmo tempo, demonstrar disposições práticas diante das maneiras pelas quais elas poderão ser aproveitadas, em benefício da criação, aplicação e refinamento de técnicas sociais novas. De um lado, tem de tomar posição em face do desafio representado pela educação do homem para a era do pensamento científico. De outro, tem de procurar respostas para a necessidade premente de ajustarem-se a natureza humana, as instituições sociais e a organização da sociedade a mecanismos democráticos e racionais de controle dos problemas sociais pelo homem.

Encarado à luz da situação cultural brasileira, esse conjunto de dilemas entremostra-se bem mais complexo e difícil. Não só as ciências sociais estão

pouco desenvolvidas; as próprias bases dinâmicas de comportamento coletivo são por demais movediças e inconsistentes, para suportarem inovações drásticas substanciais. Embora as exigências da situação histórico-social sejam dramáticas e as aspirações coletivas de desenvolvimento sejam grandiosas, os mecanismos psicossociais e socioculturais mobilizáveis no controle racional dos problemas práticos não comportam sequer um mínimo de estabilidade e de eficácia. Em consequência, a assimilação de técnicas sociais racionais sofre oscilações perturbadoras, enquanto os influxos conservantistas operam desordenadamente contra a modernização, aumentando a lentidão das mudanças e, por conseguinte, os efeitos desintegradores que delas resultam. E chega a ser penosa a posição dos cientistas sociais que assumem riscos calculados de debate ou na solução dos problemas práticos, tal o volume e a quantidade das pressões organizadas ou difusas que se desencadeiam contra suas opções ou suas ações. Resguardar a autonomia intelectual e persistir numa linha de conduta responsável perante os assuntos práticos da coletividade convertem-se, assim, em tarefas ingratas e devastadoras. Vários de nossos colegas, mesmo alguns que se acreditam socialistas, omitem-se ou resguardam-se por temer o sacrifício inútil de energias e de tempo, que poderiam ser empregados produtivamente em outras realizações. Ora, na medida em que dispomos de elementos para tomar consciência mais clara da situação e para saber que as coisas não podem se passar de outro modo, cabe-nos evitar com denodo esse estado de espírito. Quanto maiores forem as dificuldades, mais complexas e imperativas serão as nossas obrigações intelectuais e morais. Sucumbir à passividade representa uma convivência com o *status quo*, para não dizer que seria uma adesão farisaica às correntes que advogam a neutralidade e o alheamento dos cientistas sociais perante os problemas da vida.

Daí resulta que precisamos robustecer a nossa fé na ciência e na capacidade do homem comum de elevar-se até ela, forjando no Brasil uma nova civilização. A parte que devemos tomar nesse processo define-se, de forma objetiva e inequívoca, nas obrigações que assumimos tacitamente, ao nos tornarmos cientistas sociais, de preparar a sociedade brasileira para uma era na qual os problemas sociais e humanos podem ser largamente submetidos a controle racional. Todas as oportunidades que auxiliem efetivamente, a alargar o horizonte cultural dominante ou a aumentar a confiança dos leigos no pensamento científico devem ser aproveitadas construtivamente. Ao

contrário dos cientistas sociais de outros países, temos de aceitar um ponto de partida obscuro e arriscado nas cogitações concernentes aos problemas práticos. Não podemos aguardar que as oportunidades se constituam. Temos de fomentá-las, para tirar delas o proveito possível.

Em suma, se aos papéis do sociólogo é inerente algum elemento político irredutível, na cena histórica brasileira é inevitável que esse elemento ganhe nítida preponderância nas reflexões de cunho abertamente pragmático. Para que a ciência, a tecnologia científica e a educação fundada em ambas possam exercer influências construtivas no crescimento econômico, no desenvolvimento social e no progresso cultural do Brasil, cumpre modificar primeiro o arcabouço estrutural e o sistema organizatório da sociedade brasileira. Sem margem de ambiguidades, isso significa que o sociólogo precisa empenhar-se diretamente, como e enquanto cientista, nos processos em curso de mudança sociocultural, com o objetivo imediato de cooperar na instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira e com o objetivo remoto de suscitar o aparecimento de papéis sociais congruentes com as responsabilidades intelectuais do cientista no mundo moderno.

Desse ângulo, as obrigações práticas do sociólogo distinguem-se apenas em grau e em magnitude das obrigações que pesam sobre os demais cidadãos brasileiros. Porque é capaz de "enxergar melhor certas coisas", cabe-lhe incentivar o interesse, o apreço e a lealdade por comportamentos sociais que respondem produtivamente às exigências da situação. O sociólogo aparece, assim, como uma espécie de elemento de vanguarda na consciência dos problemas sociais, não podendo elidir-se dos pesados encargos decorrentes, mesmo sob o preço do sacrifício de alguns projetos de estudo pessoalmente importantes. Com o correr do tempo, o ônus resultante de tais sacrifícios se distribuirá por número crescente de especialistas e o seu impacto negativo sobre o desenvolvimento da sociologia será quase nulo. Acresce que as experiências colhidas pelo sociólogo por essa via não são menos relevantes, para o conhecimento dos mecanismos sociais da sociedade brasileira, que outras experiências realizadas no âmbito do ensino ou na esfera da pesquisa.

Acredito que exista ampla margem de opiniões divergentes, no que concerne à valorização sociológica dos focos centrais de mudança da situação histórico-social. Ainda assim, mais para completar a presente discussão, gostaria de enumerar três áreas que, no meu entender, encerram potencialidades dinâmicas que não devem ser negligenciadas nas reflexões

práticas dos cientistas sociais brasileiros. Refiro-me à expansão da ordem social democrática, às funções sociais construtivas do Estado e às opções espontâneas que decidirão, socialmente, como iremos participar da "civilização da era industrial e tecnológica" no Brasil.

A expansão da ordem social democrática constitui o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural ou organizatória da sociedade brasileira. Se não conseguirmos fortalecer a ordem social democrática, eliminando os principais fatores de suas inconsistências econômicas, morais e políticas, não conquistaremos nenhum êxito apreciável no crescimento econômico, no desenvolvimento social e no progresso cultural. Estaremos, como agora, camuflando pura e simplesmente uma realidade triste, que faz da insegurança social, da miséria material e da degradação moral o estado normal de existência de três quintos, aproximadamente, da população brasileira. Da democratização da riqueza, do poder e da cultura dependem, de forma literal: 1º) a desagregação final dos resíduos do *antigo regime*, que recobre geográfica, demograficamente e mentalmente a maior extensão da sociedade brasileira, e a consolidação do regime de classes; 2º) a emergência de novos controles sociais, a que se subordinam a continuidade e o aperfeiçoamento do estilo de vida social democrático no País. Em consequência, lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo produtivamente. A própria economia continuará sufocada se não nos revelarmos capazes de alterar o arcabouço social que a aprisiona, retendo ou comprimindo o impacto do crescimento econômico sobre o progresso social e cultural. Além disso, releva considerar que haveria pouco interesse social em substituir o *antigo regime* por um simples sucedâneo, que apenas modificasse a categoria econômica dos entes privilegiados. Para que a democracia desencadeie efeitos seculares, é necessário que ela adquira vitalidade indestrutível, um ímpeto irrepresável de desenvolvimento e capacidade de aperfeiçoamento contínuo. Em um País que ainda não conseguiu sequer envolver os cidadãos, os partidos e o aparelho estatal na prática coerente dos princípios democráticos elementares, aí se acha um tremendo desafio histórico.

As funções construtivas do Estado têm sido constantemente abaladas nos últimos anos, apesar das aparências em contrário. Parte da perda de eficácia na contribuição estatal deriva do aparato obsoleto dos serviços públicos, controlados direta ou indiretamente pelo Estado brasileiro. Mal

preparado para responder às necessidades do passado, ele sucumbe diante das complexas exigências do presente. Mas é preciso que se reconheça, parte bem maior das deficiências provém do fato de o Estado continuar a suster sobre seus ombros um colossal peso morto, na melhor tradição do *antigo regime*, resultante do parasitismo exercido por largos setores das camadas dominantes sobre os recursos e as realizações do poder público. O pior é que esse parasitismo não "consome", apenas; ele corrói as energias e paralisa a ação do Estado, impedindo por todos os meios a sua democratização política e a sua modernização técnica. Mantém-no, em síntese, prisioneiro de interesses sociais estreitos, que não correspondem aos interesses da Nação como um todo. Na fase em que nos encontramos, isso representa uma terrível barreira ao crescimento econômico, tanto quanto ao combate à injustiça social e ao atraso cultural. A gigantesca tarefa de criar condições para a prosperidade da livre empresa, a ampliação do mercado interno ou a diferenciação do sistema de produção não encontra agência social que a realize, o mesmo ocorrendo nos demais níveis em que a mobilização de fatores naturais ou humanos se subordinem à intervenção construtiva e persistente do Estado. Isso faz com que tenhamos de atentar cuidadosamente para os modelos de organização e de atuação do Estado. Pouco nos adiantaria ressuscitar, em nossos dias, os procedimentos adotados pela intervenção estatal na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão, nas fases do arranco da economia capitalista. Em um país de recursos tão escassos seria importante preservar alguns frutos pelo menos, da intervenção estatal, em benefício da coletividade como um todo, e manter nas mãos do Estado os vários serviços públicos que poderiam contribuir para acelerar os processos de democratização do poder, da riqueza e da cultura.

Por fim, nenhum sociólogo ignora que os sistemas sociais se perpetuam ou se alteram através do comportamento social consciente e grupalmente organizado dos homens. Só os problemas práticos que se elevam à esfera de consciência social e são encarados de forma inconformista acabam submetidos a controle societário. Fatores econômicos, psicossociais e socioculturais restringiram no passado e continuam a restringir no presente o número de pessoas empenhadas diretamente nesse processo dentro da sociedade brasileira. Isso engendra uma grave anomalia, pois os assuntos de interesse para a coletividade como um todo são vistos e decididos à luz das concepções, dos interesses e das iniciativas de ralas minorias, ansiosas

sobretudo em manter sua estabilidade na estrutura de poder. Por altruístas que fossem, tais minorias nunca poderiam levar em conta a variedade e o alcance das inovações possíveis. Entre os vários caminhos para "acelerar o crescimento econômico" e "intensificar o progresso social" elas preferem, naturalmente, as soluções que consultam à preservação dissimulada do *status quo*. Em termos de potencialidades, para não se falar em equidade social, esse estado de coisas representa a destruição sistemática das principais vias de consolidação do padrão civilizatório que pretendemos transplantar para o Brasil. Do liberalismo ao socialismo, passamos por várias experiências doutrinárias e históricas, que colocam os povos modernos diante de várias alternativas para atingir esse objetivo. O monopólio das opções por certas minorias sociais impede que essas alternativas se equacionem em confrontos democráticos de opiniões e se convertam em forças propulsoras da história. Quaisquer que sejam nossas preferências ideológicas, algo parece indubitável. É urgente que se prepare o homem comum brasileiro para atender, desejar e praticar essas opções, de modo que o Povo deixe de ser uma vítima passiva e o parceiro mudo nos acontecimentos que abalam, frequentemente, a vida da Nação.

Essa breve digressão sobre os três tópicos levou-me a considerações inadequadamente superficiais. Espero que me concedam alguma indulgência, porém, já que não me propus senão mencionar os temas que desafiam, de forma mais aguda, a curiosidade intelectual e a responsabilidade moral dos cientistas sociais brasileiros. Somente quis sugerir que o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de pôr os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social. Numa fase de desintegração e de mudança, não nos compete, apenas, produzir conhecimentos sobre a situação histórica-social. Impõe-se que digamos, também, como utilizaríamos tais conhecimentos, se nos fosse dado tomar parte ativa na construção de *nosso mundo* de amanhã.